



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXVI — Nº 015

SEXTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1981

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1981

*Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que "institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências".*

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que "institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências".

Senado Federal, 26 de março de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1981

*Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.810, de 23 de outubro de 1980, que "dispõe sobre a construção de usinas nucleoeletricas".*

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.810, de 23 de outubro de 1980, que "dispõe sobre a construção de usinas nucleoeletricas".

Senado Federal, 26 de março de 1981. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 20ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1981

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 15/81 (nº 1.909/79, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

— Projeto de Lei da Câmara nº 16/81 (nº 1.325/79, na Casa de origem), que inclui ligação rodoviária na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 3/81 (nº 71/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, concluído em Luanda, a 11 de junho de 1980.

##### 1.2.2 — Comunicação da Liderança do PMDB

— De modificações na representação do PMDB em comissão permanente.

##### 1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 36/81, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia, que modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

*SENADOR GILVAN ROCHA*, como Líder — Atentado contra o jornal *Tribuna da Imprensa*.

*SENADOR JOSÉ RICHÁ* — Defesa de uma justa indenização das terras de pequenos proprietários rurais, incluídos na região que será alagada pela represa de Itaipu.

*SENADOR MARCOS FREIRE* — Protesto contra o atentado registrado na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo o jornal *Tribuna da Imprensa*.

*SENADOR MAURO BENEVIDES* — Arbitrariedade que estaria sendo praticada pelo Departamento de Polícia Federal, no Estado do Ceará, ao instaurar processo contra a pessoa da Deputada Estadual Maria Luiza Fontenele, do PMDB daquele Estado.

*SENADOR DIRCEU CARDOSO* — Contestando dados contidos no Relatório da Presidência referente ao exercício de 1980, no que diz respeito à atuação desenvolvida por S. Exª no Senado Federal.

**1.2.5 — Comunicações da Presidência**

— Designação de Srs. Senadores para integrarem a Delegação Brasileira à centésima vigésima oitava Reunião do Conselho Interparlamentar, a realizar-se em Manila.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**1.2.6 — Leitura de projeto**

— Projeto de Lei do Senado nº 37/81, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que garante ao trabalhador acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional, o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.

**1.2.7 — Apreciação de matéria**

— Requerimento nº 29/81, lido na sessão ordinária anterior. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Dirceu Cardoso.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Requerimento nº 25/81, dos Senadores Mauro Benevides e Gastão Müller, no exercício das lideranças, solicitando urgência nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de *quorum*, após usarem da palavra os Srs. Henrique Santillo, Lázaro Barboza, Affonso Camargo e Gabriel Hermes.

— Projeto de Lei do Senado nº 115/80, do Senador Pedro Simon, que estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 351/79, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de Engenheiros e Arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho", e estabelece providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 33/81, de adiamento da discussão.

— Projeto de Lei do Senado nº 49/79, do Senador Orestes Quêrcia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o artigo 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — 5.107, de 13 de setembro de 1966 —, e determina outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 34/81, de adiamento da discussão.

— Projeto de Lei do Senado nº 146/80, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do Imposto de Renda o 13º-salário. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/81, de adiamento da discussão.

**1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA**

**SENADOR HENRIQUE SANTILLO** — Reformulação da política econômico-financeira do Governo.

**SENADOR ALMIR PINTO** — Reforma eleitoral.

**SENADOR PEDRO SIMON** — Ato terrorista praticado contra o jornal *Tribuna da Imprensa* — RJ.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Prospecção, pela PAULI-PETRO, de petróleo na Bacia do Paraná.

**SENADOR FRANCO MONTORO** — Enquadramento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira e dos pequenos produtores rurais.

**SENADOR ORESTES QUÊRCIA** — Solidariedade à campanha do jornal *Aparecida do Sul*, editado em Itapetininga — SP, em prol da construção de passarelas sobre passagens de nível em vias urbanas daquela cidade.

**1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO****2 — ATA DA 21ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1981****2.1 — ABERTURA****2.2 — ORDEM DO DIA**

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 34/81, (nº 54/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio Fernando Guarischi Bath, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia. **Apreciação adiada** por falta de *quorum*.

**2.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO****3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

— Do Sr. Dirceu Cardoso, proferidos nas sessões de 12-3-81 e 13-3-81.

— Do Sr. Evandro Carreira, proferido na sessão de 20-3-81.

— Do Sr. Humberto Lucena, proferido na sessão de 25-3-81.

— Do Sr. Evelásio Vieira, proferido na sessão de 25-3-81.

**4 — ATOS DO PRESIDENTE**

— N.ºs 16 e 17, de 1981

**5 — ATO DO 1º-SECRETÁRIO**

— N.º 5, de 1981

**6 — ATAS DE COMISSÕES****7 — MESA DIRETORA****8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

## ATA DA 20ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1981

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO, PASSOS PÓRTO, GILVAN ROCHA E CUNHA LIMA:**

*ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Adalberto Sena — Raimundo Parente — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomato Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Hugo Ramos — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Affonso Camargo — José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*É lido o seguinte*

**EXPEDIENTE****OFÍCIO**

*Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 1981

(Nº 1.909/79, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 129 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, alterado pela Lei n.º 6.416, de 24 de maio de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 129. ....

§ 9.º Não constitui fato punível a ablação de órgãos e partes do corpo humano, quando considerada necessária em parecer unânime de junta médica e precedida de consentimento expresso de paciente maior e capaz."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

## LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

## TÍTULO I — DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Art. 1.º Não há crime sem lei anterior que defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

## A Lei Penal no Tempo

Art. 2.º Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único. A lei posterior, que de outro modo favorece o agente, aplica-se ao fato não definitivamente julgado e na parte em que comina pena menos rigorosa, ainda ao fato julgado por sentença condenatória irrecorrível.

Art. 3.º A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

## PARTE ESPECIAL

## TÍTULO I — DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

## CAPÍTULO II — DAS LESÕES CORPORAIS

## Lesão Corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena — detenção, de três meses a um ano.

## Lesão Corporal de Natureza Grave

§ 1.º Se resulta:

I — incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II — perigo de vida;

III — debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV — aceleração de parto;

Pena — reclusão, de um a cinco anos.

§ 2.º Se resulta:

I — incapacidade permanente para o trabalho;

II — enfermidade incurável;

III — perda ou inutilização de membro, sentido ou função;

IV — deformidade permanente;

V — aborto;

Pena — reclusão, de dois a oito anos.

## Lesão Corporal Seguida de Morte

§ 3.º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena — reclusão, de quatro a doze anos.

## Diminuição da Pena

§ 4.º Se o agente cometeu o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

## Substituição da Pena

§ 5.º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de vinte centavos a dois cruzeiros;

I — se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II — se as lesões são recíprocas.

## Lesão Corporal Culposa

§ 6.º Se a lesão é culposa:

Pena — detenção, de dois meses a um ano.

## Aumento de Pena

§ 7.º No caso de lesão culposa, aumenta-se a pena de um terço, se ocorre qualquer das hipóteses do art. 121, § 4.º

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1981

(Nº 1.325/79, na Casa de origem)

Inclui ligação rodoviária na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica incluída na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973, a seguinte ligação:

"Paranaíba — Inocência — Ribas do Rio Pardo — Campo Grande — MS."

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o art. 8.º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação geral. Sistema Nacional de Viação.

2. Sistema Rodoviário Nacional:

2.1 Conceituação.

Art. 2.º O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

Art. 3.º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, instituídos pelo Ato Complementar n.º 76, de 21 de outubro de 1969, e Lei Complementar número 9, de 11 de dezembro de 1970 obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes, aplicável a todo o Sistema Nacional de Viação, e inclusive a navegação marítima, hidroviária e aérea:

a) a concepção de um sistema nacional de transporte unificado deverá ser a diretriz básica para os diversos planejamentos no Setor, visando sempre a uma coordenação racional entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre todas as modalidades de transporte;

b) os planos diretores e os estudos de viabilidade técnico-econômica devem visar à seleção de alternativas mais eficientes. le-

vando-se em conta possíveis combinações de duas ou mais modalidades de transporte devidamente coordenadas e o escalonamento de prioridades para a solução escolhida;

e) dar-se-á preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes, para, em etapas subsequentes, cuidar-se de sua expansão;

h) a adoção de quaisquer medidas organizacionais, técnicas ou técnico-econômicas no Setor, deverão compatibilizar e integrar os meios usados aos objetivos modais e intermodais dos transportes, considerando o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Evitar-se-á, sempre que possível, o emprego de métodos, processos, dispositivos, maquinarias ou materiais superados e que redundem em menor rentabilidade ou eficiência, face àquele desenvolvimento;

i) tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes reger-se-ão por critérios econômicos; ressalvam-se, apenas as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e as de caráter social, inadiáveis, definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se, porém, sempre aos menores custos e levadas em conta outras alternativas possíveis;

j) os recursos gerados no Setor Transportes serão destinados a financiar os investimentos na infra-estrutura e na operação dos serviços de transportes de interesse econômico. Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes, serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes;

l) os investimentos em transportes destinados a incrementar o aproveitamento e desenvolvimento de novos recursos naturais se considerados como para integrantes de projetos agrícolas, industriais e de colonização: sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos do projeto integrado e as respectivas técnicas adequar-se-ão às necessidades daqueles projetos;

m) os investimentos em vias de transportes, portos e aeroportos, nas áreas metropolitanas e demais áreas urbanas, deverão ser coordenados por planos diretores e/ou projetos específicos e compatibilizados com os planos de desenvolvimento urbano, visando obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das zonas residenciais.

Art. 4.º As rodovias ou trechos de rodovia, já construídos e constantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e alterações posteriores e que não constem do Plano Nacional de Viação aprovado por esta lei, passam automaticamente para a jurisdição da Unidade da Federação em que se localizem.

Art. 5.º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

Art. 6.º As vias de transporte, portos e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade a que pertençam, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art. 7.º Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de Fundos específicos, destinados ao Setor Transportes, não poderão ser empregados em vias, portos e aeródromos que não constem de programas ou planos oficiais, anuais ou plurianuais, enquadrados nos respectivos sistemas de viação obedecidos os demais dispositivos legais concernentes.

Art. 8.º Os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei n.º 4.592, de 29 de dezembro de 1964, serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no Plano de que trata esta lei, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 9.º O Plano Nacional de Viação será em princípio, revisito de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias da vigência desta Lei, o Conselho Nacional de Transportes estabelecerá a sistemática de planejamento e implantação do Plano Nacional de Viação, obedecidos os princípios e normas fundamentais, enumerados no art. 3.º

#### DECRETO-LEI N.º 512, DE 21 DE MARÇO DE 1969

Regula a política nacional de viação rodoviária, fixa diretrizes para a reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

#### CAPÍTULO I

##### Da Política Nacional de Viação Rodoviária

Art. 1.º A política nacional de viação rodoviária se integra na política nacional dos transportes, cuja formulação compete ao Ministro dos Transportes, e compreende:

a) o planejamento do sistema rodoviário, federal, estadual e municipal, no território brasileiro e suas alterações;

b) os estudos técnicos e econômicos, o estabelecimento dos meios financeiros para execução das obras integrantes do sistema e a elaboração dos projetos finais de engenharia;

c) a construção e conservação de rodovias, pontes e outras obras que as integrem;

d) a administração permanente das rodovias mediante guarda, sinalização, policiamento, imposição de pedágio, de taxas de utilização, de contribuição de melhoria, estabelecimento de servidões, limitações ao uso, ao acesso e ao direito das propriedades vizinhas, e demais atos inerentes ao poder de polícia administrativa, de trânsito e de tráfego;

e) concessão, permissão e fiscalização do serviço de transporte coletivo de passageiros e de cargas, nas estradas federais ou de ligação, interestaduais e internacionais;

f) a disciplina de aplicação dos recursos provenientes do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, previsto no art. 22, inciso VIII, da Constituição, bem como o de outros destinados, por lei, ao sistema rodoviário federal, estadual e municipal.

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 3, DE 1981

(N.º 71/80, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, concluído em Luanda a 11 de junho de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola, concluído em Luanda a 11 de junho de 1980.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N.º 326, DE 1980

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em conformidade com o disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola, concluído em Luanda, a 11 de junho de 1980.

Brasília, 4 de agosto de 1980. — João Figueiredo.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º DAF-IL/DAI/DCOPT/DDC/207/604 (B46) (A19), DE 24 DE JUNHO DE 1980, DO SR. MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

A Sua Excelência o Senhor João Figueiredo

Presidente da República

Senhor Presidente:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o anexo Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola foi assinado em Luanda, em 11 de janeiro último durante minha estada naquela capital.

2. O Acordo visa a estimular e sistematizar a cooperação brasileiro-angolana nos domínios da cultura, educação, ciência, arte e comunicação social. Orienta, assim, a troca de professores,

a concessão de bolsas de estudo, a validade em ambos os países dos respectivos diplomas e títulos das instituições de ensino nacionais, o intercâmbio de missões de estudo e artísticas, a realização de exposições, conferências e apresentações artísticas, a cooperação entre universidades, a troca de publicações, a cooperação no rádio, na televisão, na imprensa e nos esportes. Cria, para velar pela aplicação dos princípios estabelecidos no próprio Acordo, uma Comissão Mista Cultural brasileiro-angolana, a reunir-se de dois em dois anos, com as atribuições de avaliar a cooperação mútua nos domínios acima indicados, apresentar sugestões aos respectivos Governos e formular programas de intercâmbio cultural e educacional.

3. O documento tenderá, por sua própria substância, a estreitar ponderavelmente as relações do Brasil com Angola. Representa, portanto, uma forma a mais de consolidação do relacionamento do Brasil com a África de expressão comum.

4. Em vista do exposto, permito-me ressaltar a conveniência de ser ratificado o Acordo Brasileiro-Angolano. Sendo, para tanto, necessária sua prévia aprovação pelo Poder Legislativo, tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem que o encaminharia ao Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de meu mais profundo respeito. —  
Ramiro Saraiva Guerreiro.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA ENTRE  
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E  
O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e  
O Governo da República Popular de Angola,

DESEJOSOS de fortalecer os laços comuns de amizade e compreensão existentes entre os seus povos e de promover as relações culturais e científicas entre os dois países, e

CONSCIENTES dos vínculos culturais que unem os seus povos,  
ACORDAM o seguinte:

**Artigo I**

As Partes Contratantes comprometem-se a promover a cooperação mútua nos domínios da cultura, da educação e da ciência, da arte, e dos desportos e de comunicação social.

**Artigo II**

Cada Parte Contratante compromete-se a estimular os contactos entre os seus estabelecimentos de ensino superior e outros e promover o intercâmbio de seus professores, por meio de estágios no território da outra Parte, a fim de ministrarem cursos ou realizarem pesquisas, troca de delegações e documentação de caráter científico-pedagógico.

**Artigo III**

Cada Parte Contratante concederá ou estimulará a concessão de bolsas de estudo a nacionais da outra Parte para iniciar ou prosseguir estudos, estágios, cursos de especialização ou de aperfeiçoamento.

Aos beneficiários dessas bolsas serão concedidas dispensa de exames de admissão e dos pagamentos de taxas de matrículas.

As condições de envio e estadia dos beneficiários de bolsas de estudo, no território da outra Parte, serão definidas em Protocolos a estabelecer com cada Organismo específico.

**Artigo IV**

As Partes Contratantes darão a conhecer, anualmente, por via diplomática, as suas ofertas, concernentes às áreas de estudo e ao número de estudantes da outra Parte que poderão ingressar, sem exames de admissão, na série inicial de suas instituições de educação superior, isentos de quaisquer taxas escolares.

**Artigo V**

A transferência de estudantes de uma das Partes para estabelecimentos educacionais da outra ficará condicionada à apresentação, pelo interessado, de certificado de aprovação de estudos realizados, devidamente reconhecidos e legalizados pelo país de origem.

A revalidação e adaptação dos estudos se realizarão de acordo com as normas estabelecidas pela legislação do país onde os estudos tiverem prosseguimento.

Em qualquer caso, a transferência estará subordinada à prévia aceitação da instituição de ensino para a qual o estudante deseja transferir-se.

**Artigo VI**

Os diplomas e títulos expedidos por instituições de ensino superior de uma das Partes Contratantes terão validade no território da outra Parte, desde que preencham as condições de equiparações exigidas pela legislação vigente em cada Parte Contratante.

**Artigo VII**

As Partes Contratantes procurarão promover:

a) visitas de estudo e de informação, individuais ou em grupo, e participação em congressos e outras reuniões de escritores, historiadores, artistas, professores, cientistas, técnicos e outras personalidades representativas destes domínios;

b) intercâmbio de investigadores e especialistas, individualmente ou integrados em missões.

**Artigo VIII**

As Partes Contratantes, com o objetivo de desenvolver o intercâmbio entre os dois países no domínio do cinema, promoverão:

a) a exibição de películas documentárias, artísticas e educativas;

b) a realização de semanas, ciclos ou sessões de cinema, bem como contactos entre cinematecas com vistas ao estudo e divulgação das respectivas cinematografias.

**Artigo IX**

Cada Parte Contratante esforçar-se-á por promover no território da outra o conhecimento do seu património cultural, nomeadamente por meio de:

a) conferências, colóquios e outras reuniões de caráter análogo;

b) exposições artísticas, bibliográficas e outras;

c) intercâmbio de grupos artísticos, musicais ou de folclore;

d) intercâmbio de filmes, gravações em discos ou noutro material, de livros e periódicos, de publicações de caráter científico, cultural ou técnico.

**Artigo X**

Cada Parte Contratante favorecerá e estimulará a cooperação entre as respectivas universidades, instituições de ensino superior, museus, bibliotecas, instituições científicas e tecnológicas, centros de cultura e demais instituições culturais.

**Artigo XI**

As Partes Contratantes procurarão transmitir em publicações de divulgação ou de caráter científico o correto conhecimento da história, dos valores culturais da outra Parte, com base na documentação trocada para o efeito.

**Artigo XII**

1. Cada Parte Contratante procurará promover através das suas instituições públicas, especialmente sociedades de escritores, de artistas, instituto de livro ou institutos científicos, o envio regular de suas publicações com destino às suas bibliotecas.

2. Cada uma das Partes Contratantes estimulará a edição, a co-edição e a importação de obras literárias, artísticas, científicas e técnicas de autores nacionais da outra Parte.

**Artigo XIII**

Cada Parte Contratante procurará proteger no seu território os direitos de propriedade artística, intelectual e científica, originária da outra Parte, de harmonia com as convenções internacionais a que tenha aderido ou venha a aderir no futuro.

**Artigo XIV**

1. Ambas as Partes estimularão o intercâmbio e a co-produção de material radiofónico e de televisão, e incentivarão o intercâmbio no setor do rádio e televisão educativas.

2. Cada Parte Contratante compromete-se a receber em seu território candidatos da outra Parte para a frequência de cursos de formação e aperfeiçoamento, e sua participação em estágios de superação profissional no domínio do jornal, rádio e televisão.

**Artigo XV**

As Partes Contratantes promoverão o intercâmbio e a cooperação entre suas organizações desportivas, com vistas ao desenvolvimento do desporto e a realização de competições nas modalidades de atletismo, "handbol", basquetebol, futebol, patinagem e voleibol.

**Artigo XVI**

As Partes Contratantes terão em conta as necessárias facilidades alfandegárias, isenção de direitos e outras taxas aduaneiras relativas à entrada no seu território de todo material não destinado a fins comerciais que tenha como objetivo a concretização das atividades decorrentes do presente Acordo.

**Artigo XVII**

Para aplicação das facilidades e isenção a que se refere o Artigo XVI, o Governo interessado proporcionará ao outro, por via oficial, a descrição pormenorizada dos objetos ou materiais para os quais tenha pedido entrada no território da outra Parte assim como as demais circunstâncias referentes ao pedido de isenção.

**Artigo XVIII**

Para velar pela aplicação do presente Acordo e com o fim de adotar quaisquer medidas necessárias para promover ulterior desenvolvimento das relações culturais entre os dois países, será constituída uma Comissão Cultural Brasileira-Angolana.

A Comissão Mista terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) avaliar a implementação deste Acordo;
- b) apresentar sugestões aos dois Governos com vistas a facilitar a execução do Acordo em seus pormenores e dúvidas de interpretação;
- c) formular programas de intercâmbio cultural e educacional.

A referida Comissão se reunirá cada dois anos, alternadamente, em Brasília e Luanda, podendo, em caso de necessidade, reunir-se extraordinariamente.

**Artigo XIX**

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes e seus efeitos cessarão seis meses após a data da denúncia.

A denúncia ou expiração do Acordo não afetará o cumprimento dos programas e projetos em execução, e ainda não concluídos, salvo quando as Partes Contratantes convierem o contrário.

**Artigo XX**

O presente Acordo é concluído por um período de um ano e renovar-se-á, tacitamente, por períodos sucessivos de igual duração se nenhuma das Partes o tiver denunciado por escrito seis meses antes da data da sua expiração.

O presente Acordo entra em vigor à data da troca dos instrumentos de ratificação, conforme os procedimentos legais e constitucionais dos respectivos países.

Feito em Luanda, aos 11 de junho de 1980, em dois exemplares originais em língua portuguesa, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil **Ramiro Saraiva Guerreiro**.

Pelo Governo da República Popular de Angola: **Paulo Jorge**.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lida a seguinte*

OF. GL-PMDB Nº 039/81

Brasília, 25 de março de 1981.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 86, do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a V. Exª que esta Liderança deliberou proceder modificações na representação do PMDB, na Comissão de Assuntos Regionais, passando-se o Senador Evandro Carreira, de Suplente, para Membro Titular e o Senador Marcos Freire, de Membro Titular, para Suplente.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª os protestos de elevada estima e distinto apreço. **Marcos Freire**, Líder do PMDB

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1981****Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 488. O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, será reduzido de duas (2) horas diárias sem prejuízo do salário integral.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Diz a lei em vigor que, quando o empregador der aviso-prévio ao empregado, a jornada de trabalho deste sofrerá redução de duas horas, sem prejuízo da remuneração integral.

A redução, nestes termos determinada pelo art. 488 da CLT, tem a finalidade de possibilitar ao empregado despedido, oportunidade e tempo para procurar outro emprego, justamente no horário de trabalho, pois fora dele ser-lhe-ia impossível fazê-lo.

Tal redução de jornada não é prevista, entretanto, no caso em que o aviso-prévio é dado pelo empregado, isto é, quando o trabalhador é que manifesta a intenção de deixar o emprego e o comunica ao patrão.

Acontece que, muitas vezes, mesmo tomando a iniciativa de pré-avisar, o trabalhador ainda não tem outro trabalho assegurado, outro emprego acertado. Se manifesta a intenção de deixar o emprego em que está é porque não se sente bem ou porque pretende conseguir coisa melhor, devendo ter direito amplo de fazê-lo, da mesma forma que o empregador tem o direito de não mais continuar com o empregado a seu serviço.

Por isto o presente projeto de lei que, antes de mais nada, consubstancia medida de equanimidade entre os direitos do trabalhador e do empregador nessa questão de redução da jornada de trabalho em consequência de pré-aviso.

Sala das Sessões, 26 de março de 1981. — **Orestes Quércia**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1.º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 488. O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha, como Líder do Partido Popular.

**O SR. GILVAN ROCHA** (PP — SE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Nação amanheceu estarecida por acontecimentos que ocorreram na madrugada de ontem, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde o *Jornal Tribuna da Imprensa* foi invadido em plena madrugada, tendo os seus funcionários e jornalistas sido sequestrados e retirados da redação onde, depois, uma bomba de alto teor explosivo danificou o patrimônio daquele jornal construído pela independência e perseverança do jornalista Hélio Fernandes.

Este fato, Sr. Presidente, acontece envolto em misteriosas coincidências. A primeira coincidência é aquela de que, no dia anterior, indivíduos estiveram na redação daquele jornal, sem mandado judicial, pretendendo a desapropriação de bens, uma suposta ordem da justiça.

Outra coincidência, Sr. Presidente, é o posicionamento conhecido em todo o Brasil do jornalista Hélio Fernandes, homem que já foi preso, cassado, processado várias vezes, que fez daquele seu refúgio jornalístico a arma da sua intimoçata coragem e do seu profundo desprezo em agrandar os poderosos.

Este fato, Sr. Presidente, que ocorre justamente agora que o País começa a sair da nebulosidade de um regime ditatorial para entrar nas primeiras brechas de luz da abertura política, vem demonstrar o quanto é forte, o quanto é poderosa a facção que não deseja a concretização da democracia brasileira.

Uma terceira coincidência, Sr. Presidente, que não pode escapar, é o fato de que esses atentados terroristas no Brasil não são iguais àqueles outros que,

coincidentemente, estão acontecendo em países plenamente democráticos. Lá, acontecimentos como estes estarrecem o governo e a nação. Mas não somente estarrecem, são punidos exemplarmente, partam de onde partirem.

Infelizmente, Sr. Presidente, uma coincidência que é absolutamente estranhável faz com que os atentados que acontecem e aconteceram no País só tenham chegado à sua solução final, no sentido da punição dos responsáveis, quando são ligados indelevelmente à esquerda extremada.

O Brasil, que montou um aparato de segurança de Estado, que sepultou, felizmente, aqueles que queriam chegar ao poder por força das armas, mostrou-se impotente no sentido de punir com a mesma exemplaridade todos aqueles atentados, como os das bombas contra as bancas de jornais, contra o Professor Dalmo Dallari, contra a OAB, que permanecem, infelizmente, no mais nebuloso mistério.

*O Sr. Moacyr Dalla (PDS — ES) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?*

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** Com muito prazer.

*O Sr. Moacyr Dalla (PDS — ES) —* Eminente Senador Gilvan Rocha, todos nós, quer o Governo, quer Oposição, repudiamos esses atos de terrorismo. Ainda ontem, tivemos a oportunidade de ouvir na CPI que examina a ação terrorista do País o depoimento do Coronel Moacyr Coelho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal. Em seu pronunciamento, aquela autoridade disse, alto e bom som que a Polícia Federal está imbuída dos melhores propósitos de erradicar, de uma vez por todas, quer o terrorismo de centro, quer o de direita, ou de esquerda; espancou, de certa forma, os atentados a bancas de jornais; falou sobre o seqüestro do Professor Dalmo, disse da bomba da OAB e das providências que o Governo e aquela instituição de segurança estão tomando. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. É triste, muito triste, nos nossos dias, ver uma imprensa livre, uma *Tribuna da Imprensa* ser, de um modo aviltante, massacrada. Tenha V. Ex<sup>a</sup> a certeza de que, no que depender do Governo, as autoridades maiores desta República farão o possível e o impossível para apurar. Empresto a V. Ex<sup>a</sup> a nossa solidariedade e devo dizer que levarei ao Sr. Ministro da Justiça ainda hoje, cópia do seu pronunciamento.

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** Muito obrigado pela sua intervenção, nobre Senador. Mas V. Ex<sup>a</sup> apenas reafirma essa incompreensível coincidência, a de que apesar do empenho declarado tantas vezes das autoridades competentes, a coincidência incrível continua pelo fato da não punição, da não descoberta dos atentados que estão atingindo não extramados de esquerda, mas a homens que pela sobriedade, pelo posicionamento ideológico, como o jornalista Hélio Fernandes e o professor Dalmo Dallari, para só citar esses, estão muito longe daqueles extremistas.

O que a Nação espera, Sr. Presidente, é que o empenho elogiável de setores do Governo, em demonstrar a sua apreensão no sentido de que não entre este País novamente numa luta se facções, seja estendido também na proteção desses democratas que estão sendo tombados, pessoalmente ou nas suas propriedades, pelo terrorismo, seguramente de direita, que estão recidivando neste País.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** Com muito prazer, nobre Senador.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* Senador Gilvan Rocha, V. Ex<sup>a</sup> falou nas facções. Realmente, no País, há uma divisão entre aqueles que querem a abertura democrática e aqueles que não a querem. E o acontecimento desta madrugada, que V. Ex<sup>a</sup> relatou, é e deve ter o propósito de criar mais uma pedra no caminho da abertura política no País. Não houve vítimas, é verdade, e, pelo que consta, até houve uma preocupação em não fazer vítimas. Mas a gravidade deste ato de terror, exercido, segundo informações, por dez pessoas de capuz, está em que, mesmo sem ter tirado qualquer vida humana, agrediu a vida do País, porque o terror agride a própria alma brasileira que, por formação, não aceita a violência. Nós acreditamos que o Presidente da República, que o Governo pretenda a abertura política, e por acreditar nisso é que hoje acompanhamos uma comissão liderada pelo Presidente do nosso Partido, Senador Tancredo Neves, que foi pela manhã ao Ministro da Justiça solicitar ao Governo que de uma vez por todas, dê um paradeiro ao terror neste País. E a única forma de dar esse paradeiro é exatamente descobrir quem são os homens responsáveis por essa escalada do terror da direita. É a contribuição que dou ao seu anúncio de mais esse ato que é repugnado pela Nação inteira. Devo dizer também que ainda acreditamos e esperamos que desta vez o Governo consiga descobrir os responsáveis.

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** Muito obrigado, nobre Senador.

*O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) —* Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** Com muito prazer.

*O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) —* O braço armado dos celerados psicopatas atingiu mais uma vez um órgão que clama por liberdade neste País. Nós estamos convencidos de que diretamente não é o Governo responsável por isso, todos nós estamos convencidos disso. Mas há — eu não diria omissão, realmente não é omissão — um certo descaso na apuração desses fatos pelo próprio Governo. A Nação inteira, perplexa, está preocupada no sentido de que a Polícia Federal, daqui uns dias, através de seus inquéritos, venha dizer a todos nós, que não há provas concludentes contra ninguém. Enquanto isso, os encapuzados violentam a sociedade brasileira como um todo. Mas há coincidências, como bem disse V. Ex<sup>a</sup> No dia 18 de abril de 1979, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava, na íntegra, um documento elaborado pelo CIEEX, a respeito da imprensa alternativa e da imprensa de um modo geral, no País, sobretudo a escrita. No dia seguinte, nós estávamos, aqui, analisando esse documento, neste mesmo plenário. E é interessante notar que, há dois anos, esse documento previa a utilização de métodos e instrumentos contra a imprensa livre deste País, que estão sendo aplicados, paulatinamente, pelo próprio Governo. Um deles seria utilizar-se do fato desses jornais, dessas empresas jornalísticas deverem à Previdência Social, para fechá-los através de cobranças judiciais, utilizando-se o arcabouço jurídico que existe. Ora, sabemos que toda a imprensa escrita, no País, deve à Previdência Social, porque toda ela está, há muitos anos, em extremas dificuldades financeiras, e não apenas os jornais alternativos mas, também, a grande imprensa nacional. Ela, também, deve à Previdência Social, e muito. Ora, ninguém é contra a cobrança pela Previdência Social de seus devedores. Ninguém é contra: em sua consciência, ninguém pode ficar contra. O empresariado nacional, de um modo geral, neste País, deve à Previdência Social 200 bilhões de cruzeiros. No entanto, o maior devedor à Previdência é o próprio Governo. Porém, de uns dias a esta parte, a Previdência começou a utilizar-se disto para obstaculizar o curso normal das atividades da imprensa, sobretudo a alternativa, incluindo a *Tribuna da Imprensa*, que é um jornal diário. Não apenas a *Tribuna da Imprensa*, mas o *Movimento*, o *Pasquim*, o *Em Tempo*, a *Tribuna Operária* têm recebido, em suas oficinas, visitas de fiscais do IAPAS, que não têm nenhum conhecimento da própria empresa, inclusive, nenhuma informação, apenas como forma de pressão sobre esses jornais. Faço essa denúncia, se me permite V. Ex<sup>a</sup>, em seu discurso. Na verdade, estão aplicando na prática recomendações daquele documento do CIEEX, que fere profundamente a liberdade de imprensa no País. Que fique bem claro: ninguém pode ser contra a cobrança, até mesmo judicial, pela Previdência, dos seus devedores. O empresariado nacional deve cerca de 200 bilhões de cruzeiros à Previdência Social, mas, na verdade, quase tanto quanto isso, o Governo também deve à própria Previdência Social, e esta, por sua vez, deve 78 bilhões na rede bancária do País. Agora utilizar-se disto, discriminatoriamente, para pressionar, através da cobrança desses débitos que estas empresas em permanente déficit ou prejuízos não têm condições de pagar, pressionar a sua liberdade de fazer imprensa, aí não podemos concordar. Na verdade, isso é uma tranca na abertura. Eu diria, é uma tranca na ruptura que se fez neste País no sentido de se abrir. É a denúncia que precisa ser feita, ao lado dos atos desses celerados, desses psicopatas que, encapuzados, violentam a sociedade, que mesmo sem matar ninguém ofendem a alma nacional, como disse V. Ex<sup>a</sup>, ao lado disso, destes truculentos que querem fazer o País voltar à longa noite de trevas, de que há bem pouco começamos a sair. A mim me parece, e a nós todos, que isso não tem nada a ver, diretamente, com o Governo. Tem a ver com o Governo a utilização do arcabouço jurídico, que aí se encontra, para pressionar a imprensa através de meios como este. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** V. Ex<sup>a</sup> tem razão, nobre Senador. Justamente sobre isto que dizíamos: além do lamentável do ocorrido, essa série de coincidências misteriosas que estão envolvendo os atentados do País. Dizíamos mais, nobre Senador, que os atentados aqui, no Brasil, são absolutamente diferentes em tratamento dos que estão ocorrendo, para a vergonha da Humanidade, em todo Mundo, inclusive nos países mais democratas.

Sr. Presidente, o mais grave de tudo isso é que não se trata de uma luta de extremados, porque se ontem os atentados eram dirigidos contra o Governo por grupos extremados, se anteontem era a resposta do Governo sobre esses extremistas, hoje os atentados atingem os liberais, os democratas e poderão atingir até os bem-intencionados, como acreditamos ser o Presidente da República.

*O Sr. Luiz Fernando Freire (PP — MA) —* V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) —** Pois não, nobre Senador Luiz Fernando Freire.

*O Sr. Luiz Fernando Freire (PP — MA) —* Nobre Senador Gilvan Rocha, já é um fato notório, do nosso cotidiano, o noticiário da onda de banditismo que cresce neste País, em todos os níveis, assim como notória já é a

pouca eficácia da ação policial no combate, na descoberta e na punição também desses mesmos bandidos, quando são descobertos, se são descobertos. Esses atos de banditismo afetam o indivíduo por si, afetam a coletividade e mais gravemente, nos seus maiores níveis, afetam a vida nacional. Esse atentado que sofreu a *Tribuna da Imprensa* é gravíssimo. Esperamos que a ação policial, a ação da Justiça não tarde a mostrar a sua eficácia, porque a Nação espera uma resposta para esses atentados. Não poderia deixar de manifestar a minha solidariedade ao Jornalista, ao correligionário e ao meu caro amigo Hélio Fernandes nesse brutal atentado perpetrado contra a sua pessoa, através do seu jornal.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Nós é que lhe agradecemos, nobre Senador Luiz Fernando Freire, pela colaboração à nossa palavra.

Sr. Presidente, o Partido Popular, que se orgulha de ter no Jornalista Hélio Fernandes um dos seus mais valorosos correligionários, cumpre o seu dever. O nosso Presidente já esteve com o Ministro da Justiça. Aqui estamos nós, profundamente consternados, nesta tribuna, dizendo a este Plenário, especialmente ao Presidente da República, da nossa indignação. Cremos, sinceramente, que o Senhor Presidente da República está indignado. Isso só não basta. Sua Excelência tem um débito com a Nação. Sabe Sua Excelência que, na medida em que esses atentados estão ocorrendo contra órgão de imprensa, contra homens claramente desvinculados aos extremismos ideológicos, não forem descobertos, punidos os seus executores e apontados os seus mandantes, Sua Excelência corre o risco de fazer prosperar a suspeição de que há envolvimento de órgão de segurança do Governo nesses atentados.

O Sr. Tancredo Neves (PP — MG) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Com muito prazer, meu nobre Presidente.

O Sr. Tancredo Neves (PP — MG) — Com o brilho de sempre, V. Ex<sup>a</sup> está interpretando com rigorosa fidelidade o sentimento e o pensamento do Partido Popular, que aliás é de toda a Nação, em face desse ignominioso atentado contra essa legenda da imprensa livre do Brasil que é a *Tribuna da Imprensa*. Nenhum de nós cometeria a injustiça, como V. Ex<sup>a</sup> assinalou muito bem no seu discurso, de responsabilizar o Presidente da República, ou qualquer dos seus auxiliares imediatos ou mesmo qualquer integrante do seu Governo, nessas chocantes ocorrências. No entanto, é exato que, se ainda desta vez o Governo não encontrar meios de esclarecer o episódio, de desvendá-lo em todos os seus aspectos de, apontar os responsáveis à opinião pública e encaminhá-los à Justiça, o Governo que hoje, no nosso entender, não tem nenhuma responsabilidade nos fatos, passará a ter, por omissão, conivência com os mesmos. A Nação exige que esse crime seja apurado, que os seus autores sejam indiciados, pois que, se esse crime contra a Nação atinge diretamente a liberdade de imprensa neste País, atinge também, de cheio, a autoridade do Presidente da República.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Muito obrigado, nobre Senador Tancredo Neves, pela serenidade de suas palavras e pela coincidência do nosso ponto de vista, que é, realmente, o ponto de vista do nosso Partido.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um rápido aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Pedimos apenas que o nobre Senador seja breve. Já estamos sendo chamado a atenção pelo Sr. Presidente. Logo após concluiremos.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Nobre Senador Gilvan Rocha, ao falar sobre o atentado cometido contra a *Tribuna da Imprensa*, ao condenar veementemente esse comportamento insano, V. Ex<sup>a</sup> não o faz apenas como homem do Partido Popular, porque recebe também da Bancada do PMDB no Senado inteira solidariedade, já anteriormente manifestada no aparte do nobre Senador Henrique Santillo. Efetivamente o que se espera do Governo é que, com rapidez, abra o competente inquérito e procure chegar ao âmago da questão, encontrando os responsáveis, para que não se perpetue na opinião pública do País o mesmo sentimento de frustração já experimentado no caso do atentado cometido contra a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e contra a Ordem dos Advogados do Brasil, ceifando, no segundo caso, uma vida, e deixando mutilado, no primeiro caso, um velho servidor da Câmara Municipal carioca. Até hoje, decorridos mais de seis meses, tem-se apenas a prisão de um cidadão tido como um dos autores, e são os próprios órgãos do Governo que dizem que ele não agiu sozinho. No entanto, até agora ninguém sabe, ninguém viu, ninguém dá notícia dos membros que compuseram esse nefando complô.

O SR. GILVAN ROCHA (PP — SE) — Muito obrigado, nobre Senador.

Sr. Presidente, sabemos da gravidade do momento nacional. Por isso mesmo, desejamos que o Presidente da República, ouvindo a palavra de um dos Partidos organizados deste País, medite: na medida em que não forem apontados e exemplados os autores desse atentado, não entrará somente em perigo a pregação libertária dos democratas deste País, mas, sobretudo, a juramentada promessa de Sua Excelência de fazer deste País uma democracia. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há 11 dias, cerca de 800 pequenos e médios proprietários rurais estão acampados no trevo que, de um lado, dá acesso ao canteiro de obras da empresa da Usina de Itaipu, de outro lado, demanda a Argentina, e ainda na BR - 277, no trecho Curitiba—Assunção.

Exatamente nesse trevo há 11 dias estão lá esses pequenos agricultores acampados. E o que os move a esse gesto, quase que supremo, para chamar a atenção da opinião pública, e sobretudo das autoridades responsáveis pelo problema, é o desejo de serem justificados, Sr. Presidente. Querem eles justiça, com relação às desapropriações das suas terras.

Mais adiante, nós vamos ver, pelo depoimento de alguns desses colonos, o verdadeiro drama a que, neste instante, estão submetidos. O preço do progresso está sendo bastante elevado para uma parcela razoável da população do nosso Estado.

Esse movimento dos agricultores daquele extremo oeste do Paraná está sendo integralmente apoiado pelo bispo daquela diocese, a de Foz do Iguaçu, Dom Olívio Fazza, e com a solidariedade, já nesta hora, de todos os bispos da Regional Sul II, da CNBB, através de um telegrama assinado pelo Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto.

Nós já tivemos a oportunidade, em outras ocasiões, de dizer que o nosso Estado, o Paraná, tem contribuído muito para o progresso deste País, e, nesse aspecto, não tem tido, nem de perto, uma justa retribuição por aquilo que dá ao País. No ano passado, quase 30% do total agrícola nacional foi produzido em nosso Estado. Este ano, embora o percentual seja menor, entretanto, o volume da safra no Paraná será maior ainda do que a do ano passado. Do total do potencial hidrelétrico inventariado no País, o meu Estado contribui com cerca de 28%, e aí, exatamente, que, no meu entendimento, reside a maior injustiça que o Governo federal comete contra o Paraná, porque, exatamente, está vendo, como todos nós estamos vendo, o meu Estado cada vez diminuir o seu território, com aquele verdadeiro rosário de hidrelétricas que se estendem pelas três maiores bacias hidrográficas daquele Estado: O rio Iguaçu, o rio Paranapanema e o rio Paraná. Entretanto, este afunilamento do nosso território não dá ao nosso Estado, como seria dever do Governo federal, a justa retribuição, porque se é bem verdade que também o nosso Estado é atendido com a energia gerada, também não é menos verdade que mais de 90% de toda energia gerada no Paraná serve a toda região Sul e Sudeste do Brasil. Então, há dois tipos de prejuízos que o meu Estado, neste aspecto da construção de usinas hidrelétricas, sofre: de um lado, prejuízo indireto, por não estar tendo a justa remuneração.

Eu me permitiria, Sr. Presidente, dar à Casa conhecimento dos números que, através dos jornais, me chegam divulgados num discurso na Assembléia Legislativa do Paraná, pelo Deputado Gernoti Quirinos. Diz ele que para a construção da Barragem de Itaipu o Paraná perde uma área igual a 835 quilômetros quadrados, área esta que causa uma perda de 210 toneladas de grãos, anualmente, quantidade esta de cereais que corresponde a quase 1 bilhão e meio de cruzeiros.

Quer dizer, a Barragem de Itaipu, na hora em que for fechada, alagará esta área de 835 quilômetros quadrados, e isto vai causar ao meu Estado, anualmente, um prejuízo de 1 bilhão e meio de cruzeiros, de áreas que vão deixar de produzir.

Mesmo assim, em seguida, já começou a construção de uma nova hidrelétrica, um pouquinho acima de Itaipu, que é a Hidrelétrica de Ilha Grande. A Barragem de Ilha Grande vai inundar, no meu Estado, ainda, uma área de 1.370 quilômetros quadrados. Uma área, portanto, maior ainda, quase 500 quilômetros quadrados, do que a de Itaipu — Área alagada, bem entendido, não o potencial, evidente.

Mas, o alagamento dessa área resultante da Barragem de Ilha Grande vai fazer com que o meu Estado perca, anualmente, duzentas e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e oito toneladas de grãos, o que corresponde, em cruzeiros, a uma perda anual de cinco bilhões e seiscentos e sessenta milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, além desses prejuízos indiretos, porque o Governo federal, o Governo da União, não dá a contrapartida para ressarcir o Estado

desses prejuízos, ainda há um outro prejuízo, que eu considero mais grave, que é o prejuízo direto, é o prejuízo que o Governo federal, através da empresa estatal, responsável pela construção de Itaipu, causa aos proprietários dessas áreas. Itaipu, que gasta um volume extraordinário de recursos, quer fazer economia exatamente na parte menos despendiosa da obra que é a da desapropriação e, portanto, se recusa, sequer, a pagar o preço justo, o valor de mercado para as áreas que vão ser alagadas e cujos proprietários, na sua esmagadora maioria, são de pequenos e médios.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) — V. Ex<sup>a</sup> me permite?*

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** ... Eu falei em custos e eu gostaria de fazer algumas projeções, para estabelecer um relacionamento entre o custo da obra e o custo das desapropriações. Nenhum de nós tem acesso não só aos custos de Itaipu, como, de resto, não temos acesso à orçamentos, a despesas, e a receitas de nenhuma empresa estatal, neste País, entretanto, pelo que se anuncia, pelo que já ouvimos até do Sr. Ministro das Minas e Energia, pelo que já ouvimos de próprios diretores de Itaipu, o custo de cada quilowatt instalado, a preço de hoje, chega a aproximadamente 2 mil dólares.

Então é fácil fazer uma projeção do custo dessa usina. Se essa usina está projetada para uma capacidade final instalada de 12.600.000kw, acerca de dois mil dólares o kw, vamos ter, ao final, o custo aproximado de 25 bilhões e 200 milhões de dólares, o que corresponde, os valores de hoje, aproximadamente, a 2 trilhões de cruzeiros.

Ora, façamos uma projeção, agora, do custo dessas desapropriações e vamos chegar, aproximadamente, pelo que nos informa o Deputado Quirinos, no seu discurso na Assembleia Legislativa, que a área a ser alagada para a construção de Itaipu está em torno de 835 km<sup>2</sup>, o que equivale, aproximadamente, a 35.500 alqueires aos preços que Itaipu quer pagar aos produtores, cerca de 250 mil cruzeiros o alqueire, nós teríamos uma despesa de desapropriação em torno de 8 bilhões e meio de cruzeiros.

Isso aqui, Sr. Presidente, 8 bilhões e meio de cruzeiros para um custo total da obra de cerca de dois trilhões de cruzeiros, representa quanto? 0,4% do custo total da obra.

Ora, Sr. Presidente, é o caso de se perguntar: até onde vai a insensibilidade daqueles que são responsáveis pela administração neste País? Num custo de aproximadamente 2 trilhões de cruzeiros numa obra, quer-se fazer economia justo em cima de gente simples e humilde — como vamos verificar lá para a frente — que na sua imensa maioria compõe-se de agricultores que, em média, têm cerca de 5 alqueires. É fácil fazer-se o cálculo: são 35 mil alqueires, pertencentes a 7 mil proprietários que estão sendo evacuados, que estão sendo desapropriados nessa área para a barragem; então, 7 mil proprietários divididos em 35 mil alqueires, vamos ter 5 alqueires para cada proprietário, em média.

Então, é justo exatamente concentrar-se aí a economia que se pretenda fazer com a construção dessa grande hidrelétrica? É a pergunta que faço, ainda mais quando estamos acostumados a ter notícias, informações e denúncias de que tudo, em Itaipu, é exagerado. Lá não se mede, lá não há a menor preocupação, pelo que se percebe, com os gastos públicos, Sr. Presidente. Na verdade, Itaipu, é um verdadeiro gigante, e, com a associação com o Paraguai, há até informações de que pelo acordo Brasil-Paraguai, tudo que entrar lá e que seja do Brasil, obrigatoriamente a mesma quantidade tem que entrar pelo lado paraguaio.

Então, se Itaipu precisa de 10 engenheiros, obrigatoriamente tem que se contratar 5 do Brasil e 5 do Paraguai; precisa de mais tantos mil operários, metade daqui, metade de lá; material de construção tem que ser metade daqui, metade de lá. E acontecem fatos inusitados, como por exemplo no fornecimento de cimento e outros materiais: quando do lado do Paraguai não há em quantidade a correspondência com aqui, que há em necessidade de se comprar em Itaipu, então acontece o inusitado, como está acontecendo agora, de o Brasil estar financiando para o Paraguai a construção de fábricas de cimento. O Brasil está inclusive financiando lá para o Paraguai uma ferrovia para dar acesso a obra de Itaipu até Porto Stroessner na divisa com Foz do Iguaçu. E vai por aí afora, Sr. Presidente.

Além de tudo, metade dessa energia que vai ser gerada por Itaipu será do Paraguai, quando o Paraguai não investe um tostão; o Brasil investe 100% do valor da obra e apenas debita em conta corrente a metade para o Paraguai, que depois vai ressarcir o Brasil dessa dívida através da venda de energia para o nosso País.

Vê-se por aí, Sr. Presidente, que o contrato foi mal feito e que é bem provável que se pudesse construir Itaipu com a metade ou talvez menos dos recursos que estão sendo gastos. Ora, se não houver o mínimo escrúpulo, a mínima preocupação em se fazer economia de escala, por que, agora, querer-se fazer economia em cima dos pobres, humildes e, nesta altura, desgraçados agricultores do meu Estado e daquele extremo oeste? (Muito bem!) Sob que alegação?

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Affonso Camargo.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> sabe que conta com o nosso apoio ao seu pronunciamento. Eu queria apenas aduzir, nobre Senador José Richa, que o tratamento que Itaipu dá aos proprietários das terras que estão sendo desapropriadas é apenas o tratamento orientado pela mentalidade dos tecnocratas, que estão muito mais preocupados com o cimento, ferro e areia do que com os homens; é a mentalidade tecnocrata que está aí.

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** Perfeito.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* Não é só um problema de discutir preços, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que há casos em que os preços já foram definidos, só que não pagam, não realizam o pagamento, como se aqueles colonos pudessem ficar lá, esperando meses. Então, eles não tomam conhecimento de que existe aquele dono da terra, a mulher dele e os seus filhos, que estão preocupados porque precisam comprar outra terra, precisam ir para outro lugar, precisam produzir, pois é deles que depende o desenvolvimento do País. Por outro lado, gostaria, também, de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que corajosamente está entrando num assunto quase que proibido, porque é uma obra binacional, há sempre aquele receio natural de se começar a analisar uma obra binacional, por causa das implicações de política externa — não vou entrar nisto, juntamente com V. Ex<sup>a</sup> — mas se V. Ex<sup>a</sup> está interessado em levantar custos, saber se lá se faz economia de escala ou se faz desperdício em escala...

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** E economia no varejo.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* ... eu lhe diria o seguinte: procure obter custos unitários de Itaipu e, ao mesmo tempo, custos unitários da Usina de Foz do Areia, que foi construída pelo Governo do Estado do Paraná, e ver a diferença dos custos das mesmas unidades de duas usinas feitas praticamente simultaneamente, e V. Ex<sup>a</sup> vai ficar estarrecido.

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** Eu já sei, apenas eu tenho tanta coisa aqui a abordar, que não quis entrar nisto; mas, realmente, V. Ex<sup>a</sup> traz ao conhecimento da Casa um assunto da maior gravidade; alguém está mentindo ou alguém está roubando, porque o Governo do Estado faz uma imensa propaganda de uma usina que acaba de inaugurar, dizendo, inclusive, que os custos dessa usina foram tão reduzidos que, realmente, vale a pena fazer propaganda. O custo do kw instalado da Usina do Foz do Areia está, pela propaganda da COPEL, que é a empresa estadual, em torno de trezentos dólares o kw.

Ora, se o Governo do Estado pode construir uma usina — menor, é bem verdade, cerca de dois milhões e duzentos mil kws — se o Governo do Estado pode construir uma usina de dois milhões e duzentos mil kws, a custo do kw instalado de trezentos dólares, por que Itaipu, a custos de hoje, terá que custar dois mil dólares o kw instalado? Por que razão? Há uma evidente contradição, e isto eu acho que mereceria, inclusive, ser apurado, porque elas foram construídas simultaneamente. Claro que a de Foz do Areia é bem menor — menos de vinte por cento do total de Itaipu — mas ela está sendo concluída bem antes de Itaipu. É estranho que haja esse imenso diferencial de preço do quilowatt.

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* Nobre Senador José Richa, V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte? (Com assentimento do orador.) — O problema da comparação do preço do quilowatt instalado ainda poderia dar margem a se dizer que são usinas diferentes, de potências diferentes, tudo isso...

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** Mas os economistas não dizem que, quanto maior o empreendimento, maior é a economia de escala e, portanto, mais barato?

*O Sr. Affonso Camargo (PP — PR) —* O que eu queria aduzir é o seguinte: mais interessante ainda seria comparar unidades exatamente iguais. Por exemplo: metro cúbico de concreto; a casa do canteiro de obra, casas idênticas, quanto custou a casa em Foz do Areia e quanto custou a casa em Itaipu?

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** Exato. Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e continuo, Sr. Presidente. O que é que agora os agricultores...

*O Sr. Dirceu Cardoso (ES) —* V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) —** Permito agora, porque imagino que o assunto que V. Ex<sup>a</sup> vai abordar não seja o mesmo que abordarei daqui para a frente.

*O Sr. Dirceu Cardoso (ES) —* É exatamente isto. Nobre Senador, estava chegando agora, quando ouvi V. Ex<sup>a</sup> fazer um estudo comparativo entre Itaipu e Foz do Areia. Visitei Itaipu, com a Comissão de Minas e Energia, quan-

do do início das obras. Quero crer que o que pesa no custo do quilowatt de Itaipu seja linha de transmissão de 900 km de um sistema novo que vai ser usado na América. É o sistema de corrente contínua que vai exigir, hoje, um custo de mais ou menos a metade da construção das obras civis da usina. Não estou defendendo Itaipu porque caberia à Bancada do PDS defendê-la. Mas, como conheço o problema mais por cima, pela rama, acho que o diferencial existente entre o custo do quilowatt de Foz do Areia, que é um custo baixo, economicamente ótimo, e o custo de Itaipu é a linha de transmissão nossa que é uma enormidade: são 900 km de Itaipu até as distribuidoras da zona do Brasil sudeste. Portanto, quero crer que isso pese poderosamente no custo do quilowatt de Itaipu.

O SR. JOSÉ RICHIA (PMDB — PR) — Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. É uma contribuição importante, embora me pareça que, pela linha do nosso discurso, não há muita coisa a responder com relação ao seu aparte. Um fato, entretanto, me parece importante ressaltar: é que desde o início de Itaipu, pelo menos lá no Paraná, ouvimos, por diversas vezes, técnicos informarem que, como também Ilha Grande começou sua construção um pouco acima de Itaipu, se houvesse o desdobramento em mais de uma usina de menor porte, nós obteríamos a mesma potência final em escala instalada, sem acrescentar custos, porque, segundo eles, não há em empreendimento de tal vulto, em termos financeiros, em termos monetários, não há tanta economia em escala ao se fazer uma usina de 2,5 bilhões de quilowatts ou de 12,5 milhões de quilowatts, como está sendo construída de Itaipu. E com uma vantagem, já disse no início do meu discurso qual é a vantagem: é que áreas tão férteis como aquela do Paraná não precisariam ser inundadas, causando, como no caso de Itaipu, um prejuízo anual de cerca de 1 bilhão e meio de cruzeiros, porque são grãos, são cereais que deixam de ser produzidos.

O Sr. Dirceu Cardoso (ES) — Muito bem.

O SR. JOSÉ RICHIA (PMDB — PR) — Continuando, Sr. Presidente, o que é que reivindicam esses colonos lá instalados em frente ao canteiro de obras de Itaipu, cerca de 800, com suas mulheres e seus filhos? Um preço justo, nada mais do que isto. Um preço justo. Entendido como preço justo aqueles preços que lhes possibilitem pelo menos comprar uma área do mesmo tamanho. O que é preciso que a Diretoria de Itaipu saiba, tenha a sensibilidade para perceber que esses homens não sabem fazer outra coisa a não ser cuidar da terra. E que, portanto, pagar a eles um preço aquém do valor de mercado é condená-los a morrer de fome.

Eu conheço, Sr. Presidente, inúmeros proprietários desses que, amedrontados com o início das desapropriações — e é bom que o Presidente da Itaipu saiba disto — amedrontados porque os que cuidam da desapropriação são verdadeiros desalmados e exploram, inclusive, a simplicidade daqueles pequenos colonos, pagando preço insignificante, amedrontada, repito, a maioria dos que já tinham acertado amigavelmente os valores dessas desapropriações hoje já comeram o capital pequeno e estão vivendo em torno das grandes cidades como favelados, porque não estão preparados para mudar de atividade.

E o que é que eles reivindicam? O dobro do preço que Itaipu lhes oferece. Itaipu quer lhes pagar 250 mil cruzeiros o alqueire e eles querem 500 e até 600 mil cruzeiros o alqueire. Mas vamos supor que Itaipu não concorde, e eu já vi uma declaração no jornal do Diretor Jurídico de Itaipu, que diz que Itaipu não pode ser responsabilizada pelo exagerado aumento do custo de áreas daquela região, caso eles resolvessem pagar o que os colonos pedem. Acham que iriam inflacionar o preço da terra naquela região. Mas vamos, apenas para efeito de argumentação, aceitar uma estupidez dessa ordem. Então, por que Itaipu não atende os colonos, de acordo com uma outra sugestão que eles apresentam? Se Itaipu não quer pagar o preço justo, de acordo com o seu entendimento, que troquem com eles terra por terra, que Itaipu assegure outra terra, do mesmo tamanho, nas mesmas características e eles estão supersatisfeitos. Temos duas sugestões a fazer a Itaipu e ao Governo nesta hora. Há, naquela região, diversas grandes propriedades. A diretoria de Itaipu que desaproprie duas ou três grandes propriedades, o que dará para assentar os sete mil colonos em picadinhos de 2, 3, 4, 5 alqueires, como os que estão sendo desapropriados. Itaipu que pague a esses grandes proprietários, que devem ter outras atividades além da propriedade rural, o preço que achar, no seu entendimento, ser razoável e reassente os colonos da área alagada nessas áreas desapropriadas. Com isto, Itaipu terá muito menos trabalho: ao invés de lidar com 4,5 mil pequenos proprietários, que cuide de desapropriar meia dúzia de grandes proprietários para reassentar esse colonos.

Vamos supor que Itaipu não queira causar uma violência dessa ordem e não queira desapropriar grandes proprietários por interesse social, para reassentar esses colonos. Por que Itaipu não viabiliza o que estamos, desta Casa, desde o ano passado, pedindo? Que o INCRA libere o projeto da COTRI-

GUAÇU, de um milhão de hectares, no Mato Grosso, em Aripuanã. A COTRIGUAÇU veio exatamente cobrir uma deficiência do Governo, quando se preocupou com o aspecto social dos colonos. comprou essa área de um milhão de hectares, prioritariamente, para, através da colonização, assentar ou reassentar esses colonos. O INCRA engaveta o projeto e diz que não o aprova porque não considera a COTRIGUAÇU com capacidade técnica e financeira — sobretudo financeira — para promover aquela colonização. Pois que Itaipu garanta, financeiramente, o que a COTRIGUAÇU não tem para viabilizar o reassentimento desses colonos. Aqui fica a outra sugestão.

Sr. Presidente, peço a benevolência de V. Ex<sup>a</sup>, pois este assunto me parece muito importante e eu precisaria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sendo eu condescendente com V. Ex<sup>a</sup>, serei rigoroso com os demais oradores que estão aguardando justificações. São 15 horas e 30 minutos para entrarem no período de breves comunicações.

O SR. JOSÉ RICHIA (PMDB — PR) — Sr. Presidente eu ainda tenho 3 minutos. Comecei a falar às 15 horas e 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Mas, pelo Regimento, e rigorosamente, o período para breves comunicações começa às 15 horas e 30 minutos.

O SR. JOSÉ RICHIA (PMDB — PR) — Sim, mas, pelo Regimento também, eu teria assegurados os três minutos para completar a minha fala, depois da Ordem do Dia. Entretanto, para não pedir 3 minutos da Ordem do Dia para concluir, solicito ao seu bom senso que V. Ex<sup>a</sup> assegure desde logo os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está assegurada a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por 3 minutos.

O SR. JOSÉ RICHIA (PMDB — PR) — Bom, Sr. Presidente, dizia eu que a situação lá é grave, é de uma injustiça gritante. A prova é que não há segmento da sociedade naquela região, em todo o Estado que não esteja a favor dos colonos, a começar pela própria Igreja, conforme já declarei aqui. A situação chegou a um impasse, isto é o que me preocupa, porque a injustiça, ela existe, mas pode ser sanada. Entretanto, o impasse a que se chegou naquela área me parece perigoso demais.

Vou ler algumas declarações, Sr. Presidente, de um lado e de outro, para a Casa tomar conhecimento da gravidade do problema e do impasse a que se chegou. De um lado Itaipu diz que o assunto está encerrado. *A Folha de S. Paulo*, de ontem, Sr. Presidente, através do seu enviado especial nos dá conta de que a Binacional Itaipu deu o assunto por encerrado.

E aqui mais adiante diz que na ausência do Presidente Costa Cavalcanti e do Diretor jurídico Paulo Cunha, fontes da empresa limitaram-se a dizer que não há nenhuma possibilidade de serem reabertas as negociações. “Eles nem deveriam ter vindo aqui. Imaginem que eles estavam pensando em acampar aqui dentro, em frente ao centro administrativo” — justificou um dos porta-vozes.

Ora, Sr. Presidente, há mais de 5 ou 6 anos que estes colonos estão clamando por justiça. O que é que teria demais, se eles resolvessem entrar lá, e pacificamente, como estão conduzindo o seu movimento, acampasse, como estão lá acampados? Mas gente humilde não pode sequer acampar em frente de um órgão público, mas os poderosos transitam, diariamente, pelos gabinetes ministeriais! E ainda no ano passado nos dava conta a imprensa de que o Sr. Daniel Ludwig não só entrava em qualquer Ministério sem marcar audiência, como também era recebido pelo próprio Presidente da República, sem precisar marcar audiência.

Ora, o dono do Projeto Jari pode transitar, livremente, mas os pequenos colonos não podem sequer passar em frente para chamar a atenção da empresa e da Nação de que estão sendo injustiçados. Por aí se vê a mentalidade dos que estão cuidando, e por isso eu quero chamar a atenção do Presidente Costa Cavalcanti, que já foi Deputado, um homem de grande sensibilidade política, para que desperte para o outro lado do problema, que é o aspecto social. Se, de um lado, os homens de Itaipu pensam assim, vamos ver o que estão pensando — e daí a minha preocupação pelo impasse — os pequenos colonos.

“Nós já perdemos a nossa terra, não temos mais o que perder”, explicava João Oldenburg, dono de uma chácara de dois alqueires e meio em Santa Helena, que sustenta seus sete filhos.

João e Lucilda, sua esposa, esticaram uma faixa ao longo da barraca da BR-277. Hoje é nosso dia, queremos justiça. E não se conformam de terem gasto 12 mil cruzeiros para fazer a reedição da sua terra.

Dizem eles:

“Os homens da Itaipu querem pagar meio alqueire a menos e ainda por cima abaixo do preço. Isso não pode.”

Vejam a que ponto chegamos Sr. Presidente, Itaipu alegava que tinha 2 alqueires. Eles gastaram 12 mil cruzeiros para medir e chegaram a conclusão que tinha 2 alqueires e meio. Ainda assim, Itaipu não quer reconhecer a medição de uma família com sete filhos e quer tirar deles meio alqueire, Sr. Presidente; uma obra de 2 trilhões de cruzeiros, precisa tirar meio alqueire de uma família de sete filhos que não tem outra fonte de sustento! E além de querer tirar esse meio alqueire ainda quer pagar menos da metade do que vale. Isto não pode, como disseram o Sr. João e a D. Lucilda. E não pode mesmo.

“E hoje é nosso dia”, conforme dizem eles. “Nós queremos justiça”!

Mas, Sr. Presidente, não fica aqui. Ainda tem mais.

O Sr. Sérgio Lazzari, sitiante de São Vicente Grande, município de Santa Helena, dono de uma terra de nove alqueires que alimentava oito pessoas, vive o drama de Itaipu, como tantos outros há cinco anos.

Diz ele:

“Até agora estamos esperando, esperando. Eles prometeram que quatro anos antes da água chegar seríamos indenizados. A gente poderia usar a terra e teria dinheiro para comprar outra.”

Em 77, antes mesmo do decreto desapropriatório, a Itaipu começou a comprar tudo em Alvorada — a farmácia, o moinho, as lojas — e deu 90 dias para os antigos donos deixarem a vila. Com isso, os agricultores, sem infra-estrutura nem recursos, foram obrigados a vender suas terras por qualquer preço.

Quer dizer, prometeram que, quatro anos antes, eles indenizariam, e quatro anos antes, eles avisariam quando era preciso deixar suas terras.

Entretanto, aqui está um exemplo: Já em 1977, antes de sair o decreto desapropriatório, compraram quase toda uma vila, quase todo o Distrito de Alvorada e deram noventa dias de prazo para que eles desocupassem essa área.

Com isso, os agricultores, sem infra-estrutura e nem recursos, foram obrigados a vender suas terras por qualquer preço.

Sr. presidente, vou concluir; vou atender ao seu chamamento, mas antes de concluir, eu quero dizer que não é mais possível os brasileiros continuarem sendo, no seu próprio País, discriminados de acordo com a sua condição social.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Muito bem!

O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) — Por que que para os poderosos e ricos é possível cobrir-se o prejuízo, mesmo quando o Governo reconhece que eles administraram dolosamente a sua firma, incompetentemente administraram a sua firma, por que que o Governo pode cobrir os prejuízos, em nome de um problema social, e, no entanto, aqueles pobres e miseráveis colonos de dois, três, cinco alqueires, com uma penca de filhos para tratar, isso não é problema? É problema de polícia, conforme os jornais do Paraná denunciavam, que para conter oitocentos colonos — está aqui — “Fuzis barram colonos a caminho de Itaipu.” Isto na *Folha Londrina*. E a *Gazeta do Povo* nos dá conta que existem lá quatrocentos policiais da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia da Segurança interna de Itaipu; quatrocentos policiais com baionetas caladas, para conter oitocentos colonos que não têm um canivete, pacificamente.

Até quando vai haver essa discriminação? Nós nos lembramos ainda do Ministro Simonsen justificando os 40 bilhões de cruzeiros que o governo gastou para cobrir furos de financeiras mal administradas e dirigidas por safados. Quarenta bilhões de cruzeiros representam cinco vezes mais do que precisa para indenizar sete mil colonos que estão sendo despejados em nome do progresso e para construir a Barragem do Itaipu.

Aí é que está, não pode continuar havendo essa discriminação: tratamento social para os poderosos e tratamento policial para os humildes.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) V. Ex<sup>a</sup> me permite?

O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) — Pois não.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Na minha concepção, isto não é indenizar nada. Eles querem comprar uma terra, mas quem tem o direito de dar o preço são eles. E o dono da terra não tem direito nenhum. Isto é uma ignomínia, é um roubo, é um assalto, e V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ RICHÁ (PMDB — PR) — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Agradeço também a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Perdoe-me pelo entusiasmo e os minutos que roubei da Ordem do Dia. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, para uma comunicação.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Liderança do PMDB nesta Casa vem à tribuna, novamente para protestar contra outro atentado terrorista registrado no Rio de Janeiro. Não é esta a primeira vez, e os Anais do Congresso podem facilmente ser consultados para comprovar, que o PMDB denuncia à Nação o radicalismo de grupos extremistas que não se conformam com o avanço do povo nas conquistas democráticas que venham dar voz e vez aos oprimidos.

Desta vez foi a *Tribuna da Imprensa*, e não foi a primeira vez que a *Tribuna da Imprensa* e seu Diretor, jornalista Hélio Fernandes são alvos do obscurantismo e da violência do terror. E não apenas a sede material do seu jornal, mas até bens de propriedade daquele jornalista, que tem tido carros seus ou de seus familiares incendiados.

Pela madrugada de hoje, o Jornal *Tribuna da Imprensa* foi invadido por homens encapuçados que seqüestraram virtualmente os que lá se encontravam e fizeram explodir bombas que destruíram grande parte das oficinas daquele periódico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é incrível que aqueles que divergem politicamente de outros, não tendo argumentos para se contrapor à crítica da Imprensa que faz questão de ser independente, usem a força como argumento último. Pouco importa a posição de Hélio Fernandes que hoje, por sinal, é filiado a um outro Partido que não o PMDB; pouco importa que as bandeiras que ele defenda sejam válidas ou não, embora todos tenham que reconhecer a contribuição que ele, após 64, tem dado à luta de resistência democrática.

Mas o fato é que não se pode admitir que alguém, que tantas vezes tem sido ferido na sua liberdade de informar e de dirigir um Jornal, como *Tribuna da Imprensa*, continue a mercê de novos atentados sem que se estabeleça um mínimo de segurança à sua pessoa e ao exercício da sua profissão.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — Com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena (PMDB — PB) — Solidarizando-me com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> no que tange a esse brutal atentado de que foi vítima, mais uma vez a *Tribuna da Imprensa*. Desejo lembrar que, até hoje, não se conhece o resultado das investigações realizadas pelo Governo, a respeito de vários atentados neste País, inclusive daquele em que foi vítima o jurista Dalmo Dallari, por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil. Então, no momento em que V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do nosso Partido, assume a tribuna para profligar contra esses atentados terroristas de direita que só têm um objetivo, que é o de perturbar a marcha do País para a sua redemocratização, devemos insistir, junto ao Governo, por providências as mais urgentes, no sentido de um total esclarecimento de todos esses fatos, sob pena de se pôr em risco, cada vez mais, a própria autoridade do Senhor Presidente da República.

O SR. MARCOS FREIRE (PMDB — PE) — V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Humberto Lucena, invoca o atentado de que foi vítima o Jurista Dalmo Dallari. Seria oportuno registrar que, no dia de ontem, o Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, o Coronel Moacyr Coelho, ao depor na CPI sobre o terror, reconheceu que o atentado que sofreu aquele jurista em São Paulo, no ano passado, foi praticado por grupos extremistas de direita e que teve, como principal objetivo, impedir o processo de abertura democrática.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa declaração tem o seu aspecto positivo, porque mostra que já se teria identificado os grupos autores do referido atentado, grupos de direita e, ao mesmo tempo, os objetivos desse atentado que seria o de interromper o processo de normalização democrática. E poderíamos, também, invocar a declaração do Delegado José Armando Costa, na mesma CPI, que expressou a convicção de que, no caso dos atentados à OAB e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, um único suspeito preso, por atentados, no caso Ronald James Watters, mostra que ele não agiu sozinho e que, portanto, tudo isto faz parte de uma verdadeira máquina terrorista, porque na opinião do delegado, os atentados à bomba não foram obra de loucos, nem da participação única de Watters, sobre quem continuam pesando as mais fortes suspeitas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não poderia deixar de registrar que aquele jornal, através do seu Diretor, ontem mesmo, poucas horas antes do ocorrido, recebia um Oficial de Justiça, intimando-o quanto à execução de uma dívida. O Jornalista Hélio Fernandes não aceitou a respectiva intimação, ale-

gando que ela não vinha acompanhada do necessário mandato judicial. O fato é que, mesmo que o ocorrido pela madrugada não tenha correlação com esta ação que é movida contra o jornal, não deixa de ser estranho que o IAPAS estabeleça, na ordem de prioridade de executar os seus débitos, exatamente um jornal de oposição.

Falando hoje com o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, através do telefone, colhia daquele notável brasileiro a expressão da sua surpresa porque, dizia ele, "até que se fosse um jornal de Governo poderia ter o argumento de que se estava querendo exemplar, através de um jornal que não lhe combatia". Mas quando se sabe o número elevado de devedores do IAPAS é muito estranho, Sr. Presidente, que o alvo primeiro desta execução vá recair exatamente sobre o jornal. Não estamos aqui a defender aqueles que porventura não cumprem as suas obrigações fiscais, mas estamos a lamentar que, no momento em que o fisco ou o Poder público quer ir buscar o que julga que lhe é devido, escolha exatamente, na primeira linha, um jornal de oposição, do qual se pode discordar, mas que se tem de registrar o mérito da sua independência! Portanto, o PMDB, através da voz da sua liderança, traz neste instante a solidariedade, não apenas à *Tribuna da Imprensa*, não apenas aos que a fazem, mas a toda a Imprensa do Brasil. Repudia, ao mesmo tempo, que marginais, como os que praticaram o ato, ainda tenham usado sem-cerimoniosamente, de maneira cínica e criminosa, o nome do Jornalista Wladimir Herzog, como tomando o seu patrocínio para uma ação tão nefasta — esse jornalista que foi uma das grandes vítimas do regime repressivo que se instaurou neste País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, fique registrado, pois, o repúdio e o protesto do Partido de que nesta Casa exerço a Liderança.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Passos Pôrto) — Para uma comunicação, ainda, concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na sessão de ontem, quando o nobre Senador Humberto Lucena expediu importantes e lúcidas considerações em torno da realidade política brasileira, tive ensejo de apartá-lo para registrar um fato indiscutivelmente grave, envolvendo a Deputada do PMDB cearense, Professora Maria Luiza Fontenele de Almeida, uma das mais atuantes figuras da nossa agremiação, com destacado desempenho na nossa Assembléia Legislativa.

Em processo instaurado pela Superintendência local do Departamento de Polícia Federal, aquela parlamentar foi notificada para depor, ao arripio de formalidades expressas, insertas na Constituição do Estado e no art. 221 do Código de Processo Penal.

Juntamente como os Deputados Iranildo Pereira, Paes de Andrade e Figueiredo Correia, dei conhecimento da ocorrência ao Ministro da Justiça, sendo-lhe esclarecido, na oportunidade, que entre os nossos companheiros no Ceará generaliza-se o entendimento de que está em curso um trabalho caracterizadamente de intimidação, que objetiva desencorajar os líderes oposicionistas no afã a que se acham entregues, de promover a ampla estruturação de nossas bases com vistas aos embates eleitorais do futuro.

Além do relato que fizemos ao Ministro Ibrahim Abi-Ackel, dele reclamamos uma interferência saneadora de sua parte, resguardando-se imediatamente as prerrogativas processuais a que fazem jus os membros do Poder Legislativo de cada Unidade Federativa e, no caso, a Deputado atingida.

Hoje, o Presidente da Executiva Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, emitiu nota oficial a respeito, vazada nos seguintes termos:

Brasília, 26 de março de 1981

A Comissão Executiva Nacional do PMDB, tomando conhecimento da ação arbitrária e intimidatória, imposta à Deputada Estadual Maria Luiza Fontenele, do PMDB do Ceará, decorrente de sua intimação para prestar depoimento na Superintendência da Polícia Federal, daquele Estado, em flagrante desrespeito às prerrogativas asseguradas ao parlamentar, vem de público:

a) repudiar todo um processo de perseguição desfechado pelos agentes da repressão contra líderes do PMDB que promovem no Ceará a organização das bases partidárias, privilegiando os setores populares e as camadas mais sofridas da população, tudo dentro dos princípios básicos e doutrinários do programa do PMDB;

b) estranhar que, em pleno curso da chamada abertura política, se queira vitimar através de inquérito arbitrário e despropositado uma parlamentar, cuja destacada e dinâmica atuação faz com que seja merecedora do respeito e carinho da comunidade cearense, à qual serve com coragem, altivez e dedicação;

c) prestar total e irrestrita solidariedade à referida Deputada, em ação do agravo a que está sendo submetida, aliás, já oficialmente

levado, por representantes da bancada cearense no Congresso Nacional, ao conhecimento do Ministro da Justiça;

d) denunciar à Nação a existência generalizada, em quase todas as unidades federativas de um clima de notória intimidação contra a Oposição; em razão da luta pela conquista de uma sociedade mais justa e democrática.

Ontem, Sr. Presidente, o Líder de nossa Bancada na Assembléia Legislativa do Ceará fez enérgico pronunciamento em torno do caso, contando com a solidariedade de outros ilustres integrantes daquele Poder.

Ao dar conhecimento ao Senado do teor da nota do PMDB Nacional, faço votos de que o Sr. Ministro da Justiça impeça, com a sua autoridade, que tenham seqüência processos dessa natureza, os quais atentam frontalmente contra os propósitos da chamada abertura política. (*Muito bem! Palmas.*)

**O Sr. Dirceu Cardoso** (ES) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma comunicação.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como estou nos últimos instantes dessa minha primeira parte, antes do meu tratamento em Belo Horizonte, onde me internarei na próxima semana, quero deixar aqui um protesto. Recebi, há três dias, o Relatório da Presidência, de 1980, com os trabalhos que os Srs. Senadores realizaram.

Com relação à minha atuação, os dados não representam a verdade. Fui podado em muitos trabalhos, em dezenas de trabalhos, em quase uma centena de trabalhos. Uns porque não foram publicados; outros porque a Mesa da época — não é a Mesa de hoje — não interpretou as minhas intervenções ou não as enquadraram nos casos que o Regimento prevê; e noutras, Sr. Presidente, cortou, virulentamente, a manifestação e nem a considerou.

Sr. Presidente, estou fazendo requerimentos às diversas seções da Casa pedindo informações.

Só com relação a discursos na Taquigrafia, oito discursos meus não foram considerados aqui porque não foram publicados.

Sr. Presidente, da maneira como atuei o ano passado, que levou não só o meu tempo, levou a minha saúde também, eu não podia ter tempo de fazer revisão de discursos de um dia para outro. E, assim, o tempo transcorreu e esses discursos não foram publicados.

Não há dispositivo algum no Regimento que diga que um discurso proferido por um Senador e não publicado não mereça ser computado no Relatório da Presidência.

Estou aguardando as manifestações de requerimento que enderecei à Mesa, à Taquigrafia, ao Serviço de Som, à Comissão de Redação, à Comissão de Minas e Energia, onde tivemos tantas intervenções quantas as que fiz aqui no plenário; em seis depoimentos existem centenas de intervenções minhas que me desgastaram e que levaram a minha saúde. Não posso repetir mais isso. Estou doente; vou me internar numa clínica, antes de o Senado votar minha licença.

Sr. Presidente, quero fazer o meu protesto, mas devo dizer, com certa decepção, porque hoje mesmo recebo aqui da Mesa um ofício em que cinco pronunciamentos meus não foram computados por isto ou por aquilo, porque a Mesa não encaminhou. Inclusive uma carta ao Sr. Ministro do Planejamento perguntando se a política ora levada a efeito pelo Presidente da República, de empréstimos aos Estados e aos Municípios, era inflacionária. Isto não foi encaminhado. Eu fiz isto em outubro. Anteontem, nós tivemos informações da Mesa, de V. Ex<sup>a</sup>, que está despachando os processos atrasados da Mesa anterior, informou que isto não foi enviado ao Ministro do Planejamento.

Sr. Presidente, isto é um esbulho e eu não concordo com o esbulho, de maneira nenhuma.

Então, esses dados aqui levantados, com referência ao meu nome, não são a expressão da verdade. Só na Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual não se toma conhecimento aqui, mas, não há dispositivo que proíba, só na Comissão Parlamentar de Inquérito, em seis depoimentos há mais intervenção de que todas as intervenções minhas aqui em Plenário, só na Comissão Parlamentar de Inquérito. Só ali eu tive mais de 500 intervenções, em depoimentos.

Sr. Presidente, ainda há mais: na última sessão em que nós votamos empréstimos, dezoito empréstimos que passaram e sessenta que estavam ameaçando passar, encaminhei a votação dos projetos dezoito vezes, pedi verificação dezoito vezes. São, aí, 36 manifestações. Levantei quatro ou cinco questões de ordem: são, aí, quarenta e tantas manifestações, só numa sessão. Sr. Presidente, o que eu penso é do Senado, mas o que sinto é meu, exclusivamente meu. Portanto, protesto e digo: não são válidos para mim os dados recolhidos da Presidência da Casa, do ano de 1980. Sr. Presidente, eu vou dizer

um número que o Senado vai ficar estarecido. Eu tenho mil intervenções no ano passado. Registro, dia a dia, as minhas intervenções. Registrei em 1979 dia a dia, desconfiado disso, e tenho as de 1980. E agora, com a gravação, vou chegar às conclusões das minhas intervenções. Tenho mil intervenções o ano passado, somente o ano passado, ou melhor, tenho não, ultrapassei as mil intervenções o ano passado, e aqui estão consignadas 400 ou 500.

Portanto, Sr. Presidente, era o protesto que queria fazer. Não contra a Mesa de V. Ex<sup>a</sup>, que, parece — parece não, nós estamos sentindo, nós estamos com outro timoneiro. E, tanto assim, que estou recebendo informações de que meus requerimentos, do ano passado, não foram encaminhados. Nem a carta ao Sr. Ministro do Planejamento perguntando se era inflacionária essa política de empréstimos aos Estados e Municípios. Nem isto, que para mim é vital, foi encaminhado. Em outubro, e só hoje foi despachada por V. Ex<sup>a</sup>, num deferimento que eleva esta Mesa, eleva V. Ex<sup>a</sup> e eleva o Senado Federal. Agora é que vai ser enviada ao Sr. Ministro do Planejamento.

Sr. Presidente, era este o meu protesto. Desculpe-me por ter ocupado mais tempo, mas era o protesto que desejava fazer, porque é a minha luta, para esclarecimento do Congresso Nacional, esses registros que faço diariamente.

Grato a V. Ex<sup>a</sup> (*Muito Bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — A Presidência sente-se no dever de dar um esclarecimento à Casa.

Às primeiras reuniões da Mesa Diretora, chegaram-nos alguns requerimentos do nobre Senador Dirceu Cardoso, ao mesmo tempo em que, tomando conhecimento de requerimentos anteriores, verificamos que o Presidente da Casa, o nobre Senador Luiz Viana, vira-se impossibilitado de deferir-las, por colidirem com a letra expressa da Constituição e, em consequência, do Regimento Interno.

Para gáudio meu, requerimentos que vieram a mim para uma primeira observação, examinados à luz da mesma legislação, permitiram deferimento, razão por que não há discrepância entre a minha conduta e a do nobre Senador Luiz Viana, porque ambos nos louvamos no mandamento constitucional e no Regimento Interno.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — José Lins — Martins Filho — Cunha Lima — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Franco Montoro — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Devendo realizar-se, no próximo mês de abril, em Manila, a centésima vigésima oitava reunião do Conselho Interparlamentar, a Presidência designa os nobres Senadores Orestes Quéricia e Raimundo Parente para integrarem a Delegação Brasileira à-quele conclave.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Através da Mensagem nº 34, de 1981, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio Fernando Guarischi Bath, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.

Com vistas à apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1981

**Garante ao trabalhador acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional, o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Seção V, do Capítulo V, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943, passa a vigor acrescida do seguinte art. 170, renumerados o atual e os subsequentes:

“Capítulo V

Seção V

Art. 170. Ao empregado acidentado no trabalho que, após a consolidação das lesões resultantes do acidente, per-

manecer incapacitado para o exercício da atividade que exercia habitualmente, na época do acidente, é assegurado o direito de ser aproveitado, na mesma empresa, desde que possa exercer atividade compatível com sua capacidade funcional, sem prejuízo da remuneração então percebida.

Parágrafo único. A mesma garantia é assegurada ao empregado que for portador de doença profissional, contraída durante o exercício de suas atividades na empresa, enquanto perdurar a moléstia que o incapacite para o exercício de suas atividades habituais.”

Art. 2.º O Poder Executivo, ouvido o Ministério do Trabalho, regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Atendendo a representação que recebemos de entidades sindicais e com o propósito de assegurar, por lei, aos assalariados em geral um direito que já vem sendo reconhecido a muitas categorias por força de convenções coletivas, apresentamos ao Congresso Nacional o presente projeto que garante ao trabalhador acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional, o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.

O destino dos trabalhadores acidentados no trabalho, que sofrem redução em sua capacidade de trabalho, mesmo podendo ser aproveitados em atividades compatíveis com suas condições físicas, é melancólico, pois, o mais das vezes são despedidos pelas empresas e virtualmente marginalizados do trabalho. Nenhuma empresa os quer contratar. São forçados a viver de biscates, tendo, muitos, de apelar para a mendicância e até para a criminalidade, para sobreviver.

Nesse contexto, a nós nos parece de justiça que a esses trabalhadores atingidos pelo infortúnio seja assegurado o direito a uma modalidade de estabilidade no emprego: a de serem aproveitados, na empresa, em atividade compatível com sua capacidade funcional, sem redução do salário percebido por ocasião do acidente.

A mesma garantia, a nosso ver, deve ser assegurada aos empregados que contraírem doença profissional no exercício de suas funções na empresa, enquanto perdurar a enfermidade.

A medida, de inequívoco alcance social, já é garantida aos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, através de acordos coletivos de trabalho, e, por justiça, deve ser estendida à todas as categorias de trabalhadores, tal como preconizado na proposição.

Sala das Sessões, 26 de março de 1981. — **Franco Montoro.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Na sessão ordinária de ontem, foi lido o Requerimento nº 29, de 1981, do Senador Dirceu Cardoso, solicitando autorização do Senado para aceitar missão do Executivo, e que não foi votado, por falta de *quorum*. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores.

Passa-se, portanto, nesta oportunidade, à apreciação do requerimento.

Permito-me chamar a atenção de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Dirceu Cardoso para o desejo que S. Ex<sup>a</sup> expressou de encaminhar essa matéria, e pergunto se ainda deseja fazê-lo, na qualidade de sessão ordinária ou não.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO** (ES. Para um esclarecimento.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Era meu pensamento, e para isto eu me expressei junto ao Sr. Presidente, que esta decisão fosse secreta, porque ia relatar à Casa os motivos que me impediam de aceitar essa missão, que é muitas vezes maior do que as minhas qualificações. (*Não apoiado!*) De maneira nenhuma estou me fazendo de rogado.

Mas, Sr. Presidente, como os motivos desapareceram, vou aqui dizer rapidamente. Hoje eu sou um homem doente. Foi o esforço do ano passado, demais. Sou um homem que já está vendo as sombras taciturnas da morte avançando, sofrido, através de uma longa vida em que tudo tem me custado muito esforço e sacrifício, ou melhor, só esforço e sacrifício. Nada caiu do céu para mim, assim sem luta, a não ser as bênçãos de Deus para as lutas que tenho travado. Foi gigantesco o esforço no ano passado, com mais de mil intervenções aqui e na Comissão Parlamentar de Inquérito, apesar de estarem computadas quinhentas ou quatrocentas e poucas no Relatório da Presidência, por erro da Secretaria da Mesa.

Sr. Presidente, eu trago um ofício do 1º—Secretário. O requerimento meu, eu já desconfiava, vinha sendo esbulhado — não tenho outro termo mais suave, mas é nessa consideração que emprego — esbulhado. Requeri à Secretaria da Mesa que informasse aos Srs. Senadores o número de intervenções, em junho de 1980. O requerimento não foi encaminhado, nem tomaram conhecimento. O nobre 1º—Secretário, Senador Cunha Lima, me informa que este meu requerimento, pedindo o levantamento de todos os trabalhos, em junho, do primeiro período, não foi encaminhado. Nem os trabalhos e nem o meu requerimento.

A carta do Ministro está esgastalhada na Mesa e agora que sofreu o despacho do Presidente. Engastalhada, não era o termo, desculpe-me o Senado, mas como estou na hora do vai cá, do vai lá... estou bambeando, "estou batendo o pino".

Sempre fui um homem emotivo e hoje eu cheguei a um paradoxo; só choro do lado esquerdo, não choro mais do lado direito, não sei o que me aconteceu... Foi uma mandinga que me jogaram e que está difícil de me livrar. (*Risos.*) Há três meses seguidos que eu estou lutando contra ela, sendo que em mês na cama.

Então, Sr. Presidente, pedi a V. Exª que, se o Senado houver por bem aprovar esta minha licença para ir aos Estados Unidos, como representante na Conferência do Mar, que se realizará em Nova Iorque, na ONU, em primeiro tenho que fazer um internamento em Belo Horizonte, porque acho que nós temos meios, nós temos serviços médicos, nós temos competência para resolver o meu caso. Vou me internar, semana que vem, em Belo Horizonte. Logo depois de receber o laudo ou o fracionamento de um grande especialista brasileiro, eu vou poder atender à convocação. Se o Senado pode votar nestas condições, eu acato a decisão do Senado, mas se eu ficar internado semanas a fio não irei. Infelizmente não atenderei, por motivos de saúde, à honrosa nomeação do Senhor Presidente da República, que não pedi a ninguém, não sugeri a ninguém e até nem desejei, mas o cumpro porque não quero, de maneira nenhuma, que o Senhor Presidente tenha feito um ato sem a minha aprovação. Irei em farraços, mas depois de me tratar em Belo Horizonte.

Esta, a informação que desejava dar ao Senado. Não foi por motivo *a* nem *b*. Foi apenas por motivo de saúde. Ainda o ano passado me arrasou. Os restos que me sobram, Sr. Presidente — a minha energia que se foi, a minha disposição que se foi, a minha tranquilidade que se foi, o meu sossego intelectual que se foi, a minha capacidade de leitura que se foi, a minha capacidade de discursar que se foi, a minha visão do lado esquerdo, além disto tudo, se sair de Belo Horizonte com o laudo médico que possa viajar, dentro de um prazo ainda em que possa atender à designação, eu irei. Do contrário, também não irei — por motivo de saúde. Esta, a razão.

Grato a V. Exª e ao Senado. (*Muito bem!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — A Mesa esclarece ao nobre Senador Dirceu Cardoso que esta designação cobre o período de 9 do corrente mês a 14 do mês seguinte, ou a 17 do mês seguinte, ou até 24 do mês seguinte.

O nobre Sr. Senador Paulo Brossard já está viajando, provavelmente hoje, e comparecerá à primeira parte da reunião do Congresso, em Nova Iorque.

De maneira que o Senado Federal pode ficar perfeitamente à vontade para aprovar o requerimento, porque, no caso de o ilustre Sr. Senador Dirceu Cardoso não poder comparecer, haverá, ainda, oportunidade de substituí-lo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*) Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica o Sr. Senador Dirceu Cardoso autorizado a aceitar a missão do Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 25, de 1981, dos Senadores Mauro Benevides e Gastão Müller, no exercício das lideranças, solicitando urgência nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências.

Em votação o requerimento.

Tem a palavra o nobre Senador Hernirque Santillo, como Líder do PMDB, para encaminhar a votação.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senado-

res, Deus queira não estejamos, neste ano de 1981, submetidos, à mesma espécie de farsa que sofremos nos anos de 1979 e 1980, no que diz respeito a algumas decisões políticas.

Naquela ocasião, quando um deputado goiano apresentou uma emenda constitucional prorrogando os mandatos de prefeitos e vereadores, essa emenda foi considerada, por larguíssimas porções do Congresso Nacional, como uma verdadeira piada, foi ampla e publicamente ridicularizada não apenas por parlamentares opositoristas, como também por muitos parlamentares pedessistas.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o problema é muito mais grave, muito mais sério, porque, de certo modo, começam a se lançar balões de ensaio quanto à prorrogação de mandatos dos parlamentares, federais e estaduais, e dos executivos estaduais, ali, por "eleições indiretas".

Sem sombra de dúvida, em alguns setores da imprensa e nos corredores do Congresso Nacional já se propala essa prorrogação. Hoje mesmo o conceituado jornal *O Estado de S. Paulo* — que reiteradas vezes aqui já foi citado pelo então Líder do Governo e hoje eminente Presidente desta Casa como muito conceituado, como o é realmente — *O Estado de S. Paulo* traz, na sua página 4, da Sucursal de Brasília, uma série de declarações de parlamentares do Governo, de deputados federais do PDS, apoiando a prorrogação de mandato.

Textualmente, aqui temos o Deputado Bezerra de Melo — que já num comício em São Paulo se dispôs a ser o bode expiatório — segundo ele mesmo disse —, apoiando o Sr. Paulo Maluf à Presidência da República em 84, já se dispôs esse deputado a apresentar uma emenda para assegurar ao Sr. Paulo Maluf uma maioria no Colégio Eleitoral, a fim de elegê-lo Presidente da República — o Deputado Bezerra de Melo voltou a dizer ontem, com palavras textuais publicadas hoje no *O Estado de S. Paulo*:

"Admito ser o "bode expiatório" e apresentar emenda constitucional nesse sentido, depois de fazer certas consultas".

Possivelmente essas consultas se referem à equipe do Sr. Maluf, consultas aos assessores do Sr. Maluf.

Há outra declaração, do Deputado Inocêncio Oliveira, que, se manifestando contra, nos dá ciência de que "muita gente na Casa é a favor, embora não queria dizê-lo" publicamente. "É uma tese" — segundo ele — "que está germinando muito", está crescendo muito no Congresso Nacional.

Lembro-me que, quando o Deputado Anísio de Souza — que hoje anda meio rompido com o PDS — apresentou sua emenda, começou desse modo. Alguns parlamentares que apóiam o Governo, Deputados e Senadores começaram a dizer à boca pequena: não digo publicamente, mas, na verdade, é uma medida muito correta, porque precisamos coincidir esses mandatos; não dá para fazer duas eleições.

Aqui já se começa a dizer: é porque não é possível fazer eleição em 82; a crise está muito grande; estamos submetidos a uma crise econômico-social gravíssima; não dá para consultar o povo porque é incapaz de se manifestar diante da crise. E o Sr. Paulo Maluf precisa ser Presidente da República, e ele está aí aliciando votos.

Para felicidade nossa, vejo na mesma matéria que o Sr. Presidente do Senado se manifesta publicamente contrário. Aliás, já se esperava tal atitude de S. Exª o Presidente desta Casa.

Este é um motivo a mais, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que nós, todos nós, opositoristas ou apoiadores do Governo, aqui e lá, exijamos que as regras do jogo eleitoral para 1982 sejam estabelecidas o quanto antes possível, ainda no primeiro semestre deste ano.

Constitui, segundo minha opinião, deslavado farisaísmo afirmar-se que são necessários vários meses ou um ano, quiçá, para que os estudos sobre esta matéria se realizem. Não creio que esta seja a posição do Presidente desta Casa, ex-Ministro por duas vezes, e liderando a bancada do Governo aqui, dizia até com genialidade, durante dois anos.

Estou certo também de que não é a opinião, no momento, da maioria do PDS, nem no Senado nem na Câmara dos Deputados. Não pode ser realmente a opinião, a posição, da maioria dos parlamentares que compõem o Partido Democrático Social e que apóiam o Governo.

Estamos vivendo uma crise. É uma crise sem precedentes, diria até sem precedentes, pelo seu volume, da história deste País. Sim, é uma crise aguda, agudíssima, motivo a mais para que essas regras sejam estabelecidas e a Nação seja consultada, seja posta diante da verdade em 1982, com as cartas postas na mesa e sem nenhum trunfo escondido nas mangas.

Encaminhando essa votação favorável ao requerimento do eminente Senador Humberto Lucena, em que S., Exª solicita urgência para esta matéria que estabelece as regras normais de coligações partidárias, leio rapidamente

palavras iniciais do editorial do jornal já citado, *O Estado de S. Paulo*, de hoje, cujo título é *Alerta Necessário*:

“A prorrogação do mandato dos vereadores e prefeitos começou como sondagem e acabou como realidade, apesar de ferir já não tanto a Constituição, mas o espírito da democracia. Feita para permitir a coincidência geral dos mandatos em 1982, serviu, na realidade, para dar a governistas e oposicionistas a oportunidade de continuar por mais dois anos em seus postos sem a necessidade de enfrentar, num momento social difícil e em que as definições políticas são pouco claras, o eleitorado. Agora, igualmente à sorrelha, começa a examinar-se no Congresso a possibilidade de serem prorrogados os mandatos de deputados e senadores até 1984. Antes que a deslavada manobra surta todos seus efeitos, cabe denunciá-la para evitar que uma vez mais o eleitorado seja privado de seu direito de votar e, mais importante, impedir que se retire da Nação a possibilidade de, pelo menos uma vez, ver-se diante do espelho para a prova da verdade, que será o eventual controle do Colégio Eleitoral de 1984 pelas oposições.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vivemos uma crise e todos nós estamos convencidos de que a administração dela passará por uma eleição livre. Todos nós estamos convencidos, todos os partidos, diria eu, toda a sociedade brasileira, estamos convencidos de que ao superá-la, o caminho passará, inexoravelmente, pelas eleições. Os que violentam a sociedade, os que querem usar da violência, da truculência para impedir os passos da Nação serão isolados, estou certo, punidos, senão pelo Governo, pela própria sociedade, um dia; creio eu que pelo Governo, estou esperando que pelo Governo, estou desajando pelo Governo, estou ansiando que pelo Governo.

Agora, as regras que vão estabelecer esse jogo, ou sobre as quais esse jogo se fará, precisam ser conhecidas. É preciso que o Presidente da República não faça manobra diversionista, mais uma vez. No episódio da prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, ele o fez. Isso foi denunciado aqui, insistentemente. E, na ocasião, os Srs. ilustres membros do partido do Governo diziam que não, que aquilo era competência, pura e simplesmente, do Congresso, que, de modo mais livre possível, se manifestaria, no futuro — àquela época —, sobre a prorrogação desses mandatos. Sabemos perfeitamente que depois o rolo compressor funcionou. Mas, no final, depois de um ano de manobras diversionistas.

Agora, se o Presidente da República quer voto distrital se Sua Excelência já concluiu pelo seu Conselho de Desenvolvimento Político, ou melhor, pelo grupo que se reúne às 9 horas de cada manhã, se já concluiu que o voto distrital é importante para o sistema ou para o regime manter-se, de qualquer modo ou a qualquer custo, se já concluiu que a vinculação total de votos é necessária para que se mantenha o mesmo grupo no poder, apesar de eleições, se já concluiu que impedir as coligações é fundamental isso também, com outros artificios mais que estão aí, cantados em prosa e verso, que Sua Excelência venha e comande o processo, para que, com as cartas na mesa, a Oposição possa continuar lutando contra isso, e possa, até mesmo inserindo-se através do convencimento no anseio mesmo do Partido do Governo, que sabemos, constituído, na sua esmagadora maioria, ou na totalidade, de homens bem intencionados que tanto quanto nós querem realmente o bem-comum e a defesa da nossa nacionalidade, da sabedoria deste País, lutar efetivamente para que essas medidas artificiais não se estabeleçam. Mas, se estabelecidas como desejo do rolo compressor do grupo do Palácio do Planalto, que o sejam agora, para que a Oposição tenha conhecimento delas, melhor ainda, mais importante ainda a Nação toda tome conhecimento delas a tempo, saiba com bastante antecedência como nos submeteremos às regras do jogo eleitoral em 1982.

Sr. Presidente, em nome do PMDB, encaminho, mais uma vez, a votação a favor do requerimento de urgência encaminhado à Mesa quanto ao projeto de autoria do Senador Humberto Lucena que estabelece as condições da coligação partidária, no País, já prevista em lei, e, ao mesmo tempo, concito esta Casa toda a manifestar-se favoravelmente para que tenhamos condições de, continuando a luta, eu diria até na prática pelas prerrogativas do poder, exigir do Governo que bote as cartas na mesa, retire da manga os seus trunfos e os mostre à Nação. *(Muito bem!)*

*O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Sr. Presidente peço a palavra para encaminhar a votação.*

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza, membro do bloco parlamentar do PMDB, para encaminhar a votação.

**O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu me recordo, como se fora ontem e certamente o Senado inteiro há de se recordar, estávamos, creio eu, no início do ano de 1977, quando o jornal de grande prestígio que se edita em Brasília, o *Correio Braziliense*, solta, em manchete o primeiro balão de ensaio a respeito daquilo que preferiu chamar de projeto Alvorada.

Era, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto que se esboçava, nos laboratórios do regime, para, mais uma vez, fazer com que as eleições para governador, em 1978, fossem indiretas, já que a Constituição previa que elas fossem diretas e para se permitir que viesse para o Senado um terço de Senadores eleitos indiretamente.

O saudoso Senador Danton Jobim, creio eu que desta mesma cadeira, Sr. Presidente, com o brilho que lhe era peculiar, cobrava do então Presidente Ernesto Geisel a explicitação das regras do jogo que seria praticado em 1978. E me recordo, também, como se fora ontem, que, do outro lado, na Liderança do Governo, o saudoso Senador e ex-Ministro Petrônio Portella teve ocasião de apartear o Senador Danton Jobim dizendo a S. Ex<sup>a</sup> que, em verdade, não tinham qualquer procedência os receios manifestados pelo notável tribuno e jornalista que foi Danton Jobim.

Assentado no local onde se encontra o Senador Humberto Lucena, autor do projeto objeto das atenções da Casa, nesta tarde, já de algum tempo, aparteei Danton Jobim dizendo a S. Ex<sup>a</sup> que aquele projeto, a que davam o nome de projeto Alvorada, eu preferia chamá-lo de projeto crepúsculo, para ver se assim enterrávamos no nascedouro a idéia maligna de, mais uma vez, se violentar a consciência nacional, impondo ao povo, governadores nomeados e trazendo, também para esta Casa, um terço de Senadores que aqui chegariam, como chegaram, não ungidos pelo voto popular.

Sr. Presidente, apesar dos desmentidos, o que aconteceu é do conhecimento de todos, não é preciso relembrar. E agora vejo no comportamento do Senador Humberto Lucena, ao apresentar, no ano passado, o seu projeto, definindo o *modus faciendi* das coligações partidárias, já que quis o Governo implantar o pluripartidarismo para que se façam coligações, já vejo no comportamento de S. Ex<sup>a</sup> aquelas mesmas preocupações que atormentaram o espírito de Danton Jobim, aquela mesma perspicácia, e S. Ex<sup>a</sup> vem, então, com o seu projeto exigir do Governo que ele diga quais serão as regras do jogo a serem praticadas em 1982. E embora nos gabinetes ministeriais neguem que haja qualquer trama visando, mais uma vez, a violentar a vontade da Nação, já se sabe, é lugar comum, é do conhecimento de todos — como frisou o meu eminente colega de representação, Senador Henrique Santillo — que a vinculação total de votos está aí como mecanismo, sendo pensado e repensado nos gabinetes ministeriais e na reunião das 9 horas, no Palácio do Planalto. Já se sabe que, também, o voto distrital está aí sendo engendrado; estão sendo planejadas mil e uma fórmulas de como introduzir o sistema, de como estabelecer os colégios eleitorais para garantir a João, a Paulo, a Joaquim e a Pedro a sua reeleição, e já se sabe, também, que se fala agora — já não estão secretamente, mas de forma aberta — até nessa outra coisa nefanda que é a prorrogação de mandatos dos membros do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, vejo que V. Ex<sup>a</sup> me adverte de que o meu tempo se esgota, mas quero dizer que é preciso que o Senado imediatamente aprove o requerimento de urgência para se permitir a apreciação do projeto Humberto Lucena, para que nós possamos nos precatar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, contra riscos maiores no futuro, porque ousou dizer a V. Ex<sup>a</sup> e à Casa que, se tentarem o expediente nefando de prorrogação dos mandatos de Senadores e Deputados, Sr. Presidente, este País, de par com a crise econômica e social terrível que aí está, Sr. Presidente, não tolerará indefinidamente que tantos e tantos abusos sejam cometidos contra os seus interesses maiores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) —** Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo, para encaminhar a votação.

**O SR. AFFONSO CAMARGO (PP — PR.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Continuando as nossas ponderações de ontem e de anteontem, queremos reafirmar que essa disposição já manifestada dos partidos de oposição a um diálogo sério é por acreditarmos que, em matéria de abertura política, o ano de 1981 será bem mais expressivo do que o ano de 1980.

A nossa disposição é por acreditar que se trata de um diálogo que será feito dentro dos princípios da ética política e, portanto, um diálogo baseado na sinceridade. Mas, todos sabem que há uma inquietação, e estão aqui as notícias lidas pelo eminente Senador Henrique Santillo, levantando agora dúvida quanto àquilo que deveria ser a origem de todo o diálogo, que é a realização das eleições.

Já afirmamos — e esta é uma impressão generalizada das oposições nesta Casa — que o diálogo para solução dos problemas econômicos e sociais tem sido, e continuará sendo, um diálogo inconseqüente, porque a tecnocracia que hoje detém as prerrogativas das decisões nessa área, por ser tecnocracia, por ter mentalidade de tecnocracia, ela é surda e muda; portanto, não dialogará conosco.

Então, resta-nos um diálogo fundamental, que é o diálogo na área institucional e política, e é a esse diálogo que estamos abertos.

E dizíamos, também, Sr. Presidente, que esta Casa é quem sabe, o melhor Plenário para que se desenvolva esse diálogo sério. Por que, Sr. Presidente? Porque o Presidente do Partido do Governo pertence a esta Casa; porque o Presidente da chamada comissão da reforma eleitoral do Partido do Governo também é um eminente colega nosso desta Casa.

Agora veja, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que está acontecendo na prática: o projeto do Senador Humberto Lucena foi entregue à Mesa em abril do ano passado; foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que, por sua vez, designou para relator, segundo informações que tive do autor do projeto, o eminente Senador Aloysio Chaves, que, por motivos que não nos cabe analisar, não deu o seu parecer durante todo o ano passado. Nós mesmo apresentamos um projeto procurando adaptar o instituto da sublegenda, não aquilo que desejamos, que é acabar com ela em todos os níveis, mas procurando adaptar aquele desejo do próprio Governo durante a reforma partidária, eliminando a sublegenda nas eleições de Senador e a deixando nas eleições municipais, porque a nossa intenção é, exatamente, clarear o assunto de sublegenda. Os candidatos estão aí, os políticos querem saber se vão ser ou não candidatos, se há ou não sublegenda. No entanto, esse meu projeto foi distribuído pela Comissão de Constituição e Justiça ao eminente Senador Aderbal Jurema, que é um estudioso da matéria, e que também não deu o seu parecer. Então, daqui há alguns dias eu também vou pedir urgência para o meu projeto.

Agora, pergunto, Sr. Presidente: não seria o melhor Plenário para discutir o projeto do Senador Humberto Lucena a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, para debater com todos os Senadores presentes, tranquilamente? Por que não se fez isso o ano passado?

Por isto é que há o pedido de urgência, é porque os problemas não foram resolvidos na hora certa. E diálogo, para ser sério, tem que ter objetivo claro e a decisão na hora certa.

Sr. Presidente, nós estamos dispostos a dialogar. Sabemos que liderança de um partido se faz de uma maneira colegiada. Sabemos. E sabemos que os eminentes Líder e Vice-Líderes do PDS, todos eles, têm competência e conhecimento de causa para discutir esta matéria. Mas é difícil, Sr. Presidente, na prática.

Ontem, dialogamos rapidamente; não houve nenhum diálogo, porque em encaminhamento de votação não há apartes, mas ouvimos a opinião do Sr. Senador Bernardino Viana, que não está aqui presente. Gostaríamos de ouvir a opinião do Sr. Senador Aloysio Chaves sobre esta matéria, gostaríamos de ouvir a opinião do Líder do Governo, que foi quem nos convocou para o diálogo sobre esta matéria.

Então, há dificuldade. Daqui a pouco, provavelmente, alguém pedirá uma verificação de votação, não haverá número e a matéria continuará.

Então, o nosso apelo, hoje, é para que os Líderes, os Presidentes de Partidos se entendam, no sentido de que esses temas, que são políticos, dizem respeito aos políticos, aos candidatos, aos partidos, possam ser resolvidos rapidamente, porque repito o que disse ontem: nós temos que admitir, dentro de um pragmatismo normal, que o partido da maioria, o partido que está no poder procure um modelo que seja aceito pela Nação e que ele possa trazer vantagens eleitorais; admitimos isso. Mas, o que não podemos admitir, Sr. Presidente, é que as regras do jogo não sejam colocadas em tempo. O que nós queremos é um diálogo com cartas na mesa e em tempo hábil. É necessário que neste primeiro semestre, até o final deste semestre nós possamos saber o que vai acontecer no ano que vem; é o dever de todos os políticos e acredito que, inclusive, dos próprios políticos do Partido do Governo, que também devem estar inquietos com essa indefinição, e agora até se vai haver eleições ou não vai haver eleições.

Esta Casa terá que votar qualquer emenda constitucional. Por exemplo, se os Srs. Senadores resolvessem fazer um pacto de honra de ninguém assinar qualquer emenda constitucional que prorrogue mandatos de Deputados e Senadores, estaria liquidado o assunto, é prerrogativa nossa votar as emendas constitucionais.

Então, fica aqui o nosso apelo, Sr. Presidente, para que as Lideranças e os Presidentes dos Partidos se reúnam para que possamos dar à Nação, o quanto antes, o modelo eleitoral de que o País precisa. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

*O SR. GABRIEL HERMES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)* Rejeitado.

O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Vai ser procedida a verificação solicitada.

A Presidência irá suspender a sessão por alguns minutos, a fim de aguardar a chegada ao plenário dos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos, sendo reaberta às 16 horas e 50 minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está reaberta a sessão. Sendo evidente a falta de *quorum* em plenário, a Presidência deixa de proceder a verificação requerida, ficando a votação do requerimento transferida para a sessão ordinária de amanhã.

Em razão disso, deixam de ser apreciados os itens 2 e 3 da pauta, cujas matérias dependem de votação.

*São os seguintes os itens cuja votação é adiada*

— 2 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1980, do Senador Pedro Simon, que estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.223, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Franco Montoro, Leite Chaves e Cunha Lima, e voto vencido, em separado, do Senador Bernardino Viana.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de Engenheiros e Arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho." e da profissã de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências, tendo

PARECERES, sob nºs 863 a 865, de 1980, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de número 1-CCJ;

— de Legislação Social, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e

— de Educação e Cultura, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 33, de 1981, do Senador Roberto Saturnino, de adiamento da discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Passaremos, pois, ao item 4.

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o artigo 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — 5.107, de 13 de setembro de 1966 — e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.026, de 1980, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Cunha Lima e voto vencido dos Senadores Franco Montoro e Tancredo Neves.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º—Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 34, DE 1981**

Nos termos do art. 310, alínea "c", do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1979, a fim de ser feita na sessão do próximo dia 16 de abril.

Sala das Sessões, 26 de março de 1981. — *Orestes Quêrcia.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Não há número em plenário para votação do requerimento que vem de ser lido. Em consequência, fica sobrestada a discussão da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — **Item 5:**

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão

— *de Constituição e Justiça*, pela inconstitucionalidade.

Sobre a mesa, requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte*

**REQUERIMENTO Nº 35, DE 1981**

Nos termos do art. 310, alínea "c", do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, para a sessão do dia 16 de abril do ano em curso.

Sala das Sessões, 26 de março de 1981. — *Orestes Quêrcia.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Face a inexistência de "quorum" em plenário para votação do requerimento lido, fica adiada a discussão da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vive a Nação brasileira um dos momentos mais dramáticos de sua História! Os passos tímidos da abertura política parecem ter-se esgotado. Desconfiados, os eleitores sequer crêem que se consume, livre de injunções palacianas, a grande conquista das eleições diretas para Governadores. A situação social, de outra parte, já precária e comprometida pela rigidez das estruturas econômicas do País, se deteriora a olhos vistos com a eclosão do desemprego e da escalada inflacionária. Do ponto de vista econômico, enfim, de pouco servem as peneiras da retórica oficial para esconder os espectros da dívida externa, da escassez de alimentos, da paralisação dos negócios, da corrosão dos salários, e da vergonhosa entrega de recursos naturais do País à avidez externa.

Diante desse quadro, apesar das elocubrações do Governo, todos se indagam: para onde vamos? Retrocederemos à ditadura indistinta? Reeditaríamos, um século depois da abolição da escravatura, a sociedade senhorial que tudo reservava para seu vértice dominante, pouco importando-se com a imensa maioria dos que trabalhavam? Reconstituiremos, sob o envólucro neocolonialista, o regime de monopólios e estancos da vida econômica do País em proveito externo?

A estas questões, Senhores Senadores, as lideranças políticas deste País, que se constituem em decisivos canais da consciência e mobilização populares, devem responder e, mais que isso, responsabilizarem-se perante a Nação pelo encaminhamento de suas propostas.

Que o Governo diga, claramente, sem rodeios nem floreios, como encara as questões político-institucional, social e econômica do Brasil. Que traga — pela voz do Senhor Presidente da República — ao conhecimento popular e ao debate nacional seu projeto político. Que diga como pretende equacionar os angustiantes problemas da miséria de nossa gente dos campos e das cidades, pois já não é admissível que milhares e milhares de brasileiros continuem crescendo em meio à fome, ao desemprego, à promiscuidade, ao abandono, e à violência. Que esclareça seu plano de combate à grave crise que assola nossa economia. O próprio Governo proclama que a crise não é nacional, mas internacional, imbricada com a questão energética, mas não define com a necessária firmeza de princípios e propósitos a trajetória de ajustamento da economia nacional à nova situação internacional. Que o Presidente da República, enfim, reconheça que o palavreado de seus porta-vozes já não está convencendo a ninguém — nem trabalhadores, nem empresários; que saia do isolamento em que se encontra, vindo pessoalmente liderar o grande debate que toda a Nação precisa urgentemente deflagrar.

E a Oposição, representada pelos vários Partidos Políticos, pelos Sindicatos, pelas Associações e entidades civis que se opõem à política do Governo

e até mesmo os setores do próprio Governo marginalizados pelo oficialismo, que traga, igualmente, a público, suas percepções, suas propostas e suas reiteradas críticas. Que não esmoreça no seu continuado e incansável esforço de condenação aos atropelos do autoritarismo, mas que diga como vê de sua parte, as contorções e perspectivas.

Nesse sentido é fundamental que se respalde, com todo o vigor, o esforço que o ilustre Líder da Bancada do PMDB no Senado, Senador Marcos Freire, está empreendendo ao procurar as lideranças nacionais na tentativa de formular alternativas cabíveis nos vários planos da vida nacional. A Nação espera atenta e ansiosa os resultados de sua difícil Missão. E pensando em enaltece-la para que se constitua em verdadeira ponte para o futuro da Nação, trago a esta Casa meu testemunho e minhas apreensões sobre a conjuntura econômica. Pois estou sinceramente convencido que vivemos, como afirmo, uma hora dramática e decisiva em que os interesses nacionais devem sobrepor-se a quaisquer facciosismos. Todos são unânimes em perceber que a economia nacional está à deriva, como um barco sem rumo nem leme em meio à tempestade, a gerar incessante insegurança a todos os brasileiros. Por isso ser tão crucial a quebra do isolamento governamental e a abertura da Nação à participação de todos, irmanados em defesa da Nação, 32 personalidades, oportunamente.

Sr. Presidente em manifesto publicado em dezembro do ano passado, deram conhecimento à Nação sobre a preocupação, suas perplexidades e o apontamento de alternativas.

*O Sr. Marcos Freire* (PMDB — PE) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO) — Ouço com muito prazer o Senador Marcos Freire, Líder do meu Partido nesta Casa.

*O Sr. Marcos Freire* (PMDB — PE) — É muito oportuna a fala de V. Exª nesta hora em que, em meio a todas essas apreensões e perplexidades, as bombas voltam a estourar. Realmente, o Brasil atravessa uma grave crise política, econômica e social. O descontentamento é geral e faz com que um Lula, como líder sindical, mostre a necessidade de uma reforma profunda das instituições brasileiras. E que, ao mesmo tempo, um líder empresarial como o Presidente da FIESP, Luiz Setúbal, afirme, como fez há dois dias atrás, através de um dos jornais, que se impõe um novo pacto social. Isto mostra o panorama de insatisfação existente neste País. Já não são apenas reivindicações específicas, classistas. Não! São pessoas que evidentemente têm filosofias diferentes que podem até não estar em acordo na substância, mas pelo menos sentem que é preciso reformular o que aí está. Pois bem, o esforço e o propósito daqueles que integram a Bancada do PMDB, nesta Casa — pelo fato mesmo de serem representantes dos seus Estados e viverem esta hora de angústia nacional — é de tentarmos identificar, entre os vários setores mais representativos da sociedade brasileira, o que pode existir de comum entre nós, para que se possa ter uma válvula de escape e não permitir que tenham êxito esses radicais que estão tentando, através da violência, impedir o avanço das causas democráticas. É necessário, portanto, que o consigamos identificar algo de comum entre gregos e troianos que estão sendo vítimas de um modelo econômico que nos foi imposto pela força, para que se possa, então, fortalecer a Nação, porque a grande tese nossa, do PMDB, é que à Nação cabe condicionar a política do Governo, e não ao governo impor a sua política à Nação, contra a sua vontade. Portanto, como Líder da bancada, congratulome com V. Exª, que neste instante expressa o pensamento de todos os nossos companheiros e devo dizer que em meio ao ceticismo de muitos, que acham que não adianta esforço porque não chegaremos a nada, que nós continuamos acreditando que é preciso fazer alguma coisa, quando nada tentarmos a aproximação e o entendimento com os setores sociais que, como nós, sentem que a crise é grave e que se precisa encontrar uma saída em busca, talvez, dos fundamentos de um verdadeiro acordo nacional.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO) — Sei que V. Exª tem, agora, eminente Senador Marcos Freire, o apoio de todo o PMDB, e, estou certo, a solidariedade dos demais partidos oposicionistas, bem como de vastos segmentos da sociedade civil, para continuar levando avante o seu trabalho, que é um trabalho de fé, de fé no Brasil, mas sobretudo nos brasileiros, na capacidade dos brasileiros de encontrarem uma alternativa para superar esta crise, pela qual ele é o menos responsável. Os brasileiros são os menos responsáveis, o povo brasileiro é o menos responsável por esta crise.

*O Sr. Marcos Freire* (PMDB — PE) — São as vítimas.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO** (PMDB — GO) — São as vítimas da crise.

Referia-me, Senador Marcos Freire, a um documento publicado em dezembro, pela imprensa, e assinado por várias personalidades, dos mais diferentes matizes político-ideológicos, mas todos irmanados na defesa da nacionalidade, da soberania deste País.

Eu vou ler este manifesto; ele será inserido nos Anais desta Casa, por minha leitura, porque merece. Em torno dele, estou certo, a Nação brasileira poderá se unir para isolar os celerados de braços armados que a violentam, aqui e acolá, repetidas vezes, lamentavelmente cercados pelo descaso governamental que, até hoje, não conseguiu trazer à Nação o nome dos paranóicos, psicopatas que se articulam e se organizam sob capuzes, nas trevas da noite, para explodir bombas e para assassinar brasileiros.

*O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) —** Ouço, com muito prazer, o eminente Senador Gilvan Rocha.

*O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) —* Antes que V. Ex<sup>a</sup> leia, para os Anais da Casa, o documento, desejo manifestar, em nome do meu Partido, que a nossa coincidência de pensamento é tão absoluta que estou ultimando um discurso, justamente, e coincidentemente, com o mesmo tema e, seguramente, com as mesmas conclusões de V. Ex<sup>a</sup>. Há necessidade de um modelo que a ineficiência e a ineficácia deste Governo que está aí não conseguiu montar. Este Governo é inodoro, insípido e incolor; é um Governo que não disse a que veio; é um Governo que substituiu qualquer programação ideológica de princípios ou de métodos pelo simples fascínio do poder pelo poder. É necessário, Sr. Senador, que aqui desta Casa dos Estados as vozes se unam no sentido da cobrança da definição governamental, agora, inclusive, sobre seu projeto político, porque muito se enganam eles, que estão no poder, em pensar que o poder é infundo e que a perenidade está a lhes acenar. O povo brasileiro está organizadamente conscientizado e, para qualquer observador isento, é evidente que esta Nação não pode continuar na indefinição, na mistura absolutamente impossível de democracia com arbítrio. A sua palavra, nobre Senador, é o espelho também do Partido Popular e, portanto, agora é a voz de todas as Oposições desta Casa.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) —** Agradeço imensamente a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Gilvan Rocha. Certo estou sempre de que os remédios que apresentamos, todos nós, para superação desta crise, que inexoravelmente hão de passar pela obtenção, pela consecução dos objetivos democráticos ansiados pela Nação, nos unem, unem a todas as Oposições, bem como estão unindo hoje todos aqueles segmentos também da sociedade extrapartidária preocupados com a nacionalidade, preocupados com a soberania deste País, preocupados com a defesa do bem comum.

Passo a ler, Sr. Presidente, os termos do *Manifesto em Defesa de uma Nação Ameaçada*, como já disse, assinado por várias personalidades deste País:

“Após a segunda Grande Guerra a economia mundial esteve em período de grande expansão, permitindo ao Brasil, na vigência do modelo econômico iniciado em 1956, transformar-se, excetuando-se os aspectos qualitativos, na oitava economia do mundo ocidental. Entretanto, a persistência do mesmo modelo, sem as correções que atendessem aos objetivos e às necessidades da Nação, determinou graves distorções políticas, econômicas e sociais no desenvolvimento brasileiro. Daí a estrutura dispersa e economicamente inviável do parque industrial, retalhado entre as principais empresas multinacionais, o crescimento da dependência tecnológica e a deterioração do processo educacional, a ação dolosa contra o instituto estruturador das nações híidas que é a universidade, o acelerado endividamento externo, as investidas sobre o setor financeiro, a ameaça à posse dos recursos energéticos nacionais, a ocupação progressiva de parcelas consideráveis do território nacional por empresas estrangeiras, o profundo processo de alienação de nossa sociedade, a inexplicável doação do subsolo brasileiro à exploração internacional colaboram em um processo inexorável de desagregação da nação brasileira.

“No passado, quando uma nação era invadida e colonizada surgia, cedo ou tarde, uma nova cultura e uma nova identidade nacional própria, dependendo, não da qualidade, mas antes das resistências culturais relativas dos povos em confronto. A nova cultura resultante se constituía independente da dominância de qualquer dos dois participantes, em comunidade culturalmente autônoma e, conseqüentemente, com a capacidade de converter-se em nação independente.

“O que está ocorrendo com o Brasil, entretanto, não tem precedentes na história. Não estamos sendo submetidos à ação, exploratória que seja, de uma outra nação. Estamos sendo submetidos a uma pluralidade de ações econômicas e sociais comandadas por interesses imediatistas, gerados no exterior e sem quaisquer compromissos com a vida nacional.

“Essas ações, levadas a cabo com a missão displicente de brasileiros, com flagrante indiferença à opinião pública nacional, vêm se tornando cada vez mais freqüentes. O descaso aos interesses nacionais com que empresas estrangeiras vem tratando dos seus negócios, no nosso país é evidenciado na leitura diária dos jornais.

“Em qualquer país emancipado não seriam sequer concebidas transações dessa natureza, envolvendo parcelas significativas do patrimônio nacional. Sentem-se os interesses estrangeiros autorizados a elaborar propostas e projetos ofensivos à dignidade nacional porque se acostumaram à tolerância excessiva que tem caracterizado a sociedade brasileira. A negligência e permissividade com que nossa sociedade vem cuidando de seus próprios interesses autoriza o capital alienígena a apresentar propostas lesivas à economia brasileira e ofensiva à dignidade nacional.

“Todo esse conjunto de ações vem sistemática e de maneira crescente minando o poder de barganha e o de defesa dos interesses nacionais, agora já substancialmente enfraquecidos. O processo de capitulação em curso é consubstanciado no início da aplicação ao nosso país de algumas medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional — FMI, cuja ação intervencionista retirará da Nação parcela da nossa soberania.

“O objetivo do Fundo e o que ele representa é, com sua atuação no Brasil, adquirir um novo poder que permita a construção de uma ordem econômica internacional ainda mais injusta que a dos últimos decênios da nossa vida.

“A descaracterização da nacionalidade exige da sociedade brasileira uma ação decisiva para a recuperação do comando de seu próprio destino e para a reconquista da identidade nacional, essenciais à consolidação da abertura política e dela também essencialmente dependentes. Essas são condições indispensáveis à realização das aspirações maiores do povo brasileiro, a grande vítima, em sua miséria, dessas alienações.

“Para dar estrutura e força ao movimento em resguardo desses interesses nacionais já está em curso a constituição de entidade capaz de reunir quantos estejam dispostos a oferecer seus concursos à análise, ao entendimento, à divulgação e à defesa de tudo aquilo que se relacione com a preservação e o fortalecimento dos valores espirituais e morais e do patrimônio cultural e material do Brasil.

“Desta forma, sem outra conotação ideológica além do tradicional patriotismo brasileiro, convocamos homens e mulheres deste País, acima de posições partidárias sob a proteção de Deus, ao esforço conjunto na defesa dos direitos da nacionalidade. Dezembro 1960.”

Seguem-se as assinaturas:

- Alceu Amoroso Lima
- Antonio Candido de Mello e Souza
- Antonio Carlos Andrada Serpa
- Antonio Didier Viana
- Antonio Ermirio de Moraes
- Antônio Houaiss
- Ariano Suassuna
- Armando Pereira Peixoto
- Aurélio Buarque de Holanda
- Barbosa Lima Sobrinho
- Caio Amaral
- Carlos Guilherme Motta
- Cleantho de Paiva Leite
- Cyro Martins
- Euler Bentes Monteiro
- Evandro Paranguá
- Fernando Henrique Cardoso
- Gofredo da Silva Telles
- João Camarão Telles Ribeiro
- José Honório Rodrigues
- José Walter Bautista Pereira Vidal
- Luiz Carlos Bresser Pereira
- Marco Antônio Campos Martins
- Paulo Duarte
- Pompeu de Souza
- Roberto Saturnino Braga
- Rogério César de Cerqueira Leite
- Rômulo de Almeida

- Ruy Lopes
- Sérgio Buarque de Holanda
- Severo Gomes
- Sinval Guazzelli.

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a soberania nacional, está ameaçada! Não porque se insinuem entre nós "ideologias exóticas", nem porque alguns imigrantes que aqui aportam como trabalhadores da enxada, da pena, da cruz e do martelo, mas porque nosso País está sendo devorado como presa fácil dos apetites do grande capital internacional.

Todo nosso modelo de superação do subdesenvolvimento através da industrialização, desde meados da década de 50, admitiu o concurso do capital estrangeiro. Muitos, já naquela época, levantaram sua voz alertando para o fato de que a poupança externa era um canto de sereia que enlaçaria a vontade nacional nas teias dos interesses econômicos aqui firmados. Mas o fantasma da escassez de capital parecia assustar mais que o vozerio nacionalista. Vieram as multinacionais do automóvel, da eletroeletrônica, da indústria mecânica, dos produtos alimentícios, do fumo, da química e da petroquímica e se constituiu um São Paulo, com o suor de toda a nação. O produtivismo, naquela época, ergueu-se em palavra de ordem incisiva sob o manto da ideologia desenvolvimentista. Cedo, porém, e com inusitada ênfase no período 61/64, corrigiam-se esses arroubos numa perspectiva de adaptação do capitalismo brasileiro aos eternos ideais de soberania nacional e de justiça social. Proclamaram-se em todos os cantos e recantos da pátria os imperativos das reformas de base, culminando com a promulgação da Reforma Agrária e da Lei de Remessa de Lucros. Estava selada a sorte do Governo Constitucional de João Goulart. Sobreveio a ruptura e o advento de uma era "sanadora", sob os auspícios do PAEG e do Ex-Ministro Roberto Campos, de triste memória para os trabalhadores e para os empresários nacionais, à custa da asfixia de correntes ideológicas progressistas, do silêncio sindical e da abertura dos portos da economia nacional "à nações mui amigas". Depois disto, o "milagre delphiniano" foi a sobremesa do realismo pragmático que se servia à nação depois da severa dieta da ortodoxia monetarista. Ou, se preferíssemos, diante da gravidade dos problemas do desenvolvimento nacional e incapacidade para enfrentá-los, contava-se uma piada. Sob a frágil superfície de uma estrutura produtiva crescentemente internacionalizada, fluía para o exterior o precioso sangue dos brasileiros, o aumento das exportações apresentava-se como lógico e exitoso para compensar os requisitos elevados de tecnologia e rentabilidade externas. Com farta disponibilidade de recursos naturais, com salários reduzidíssimos e integral absorção pelo Estado dos ônus da montagem da infra-estrutura de sustentação, o capital estrangeiro encontra no Brasil seu verdadeiro éden, seu paraíso preferido. Para cá vieram com toda a proteção oficial e aqui se instalaram para alastrar-se. Com seus volumosos lucros, a todos os ramos de nossas atividades, fingiam que estavam participando do desenvolvimento nacional, do superávit da pobreza.

Dir-se-ia, então, talvez, que sua presença insinuante em cena era indispensável à ruptura do nosso círculo vicioso de pobreza e patamar obrigatório à formação do capital propriamente nacional. Mas tal não foi nem é o que está ocorrendo.

*O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) —** Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

*O Sr. Lázaro Barboza (PMDB — GO) —* Senador Henrique Santillo, V. Ex<sup>a</sup>, nesse seu brilhante discurso, mais uma vez, analisa a problemática brasileira. E, no bojo do seu lúcido pronunciamento, fala no éden em que se transformou o Brasil para as empresas multinacionais. Efetivamente, o Brasil dos últimos anos tornou-se o éden, o paraíso das multinacionais, tornou-se o purgatório das classes médias e do empresariado brasileiro e, tornou-se, também, o inferno do trabalhador, do homem simples, de pés descalços, do homem que vê faltar comida na sua mesa. Ampliou-se os bolsões de miséria. As cidades não cresceram, incharam. O êxodo rural foi o coroamento dessa política dantesca, que relegou os segmentos mais humildes do nosso povo ao abandono quase que total. E as multinacionais continuam, a cada dia, na medida em que diminuem o poder de barganha do Brasil, na medida em que diminuem as nossas condições para defesa da própria soberania, estendendo os seus tentáculos nas indústrias alimentícias e em inúmeros ramos de negócios citados por V. Ex<sup>a</sup>, a que acrescento também o setor das riquezas minerais do País, que estão sendo dilapidadas, inclusive por centenas de empresas multinacionais fantasmas, que existem apenas no papel, como já tive oportunidade de denunciar daqui do Senado, há poucos dias. E tudo isso é recebido com absoluta tranquilidade pelo Governo que parece ter perdido a sensibilidade. E o resultado de tudo isso, nobre Senador Henrique Santillo, é o aumento do fosso entre o Estado e a Nação; é o descontentamento de todos os segmentos so-

ciais: do empresário ao trabalhador, do patrão ao empregado, do estudante à mãe de família, à dona de casa, todos desesperados e aflitos, clamam por uma saída. E V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em, mais uma vez, não apenas interpretar o quadro da dura realidade brasileira, mas clamar para que seja despertada a sensibilidade do Governo, dos políticos, acima de partidos, para que encontremos os verdadeiros caminhos que hão de fazer deste País um País livre, um País soberano, um País de um povo mais liberto e que possa encarar o futuro com mais grandeza e com mais tranquilidade.

**O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO) —** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e, saliento as palavras sobre a ação, muitas vezes nefasta, do capital estrangeiro na economia, nos vários setores, e, sobretudo, nefasta, quando entendida globalmente.

Mas, muitos poderiam dizer eminente Senador Lázaro Barboza, que, talvez, a presença do capital estrangeiro insinuante, em cena, era indispensável à ruptura do nosso círculo vicioso da pobreza e patamar obrigatório à formação do capital propriamente nacional. Mas, tal não foi, nem é o que está ocorrendo. A substância de uma economia é dada pela irreversibilidade do processo de desenvolvimento e esta só se efetiva com a internalização e suficiência na produção de tecnologia. Pode um país "desenvolvido" ser destruído por uma catástrofe. Mas em pouco tempo se reerguerá, como se reergueram Japão e Alemanha, se dotado de uma sólida capacidade tecnológica associada a uma inquebrantável decisão de construção nacional, as quais não são aportadas pelas multinacionais. Crescimento de exportações primárias, melhoria — ainda que substancial nos seus preços — sistema financeiro, montagem industrial, são meros e circunstanciais instrumentos de elevação de nível de renda de uma economia, jamais garantia da irreversibilidade do processo de desenvolvimento. Por isso, todos os países do mundo desenvolvido pautaram sua interdependência na troca de produtos de elevada densidade tecnológica, as quais se converteram em mercadoria, por excelência, do mundo moderno e centro principal do intercâmbio internacional.

Mas já em 1977, pressionado por credores irritados com certas medidas protecionistas do II PND, e pelos agudos sintomas da elevação brusca nos preços do petróleo em 73/74, este mesmo governo reacomoda o nosso déficit externo reeditando o mecanismo de 1964 e 1968.

Em 1964, a falência externa foi superada com a revogação da Lei de Remessa de Lucros, e a manifesta simpatia do Governo Militar ao Capital estrangeiro. Em 1968, novamente falido, e sem condições de pagar sequer os juros da dívida contraída, o País aliviou a ira internacional rompendo o monopólio estatal sobre a petroquímica, e entregando de lambuja às multinacionais os setores de mineração, papel e celulose. E em 1977, como em 1968, a boa vontade dos credores foi reconquistada com a "entrega" do petróleo. Isto é, com a decisão de adotar os contratos de risco no País. (O passo seguinte, buscado até hoje, seria a quebra total do monopólio da PETROBRÁS, o que é tentado através de campanhas de desmoralização da empresa estatal, nas quais, infelizmente, até os oposicionistas mais bem intencionados costumam embarcar.)

Razoavelmente posicionado nos grandes temas da economia nacional, o ex-Presidente Geisel foi, porém, ao longo de seu período de Governo, distanciando-se de seu próprio ideário inscrito no II PND. Equivocando-se na avaliação da crise energética, ao entendê-la como fenômeno passageiro, passível de temporização, o ex-Presidente insistiu na tese da "ilha de prosperidade" quando o mundo inteiro procurava ajustar-se aos novos tempos. Em consequência, acabou reeditando, em escala externa, o conhecido esforço de exportações como compensatório à elevação dos preços do petróleo e à administração da dívida externa, enquanto que no plano interno redistribuía, via expansão dos meios de pagamento e inflação, o ônus da perda de renda real derivado da drenagem externa, sobre o conjunto da população assalariada. O próprio *O Estado de S. Paulo*, em extenso editorial do dia 28 de dezembro do ano passado, identifica o erro e chama à responsabilidade o ex-Presidente. "Para o Sr. Ernesto Geisel, nunca houve uma crise do petróleo, mas apenas um problema cambial... Para Resolvê-lo, bastaria exportar mais. Mas nem se exportou mais no seu governo, como não se diminuiu o volume de importações de petróleo, apesar dos preços crescentes. A leitura dos relatórios da Petrobrás (...) mostra que, a partir de 1969, quando assumiu a presidência da empresa (Geisel) o consumo do petróleo cresceu à taxa de 7% ao ano, chegando a 12,9%, em 1971. E, no ano da grande crise, o Brasil superou todos os recordes mundiais, aumentando seu consumo (sinônimo: importação) em 19%, conforme o relatório de 1974. Durante todo o seu governo, aliás com exceção de 1978, a média de crescimento das importações de petróleo foi de 6 a 7%, chegando a 9,8%. Essas porcentagens poderiam não ter maior sentido se o aumento do consumo não se tivesse efetivado com a elevação da dívida externa. Mas o Brasil, presidido pelo general Geisel, endividou-se no exterior para continuar importando petróleo a preços cres-

centes. Segundo os balanços do Banco Central, ao assumir o Governo, em 1974, o general Geisel recebe uma dívida externa bruta de 17 bilhões de dólares, uma reserva cambial de 5,2 bilhões, e um dispêndio na conta de petróleo de 2,8 bilhões, em 1964, para 6,6 bilhões em 1979, com a manutenção, no período, da média de 4 bilhões de dólares.”

Nem bem, portanto, a economia brasileira começava a empenhar-se num programa de fortalecimento de sua consistência tecnológica e nacional, ainda que timidamente sugerido pelo II PND, e novos e cruciais problemas se acumulavam em escala internacional com a crise energética, embaraçando a compreensão do Governo Geisel.

Jogando o peso da perda de renda real determinado pela elevação dos preços do petróleo sobre o conjunto da Nação, especialmente sua parte trabalhadora, o Governo Geisel procurou oxigenar artificialmente, com o jorro monetário, a economia debilitada. Desta forma, procurava um caminho que impedisse uma redução brusca do nível da atividade econômica interna no rumo da manutenção da “ilha de prosperidade”. E procurava compensar o hiato externo mediante oferta crescente de estímulos à captação de recursos no exterior, e entrada de capitais externos no país. Os resultados, ao final do período, não poderiam ser outros senão o da frustração das metas nacionalizantes contidas no II PND, a elevação brutal do endividamento externo e não menos indesejável recrudescimento inflacionário.

Este o quadro conjuntural transmitido ao Presidente Figueiredo no momento de sua posse, e que iria agravar-se ainda mais com o novo repique dos preços do petróleo em 79/80 acrescido agora com os pesados encargos do endividamento externo.

A história, porém, já não se reproduziria senão como farsa. Com um quadro internacional adverso, onde se destaca a inflexibilidade à reciclagem dos petrodólares, seria inimaginável reiterar os mesmos instrumentos de enfrentamento às crises estruturais do capitalismo brasileiro e particulares da crise do petróleo. Não obstante, esta tem sido a insistência das autoridades econômicas. Ludibriando os reais problemas a serem enfrentados, o Governo administra com êxito a disjuntiva “recessão” ou “desenvolvimento”, insistindo na tônica das exportações compensatórias. Produzir — poupar — exportar, passa a ser o *slogan* da política oficial, a qual não faz senão reproduzir, com menor êxito, os equívocos do Governo anterior. Assim sendo, em 1980, o próprio Presidente da República apressa-se em cercear comemorações a respeito do desempenho econômico, ao dizer que, dos 8,5% de expansão econômica, não foram descontados os recursos enviados ao exterior que, na prática, reduzem esta cifra a número bem menor. Inflação e dívida externa dispararam, então, quase incontrolavelmente, levando ao desespero milhões de trabalhadores, pela erosão de seus salários e provocando sérias dúvidas junto ao empresariado. Neste contexto é que ganha dimensão a “questão nacional” vez que a difícil situação externa e interna do País o coloca em virtual disponibilidade aos apetites financeiros internacionais. Este o “Impasse”: a gravidade da situação econômica do País, associada à grande reserva de recursos energéticos potenciais — tanto pela abundância de terras férteis, como pela disponibilidade de recursos minerais e hídricos — convertem-na em suculento e promissor negócio aos grandes grupos internacionais. Mas, isolados em seus gabinetes, as autoridades econômicas não vêem outra saída para as dificuldades econômicas que elas mesmas criaram, que não seja a capitulação da soberania nacional aos interesses mesquinhos dos grupos internacionais. Ativamente insistem em fórmulas de duvidosa eficácia, afastando de seu círculo todos aqueles que possam entregar formulações alternativas afinadas com os interesses nacionais e populares.

Notórias personalidades deste País, acima de partidários e subjetivistas, dão-se crescentemente conta da gravidade do momento nacional. Jornalistas, intelectuais, economistas e até mesmo oficiais-gerenciais que trilham sua formação em consonância com o Governo desabafam suas inquietações. Em extenso pronunciamento no Clube de Engenharia de São Paulo, a 15 de dezembro passado, o General Antônio Carlos de Andrada Serpa, a quem já aplaudi, desta tribuna, pela sua coragem cívica nos pronunciamentos que fez em defesa dos interesses nacionais, corrobora nossas observações afirmando:

“Reconhecendo a sua realidade no mundo hodierno, e não tendo preconceito algum contra as grandes empresas transnacionais, julgamos que dispuseram do Brasil, como o paraíso que encontraram. Aqui exerceram, às vezes, o capitalismo selvagem, mais predatório, particularmente, quanto às nossas riquezas minerais exauríveis. Outras, a preço vil, apropriaram-se dessas riquezas apenas para prolongar a nossa dependência às fontes externas ou transferi-las criminosamente. Outras, para trazer formas de desenvolvimento que não interessavam ao País na conjuntura. Outras subfaturaram as exportações e superfaturaram as importações. Ainda, porque eternizam, na relação entre matriz e filial, a nossa dependên-

cia tecnológica contra o interesse nacional. Retardam subrepticamente o estabelecimento do Sistema Nacional de Normalização. Esse sistema teve forma legal em 1972, através do Conselho de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e dos seus três Institutos de Metrologia, Patentes e Tecnológico. O tempo perdido tem sido imenso e a sua conseqüência é o eternizar da dependência tecnológica, através das importações desnecessárias, da ociosidade das instalações industriais, do desemprego, e o que é mais grave: da falta de aproveitamento de nossos tecnólogos e engenheiros. Não compreendemos que se exporte a qualquer preço, em prejuízo de nosso extraordinário mercado interno, para manter o padrão de vida das nações ricas. É incompreensível como se permite o estabelecimento no País de novas indústrias de bens de consumo durável, transferidas com velhas máquinas de outros países, a pretexto de que se submetem a programas de exportação, com sete e oito anos de prazo. Como assegurá-lo diante de uma economia mundial recessiva e, pois, grandemente protecionista?... Continua sendo nossa convicção que a atual crise econômico-financeira no Brasil, com as suas profundas conseqüências sociais pelo empobrecimento da classe média e a miséria dos pobres, resultou da internacionalização da economia nos últimos 25 anos.

Continua falando o General Andrada Serpa: quando a crise do petróleo surpreendeu o mundo, o êxito alcançado no nosso desenvolvimento era evidente, mas o índice de Gini já indicava uma perigosa concentração de renda. Data de então, o agravar dos erros da política econômica, hoje tão evidentes. Inflação, balanço deficitário de pagamento, balança comercial negativa, dívida externa crescente, empobrecimento da população são as conseqüências dessa internacionalização da economia em época de crise mundial. Sem que fossem corrigidos os rumos de nossa política comercial, financeira e tecnológica. ... As verdadeiras causas a que cumpre pôr cobro encontram-se na dependência tecnológica, na dependência do petróleo e nas exportações a qualquer preço.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores;

É verdade que é bastante grave a situação econômica nacional e internacional. É igualmente verdade, embora não sendo toda a verdade, pois esta diz respeito aos problemas estruturais de nossa economia, muito bem situados na conferência do General Andrada Serpa, que existem um problema energético a nível internacional. É também verdade que não podemos omitir-nos, Governo e Oposição, aos problemas de natureza estrutural e conjuntural vividos pela economia brasileira. Ainda que não houvessem soluções, seríamos obrigados a procurá-las, pois a esperança jamais arrefece no coração das lideranças autênticas do povo. E existem sobejas razões para que encontremos soluções satisfatórias para a atual crise econômica de nosso País. Com sabedoria, inteligência e espírito de abertura, o povo brasileiro saberá traçar os seus destinos com ele, comprometendo-se até às horas mais árduas. Mas, meus Srs. Senadores, também é verdade que o Governo brasileiro, através de suas autoridades econômicas, até agora não demonstrou qualquer sensibilidade aos interesses nacionais no encaminhamento das soluções preconizadas. Cabalmente, ainda não existe por parte do Governo, um real reconhecimento da precariedade do equilíbrio energético através de programas efetivos de aproveitamento das fontes nacionais de energia. Tampouco existe, por parte destas autoridades, um pronunciamento claro sobre a natureza econômica. Tanto é verdade, que os diagnósticos se sucedem, com os respectivos remédios, a cada três meses, provocando verdadeiro pânico no mundo empresarial nos dias atuais.

Meus Srs.:

Todas estas questões devem ser amplamente discutidas em foro nacional. Devem ser estudadas, debatidas e convertidas em verdadeiros parâmetros da construção Nacional. O País não pode, mais uma vez, sob pena de perder irremediavelmente sua identidade nacional, resolver o impasse econômico pelo aprofundamento da dependência externa. Deve buscar no consenso nacional um caminho alternativo. E as lideranças políticas sintetizadas no Congresso Nacional devem aperceber-se da gravidade do momento histórico, preparando-se para esse grande debate. Devem, sobretudo, desvencilhar-se das malhas do casuísmo político eleitoral para se concentrarem sobre os grandes temas sociais e econômicos do interesse da Nação. Devem estar disponíveis para dedicar-se de corpo e alma à interpretação dos anseios de suas bases e de seus liderados. Mas não poderão fazê-lo, certamente, enquanto o Governo insistir em insinuações ameaçadoras sobre os procedimentos eleitorais. Não haverá encontro nacional enquanto o Presidente da República abrigar manobras manipuladas por interesses subalternos que só produzem embaraços e inquietações nos interlocutores de sua proposta de redemocratização.

Daí a necessidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de que, além disso, o País, a Nação, conheça de imediato as regras do jogo que o Governo mesmo pretende impor para as eleições de 1982, porque a superação desta crise, transformando a Nação toda em um amplo concenso, passará, inexoravelmente, estou certo, pelas eleições, pelas urnas, pelas eleições limpas, pelas eleições livres.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (*Pausa.*)

S. Ex<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume. (*Pausa.*)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, por cessão do nobre Senador Passos Pôrto.

**O SR. ALMIR PINTO** (PDS — CE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Congresso Nacional entrega-se, neste ano, à execução de grandes reformas: *Lei dos Estrangeiros, Prerrogativas do Congresso e Reforma Eleitoral.*

Em relação a esta é que surgem divergências nas diferentes sugestões a serem apresentadas.

Quando comecei a entender de política, perlustava os bancos acadêmicos, o que ocorreu logo após a Revolução de 30.

Era Presidente da República, o Dr. Washington Luiz, cuja deposição se dera em outubro daquele ano, assumindo a Chefia do Governo um triunvirato militar, sob a presidência do General Tasso Fragoso, até que se verificasse a posse do ditador, Dr. Getúlio Dornelles Vargas.

Em 1932, São Paulo comandaria uma outra revolução de caráter constitucionalista, que teria como marco a data de 9 de julho daquele ano.

Os revolucionários paulistas tinham como supremo comandante o General Bertholdo Klinger, e nada menos desejavam senão a deposição do ditador Getúlio Vargas e eleições livres para a instalação de uma Constituinte.

O então ditador resistiu a arremetida revolucionária partida das terras de Piratininga, contando para isto com tropas que lhe ficaram fiéis, as sediadas nos demais Estados da Nação, comandadas pelos Generais Góes Monteiro, Valdomiro Lima e João Pinheiro — tenho uma dúvida sobre esta último nome; não consegui uma certeza.

Após uma violenta luta fratricida, o ditador debelava o movimento revolucionário e se firmava no Poder.

Encaminhava-se a Nação, para uma Constituinte com Vargas no Poder, com o direito de pleitear a Presidência da República e, com isto, instituído seria o modelo que até bem pouco era o existente: eleições indiretas para Presidente e Governadores dos Estados, eleitos pelo Congresso Nacional e Assembléias Legislativas Estaduais, respectivamente. Assim, elegeu-se Getúlio Vargas pelo voto indireto, Presidente da República, com 3 votos contrários, dados ao General Góes Monteiro.

Veio assim a Constituinte de 1934 e, com ela a novidade das nomeações dos deputados classistas!

Em plena vigência dessa Constituinte, as facções políticas de esquerda e de direita, ou melhor explicitando, o Comunismo e o Integralismo, Chefiados por Luiz Carlos Prestes e Plínio Salgado, se degladiavam em busca de conseguir adeptos, incendiando-se com isto, o meio operário e o ambiente estudantil universitário.

Foi uma fase de grande agitação interna, marcada pelo massacre comunista do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha — em 1935 e o Assalto Integralista ao Palácio das Laranjeiras, este, sem maiores conseqüências.

Valendo-se de tais ocorrências de caráter subversivo, o Presidente Vargas, que tinha nas suas entranhas vocação ditatorial, com um edito, dissolvia o Congresso e as Assembléias Legislativas, a 11 de novembro de 1937 e mantinha-se na Chefia da Nação, como Ditador.

Esse estado de coisas perdurou até dezembro de 1945, quando a 2 desse mês concorreram a eleições diretas à curul presidencial o General Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático — PDS (era o Ministro da Guerra de Getúlio); e o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional — UDN.

Estávamos assim, em plena fase do voto proporcional majoritário outorgado pela vigência da lei eleitoral que seria mantida pelos cânones constitucionais de 1946, encerrados no bojo de uma das constituições mais liberais e mais municipalista que conheci.

Marchava o País para a normalidade democrática, quando, mais uma vez, o destino conspira contra essa normalidade: Jânio Quadros, então Presidente da República, renuncia ao mandato presidencial, sendo constitucionalmente substituído pelo Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart.

Essa ascensão do Vice-Presidente à curul presidencial, não foi bem aceita em determinados meios militares, tendo, no entanto, o III Exército, sob o comando do General Machado Lopes, se definido pela constitucionalidade da posse, preferindo assim, que a tropa se conservasse fiel às normas ditas pela Lei Maior da Nação.

Aconteceu porém que a permanência de Goulart no Poder não ocorreria sem que uma nova forma de Governo fosse estabelecida: o Parlamentarismo, que teve na pessoa do nosso ilustrado Colega — Senador Tancredo Neves, o seu primeiro Chefe de Governo, como Primeiro-Ministro.

Constatando-se, no decorrer do regime parlamentarista, algumas discrepâncias orgânicas que destoavam com o verdadeiro espírito presidencialista do povo brasileiro, não tardou o *Plebiscito*, para que fosse definida a exata vocação política do País.

Realizada a consulta plebiscitária, a Nação Brasileira voltava ao Regime Presidencialista.

No desempenho do seu mandato presidencial, o Presidente João Goulart, cedendo a pressões de forças identificadas como de esquerda, acionava uma *Reforma Agrária Perjura!*

Houve, como não poderia deixar de acontecer, uma inquietação no meio rural, inquietação esta que, somada a várias outras medidas nada consentâneas com o desejo da unidade nacional, concorreram para o desencadeamento de um movimento revolucionário, que eclodiria a 31 de março de 1964 nas Alterosas e, de logo, contaria com a adesão das Forças Armadas e a conseqüente deposição do Presidente João Belchior Goulart.

Como Coordenador e Chefe do Movimento Revolucionário, em eleição indireta no Congresso Nacional, assumia o Governo da República o General Humberto de Alencar Castello Branco, recebendo a faixa presidencial do Presidente da Câmara Federal — Deputado Ranieri Mazilli, que ocupava interinamente o Governo, de acordo com dispositivo constitucional.

O Presidente Revolucionário manteve a constituição vigente, somente surgindo novo Édito Constitucional em 1967. Dissolveu os partidos políticos e criou o Bipartidarismo.

Atos Institucionais e Complementares foram editados pelos Governos revolucionários, com reformas constitucionais, entre estas, as que alteravam a Lei Eleitoral, adotando o Instituto da Sublegenda e o voto vinculado na esfera do Legislativo Federal e Estadual.

A verdade, no entanto, nos leva a confessar; persistiu o modelo do voto proporcional-majoritário.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Fala-se, amiudadamente nas Casas do Congresso, na propalada Reforma Eleitoral preconizada, pelo que se ouve, pelo Executivo.

As opiniões a este respeito são as mais díspares.

Há quem pretenda antecipar-se ao pensamento do Chefe da Nação sobre a *decantada reforma* e afirma que a idéia governamental é a da adoção do *casuismo*, com a vinculação do voto envolvendo as áreas municipal, estadual e federal, até ao Senado da República.

Desta forma não poderia haver discrepância: votou no vereador de um partido, terá que fazê-lo para Prefeito, Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal e Senador.

Daí, passou-se a pesar, medir e contar, as vantagens e desvantagens para Governo e Oposição.

A idéia da Sublegenda, afirmam os mais bem "informados", poderá vir para os Executivos: municipais e estaduais, estendendo-se até ao Senado Federal.

Da mesma forma que a *vinculação*, os *experts* políticos, apontam o mal que tal instituto poderá causar — ora às oposições — ora ao Governo. Se houver sublegenda, lógico, não teremos a vinculação.

Depois vamos esbarrar com os que apregoam o Voto Distrital.

Este modelo é o mais polêmico.

Alguns apontam como excelente, o Distrital puro e simples, pela sua maior conveniência.

Outros enxergam o *Distritão* como o melhor modelo, variando a idéia, para o Misto-Alemão.

E por fim o *Distrital-Misto*, como aquela forma híbrida, capaz de agradar tanto aos adeptos do voto distrital como aos defensores do voto majoritário proporcional.

Recordo-me que, em Legislaturas passadas, foram formadas mesas-redondas das quais Senadores, ainda com presença nesta Casa, participaram e apontaram no final, um elenco de vantagens e desvantagens que, facilmente se chegaria — e por que não dizer — se chegará à conclusão, no meu entender, de que: melhor é deixar como está para ver como fica.

Tenho em meu poder, o livro *O Voto Distrital no Brasil*.

Estudo em torno da conveniência e da viabilidade de adoção do Voto Distrital.

O consagrado Jurisconsulto brasileiro Themistócles Brandão Cavalcante, foi o diretor da pesquisa, enquanto Miguel Uchoa Cintra, Armando de Oliveira Marinho e Helvécio de Oliveira Azevedo, foram os pesquisadores todos vinculados ao Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, entidade da qual era diretor Themistócles Cavalcante, e que deram à publicidade a pesquisa sobre o voto distrital.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Eu pediria permissão para fazer uma rápida leitura das conclusões a que chegaram as *mesas-redondas*, sobre as vantagens e desvantagens do voto distrital.

Aqui nós vamos ver: acordo e desacordo. Por exemplo:

Vantagens do voto distrital  
Organização partidária mais sólida.  
Inconveniência do voto distrital.  
Sujeição aos caprichos do comando partidário.  
Autenticidade do bipartidarismo com definição da maioria e da minoria.

Aqui é que eu faço um parêntese para dizer que no meu modo de entender, a oportunidade do voto distrital passou, justamente quando estava em função o bipartidarismo.

Inconvenientes:

Impediria a participação das minorias na vida política conduzindo a um partido único. Desaparecimento da oposição.

Vantagens:

Dá ao partido majoritário a força indispensável à realização de seu programa.

Sistemática global, banindo-se os programas esparsos e empíricos.

Inconvenientes:

Grande preocupação com questões regionais, sem visão política global e conhecimento dos grandes problemas pátrios.

Eliminação dos representantes de classes ou grupos.

Eliminação dos aventureiros e pára-quadistas políticos.

Oposições mais claras ao eleitorado, com candidatos e nomes conhecidos.

Deturparia a vontade eleitoral.

Área de ação e fonte de sufrágios restritos ao respectivo distrito.

Arregimentação eleitoral e partidária mais simples.

Evitará a disputa entre candidatos do mesmo partido, fortalecendo-o e dando-lhe maior unidade.

Emulação da disputa regional.

Aumento da colaboração entre os membros do mesmo partido.

Maior força ao comando político; maior responsabilidade dos diretórios municipais e regionais na seleção dos candidatos.

Fortalecimento das comunidades de base.

Simplificação e barateamento das campanhas.

Maior presença dos candidatos.

Redução da influência do poder econômico.

Aumentaria a influência do poder econômico.

Aqui ele apresenta como vantagem a diminuição e outro do poder econômico.

Acredito que o poder econômico atuaria com mais violência no distrital, porque é muito fácil de se raciocinar: e o candidato vem gastando, nas eleições proporcionais majoritárias, somas elevadas em todo o Estado, é natural que no voto distrital ele, tendo se fixado a um distrito, a uma parcela daquele Estado, ele vai jogar todo o seu potencial econômico naquele distrito, e arraza qualquer candidato, assim como eu e, talvez, até como V. Ex<sup>a</sup>.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é um elenco de vantagens e desvantagens. Por exemplo, vantagens, ele reduz as oligarquias. Desvantagens; manutenção de oligarquias, seu retorno; amparo ao coronelismo clientelismo político.

É um estudo muito bem feito e muito demorado, depuseram pessoas de alto contorno político e foi tudo enfeixado nesse livro que Themistócles Brandão Cavalcante e seus colegas mandaram publicar com aqueles pensamentos dos Senadores Fernando Távora, Franco Montoro, José Lindoso, todos aqueles Senadores que passaram por esta Casa e com grande envergadura política deram o seu parecer.

Sr. Presidente, continuando.

A verdade é que teremos de atentar para o que poderá ocorrer com a aplicação do voto distrital — a sua conveniência e viabilidade; se bem que na

opinião de Themistócles Cavalcante, esta última, não se constitua em problema muito difícil, porque viável será sempre, desde que a lei estabeleça condições...

Afirma o mestre:

“O problema da conveniência importa em questão da mais alta indagação, implicando o exame da oportunidade e de outras circunstâncias o problema dos partidos, da formação das lideranças, etc...”

Seria este, pergunto eu, o momento apropriado para se instalar no País o *Voto Distrital*? Com os partidos ainda em formação e as lideranças políticas carecidas de se afirmarem perante o contexto político nacional?

Lembra o emérito professor que qualquer sistema eleitoral de um País, só será bem aplicado e com perfeição, se os seus adeptos adquirirem consciência política.

Isto não é fácil para uma Nação que ainda conta com uma boa percentagem de filhos a alfabetizar.

Atentando para este fato, Themistócles Cavalcante assim se expressou:

“Sabendo-se que o eleitor é que integra a comunidade, caberia aos poderes locais iniciar um processo de *educação* das populações mais afastadas do centro, incentivando a consciência municipal, para ele, ponto de partida para a consciência geral.”

Por tudo que pude apreender, e dentro de um espírito conservadorista, do qual ainda não consegui me libertar, estou em acreditar que o sistema ideal, é o que até aqui temos adotado — o proporcional-majoritário-

“porque é preciso que nos conscientizemos da verdade de que não existem sistemas ou processos políticos perfeitos, imunes às críticas e que possam servir a todos os momentos.”

Por isto, o ideal é procurarmos corrigir, no que for possível, o atual sistema eleitoral — e, abominemos as imitações deste ou daquele País, do modelo esse ou aquele, para não passarmos o atestado de falta de *criatividade*, quando o que não nos falta é inteligência, engenho e arte!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (*Pausa.*)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os componentes da Oposição, durante o dia de hoje, já se manifestaram sobre os últimos acontecimentos verificados no Rio de Janeiro.

Minhas palavras vem trazer mais um significado de solidariedade à imprensa livre deste País, no que tange aos atos de arbítrio, de violência inqualificável cometidos contra o Jornal *Tribuna da Imprensa*, que tem como Diretor o Sr. Hélio Fernandes.

Não deixa de ser uma coincidência que poucas horas antes em que alguns bárbaros, já agora imitando a Ku-Klux-Klan, encapuçados, em pleno Rio de Janeiro, a capital política da Nação, prenderam e largaram bombas naquele jornal poucas horas depois que a Previdência Social desejava lacrar as máquinas e impedir a circulação, pelo fato daquele jornal ser devedor da Previdência.

Sabemos que, já de algum tempo, a imprensa vem enfrentando todos os problemas para poder agir com liberdade, principalmente aqueles jornais, ou a *Tribuna da Imprensa*, ou os jornais chamados *imprensa nanica*, para que possam realmente continuar a circular.

Tenho um caso no Rio Grande do Sul, que é uma cooperativa de jornalistas, uma experiência inédita no País, que fundaram uma cooperativa e lançaram um jornal mensal, o *Coojornal*, hoje de circulação nacional, jornal que não tem coloração nem política, nem ideológica, apenas tem o compromisso de divulgar os fatos e dizer a verdade. Pois bastou uma determinada publicação, que não foi aceita por determinados setores, para que esse jornal esteja enfrentando toda sorte de coação. Praticamente sem nenhum assinante, o seu parque gráfico vivia publicando esses folhetins, esses livretos, essas publicações de sociedades de economia mista ou de grandes empresas, e com isso, sem a publicidade continuava a viver. Pois, hoje, até no seu parque gráfico, sociedades de economia mista, empresas particulares têm que dizer claramente que são proibidas de dar publicação, porque se derem, sanções virão, as que todos conhecem.

Então, é uma coincidência exagerada. Em primeiro lugar, que a Previdência Social, que denuncia por aí que existem milhares e milhares de devedores, de corrupção denunciada a toda hora e a todo momento, corrupção essa que nos chama atenção porque, afinal, a Previdência Social está há dezessete anos nas mãos do mesmo grupo. Se viessem a denunciar corrupção logo de-

pois de 1964, 1965, 1966 mas, agora, no quinto Governo da Revolução, estão aí a denunciar que a Previdência Social, os contribuintes são corruptos, porque tem um grupo enorme que se aposenta ilegalmente, as empresas são corruptas, porque umas não pagam e outras, por exemplo, hospitais, apresentam um superfaturamento. Os funcionários são corruptos porque estariam participando de uma *gang* no nível de prejudicar a Previdência. Chega-se à conclusão de que, depois de todos esses dezessete anos, quando puderam fazer o que podiam e o que não podiam, o resultado foi um fracasso. Mas, em meio a esse fracasso, quando se denunciavam uma série interminável de devedores a começar por clubes de futebol e tudo mais, não deixa de ser estranhável que, exatamente, um jornal, por coincidência um jornal de linha nitidamente contrária ao sistema, sofra a tentativa de paralização por parte da Previdência, à tarde e, à noite, poucas horas depois, encapuçados, se acham no direito de lançar bombas e tentar o desaparecimento desse jornal.

Se isso fosse um caso isolado, se vivêssemos em meio a uma normalidade e de repente aparecesse um acontecimento dessa natureza, estaríamos aqui, apenas, a dizer: confiamos em que as autoridades governamentais haverão de tomar as providências necessárias para apurar os responsáveis. Mas a verdade é que esses atentados se vêm repetindo ao longo do tempo, e chegou até um determinado momento em que a Nação, quando eles chegaram ao auge da coragem, quando chegaram ao auge do despudor, que foi o atentado na OAB, com a morte de uma ilustre funcionária e o atentado na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, tornando inválido um de seus funcionários, quando o Presidente da República resolveu falar. Dizendo: "Apurarei os responsáveis sejam eles quais forem. Os nomes serão dados ao conhecimento da Nação. Parem de atirar essas bombas e as lancem contra mim e não contra o povo indefeso da minha Pátria".

Desta tribuna a Oposição argumentou: veio tarde a palavra presidencial, mas veio. Demorou muito tempo porque no início tinham sido apenas ameaças, bombas de efeito moral, invasões — como aconteceu em Pernambuco, quando líderes sindicais tiveram que se socorrerem na sede do PMDB. Mas, enfim, ainda que demorado, ainda que o Presidente tenha levado tanto tempo — um ano — mas veio a palavra presidencial de que haveria de apurar os responsáveis.

A verdade, Sr. Presidente, é que, à exceção de um indigitado com relação à OAB, que até agora não se sabe, na verdade, o que é ou o que não é, a palavra presidencial não foi resgatada. Nada foi feito.

Também é verdade que até ontem os atentados tinham parado, dando margem a que uma suspeita grave se levantasse no seio da Nação, a de que as fontes dos atentados seriam de certa forma conhecidas e que o sistema teria dado um recado no sentido de que "vocês parem e termina tudo ou se não pararem, far-se-á a investigação. E teria havido um determinado entendimento no sentido de que parassem tudo, e tudo teria parado e durante um determinado tempo os atentados não se verificaram.

Mas o atentado está aí hoje, Sr. Presidente, verificado na *Tribuna da Imprensa*, que deveria ser colocado esse atentado na Tribuna de Imprensa junto com uma série de fatos que vêm acontecendo neste País e que fazem com que as preocupações sejam grandes por parte das Oposições.

No Dia Internacional da Mulher, no Brasil inteiro se verificaram congressos reunindo mulheres dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira. Em Porto Alegre até esses seguimentos não chegaram a se entender, e houve dois congressos diferentes. Os dois desenvolveram-se tranquilamente e nada de mais aconteceu.

No Ceará aconteceu um congresso dessa natureza. Em meio ao mesmo se tomou conhecimento de que duas de suas mais atentas e que mais anotações tomavam notas do que se desenvolvia, eram agentes da Polícia Federal.

Conhecido o fato, houve uma normal e compreensível revolta por parte dos que ali estavam. Solicitada suas retiradas, a Deputada Maria Luiza, do PMDB, deu sua colaboração no sentido de acalmar a revolta popular, para que as coisas saíssem ao natural, como saíram, com a retirada das duas agentes da Polícia Federal.

Pois surpreendentemente esta Deputada é chamada para depor na Polícia Federal. Não tomando conhecimento nem da sua posição de Deputada, não cumprindo as determinações legais de que para se ouvir um Deputado tem de se enviar um ofício ao Presidente da Assembléia; que o Deputado tem o direito para marcar dia e hora e onde ele deseja ser ouvido. Nada disso foi feito. E a imprensa toda publicou manchetes no sentido de que a Deputada estava sendo interpelada para depor na Polícia Federal, com relação a incidentes e violências ocorridas no congresso das mulheres, em Fortaleza.

O Senador Mauro Benevides tomou as devidas providências, falou, inclusive com o próprio Ministro da Justiça, denunciou o fato desta tribuna, mas a verdade é que é um fato a mais.

Se somarmos ao de um outro Deputado do PMDB de Goiás, que está em véspera de sofrer a mesma tentativa de ser incurso na Lei de Segurança Nacional. Se verificarmos o do Vereador, lá no meu Estado, Rio Grande do Sul, em Santa Maria, Adelmo Genro Filho, que fez um discurso onde criticou a atitude do Presidente da República em Florianópolis com relação à questão havida com os estudantes, que também está sendo incurso na Lei de Segurança Nacional. Se verificarmos os casos dos Deputados Genival Tourinho e João Cunha, dois Parlamentares que, usando o legítimo direito de usar a tribuna, fizeram discurso onde criticaram é verdade, como um direito natural que eles têm, não só um direito, mas uma obrigação de buscarem o debate em torno daquilo que representa o segmento da sociedade, e eles estão aqui em nome do mesmo segmento. Pois bem, eles também são incursos na Lei de Segurança Nacional e são responsabilizados, sob a pena de perderem os seus mandatos. Um, o Deputado Genival Tourinho, que nada mais fez do que denunciar o fato que a seu ver estaria ocorrendo sobre os atentados, dar nome às pessoas, dizer em que consistiria o fato e pedir apuração.

Ora, Sr. Presidente, o Governo não tomou nenhuma providência sobre a averiguação daqueles fatos, sobre a veracidade daqueles fatos. Pura e simplesmente foi para cima do Deputado Federal.

Eu tenho dito muitas vezes e tenho repetido, em qualquer país que se diz democrata, a denúncia de um Parlamentar é investigada. É investigada no sentido de se sentir o conteúdo e a veracidade daquilo que ele afirma. Em muitos parlamentos no mundo denúncias de Deputados terminaram por derubar Ministro, Primeiro-Ministro e até Presidente da República. Nós temos o caso típico do Sr. Nixon.

Ora, Sr. Presidente, se eu viesse a esta tribuna e fizesse uma denúncia igual a do *Watergate*? O que aconteceria? Aconteceria que eu seria incurso na Lei de Segurança Nacional e jamais este Congresso teria condições para fazer as investigações no sentido de se chegar à conclusão de que o fato era ou não verdadeiro.

Pois um escândalo como esse, ainda mais num País democrata como os Estados Unidos, que à primeira vista teve a repulsa da Nação, pois o jornal que apresentou o fato e os Parlamentares que o endossaram e pediram a Comissão Parlamentar de Inquérito americana caíram no ridículo da opinião pública, porque a opinião pública não poderia acreditar que aqueles fatos fossem verdadeiros. Pois, vindo desalinhando os fatos, uns alinhados aos outros, chegou à conclusão de que os fatos eram muito mais sérios e eram muito mais graves do que um simples gravador colocado na sede do Partido Democrata, que essas gravações ilegais e escandalosas eram feitas até dentro do Gabinete do Presidente da República, na Casa Branca, com as pessoas que iam lá falar com ele. O Presidente foi levado a renunciar e o Congresso se impôs perante a Nação americana.

Pois aqui não acontece isso. Aqui, fatos dessa natureza, averiguar, pelo amor de Deus. E mais simples, é mais fácil processar o Deputado.

Tivemos o caso, Sr. Presidente, em que o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Ignácio, e os seus colegas de liderança sindical, eles participaram de uma greve, onde os trabalhadores agiram, desde o primeiro minuto, pacificamente, e o Governo agiu, desde o primeiro instante, com espírito belicoso. Foi uma greve dolorosa, onde o Ministro do Trabalho dialogou, desde a primeira até a última hora, apenas com os empresários; S. Ex<sup>a</sup> passou a ser o representante dos empresários. Já não digo o natural; o natural é que os empresários tenham o diálogo com o Ministro da Indústria e do Comércio, que os representa. O Ministro do Trabalho deveria ter um diálogo natural com os trabalhadores, que é a classe que ele representa. Mas, não; o Ministro do Trabalho se abonou da tese defendida pelos empresários e desprezou o diálogo com os trabalhadores.

Reuniões extraordinárias, estádios de futebol com cem, noventa mil pessoas, lotados, em solidariedade à greve. A população toda de São Bernardo do Campo, na rua, em solidariedade à greve. Pois é enquadrado na Lei de Segurança e afastado do Sindicato o seu presidente, e enquadradas na Lei de Segurança uma série de líderes sindicais.

Ainda há poucos dias, o próprio Presidente do Tribunal Superior Militar, uma autoridade que me parece mais do que insuspeita, deixou claro que, na sua opinião, esses casos são casos de lei trabalhista, são casos da Justiça do Trabalho e não casos da Justiça Militar. Não é o caso de enquadrá-los na Lei de Segurança; é o caso de enquadrá-los na Lei de Greve, enquadrá-los, portanto, na Justiça comum. Reparem que é o próprio Presidente do Superior Tribunal Militar que vem com uma afirmativa dessa natureza.

Parece-me que o problema é muito mais profundo do que o enquadramento do líder sindical, ou enquadrar o presidente de um partido. Ainda agora, o Senhor Presidente fala num tal de diálogo, sobre o qual temos muitas interrogações. Mas a verdade é que, em meio a esse diálogo, o Ministro da Justiça, num deboche total, em primeiro lugar, diz não conhecer o nome do Pre-

sidente do Partido dos Trabalhadores e, em segundo lugar, se recusa a dialogar com ele, a conversar, a recepcioná-lo.

Temos um caso agora, Sr. Presidente, que está em véspera de ter uma palavra definitiva: a União Nacional dos Estudantes. Pareceria um fato grotesco, se não fosse real. O compreensível seria que os estudantes, gente nova, na idade em que é natural que eles tenham o espírito levado aos grandes gestos e às grandes atitudes de protesto e de revolta, sentindo, buscando mudar a sociedade, o natural seria que, nesta altura, os integrantes da UNE, os jovens universitários, estivessem por aí pichando ruas, fazendo passeatas, dizendo que esse Governo é um Governo ilegal, que está na hora de buscarmos uma democracia, lutar por uma Constituinte e não querendo falar com o Governo. Seria normal que o Ministro da Educação procurasse acalmar os jovens: "Calma, meus jovens; vamos dialogar, vamos conversar, vamos ver o que se pode fazer para se chegar a um denominador comum." Mas o que acontece é exatamente o contrário: são os estudantes da UNE tendo a sensibilidade de governantes e o Ministério da Educação tendo a infantilidade de pessoas que realmente parecem não estarem capacitadas para o cargo que desempenham.

Os representantes da UNE a pedir, a implorar a apelar aos partidos políticos para que consigam uma audiência com o Ministro da Educação, ao qual eles querem apresentar um requerimento se sugestões para debater discutir a educação brasileira e para discutir e debater a problemática da universidade neste País. E o Ministro da Educação responde que com eles não dialoga, praticamente atirando-os a outro caminho, parece até que desejando que eles sigam outros rumos que não o do diálogo com o Governo.

Eu alinhava esses fatos todos, Sr. Presidente, apenas para demonstrar que o problema da *Tribuna da Imprensa* não é um fato isolado; o problema da *Tribuna da Imprensa* está dentro de um contexto que nos leva a algumas interrogações e algumas apreensões. Como seria bom se nós pudéssemos interpretar os discursos vários do Senhor Presidente da República, quando ele afirma que transformará este País numa democracia. Como seria bom se as afirmativas que são feitas pelos órgãos governamentais, pelos Líderes do PDS, no sentido de que estamos marchando em rumo seguro para a paz social, fossem realmente reais. Mas nós estamos verificando, dramaticamente, que o Governo absolutamente não se deu conta de que o seu tempo passou; o Governo não se deu conta de que nós estamos vivendo uma outra realidade, e que a Oposição é a maior aliada da paz social, quando eu falo em Oposição, eu falo naqueles que desejam a normalidade democrática, institucional social e econômica; eu falo na CONTAG, que aí também está sob ameaça de ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional; eu falo na Igreja, onde a cada dia e a cada hora, não apenas um padre é expulso aqui, outro é enquadrado ali na Lei de Segurança, outro é chamado para depor mais ali adiante; eu falo na OAB, alvo da violência daqueles exatamente que não desejam a normalidade, mas que busca colaborar no sentido de consegui-la; eu falo na ABI; eu falo em todos os Partidos políticos; eu falo na sociedade brasileira, hoje, independente de cores políticas, que está realmente ansiosa pela hora que estamos vivendo, com a preocupação de que podemos partir para o pior, o que ninguém quer.

Este é um País que vive sob uma inflação de 120%; um País que vive os problemas dramáticos, como o da seca do Nordeste, onde pela vez primeira, não num fato isolado, dezenas e centenas de saques são feitos, não por subversivos, como disse o Sr. Ministro Mário Andreazza, querendo dizer que aqueles fatos tinham sido levados a ser praticados por pessoas que desejavam a subversão da ordem. Pela palavra do Cardeal de Fortaleza, Dom Aloisio Lorscheider, ou pela palavra do Presidente da CNBB, Bispo de Santa Maria, Dom Ivo ambos deixaram claro que ali se tratava de pessoas que estavam na miséria e vendo seus filhos praticamente morrendo de fome. E que a sociedade que permitia e que assistia a isso não tinha o direito de exigir melhor atitude, porque, na verdade, é quase que um direito natural a busca de alimentos para si e para seus filhos, para aquele que não encontra outra oportunidade para buscá-lo.

Diante desses fatos, diante do que se vê e do que se sente de convulsão social, diante dos atentados que no Rio de Janeiro e em São Paulo se multiplicam por dez a cada dia, é que a Oposição brasileira clama para que o Governo atente que, na verdade, estamos vivendo uma encruzilhada.

Mas há uma diferença entre a encruzilhada que a Oposição apresenta e a encruzilhada que o Governo quer, com todas as formas, assistir e tomar posição. O sistema, o Governo dominante, friamente, olha por cima esses fatos da vida brasileira. Não faz um exame de consciência, não faz o *mea-culpa*, não está disposto a analisar os equívocos porventura praticados no mundo econômico, no mundo social, no mundo internacional. Não analisa a realidade de que tenha conseguido um milagre, de que o agricultor esteja revoltado, o produtor esteja revoltado, o empresário genuinamente nacional esteja revoltado, o operário esteja revoltado, o professor, o funcionário público civil e militar estejam revoltados, os estudantes, os professores, os intelectuais este-

jam revoltados. Se estão revoltados, acha o Governo, é porque eles estão errados; nós continuamos com absoluta clarividência de que somos infalíveis e aquilo que fazemos corresponde ao certo.

Baseado nisto, o Governo e o sistema buscam uma forma de se perpetuarem no poder. É profundamente doloroso que em meio a esses acontecimentos não se veja em nenhum segmento do Governo a preocupação de uma análise real de mudanças concretas a nível da sociedade brasileira. "Bom, somos obrigados a reconhecer que fracassamos com relação ao Nordeste. Essa política paternalista não pode continuar. Houve desvios extraordinários que esgotaram as verbas federais, beneficiando as minorias e não resolvendo os problemas da maioria. Vamos alterar e vamos apresentar um programa novo para o Nordeste".

Não. As coisas continuam iguais com relação ao Nordeste. Com relação ao trabalho, verifica-se que o Governo já está na tentativa de lançar sobre o salário semestral a responsabilidade pelo aumento da inflação. Esse surto inflacionário, recorde da História brasileira, teria sido ocasionado pelo erro do próprio Governo, porque o projeto foi seu, no sentido de fazer com que as revisões salariais se efetuassem duas vezes por ano, outra alteração. Uma análise mais real e mais objetiva, no sentido de ver que milhões de brasileiros que vivem de salários, esses salários sofrem a corrosão da inflação e não são causas da inflação, mas conseqüências dela. A dívida externa, os lucros das multinacionais, os atravessadores que fazem o que bem entendem e não há nenhum ato punitivo por parte do sistema, nada disso, nem uma norma, nem uma perspectiva, nem um debate em termos de que essas coisas vão mudar temos, para que haja uma esperança em termos de futuro. A única coisa que o Governo faz é nomear uma comissão para estudar a legislação eleitoral.

Assisti o brilhante pronunciamento do nobre Senador que me antecedeu da tribuna, com relação a segunda parte do seu pronunciamento. Deixo de analisar, aqui, a primeira, porque não é o momento e nem é oportuno. Com relação ao voto distrital, S. Ex<sup>a</sup> diz que é contra. Mas, o voto distrital, ou o voto vinculado, ou a sublegenda, ou a prorrogação de mandatos, ou aumentar o colégio eleitoral, botando aqui dentro 4.000 vereadores, um de cada Câmara de Vereadores. São as fórmulas que estão sendo estudadas. Não no sentido do aperfeiçoamento da democracia brasileira, não no sentido de melhorar a busca para o estado de direito, mas no sentido, tão e exclusivamente, de manter o grupo dominante.

Isso é doloroso. É tremendamente doloroso, Sr. Presidente, dezessete anos depois. Dizia o orador que me antecedeu na tribuna que houve um movimento de rebelião nacional, a chamada Redentora de 31 de Março, sobre a qual lanço dúvidas de que tenha sido realmente uma revolução ou um golpe de estado, mas não é o que importa. O que importa eram as apreensões que os que ganharam em 1964 faziam do que iam resolver em termo de Brasil, salvar o Brasil da ditadura e fazer do Brasil uma autêntica democracia. Resolver o problema da crise econômica e social, que era gravíssimo, com uma inflação de cerca de 80% e com uma dívida externa de três bilhões de dólares. E resolver os problemas da chamada corrupção. Tenho dito, Sr. Presidente, que pretendo fazer um pronunciamento, pegando os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente daqueles últimos seis meses que precederam o movimento de 1964, para verificar quais as acusações tremendas que se faziam ao Governo da época, para poder comparar com aquilo que hoje é reconhecido e afirmado, praticado pelo Governo. Com a única diferença, Sr. Presidente, que as coisas às vezes saem nos jornais e às vezes não saem; às vezes se publica e às vezes não se publica. Mas, a verdade é uma só: nunca se averigua e nunca se pune ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que temos uma sessão extraordinária, convocada para as 18 horas e 30 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ora, Sr. Presidente, se antes de 1964 um Ministro da Fazenda determinasse a mudança da rota de um avião: Nova Iorque—Rio de Janeiro, para Nova—Iorque—Brasília—Rio de Janeiro, para que ele pudesse descer, o que a banda da UDN; da época, faria desta tribuna, faria neste Congresso, faria neste Senado? Pois essas coisas acontecem e nada acontece.

Ora, Sr. Presidente, o que a banda da UDN disse do Governo Juscelino Kubitschek, porque o Presidente Juscelino havia comprado um avião presidencial, porque, até então, os homens do Governo voavam em aviões de carreira, ou, quando muito, em aviões locados para viagens presidenciais. Pois hoje, não há Ministro que não tenha um ou dois aviões, não há sociedade de economia mista, não há autarquia que não tenha uma série deles, ameaçam até se colidirem pelo ar, de tanto que existe e tão escandalosa é a sua utilização. Pois é neste País, é nesta realidade, Sr. Presidente, que acontece o fato da *Tribuna da Imprensa*, onde o Governo resolve bancar o moralista e resolver o problema de erário público, acima de alguns tostões da *Tribuna da Im-*

pressa. É numa hora como esta que pessoas se encorajam, Sr. Presidente, e há de concordar V. Ex<sup>a</sup> de que, se a Nação já tivesse conhecimento dos nomes e se eles já tivessem sido processados e na cadeia estivessem os terroristas dos atentados anteriores, não teria acontecido nem o crime da OAB, nem o atentado à *Tribuna da Imprensa*. Mas, é a omissão, é o silêncio, é a falta de ação para esses que usam do rigor da lei, e vão acima do rigor da lei, para quere-rem enquadrar o Lula, Sr. Presidente, e que, no entanto, não agem, não tomam uma providência, parta que esses fatos não aconteçam. São aqueles homens que têm a tranquilidade de enquadrar uma Deputada e de chamá-la para depor, já não se sabendo o que pretendem no futuro, como acontece no Ceará. E não tem uma palavra, não tem uma ação para verificar o que está acontecendo no setor do terrorismo neste País.

Tenho dito, Sr. Presidente, que se pode fazer toda crítica ao Presidente da República, João Baptista Figueiredo. Pode-se dizer que Sua Excelência não está preparado para os problemas da economia. Pode-se dizer que Sua Excelência não está preparado para resolver os problemas sociais. Poderá até dizer que Sua Excelência não é o estadista, à hora que estamos a viver, para resolver os problemas institucionais. Mas, por amor de Deus, Sr. Presidente, um sistema que já vai para 17 anos e que tem como *slogan* segurança e desenvolvimento e que teve, no Sr. João Baptista Figueiredo, exatamente, durante cinco anos, o responsável pelo SNI. Se há uma coisa para a qual Sua Excelência tem que estar preparado, é exatamente para os problemas da segurança e para os problemas do terrorismo.

Por amor de Deus, Sr. Presidente, se levantássemos dúvida sobre capacidade presidencial, nesse setor, que é exatamente aquele com o qual Sua Excelência lidou e aquele com o qual Sua Excelência é profundamente conhecedor da matéria, então, há uma interrogação tremenda em termos de futuro, Sr. Presidente. Por isso, estamos aqui a levar a nossa solidariedade ao que aconteceu na *Tribuna da Imprensa*, como já fez o meu Partido, através do Dr. Ulisses Guimarães, a minha Bancada através do Senador Marcos Freire, mas levar a nossa profunda preocupação que esses fatos, desgraçadamente, não são fatos isolados.

Esperamos a palavra do Governo; esperamos o que haverá de dizer Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Dizer que vai apurar é o que tem dito há mais de dois anos. Dizer que vai apontar os responsáveis é o que tem dito ao longo de todo esse período. Mas, já agora, Sr. Presidente, há uma dúvida muito grande com relação à impressão e à preocupação que a Nação toda tem com relação aos objetivos do Governo. O que quer o Governo, Sr. Presidente? O que deseja o Governo? O que, realmente, deseja o Governo, quando brinca de diálogo, chamando os presidentes de partido e quando age pelo outro lado, em termos de querer se perpetuar e de se manter no Poder?

Apenas isso, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> (*Muito bem. Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PDS — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O povo brasileiro está plenamente conscientizado a respeito das dimensões da crise do petróleo, geradora de um espectro de efeitos negativos que abrangem desde a desestabilização econômico-financeira, — via déficits da balança comercial, desequilíbrio da balança de pagamentos, dependência externa, até a crescente elevação do custo de vida que vem provocando, aliás, em todos os países, insuportáveis tensões sociais.

Em síntese, essa crise constitui, na realidade, o fator básico da reacele-ração inflacionária.

Ninguém desconhece que desde maio de 1979 as elevações de preços do combustível totalizaram aumentos superiores a 180%, ao final de dezembro de 1980.

Esses dados constam dos relatórios oficiais e foram objeto de criteriosa análise na recente Mensagem Anua enviada pelo Presidente João Baptista de Figueiredo ao Congresso Nacional, da qual convém destacar os seguintes indicadores que configuram as proporções da mencionada crise:

“As importações de petróleo, que se situaram em US\$ 4,2 bilhões em 1978 (30,7% das importações totais), saltaram para US\$ 6,4 bilhões em 1979 (42% do total). Em consequência, o saldo deficitário em transações correntes, que evidenciava um comportamento declinante entre 1974 e 1977, elevou-se em 1979 e 1980 (US\$ 10 bilhões e US\$ 12,2 bilhões respectivamente). Como consequência, a dívida externa bruta se elevou de US\$ 43,5 bilhões em 1978, para US\$ 49,9 bilhões em 1979 e US\$ 54,2 bilhões em 1980, apesar do excelente desempenho das exportações. Concomitantemente, o início de 1979 é marcado por novo recrudescimento do processo inflacionário.”

A taxa anual de elevação de preços, após oscilar entre 30 e 40% ao ano, até 1978, superou 70% em 1979 e ficou em torno de 100% em 1980.

São estas as razões, entre outras, que me levam a aplaudir todo e qualquer esforço no sentido de se ampliar, entre nós, a prospecção, à medida em que a espiral dos preços do petróleo vai crescendo num ritmo incontrolável e alucinante.

Levando-se em consideração o fato de que o Brasil dispõe, no seu vasto território de imensas bacias sedimentares, dentre as quais, a do Paraná, ultrapassa a superfície de 1 milhão de quilômetros quadrados, considero oportuno, válido e, — por que não dizer? — sumamente auspicioso, o esforço que o Estado de São Paulo vem desenvolvendo, este ano, no concernente à prospecção de petróleo na Bacia do Paraná. Através de um consórcio formado pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) e pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) — A PAULIPETRO, o Governo do Estado de São Paulo mobilizou recursos humanos, técnicos e financeiros de vulto — da ordem de 20 bilhões de cruzeiros, com aquela finalidade, acreditando o Governador Paulo Maluf, com entusiasmo, na possibilidade de poder anunciar a ocorrência de petróleo ou gás, até o fim do ano.

O Brasil acompanha com justificado interesse, o esforço bandeirante e roga a Deus pelo êxito da PAULIPETRO que, de resto, vem sendo apoiada pelo Governo Federal que tem motivos para acolher, com o maior interesse, a contribuição do Estado de São Paulo e da empresa privada nacional, ao esforço de prospecção.

Com estas sumárias considerações, entendi ser de grande utilidade divulgar informações autorizadas sobre o esforço que São Paulo está fazendo.

Faço-o agora, Senhor Presidente, solicitando seja anexado a este breve pronunciamento, a magnífica síntese dos trabalhos de prospecção da PAULIPETRO, elaborada pelo ilustre Jornalista José Nêumanne Pinto. Trata-se de um relatório conciso publicado pelo *Jornal do Brasil*, a 22 de fevereiro de 1981 (Caderno Especial). Essa reportagem conclui com o enunciado das 7 teses do Governador Paulo Maluf, os motivos que o levaram a promover, através da PAULIPETRO, um esforço excepcional que, acreditamos, atingirá os objetivos colimados.

Graças a Deus, o Brasil é um país privilegiado no tocante à disponibilidade de fontes energéticas, apesar da crise do petróleo.

Aí estão os nossos vastos recursos para geração de hidroeletricidade, uma imensa abundância de terras, a incomparável solaridade para produção de biomassas, substanciais reservas de carvão e Urânio, e gigantescos depósitos de xisto.

Nenhum país dispõe, como o nosso, de tantas possibilidades no campo das energias alternativas.

A leitura desse relatório levou-me a propor sua inclusão neste meu pronunciamento, pois todos nós desejamos o crescimento de nossa produção de petróleo e fazemos votos para que a PAULIPETRO obtenha êxito e venha a associar-se à PETROBRÁS, no aumento da produção de petróleo no Brasil. (*Muito bem!*)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

*Jornal do Brasil* — Domingo, 22-2-81

#### O ESFORÇO PAULISTA DE TIRAR PETRÓLEO

José Nêumanne Pinto

A PAULIPETRO (consórcio formado pelo IPT e pela CESP) está gastando, este ano, Cr\$ 20 bilhões em prospecção de petróleo na Bacia do Paraná, porque seus técnicos se apóiam num relatório da Berkeley Exploration and production, segundo o qual ela “é uma vasta, essencialmente inexplorada, bacia petrolífera em potencial”.

Em poder do relatório da empresa norte-americana e de outro do consultor inglês H. C. Potter, do Imperial College de Londres, Inglaterra, o Governador do Estado de São Paulo, Sr. Paulo Maluf, conta com a possibilidade de poder anunciar a ocorrência de petróleo ou gás até o fim do ano. Mas os técnicos acreditam em prazos mais elásticos, que variam de 5 a 10 anos. Pois, segundo a BEP, a prospecção na área será, certamente, “longa e muito cara”.

— O que esse relatório quer dizer é que uma empresa pequena, com um furo ou outro, só terá sucesso com muita sorte. É muito provável que haja óleo na Bacia do Paraná, porque ela é sedimentária e essa é uma condição necessária para a ocorrência de jazidas petrolíferas, mas encontrar esse óleo ou gás natural é um esforço que vai custar muito dinheiro e muita paciência, mas principalmente requer uma grande competência técnica — reconheceu ao *Jornal do Brasil* o próprio Paulo Maluf.

#### A equipe

Consórcio do Instituto de Pesquisa Tecnológica — IPT, e da Companhia Energética de São Paulo — CESP, duas grandes companhias estaduais paulistas, a PAULIPETRO já formou uma equipe básica de técnicos experimentados para procurar o óleo onde ele estiver — se é que ele está — no subsolo

da Bacia do Paraná. De dezembro de 1979 a dezembro de 1980, a PAULIPETRO conseguiu reunir 118 geólogos e 50 engenheiros especializados em prospecção de petróleo num prédio de 12 andares, na Zona Sul de São Paulo. Mas o esforço paulista na procura de óleo ou gás não pode ser resumido a seu trabalho. As empreiteiras particulares, sublocadas pela PAULIPETRO, compraram 10 sondas que podem perfurar até 6 mil metros de profundidade, cada uma a um custo médio entre US\$ 8 e 10 milhões, o que significa um investimento total de US\$ 80 a 100 milhões.

— Todas as empresas de perfuração foram contratadas sempre através de empresas nacionais. Até os serviços especializados só foram contratados a empresas estrangeiras se elas estivessem associadas às empresas nacionais. Essa tentativa de transferência de tecnologia é uma coisa absolutamente nova no campo da prospecção de petróleo no Brasil — comentou o Gerente-Geral da PAULIPETRO, o Geólogo Luiz Francisco Rielli Saragiotto, Geólogo e Diretor de Desenvolvimento do IPT.

No fornecimento de equipamentos para as sondas foi também exigida uma nacionalização mínima dos componentes, por meio de um convênio assinado entre a PAULIPETRO e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e o Sindicato Interestadual da Indústria de Máquinas — ABIMAQ. Essa nacionalização de equipamentos às sondas é progressiva e atinge este ano o total de 50%, devendo chegar, no ano que vem, aos 80%, limite fixado pela própria indústria nacional em estudos feitos pela divisão de Engenharia da ABIMAQ.

— Queremos transferir *know how* das empresas estrangeiras para as nacionais, pois nosso objetivo é fazer com que a empresa nacional possa, no futuro, exportar serviços e concorrer com grandes empresas norte-americanas no promissor campo da prospecção petrolífera — explicou o Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Sr. Oswaldo Palma.

— Pela Secretaria do Sr. palma — sem entrar nos orçamentos das empresas formadoras — é que passam as verbas destinadas ao funcionamento do consórcio IPT — CESP. O Governador Paulo Maluf explicou que, com a reforma tributária, o ICM passou de 14% para 15,5% e isso significa cerca de Cr\$ 50 bilhões, este ano, de acréscimo à receita do orçamento estadual. Desse Cr\$ 50 bilhões sairão os Cr\$ 20 bilhões da conta especial de prospecção de petróleo do consórcio.

#### A operação

Segundo informações do Sr. Riuti Yoshida, Geólogo egresso do IPT e Gerente de Exploração da PAULIPETRO, atualmente quatro sondas já estão trabalhando no interior dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em março, esse número deverá dobrar e o Sul deverá ser atingido em maio e junho, quando estarão em ação 10 sondas, todas sob o comando do Engenheiro Edson Kachan, Chefe de Perfuração da PAULIPETRO e egresso da BRASPETRO, em que trabalhava quando a equipe brasileira encontrou o campo de petróleo de Majnoon, o Iraque.

Essas sondas que estão trabalhando inicialmente fazem parte de um programa de coleta de informações *estratigráficas* para melhor conhecimento da composição geológica da Bacia do Paraná, que tem 1 milhão de quilômetros quadrados, ou seja, um terço do total das bacias sedimentárias existentes nos 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados do território brasileiro. Mas já no segundo semestre, segundo garantiu o geólogo, serão instalados os primeiros poços *pioneiros*. Esses são os poços localizados especialmente para a procura de óleo ou gás.

Dentro da bacia do Paraná, a PAULIPETRO tem 20 *áreas de serviço*, mantidas sob contrato de risco com a PETROBRÁS. Cada área dessas tem um grau quadrado (cerca de 12 mil quilômetros quadrados) e sua escolha, segundo o Geólogo Yoshida, "é uma decisão baseada em dados preliminares, relatórios e literatura obtida junto à PETROBRÁS".

No entanto, os técnicos da PAULIPETRO são os primeiros a garantir uma coisa: nada se conhece de profundo e confiável até agora sobre o subsolo da Bacia do Paraná. Sabe-se apenas que há basalto e o basalto dificultou muito as 70 perfurações feitas na bacia até hoje pela PETROBRÁS, porque a tecnologia de sondas dos anos 50 não permitia uma operação com êxito do ponto de vista de custos. Hoje, o avanço tecnológico do material usado nas sondas permite mais sucesso.

— Na verdade, temos mais dados das bordas da bacia, mas a área central é totalmente desconhecida. Por isso, estamos fazendo esses poços *estratigráficos* e um trabalho completo de sísmica, de mapeamento geológico e de Geofísica — explicou o Geólogo Riuti Yoshida.

Até o fim do ano, os técnicos paulistas deverão *locar* de 10 a 15 poços *pioneiros* e intensificarão os esforços de sísmica de reflexão e de levantamentos dos mapas geológicos. Desde o primeiro furo, iniciado em maio do ano

passado, nunca a companhia tinha sido capaz de um esforço concentrado tão grande.

#### Os poços

Para a mobilização das 10 primeiras sondas, todas com capacidade de perfurar poços de até 6 mil metros, a PAULIPETRO contratou cinco empresas nacionais consorciadas com estrangeiras, cada uma das quais é responsável pela operação de duas sondas, conforme explicou o Engenheiro José Roberto Monteiro, Gerente de Operações da PAULIPETRO.

Em Amadeu Amaral, perto de Marília, o poço do consórcio Badra-Astrafor (associada argentina da empreiteira brasileira) está com 2 mil 991 metros de perfuração e deverá atingir a 3 mil 700 metros (ponto final de perfuração, chamado tecnicamente de "embasamento"). O poço do mesmo consórcio encontra-se com 869 metros, com previsão de embasamento a 3 mil 500 metros, em Rio Aporé, perto de Cassilândia, Mato Grosso do Sul.

A Andrade Gutierrez Perfurações, consórcio formado pela empreiteira brasileira Andrade Gutierrez e pela empresa especializada norte-americana Blockler, iniciou o poço de Taciba, perto de Presidente Prudente, em julho de 1980, e já está com 3 mil 856 metros perfurados na formação geológica Itararé. A sonda deverá furar até 5 mil metros. Com 593 metros de profundidade e o mesmo "embasamento", o consórcio está perfurando em Cuiabá Paulista.

Em fase de transporte e montagem, estão as sondas da ENGEPETRO, consórcio formado pela C.B.P.O com a companhia francesa Forasol, a serem montadas em Araçatuba, São Paulo e São Carlos do Ivaí, Paraná. As sondas da Enterpa Drilling, consórcio formado pela Enterpa com a empresa norte-americana Eagle, tem suas sondas sendo descarregadas no Porto de Paranaguá, no Paraná, para serem instaladas em Pitanga, no Paraná, e Abelardo Luz, em Santa Catarina. Dos Estados Unidos para Paranaguá estão sendo transportadas por mar as duas sondas da Queiroz Petro, consórcio da Queiroz Galvão com a empresa argentina Bridas. As sondas serão instaladas em Umuarama e Rio Piqueri, no Paraná.

As 20 áreas contratadas pela Paulipetro abrangem parte dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás. Os resultados obtidos pelas sondas estão sendo também aproveitados por um programa chamado pró-Minério, que vem sendo realizado pela Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

#### A prioridade

— A PAULIPETRO é o programa prioritário do Governo do Estado de São Paulo, não por ter repercussão política, mas porque achar petróleo no Brasil é muito importante. Conheço um relatório da KWU, segundo o qual as alternativas mais viáveis ao petróleo são o carvão e a energia nuclear. Pois bem, o potencial de urânio é 30 vezes superior ao do carvão, mas não atinge ainda o das reservas de óleo e gás natural do mundo. Ainda há então energia fossilizada à disposição do homem por muito tempo. O problema é encontrá-la e conviver com ela — disse o Secretário Oswaldo Palma.

Mas, mesmo que não se encontre petróleo, ele acha que outros subprodutos são capazes de promover um retorno bom dos investimentos, na sua opinião. Ele citou o encontro de gipsita, minério importante na indústria do cimento e gesso, atualmente trazido de Pernambuco, no poço de Amadeu Amaral, e de água mineral com alto valor de sulfurose pela sonda em ação em Piratininga, lembrando que Águas de São Pedro, a estância hidromineral, foi descoberta justamente por uma torre de prospecção de petróleo em São Paulo. Em outro poço, foi encontrado arenito betuminoso a 154m de profundidade e esse material pode ser usado na fabricação de asfalto.

A esperança de todos é, contudo, logicamente, o petróleo. É o petróleo que mantém o engenheiro civil José Roberto Monteiro, da CESP, em febril atividade na gerência de operações da Paulipetro, em contato permanente com as sondas, chefiadas por seu subalterno, o engenheiro mecânico e de perfuração Edson Kachan. O petróleo é também o assunto central de muitas pastas guardadas pessoalmente pelo Governador Paulo Maluf em seu gabinete e nas reuniões que mantém mensalmente com os técnicos para saber como vão as coisas. É o petróleo que os dedos do Secretário Oswaldo Palma tenta encontrar esfregando pedaços de rochas que os geólogos lhe mandam de presente.

O engenheiro Edson Kachan também está em contato telefônico permanente com as sondas. O engenheiro José Roberto Monteiro, egresso de Itaipu, a cuja obra estava emprestado pela CESP, experimentado em grandes projetos de engenharia, acha que é importante o fato de a CESP, uma empresa de competência técnica reconhecida, e o IPT, um dos mais conceituados centros tecnológicos do país, darem seus suportes de infra-estrutura apoiando o projeto de procura de petróleo da Paulipetro, que, por ser um consórcio, não tem personalidade jurídica nem pode contratar técnicos. Os serviços do IPT e da CESP são utilizados plenamente para isso.

### As empresas

Os nomes do IPT e da CESP, comprometidos com a prospecção de petróleo em São Paulo, dão ao trabalho uma condição de estar acima de qualquer suspeita do ponto de vista técnico. Mas os geólogos e engenheiros do consórcio também se preocuparam muito com a reputação técnica das equipes das empreiteiras particulares contratadas.

— Quando foi aberta a concorrência, recebi gente como jamais havia recebido antes. Evidentemente as empresas estão interessadas nesse campo novo porque ele é promissor. Mas acho que há muito de patriotismo, de bandeirantismo nisso — acha o Sr. Paulo Maluf.

O engenheiro Roberto Gutierrez, responsável pelo projeto de óleo na Andrada Gutierrez, explicou a mim sua participação na prospecção de petróleo:

— Em primeiro lugar, acreditamos no projeto. Em segundo lugar, queremos adquirir tecnologia em petróleo. Afinal estamos pré-qualificados para os contratos de risco da PETROBRÁS. Também acreditamos que há amplas possibilidades de ampliação de mercado no mundo inteiro, porque o esforço de prospecção aumenta na exata proporção do aumento do preço do petróleo. Estamos enfrentando problemas de adaptação dos profissionais norte-americanos à nossa política de pessoal, que já, em grande parte, responsável por nosso sucesso empresarial. Mas achamos que temos muito a aprender com eles. Nosso esforço é sempre o de adquirir mais tecnologia inclusive para aplicação nos campos de trabalho a que nos dedicamos tradicionalmente.

**O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

**O SR. FRANCO MONTORO (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais apelam ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Ministro do Trabalho no sentido de que seja revisto o enquadramento sindical dos trabalhadores da agroindústria canavieira e o dos pequenos produtores rurais.

Os trabalhadores da agroindústria canavieira, à falta de uma definição precisa da legislação, não têm sido considerados trabalhadores rurais, para efeito de enquadramento sindical. Isso tem provocado sérios embaraços às convenções coletivas de trabalho, além de grande esvaziamento do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

No entanto, até por uma questão de lógica, todo aquele que trabalha na lavoura é trabalhador rural, porque é a natureza do serviço prestado pelo empregado que determina a categoria na qual deverá ser sindicalizado, e não a finalidade da empresa, como quer hoje o Ministério do Trabalho.

Outro problema é o de pequenos produtores rurais, proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros que desenvolvem atividade agrária em regime de economia familiar, sem empregados.

Esses trabalhadores passaram agora a ser considerados empregadores e, como tal, o seu enquadramento sindical foi alterado, em detrimento da representatividade das entidades profissionais.

O que está sendo pleiteado por eles, neste momento, é que somente sejam considerados empregadores rurais os proprietários que trabalham em regime de economia familiar, quando a dimensão da propriedade for igual ou superior a dois módulos da respectiva região. E, por via de consequência, seria considerado trabalhador rural o proprietário de área inferior a dois módulos rurais.

Estas, Senhor Presidente, as reivindicações do movimento sindical rural que, nesta oportunidade transmito ao Senhor Ministro do Trabalho, fazendo a Sua Excelência veemente apelo no sentido de que seja sensível à urgente necessidade de revisão do enquadramento sindical na área rural, tendo em vista, especialmente, a preservação da representatividade das entidades profissionais rurais. *(Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (PMDB — SP. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Eventos singulares, de âmbito local, muitas vezes revelam em sua aparente simplicidade, reflexos das questões maiores do cenário nacional. O cotidiano da população é, afinal, um espelho das omissões e das insuficiências dos propalados grandes programas governamentais. Pretendemos, por isso, fazer eco, nesta Alta Câmara, dos reclamos básicos do brasileiro anônimo

que sai em busca do trabalho, que sofre para obter um mínimo de dignidade e bem-estar a que tem direito sua família, que arca, enfim, com os ônus desse padrão de desenvolvimento que aí está.

Legítimo porta-voz da comunidade Sul-Paulista, o **Jornal Aparecida do Sul**, editado em Itapetininga, destaca em sua edição de sete de março passado, um deste dramas cotidianos. Ocorre que a FEPASA, não podendo dispor de doze funcionários adicionais, deixa sem guarda-cancelas quatro movimentadas passagens de nível que cortam as vias urbanas daquela populosa cidade. São evidentes os transtornos; e inevitáveis os riscos de acidentes. Como o que vitimou, no dia 28 de fevereiro, uma senhora grávida e seu filho.

As repetidas vezes em que tais problemas vieram a debate entre os cidadãos e na Imprensa levaram o Prefeito Municipal a reclamar do noticiário daquele jornal; confiante nas promessas do Governo Itinerante, de que seria dada prioridade à construção de passarelas sobre as passagens perigosas, essa autoridade acoimou os redatores do **Aparecida do Sul** de estarem — segundo sua expressão — “completamente por fora do assunto”. Acreditava Sua Excelência que isto seria logo providenciado e, portanto, não passariam os comentários jornalísticos de críticas infundadas e de propósitos melévolos. Como, aliás, tornou-se regra acontecer nestes casos.

Não obstante, transcorreram semanas e meses desde que, em meados do ano passado, aquela promessa — dentre tantas outras — foi feita. E absolutamente nenhuma providência concreta foi tomada para cumpri-la; é possível até, que em algum ponto da complexa estrutura daquela empresa governamental esteja “em estudos” o objeto da promessa do Senhor Governador. Pois parece ser este o destino da maior parte destas reações dos governantes às reivindicações populares.

Não se requer nenhum projeto assombroso; não serão necessários recursos vultosos; nem a realização de complicados processos administrativos. Apenas se exigia o cumprimento de um elementar dever do Estado e da Empresa que dali auferem tributos e tarifas, em respeito à segurança e qualidade de vida das famílias e dos cidadãos que ali vivem e trabalham.

Vale, Senhor Presidente, Senhores Senadores, reproduzir, textualmente, o teor do noticiário em sua parte final:

“Os moradores, revoltados, perguntam:

até quando vamos perder nossos compromissos, por culpa das composições que, quando param, dividem a cidade em duas? Até quando vamos ter que agüentar essa situação?”

É lamentável constatar não ser este um fato isolado. Em verdade ele se reproduz incontáveis vezes por este país. No que se refere à incúria da Administração Pública, à vulnerabilidade da Imprensa que ao cumprir seu papel é criticada e menosprezada, às promessas que nunca passam de palavrório enganoso e vazio de intenções.

Nossa homenagem à luta do **Jornal Aparecida do Sul**. *(Muito bem!)*

**O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha)** — O Sr. Senador Orestes Quércia enviou à Mesa projeto, cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, “a”, III, do Regimento Interno, deve ter início na hora do Expediente. A proposição será anunciada na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha)** — Os Srs. Senadores Orestes Quércia e Franco Montoro enviaram à Mesa projetos, cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, “a”, III, do Regimento Interno, devem ter início na Hora do Expediente. As proposições serão anunciadas na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha)** — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária das 18 horas e 30 minutos, a seguinte

### ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 34, de 1981 (nº 54/81, na origem), de 9 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio Fernando Guarischi Bath, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.

**O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha)** — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 27 minutos.)*

**ATA DA 21ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1981**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura**  
**— Extraordinária —**

**PRESIDÊNCIA DO SR. GILVAN ROCHA**

*ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Adalberto Sena — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à Ordem do Dia. *(Pausa.)*

Não obstante a lista de presença acusar o comparecimento de 49 Srs. Senadores, é evidente a falta de *quorum* em plenário para votação. Em consequência, fica a matéria adiada para outra oportunidade.

*É a seguinte a matéria constante da Ordem do Dia que tem sua apreciação adiada:*

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 34, de 1981 (nº 54/81, na origem), de 9 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a Escolha do Senhor Sérgio Fernando Guarischí Bath, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Presidência antes de encerrar a presente sessão, designa para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 25, de 1981, dos Senadores Mauro Benevides e Gastão Müller, no exercício das lideranças, solicitando urgência nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências.

2

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1980, do Senador Pedro Simon, que estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.223, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Franco Montoro, Leite Chaves e Cunha Lima, e voto vencido, em separado, do Senador Bernardino Viana.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 168, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 1.250, de 1980), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) para aplicação no II Plano de Metas Governamentais, tendo

PARECER, sob nº 1.251, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 172, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº

1.258, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 1.785.620.157,75 (hum bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.259 e 1.260, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
 — de **Municípios**, favorável.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 173, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.261, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ), a elevar em Cr\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.262 e 1.263, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
 — de **Municípios**, favorável.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 174, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.264, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Palmeiras dos Índios (AL) a elevar em Cr\$ 147.227.806,44 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e seis cruzeiros e quarenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.265 e 1.266, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
 — de **Municípios**, favorável.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 176, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.270, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Caicó (RN) a elevar em Cr\$ 78.586.099,00 (setenta e oito milhões quinhentos e oitenta e seis mil, noventa e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.271 e 1.872, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e  
 — de **Municípios**, favorável.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de Engenheiros e Arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências, tendo

PARECERES, sob nºs 863 a 865, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de número 1-CCJ;  
 — de **Legislação Social**, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e  
 — de **Educação e Cultura**, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 33, de 1981, do Senador Roberto Saturnino, de adiamento da discussão.)

9

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o artigo 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.026, de 1980, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Cunha Lima, e voto vencido dos Senadores Franco Montoro e Tancredo Neves.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 34, de 1981, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, de adiamento da discussão.)

10

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980 do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º-salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35, de 1981, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, de adiamento da discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIRCEU CARDOSO, NA SESSÃO DE 12-3-81. E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Um vento de tragédia soprou no nosso Estado, no mês de fevereiro, levando vidas preciosas de políticos eminentes, industriais de grande porte, membros de tribunais, advogados eminentes, trazendo tragédias, Sr. Presidente, que enlutaram e sacudiram o meu Estado.

Dentre as vítimas de que falaremos hoje, registrando sua morte em circunstâncias trágicas, quero trazer a homenagem de todo o meu Estado à pessoa do ilustre advogado, do ilustre desportista, do ilustre político, do grande empresário com serviços relevantes a diversas categorias de trabalhadores de Vitória, e que um desastre de avião, em Belém, em fevereiro último, tirou do nosso convívio. Trata-se do Dr. Sizenando Pechincha Filho, moço ainda, com quarenta e quatro anos, viajando num avião, chocando-se com dois navios surtos no porto, na cabeça da pista, espatifando-se contra o cais, no qual morreram onze das treze pessoas que iam a bordo. Ele era um dos sobreviventes. Recolhido ao Hospital Naval de Belém, mantivemos contato com o Hospital através do Ministério da Marinha, aqui em Brasília. Ele foi assistido pela equipe médica daquele hospital com todo carinho, atenção e desvelo, com a perna e o braço direitos fraturados, fraturada também a bacia, e 30% do corpo queimado. Além de tudo, bebera uma água impregnada de óleo queimado, gasolina e querosene. Teve de amputar a perna, e não resistindo aos padecimentos, dois ou três dias depois, pela madrugada de sábado, morria assistido pela sua desvelada esposa, seus irmãos e por todo o Espírito Santo, que acompanhou, momento a momento, pelo telefone, — também nós aqui de Brasília — através das ligações de Vitória e de outras cidades todo o Estado, acompanhou o esvair daquela preciosa vida.

Devo dizer, Sr. Presidente, que ao traçar esse necrológio, o faço como se algo de mim tivesse morrido, tão amigo éramos nós. Foi um dos baluartes da minha campanha de Senador; foi o homem que, em Vitória, arrecadou os parcos fundos com que pudemos contar na nossa campanha; foi dele essa preciosa colaboração que perdi.

Sizenando Pechincha, Sr. Presidente, além dessa colaboração, foi membro do Diretório do MDB do Estado, membro eminente, figura exponencial dos círculos sociais e esportivos da Capital; era Presidente do Vitória Futebol Clube, um dos melhores clubes do nosso Estado. Presidente que projetou o clube. E tinha, Sr. Presidente, naquele olhar dele, tão vivo, uma expressão doce da imensa alegria de viver.

Além do desportista magnífico que ele foi, também tentara implantar uma grande fazenda de criação no Paraná, em Ibitinga. Eu viajei daqui até lá com ele, para visitar cerca de 150 alqueires de abertura que ele fez, onde estava construindo seu patrimônio, como empresário, não como grilheiro, Sr. Presidente. Como homem que foi levado pelos Ministros do Interior e da Agricultura, nas primeiras viagens com que eles procuraram interessar os empresários do Sul, na abertura de fazendas, de propriedades e de experiências agrícolas no Norte. Dentre esses, o Sr. Ministro Rangel Reis, Costa Cavalcante e outros Ministros. O Sr. Sizenando Pechincha lá esteve vários dias com essa comitiva de Ministros, tendo como Chefe o Ministro Rangel Reis.

Portanto, foi através do Governo do Pará e do Governo Federal, que ele fez a aquisição de uma área, onde implantou essa fazenda. Não havia estrada na época. Seu agrupamento construiu 100 quilômetros de estradas na floresta virgem, que eu percorri de gipe há cinco ou seis meses atrás, quando ele ainda era vivo.

Esse era o empresário, fazendeiro do sul da Bahia e proprietário e advogado de nomeada em Vitória. Esta é a face do empresário, do desportista. Além de tudo, Pechincha, como advogado, era um dos mais categorizados advogados na área trabalhista do meu Estado. Advogado de quase todos os sindicatos do Espírito Santo, superintendia e dirigia a parte jurídica desses

sindicatos e desfrutava da amizade dos operários sindicalizados nessa categoria.

Foi um dos maiores sepultamentos realizados em Vitória, o de Sizenando Pechincha. Foram os sindicatos que se dirigiram a mim, pedindo providências, para que através do Ministério da Marinha, nós solicitássemos as atenções do Hospital Naval de Belém.

Além dessa atividade multifária, do empresário, do desportista, ele também, como não podia deixar de ser, foi advogado militante. Foi meu companheiro em várias causas no interior do Estado, no Tribunal de Justiça do Estado e aqui no Supremo Tribunal Federal, onde militamos juntos, defendendo interesses de partes que buscaram seus direitos nesses pleitos judiciais.

Sr. Presidente, essa multifária atividade ocupava vida trepidante de Sizenando Pechincha. Ele morreu prematuramente, aos quarenta e quatro anos, tendo à frente um grande futuro. Os gregos diziam que a morte feliz é quando se morre no auge da vida, porque quando se morre esquecido, quando se morre no ostracismo, quando se morre de luzes apagadas, esta é uma morte anônima; ele morreu no auge, no zênite da vida.

Foi um homem vitorioso em tudo. De origem humilde, era uma das figuras mais categorizadas socialmente do meu Estado, esportivamente, como empresário, como advogado e como político. Morreu, portanto, como diziam os gregos, morreu a morte feliz, porque foi a morte na plenitude de seu valor e do reconhecimento dos seus coevos, dos seus contemporâneos, dos homens que assistiram àquela vida trepidante como uma chama, uma chama que foi se extinguir dentro da Baía de Guajará ao chegar ao aeroporto de Belém do Pará.

No velório do seu corpo, que chegou na noite de sábado, em Vitória, lá estava o Sr. Governador do Estado que não lhe negou o tributo da admiração do Estado e de toda a sociedade de Vitória ao jovem que desaparecia. O sepultamento foi realizado às 10 horas do domingo, tendo um dos maiores acompanhamentos que já se viu naquela Capital.

Era casado com Da. Nilda Barbosa Pechincha, uma figura lutadora. Ontem, passei em Vitória para visitá-la; eu que estivera no sepultamento de seu esposo, embora doente, eu que prestara minha homenagem, discursando na hora derradeira, encontrei-a à frente de seu escritório, sentada à sua mesa de trabalho, tomando as providências, porque tantos assuntos ficaram truncados com a morte repentina e brutal de Sizenando Pechincha. Dona Nilda deslocou-se do seu lar, da educação de suas duas filhinhas, para dirigir os negócios no escritório movimentadíssimo de Vitória, que seu marido possuía e dirigia.

Assim, Sr. Presidente, em nome de todo o Estado, de todas as facções, estou prestando esta homenagem póstuma a Sizenando Pechincha, um dos membros do Diretório do PMDB do meu Estado, de que era ilustre figura. Repito, o que disse na minha despedida: algo de mim estava ali sendo sepultado; o companheiro de muitas lutas, de muitas ilusões, e de muitas esperanças.

As palavras que ele disse à sua Senhora não foram desanimadoras: tenha esperança, não chore; eu vou vencer a crise. Mas, aquela era a última crise; e ele não a venceu; não venceu porque a resistência física, podia vencer a crise, mas as golfadas de óleo queimado que ele engolia e que afetaram seu pulmão levaram a sua preciosa existência.

Sr. Presidente, este é o preito que presto em nome do povo do meu Estado, em meu nome pessoal, em nome de todos os seus amigos e de todos os seus admiradores, que até hoje permanecem chocadíssimos com aquela morte trágica lá na longínqua Belém do Pará, deste vulto vitorioso na vida, em tudo que tentou, como agricultor, como pecuarista, como desportista, como advogado e como político. Só não venceu a última batalha, a última vitória que precisava: a vitória sobre a morte.

Sr. Presidente, teve razão aquele poeta quando disse:

“Morte, oh! Gênio das trevas; tenho de ti tantas queixas; quem podes levar não levas; quem deves deixar não deixas”.

Era o que tinha a dizer.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIRCEU CARDOSO NA SESSÃO DE 13/3/81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. DIRCEU CARDOSO (ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Por nossa iniciativa, aprovou esta Casa, no Grande Expediente de hoje, esta sessão de reverência à memória do ex-Senador Raul Giuberti, que engrandeceu sua terra natal, o município de Colatina, que dignificou o Espírito Santo que o viu nascer e que serviu ao Brasil, como Senador da República.

Vulto dos mais eminentes da vida pública do Espírito Santo, cuja atuação sempre se pautou numa linha de conduta digna de admiração e respeito, Raul Giuberti enalteceu os padrões morais da vida política de meu Es-

tado, pela sua vida, pela sua atuação e pela sua profissão de médico humanitário, vivendo, na política, o que sempre foi como cidadão: um homem voltado para sua família, para sua terra e para sua gente.

Prefeito do grande município de Colatina — um pequeno Estado dentro de um Estado pequeno — pelas suas possibilidades, pela pujança de suas terras e pelo trabalho gigantesco de seu povo, nesse posto, Raul Giuberti dotou sua cidade de melhoramentos que lembram seu nome e marcam sua passagem pelo Executivo de sua terra natal.

Dali, filiado ao antigo PSP, se lançou no cenário do Estado, e foi nessas condições que nós do antigo e glorioso PSD fomos buscá-lo numa Coligação, para o Governo do Estado, compondo uma chapa com o nosso chefe, Dr. Carlos Lindenberg, outro nome ilustre que honrou este Senado, em dois mandatos aqui exercidos.

Conheci de perto Raul Giuberti na campanha de sua candidatura como Vice-Governador, ao lado de Carlos Lindenberg e tive ensejo e a honra de conhecer, naqueles dois homens de bem e de princípios, os dois vultos eminentes daquela quadra agitada da vida pública do meu Estado.

No auge da luta, no calor dos comícios e na luta trepidante dos palanques, conheci seu valor e seu desassombro.

Enfrentamos, na luta contra os candidatos do PTB e da UDN, noites de exaltação e de ameaças, perigos de agressão e intimidação com um desenrolar tempestuoso e foi no fragor da luta, que conheci seu valor moral.

Éramos os três — permiti que eu me inclua entre eles, eu, um anônimo deputado estadual, entre homens eminentes e ilustres — os visados na campanha quando enfrentamos a ameaça de revólveres, de carabina e de homens violentos que nos desejaram agredir e até matar, para silenciar nossa voz.

Em momento algum, em circunstância nenhuma, ela se calou, reduzida ao silêncio, e o que tínhamos para dizer, foi dito e foi ouvido pelo povo que compareceu aos comícios, sempre vibrantes, com nossa mensagem de esperança.

Foi assim o comício de Guaçuá, de Baixo Guandu, de Alto Mutum Preto, de Boa Esperança, de Afonso Cláudio e de Ecoporanga, em que nossa caravana, destemida, percorreu todos os municípios e os principais distritos levando a palavra de fé e de confiança de Carlos e de Raul.

Foi ali que conheci também, além de suas qualidades cívicas, o destemor de Raul Giuberti. Nunca deixou de estar ao nosso lado, nunca deixou de dizer sua palavra incisiva, nunca deixou de transmitir sua mensagem de esperança.

A vitória consagrou nossa luta e levou ao Palácio Anchieta Carlos Lindenberg, como Governador, e Raul Giuberti, como Vice-Governador, numa vitória expressiva, conquistada na campanha contra um governo que se nos opunha.

Como Vice-Governador, teve oportunidade de, numa interinidade, substituí-lo por determinado período ao Governador.

E sempre se mostrou o mesmo homem: simples, sem ódio e sem rancor.

Do Governo do Estado, veio ele para o Senado, eleito numa coligação, aqui entrando em fevereiro de 1963, para atuar nesta Casa até 1970, servindo em diferentes Comissões da Casa, das quais destacamos as de Saúde, de Legislação Social, e de Transporte e Comunicações.

Em 1965 foi eleito 4º-Secretário do Senado, cargo em que permaneceu quatro anos, servindo à Casa e à Mesa e conquistando através de sua atuação, sempre cordata e sempre digna, a admiração de seus colegas e dos funcionários do Senado, que lembram bem sua figura simples, de homem digno e humano que sempre foi.

Representou o Senado e o Brasil em várias Comissões no Exterior. Em 1963, representou o Brasil na Conferência de Produtos Alimentícios realizados em Genebra; em 1966, participou da 53ª Conferência Interparlamentar realizada em Teerã; em 1967, a Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, em Genebra e na reunião Interparlamentar em Dacar, na África; em 1968, visitou como nosso representante Israel e, em 1970, compareceu à 58ª Conferência Interparlamentar realizada em Haya. Chegou a ser candidato ao Governo do Estado quando foi escolhida outra figura indicada pelo Presidente da República. Deixou o Senado, e, quando de minha campanha ao Senado, em 1974, se colocou ao meu lado e se bateu pela minha eleição.

Em Colatina, foi uma das forças que ajudaram a me eleger e, juntamente com outras forças políticas, ali arrematadas em outros setores, me trouxeram ao Senado, no milagre várias vezes já narrado nesta Casa.

Foi Raul Giuberti, um dos candidatos do MDB ao Senado Federal, ao lado de Berredo de Meneses, meu atual suplente e Helio Manhães, ex-Prefeito de Cachoeiro, não tendo conseguido eleger-se, embora formando o trio de maior expressão política e eleitoral dos quadros oposicionistas, além de três elementos do maior destaque do Norte, do Centro e do Sul do Estado, que não lograram a vitória por uma honrosa diferença, contra as forças situacionistas, apoiadas pelo Governo do Estado.

Devo, a esta altura de meu pronunciamento, prestar uma homenagem a sua ilustre esposa, Drª Arlete Tardin Giuberti, sua dedicada companheira do lar e da luta, da sociedade e da campanha, que formava, com ele, a expressão total de um par destacado e voluntarioso, simpático e lutador, capaz das maiores conquistas.

D. Arlette é uma lutadora tão grande quanto o seu finado marido.

Acompanhei-o no seu leito de dor. Visitei-o no Hospital Samaritano, no Rio, onde passou seus derradeiros dias, assistido por sua dedicada esposa e pelos dois filhos médicos, Drs. Tadeu e Raul Ângelo e pelo seu genro, Dr. Francisco Sucena, médico ilustre em Cuiabá, Mato Grosso.

E ao sentir que estava derradeiros momentos da agonia, ao ver se aproximar, inexoravelmente, sua hora final em que iria mergulhar nas taciturnas sombras da morte, Raul Giuberti chamou sua esposa e lhe prestou as homenagens finais e derradeiras, de sua dedicação, de sua admiração e de seu amor. De fato, ela fora para ele, a paixão única de sua vida.

Cada filho também recebeu dele palavras de encorajamento e de estímulo, dizendo de seu imenso amor por eles, e, após esse ato de bondade e essa confissão de seus mais sagrados sentimentos, Raul entregou sua alma a Deus, serenamente, como um justo que, prestando suas últimas contas, deseja entrar no reino dos céus, radiante como as grandes almas, puras e serenas.

Fui levar-lhe, embora doente, minhas despedidas, no avião que levou seu corpo do Rio para Colatina, na orvalhada da madrugada, onde, junto dos seus, começou sua ascensão à eternidade.

Em Colatina, realizaram-se seus funerais, assistido por imensa multidão, no maior acompanhamento ali registrado, em que usou da palavra o Dr. Martiniano Lintz, em nome de seus amigos.

São essas as palavras de minha admiração e do meu respeito, prestadas da tribuna do Senado que ele dignificou, falando de um homem que sempre colocou o "coração acima do estômago", e, pôs sua alma e seus princípios, a serviço de seu generoso coração. (*Muito bem!*)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 20/3/81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O discurso proferido, ontem, pelo ilustre Senador Affonso Camargo, do Partido Popular, nos remeteu a uma entrefala concedida pelo não menos ilustre Senador Tancredo Neves que, com a sua clarividência, com a sua experiência, a sua maturidade política, vem ilustrando os Anais da Casa do Congresso de longa data, e a sua performance democrática o conduziu, nessa entrefala, a umas afirmações que foram esboçadas, ontem, pelo ilustre Senador Affonso Camargo, com muita propriedade, mas que precisam, hoje, por parte do PMDB, ser esmiuçadas em virtude mesmo do tempo que desfrutaremos para tal mister.

Diz o ilustre democrata, Senador Tancredo Neves, no jornal *Correio Brasileiro*, edição do dia 18 deste mês:

Depois de um encontro de 40 minutos com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, o presidente do PP, Senador Tancredo Neves, disse, ontem, que o diálogo mantido para discutir possíveis alterações no Estatuto dos Estrangeiros "não pode, de maneira nenhuma, ser encarado com amplitude", pois, "o grande diálogo que o povo espera entre o Governo e a Oposição é o diálogo sobre a matéria institucional, aquele que diz respeito à revisão de legislação eleitoral para que tenhamos, em 82, uma eleição limpa, lisa, honesta".

E bem a propósito, hoje, o ilustre Senador Agenor Maria abordou de soslaio a Lei Falcão, pedindo a sua revogação, mostrando a necessidade imperiosa da abordagem dos temas institucionais. Ele, que é um defensor intransigente dos temas sociais e econômicos, mas reconhece a necessidade de revermos, de examinarmos e expungirmos da legislação atual certas teratologias jurídicas, como sói ser a Lei Falcão. E para tanto, Sr. Presidente, impõe-se, antes de tudo, uma Constituinte.

Nós precisamos de uma constituinte onde, no seu bojo, todos esses temas serão turbilhoados a fim de que cheguemos a uma carta constitucional capaz de atender àquelas solicitações mais carentes e mais imperiosas do povo brasileiro, como por exemplo, o nosso celeberrimo modelo econômico. Este modelo precisa ser revisto.

Precisamos dar uma guinada de 180º, mudar completamente o roteiro econômico.

O modelo atual não atende mais às carências do povo brasileiro, as nossas ansiedades. Mesmo porque ele não atende a nenhum outro povo.

Houve uma modificação fundamental no comportamento humano, em decorrência do petróleo ter sido usado como arma de guerra para a sobrevivência dos povos árabes.

Diante disso, todo o modelo que se estruturou, a partir da Idade Vitoriana até 1960, passou por uma transformação total. Não pode mais ser o petróleo, o fundamento, a base do desenvolvimento, não pode mais ser produção de energia; há necessidade de uma revisão de arquétipos, de conceitos, assim como o homem fez revisão, outrora, quando ultrapassou a fase de caçador para agricultor e de agricultor para industrial.

Esses momentos de passagem exigem dos estadistas uma visão de profeta. Nós estamos carecendo de estadistas-profetas, capazes de interpretar o futuro e não de estadistas de quintal.

Sr. Presidente, já recitei o nome desta autoridade, por várias vezes. Desde 1975 que trago à baila, nesta Casa, o nome do Gunnar Myrdal, economista renomado mundialmente, que afirmou a teoria da "causação Circular Cumulativa" isto é, nenhum povo subdesenvolvido pode pretender alcançar um superdesenvolvimento seguindo-lhe as pegadas, do contrário ele cairá nessa causação circular cumulativa, isto é, ficará recebendo sempre ferro velho como tecnologia nova.

Há necessidade de reformular o comportamento dos povos subdesenvolvidos, procurando um caminho novo, diferente, caminho esse cujo luzeiro, cuja baliza não será energia por excelência, mas tem que ser outra coisa, tem que haver uma outra baliza que não seja, puramente, produção de energia.

E bem a propósito, está se realizando uma conferência, nas Nações Unidas, sobre alternativas energéticas, fontes novas e renováveis de energia.

O articulista Frota Neto, enviado especial do *Correio Braziliense*, no dia 18 de março, antontem, traz a lume um trabalho muito significativo que corrobora com as teses por nós expandidas desta tribuna, arriado no grande Gunnar Myrdal.

Diz ele:

Ontem o especialista Alfredo Del Valle, da ONU, afirmou que os países latino-americanos não devem cair na armadilha de pensar que a solução do problema energético é uma forma de manter condições para continuar se desenvolvendo

Não é o humilde caboclo das barrancas do Solimões, Evandro Carreira, que o diz. É Gunnar Myrdal, agora coadjuvado por um especialista do melhor coturno pontificando na ONU, o Sr. Alfredo Del Valle.

Prossigo:

Del Valle raciocina que a transformação energética imposta pela nova realidade mundial deve ser o ponto focal, em si mesmo, do desenvolvimento.

Aquele especialista das Nações Unidas acena que toda energia derivada do petróleo é cara e que a energia substituída é mais cara ainda. Daí porque parte para uma análise em linha, senão nova ou inovadora, pelo menos diferenciada, de que a América Latina precisa mudar o seu estilo de desenvolvimento. Isso porque, diz Del Valle, é uma utopia se pensar em seguir as mesmas pegadas de desenvolvimento do mundo hoje desenvolvido, especialmente agora que a energia inviabiliza modelos ortodoxos e tradicionais de crescimento econômico.

Sr. Presidente, diante de realidades desta natureza, impõe-se mais do que nunca uma Constituinte que elabore um documento capaz de nos dar os parâmetros, as diretrizes fundamentais do comportamento da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito a desenvolvimento, a progresso. Essa Carta tem que debater exaustivamente a palavra progresso, o conceito de progresso.

O que será progresso mesmo, agora no início do terceiro milênio? O que será o terceiro milênio, daqui a dezenove anos, Sr. Presidente? Dezenove anos é um nada, é um átimo na grande corrida da eternidade.

Daqui a 19 anos estaremos entrando no terceiro milênio, Sr. Presidente. Há necessidade de uma revisão de conceito e principalmente do conceito de progresso. Tenho certeza de que, nesta revisão, não colocaríamos energia como índice capaz de avaliar o progresso brasileiro.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — Pois não, nobre Senador, com muita honra.

O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Evandro Carreira, estou ouvindo atentamente o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e solicito o aparte para congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> Na realidade, o homem está vivendo muito mais a serviço de outros interesses do que a serviço de si próprio. Acho, Senador Evandro Carreira, que a ciência deve ficar a serviço do homem e não o ho-

mem a serviço da ciência, que a economia deve girar em torno do interesse do homem, deve estar a serviço do homem e não o homem a serviço da economia. Na minha concepção, o homem está sendo escravo do tempo moderno, o homem passou a ser escravo da vida moderna, a tal ponto que ele vive muito mais para esse interesse do que para si próprio. A vida do homem no sentimento maior da família, no sentimento maior da fé, esse sentimento está sendo tirado do homem. O homem está tão absorvido pela vida moderna, pelo trepidar da vida da cidade, que ele passou a ser um escravo dessa vida. Portanto me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>, e acredito que, na realidade, é preciso haver um estudo profundo para que o homem se encontre a si próprio. Muito obrigado.

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — Nobre Senador Agenor Maria, é deveras interessante a observação de seus apertes. Eles revelam uma profundidade filosófica. V. Ex<sup>a</sup>, na sua simplicidade de homem do campo, de representante autêntico do flagelado nordestino, aquele que em cima do caminhão vagava por todos os meandros da caatinga, é quem pode falar com autoridade sobre o Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> está impregnado daquela sabedoria nordestina, aquela sabedoria que não precisa se abeberar nos cartapácios, nos livros, mas sim na própria experiência da vida.

V. Ex<sup>a</sup>, faz a seguinte observação: o homem está entregue a uma máquina que não é nada mais nada menos do que uma máquina consumista. Ele construiu essa máquina, nobre Senador, tentando resistir às incertezas, para se defender das intempéries. Máquina, que foi produto da capacidade divina, de um dote extraordinário, legado do grande arquiteto dos mundos, que é o movimento em pinça entre polegar e indicador. Através desse movimento ele foi capaz de fabricar instrumentos, de polir a primeira pedra de sílex, ele construiu os primeiros instrumentos e foi cada vez mais sofisticando essa parafernália, até que chegou a máquina consumista, que V. Ex<sup>a</sup> se refere, a esse imediatismo que o empolga, o engolfa, e não lhe dá saída.

O homem está preso nas redes, nas malhas da máquina que construiu, da própria armadilha. O homem é vítima de sua própria artimanha e precisa ter muito espírito crítico para se desvencilhar desse aranhão terrível que construiu e o está destruindo, e destruindo principalmente aquela segunda observação a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência: os valores espirituais. A ciência, através do método de experimentação e contra-experimentação, decantado pelo grande Francis Bacon, nos idos do século XVII, estabeleceu o método experimental e depois disso: "Nada mais passou a existir ou ter valor que não fosse comprovado pela experiência e pela contra-experiência".

Criou-se, assim, a mentalidade científica. E a Ciência, graças ao movimento em pinças, de que já falara Anaxágoras, foi sofisticando todo o instrumental humano. E, à proporção que ia se sofisticando, à proporção que ia se construindo o microscópio e o telescópio, à proporção que ia se desvendando o macromundo e o micromundo, ia também, a Ciência, dizimando e destruindo os valores espirituais que o homem conseguira estruturar através dos milênios, como obra que é da própria Divindade.

Destruiu tanto que chegou ao século da razão, entronizando-as. Chegou ao positivismo, em que nada é verdadeiro se a Ciência não disser que o é. Mas o homem se esqueceu de uma coisa: que no psiquismo no cérebro humano, quando se retira dele qualquer valor moral, o espaço não pode ficar vazio; tem que ser ocupado por outro valor. E foi ocupado, exatamente, pelo amoral, pela animalidade, pelo materialismo que hoje nos caracteriza.

Não há mais valores morais. O filho não crê na existência de Deus; o pai não acredita mais no valor da família, exatamente porque a Ciência destruiu esses valores e não recolocou outros valores no lugar; pensou que esse espaço pudesse ser ocupado apenas por axiomas e por equações algébricas. Mas, isso não é possível. Estamos caminhando para o grande abismo, para a grande hecatombe, do entredesenvolvimento.

Um jovem criminoso, de 19 anos, diz com o maior desprazer e a maior sinceridade: "Senador, o Sr. acha que eu sou trouxa, para passar 50 anos trabalhando a salário mínimo? Prefiro viver uma semana num motel de luxo, com uma gata assanhada e depois morrer na metralhadora do tira".

Ilustre Senador Agenor Maria, veja a divagação a que levou o seu inteligente aparte.

Precisamos reabilitar, ressuscitar velhos conceitos que destruímos, porém representavam valores intrínsecos e embrionários; — são os valores espirituais, — naturalmente que, arriados na própria ciência.

Ouvi, há bem pouco, o relato da experiência de um rei saxônico, muito estudioso, especialista em filologia, que resolvera reunir 50 crianças em clausura, desde o nascer, atendidas por preceptores e preceptoras proibidas de falar com as crianças, sequer em linguagem mímica, para assim comprovar sua teoria sobre a existência de uma linguagem espontânea e natural. As crianças, todas as crianças, Srs. Senadores, morreram antes de atingir os dez anos de

idade, e a sonhada linguagem não aconteceu, o que prova ser o homem um animal tocado pela pedra filosófica de Deus.

O homem tende à comunicação, possui valores metafísicos inseridos no seu cromossoma, no seu banco genético.

Como isto aconteceu, por que isto aconteceu? Não tenho condições de debuxar, nesta hora. Mas o fato é que o homem, a cada momento, comprova a existência de outros valores dentro de si, que não são apenas valores biológicos.

*O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — V. Ex<sup>a</sup> me permite?*

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, outra vez, com muita honra.

*O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Senador Evandro Carreira, na sociedade moderna, os encargos das donas da casa, dos donos da família são tão grandes que nas grandes urbes 80% dos casais, esposo e esposa, são obrigados a trabalhar. E os filhos, em geral menores, pequenos, ficam em casa, sem o cuidado dos pais, no entretenimento da televisão. Essa geração que está aí, por incrível que pareça, está condicionando a sua sensibilidade maior pela televisão. As crianças, quando atingem a idade de 9 a 12 anos, vão condicionando o seu pensamento. Então, o condicionamento dessa juventude está muito mais à mercê dessa propaganda massificante, que eu falo, do que dos pais. Os pais não têm mais tempo para ficar com os filhos. Quantos pais, no Rio e em São Paulo, vêem o filho à noite, quando chegam, já dormindo? Saem pela madrugada, e quando chegam, o filho já está dormindo. Quantos! A necessidade material dos pais, para comprar o alimento para a família, para manter a família, é tão grande, que a maioria vai ver os filhos nos fins de semana, nos domingos. Portanto, eu acredito que é preciso — V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão — uma reformulação nos nossos costumes, porque se se deixar por mais tempo isso que aí está, sinceramente eu não sei até onde vamos chegar. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>*

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — Obrigado, nobre Senador.

V. Ex<sup>a</sup> me lembra uma observação que é digna de algumas palavras. Essa massificação eletrônica está paralisando, está insensibilizando, está atrofiando a capacidade computadora do cérebro humano.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o cérebro humano não é nada mais nada menos do que um computador altamente sofisticado. Este computador evoluiu, ao sabor dos milênios, quando ainda simples corpúsculo, na primeira célula que flutuava no primeiro pântano, no primeiro oceano. Mas, o fato é que esse germe de neurônio foi se sofisticando, foi se diversificando, mercê do esforço, do trabalho nemônico, mercê do esforço em guardar sensações, impressões do mundo interior, relacionando-as e tirando conclusões.

O cérebro é uma máquina que se aperfeiçoou ao trabalho, ao exercício de retentiva, de memorização, se ela deixa de fazer este esforço, graças à sofisticação eletrônica, haverá uma regressão natural dessa máquina que é o cérebro humano.

*O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Permite V. Ex<sup>a</sup> uma rápida intervenção? (Assentimento do orador.) Conheço rapazes que estão na universidade e não sabem quanto é 4x8. Porque a máquina ...*

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — O Computador.

*O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — ... passou a fazer por ele a conta e o cérebro não pode mais atinar quanto isso significa.*

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — A calculadora lhe diz exatamente. Ele não tem mais trabalho de multiplicar. O cérebro, portanto, fica preguiçoso, pelo menos preguiçoso ele ficará, sem possibilidade de evolução.

No entanto, se ele continuar a trabalhar, a se esforçar, na memorização e no raciocínio, estará cumprindo aquela velha afirmação de Claude-Bernard, grande Mestre da Fisiologia no século passado: "A função faz o órgão", se o órgão funciona, ele se desenvolve, ele cresce e se aperfeiçoa.

*O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Ele atrofia. Ele está atrofiando.*

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — Exatamente. O retrato disto tudo está na própria arte moderna. Na arte moderna, nobre Senador: na literatura, na pintura, na escultura, na poesia, em toda a parte.

Lembro-me ainda, quando contestava o movimento concretista, dentro do movimento moderno, no campo da poesia. Alguém com uma página em branco de jornal e a palavra só escrita no meio; afirmava que era um poema. Havia plasticidade, nunca poesia, verdadeiro retorno ao monossilabismo. O monossilabismo que caracteriza as línguas primitivas. A língua, quanto mais diferenciada, quanto mais analítica, quanto menos sintética, mais perfeita.

A falta de exercício do cérebro humano nos levará à regressão. Estamos vivendo uma grande encruzilhada, e tudo isso precisa ser discutido no bojo, no cadinho, no laboratório de uma constituinte.

Tancredo Neves o disse com muita propriedade, no encontro que teve com o Sr. Ministro da Justiça. Retorno à entrevista do ilustre Senador Tancredo Neves, quando S. Ex<sup>a</sup> diz:

Nessa linha, lembrou que a Oposição já começou a cobrar do Governo um entendimento sobre a reforma eleitoral: "e continua insistindo, pois, eu tenho afirmado reiteradas vezes que o Governo tem obrigação moral de esgotar, neste ano de 81, todos os seus propósitos em relação às eleições de 1982. Devemos ingressar no próximo ano, sem que as Oposições estejam expostas a surpresas de qualquer natureza".

Sr. Presidente, não poderia ter sido mais feliz o ilustre parlamentar, ao cobrar o fluxo de toda essa legislação, possivelmente casuísta, no decorrer de 1981. E justifico a pertinência dessa cobrança feita pelo ilustre Senador Tancredo Neves: é que já se sabe, já se conhece a preocupação do Governo em criar uma maquinaria, um processo capaz de evitar um sucesso eleitoral das Oposições, chegando às últimas consequências.

Trago, hoje, Sr. Presidente, um documento da maior validade, que comprova a disposição do Governo de ganhar a eleição a qualquer preço, custe o que custar.

Trata-se das metas e diretrizes aprovadas para 1981 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — Ministério da Agricultura.

Essas diretrizes foram traçadas no III Encontro de Coordenadores, realizado em Porto Velho, Rondônia, em 18 de dezembro de 1980, há poucos meses.

Diz o ilustre Presidente do INCRA, Dr. Paulo Yokota, nesse documento:

Tivemos um resultado bastante razoável em termos do Prêmio de Produtividade Rural. O Presidente da República entregou esses prêmios, houve uma repercussão bastante positiva e acho que este é um filão que temos que explorar durante 1981. Já no começo do ano os cheques correspondentes aos prêmios serão entregues às diversas Coordenações e Divisões Técnicas e como é natural, esperamos que se mantenha maior entrosamento com a classe política no que se refere ao programa de entrega desses cheques, que efetivamente tem um significado bastante amplo em termos da imagem do Governo e de cada Deputado representativo de cada região. Vai, portanto, uma recomendação expressa de que as programações de entrega de títulos, em cada município, em cada região, seja comandada ou coordenada pelos Deputados locais, que nos auxiliam nesse processo de desenvolvimento do INCRA.

Vamos ter que contar com a colaboração dos diversos seguimentos do Congresso Nacional das diversas Comissões, das diversas lideranças e o trabalho de suporte que os senhores darão para o problema de sustentação do PDS.

Prestem atenção, Srs. Senadores, vou repetir: das diversas lideranças e o trabalho de suporte que os Srs. darão para o problema de sustentação do PDS —

no transcorrer de 1981 vai ser muito mais importante em função de coisas que nós estaremos fazendo em comum acordo. Eles nos darão suporte no Congresso Nacional e evidentemente temos que dar esse suporte em termos das bases onde esses Deputados e Senadores estão atuando.

Sr. Presidente, esta foi a palavra do Sr. Paulo Yokota. Vou, agora, ler o que diz o Diretor do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA, Dr. Odair Zanata

Na área do *Fundiário* eu teria algumas recomendações. Todos os P.F. novos, todas as ações discriminatórias novas, tudo que for beneficiar a algum município, tem que ser preparado politicamente antes.

Isto significa que não vai ser lançado nenhum projeto que não fora reivindicado antes por deputados, por vereadores ou prefeitos. Temos basicamente um diagnóstico das áreas em que vão ser lançados estes programas, mas antecipadamente nós vamos bater caixa pela imprensa, na Câmara, na Assembléia e depois disto é que o Executivo vai aparecer com o deputado que liderou em cada localidade e isto será estabelecido, vou deixar muito claro, com base nos

últimos mapas eleitorais. Não vou admitir nenhum Coordenador do INCRA fazendo facção.

Isto significa que o Governo tem uma estratégia de apoiar os deputados que prestigiam o Congresso, e dentro desses mapas eleitorais é que isto será feito. Vocês vão ter que consultar o Presidente do INCRA, ao Alfredo Obliziner que é nosso assessor parlamentar, e o nosso pessoal que vai estar trabalhando com os partidos diretamente. Vamos estar no ano de 1981 em preparação para o ano eleitoral de 1982. A única coisa que o Governo tem que apresentar de positivo é o trabalho. E o nosso trabalho é fundamental, tem uma base política muito importante, tem um efeito político muito grande. Nós dependemos deles, e eles dependem de uma parcela do nosso trabalho. Nós podemos auxiliá-los. E a sustentação dos programas e dos trabalhos do INCRA vai ser feito basicamente pelos nossos parlamentares e quem não estiver concordando com isto pode pedir demissão e ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que o seu tempo está se esgotando, dispondo ainda de dez minutos para terminar o seu discurso.

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM) — Muito agradecido. Sr. Presidente, são duas coisas que não entendo nesta Casa, aliás, poderia me referir a três: primeiro seria a desobediência ao Regimento Interno, que está sempre sendo lesado, até com as concessões de fala, quando se cria um elitismo e uma atmosfera discriminatória. Senadores que se inscrevem e não falam, transferindo o seu tempo para outros, prejudicando aqueles que ficam aqui, horas e horas seguidas, aguardando a vez de falar. A outra observação é quanto ao relógio, que deveria ficar de frente para o parlamentar, a fim de que nos orientássemos melhor. Terceira observação que eu ressaltaria: o busto de Rui Barbosa, nosso Patrono também devia ficar de frente para os Senhores Senadores a fim de constrangê-los a votar em favor do povo e advertí-los para as sandices e heresias de toda a natureza.

Sr. Presidente, como dizia, o ilustre Senador Tancredo Neves, com sua versatilidade e experiência, vendo o futuro com muita acuidade, e ressaltando a necessidade de esgotarmos, este ano, toda a legislação eleitoral. Tudo deve ser esvurmado, deve ser trazido à tona para estudo e exame a fim de que possamos ter um roteiro, possamos traçar normas de conduta, de comportamento, para 1982, e pede eleições limpas. Porém, como elas podem ser limpas, Sr. Presidente, se o Instituto de Reforma Agrária, o INCRA, traça normas desse quilate, normas em que está definida a parcialidade do Instituto em favor de Deputados, de políticos do Governo, do PDS — a palavra está escrita nas diretrizes formuladas em Rondônia, em Porto Velho.

Sr. Presidente, poderíamos ler, ao longo de todo o trabalho, declarações enfáticas dos demais diretores, confirmando as nossas apreensões.

Assim diz o Dr. Cláudio Ribeiro, do Departamento de Projetos e Operações:

Eu gostaria de dizer que os Coordenadores estão admitindo propostas de Colonizadoras Particulares e Projetos de Colonização Particular sem se deter nos aspectos de que *nós do INCRA somos responsáveis* pelos resultados e principalmente pelo que isto vai representar em termos da Política Agrícola e Política Agrária Nacional dentro dos fundamentos *aqui expostos pelo Paulo Yokota com relação a grande política Nacional*.

Volta o Dr. Paulo Yokota, fazendo considerações:

No que se refere aos diversos projetos de assentamento, mesmo os mais simples, decorrentes das desapropriações é necessário agora que vocês *trabalhem os deputados da área*, no sentido que eles tomem uma *atitude de liderança com relação a estes projetos*. A *liderança política*. Nesses casos há uma necessidade de um trabalho intensivo dos senhores *com relação a esses políticos, no sentido* de que, de fato, a implementação de cada trabalho dessa natureza *possa ser saturada em termos políticos*. Também em *cada estrada vicinal, em cada obra, cada escola, cada posto médico que for* colocado em cada um desses projetos de assentamento *tem que haver um dividendo político*.

Sr. Presidente, continua o Dr. Paulo Yokota, lembrando bem o problema dos cheques; e temos aqui uma declaração do Dr. José Reinaldo Vieira da Silva, que diz:

“Dr. Paulo lembrou bem aqui sobre o problema dos cheques. Embora “faturado” bastante pelo Ministério da Agricultura, através de seus órgãos vinculados, o nosso trabalho existiu mas não foi muito divulgado no meio rural. Então, talvez no momento da entrega desses prêmios *tenhamos que “faturar” mais, não só como diz o nosso Presidente, politicamente, mas também para nós, INCRA, para*

*que realmente o meio rural tenha consciência de que foi o Prêmio instituído pelo INCRA*. Todos os senhores têm consciência de que outros órgãos vinculados ao Ministério “faturaram” nessa primeira etapa mais do que nós.”

Sr. Presidente, aqui vai outra, ainda, desse Sr. Diretor:

“Estamos desenvolvendo um sistema, que participe dentro do sistema *maior de devolução dos tributos cobrados indevidos*, porque *temos cerca de 90 milhões de cruzeiros a serem devolvidos e que ainda não o foram e precisamos ganhar um pouco mais de credibilidade no meio rural*. Acho que esta é uma das formas que temos de chegar um pouco mais aos produtores, *devolvendo a ele o imposto que pagou a maior*.”

Sr. Presidente, o trabalho todo está cheio de afirmações deste teor, de que é preciso faturar politicamente.

Diante disso, tem razão o Senador Tancredo Neves, quando pede que a eleição seja limpa. Porque tudo indica, Sr. Presidente, que ela será suja, imunda e porca! (*Muito bem!*)

Documento a que se refere o Sr. Evandro Carreira em seu discurso:

### TANCREDO QUER PELO DIÁLOGO PLEITO LISO

Depois de um encontro de 40 minutos com o Ministro da Justiça, Ibraim Abi-Ackel, o presidente do PP, senador Tancredo Neves, disse, ontem, que o diálogo mantido para discutir possíveis alterações no Estatuto dos Estrangeiros “não pode, de maneira nenhuma, ser encarado com amplitude”, pois, “o grande diálogo que o povo espera entre o Governo e a Oposição é o diálogo sobre a matéria institucional, aquele que diz respeito à revisão de legislação eleitoral para que tenhamos, em 82, uma eleição limpa, lisa, honesta”.

Acrescentando ainda que fazem parte desse “grande diálogo” a revogação de Lei Falcão, reformulação das leis do trabalho e a revisão da Lei de Segurança Nacional — “para que tenhamos condições de chegar a uma Assembleia Constituinte que venha a dar a este País uma Constituição que seja realmente um instrumento de efetiva emancipação econômica, social e política do homem brasileiro”. Tancredo Neves ressaltou que o diálogo, ora mantido, revela, sem dúvida, uma manifestação de intenção, um propósito inequívoco e “quebra, pelo menos, um estilo de relacionamento entre Governo e Oposição que vinha vigorando neste País desde 1964”.

Contudo, lembrou o senador que “as Oposições não eram ouvidas, não eram consultadas e tinham, muitas vezes, suas reivindicações mais justas abandonadas no plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado, por um mero preconceito, por ser uma iniciativa da Oposição”. Exemplificando, apontou o caso de aprovação do atual Estatuto dos Estrangeiros como um caso típico, já que as emendas oposicionistas foram abandonadas. No seu entender se tais emendas tivessem sido aproveitadas, o Estatuto estaria despojado de estruturas que, hoje, o comprometem “e o Governo não estaria na contingência de ter que pedir uma revisão desse trabalho”.

Enquanto explicava que no encontro com Abi-Ackel, o diálogo ficou restrito unicamente ao Estatuto dos Estrangeiros, Tancredo que se fazia acompanhar do senador José Frangelli (MS) e do deputado João Linhares (SC), advertiu que a audiência ministerial “foi uma conversa inicial e hoje sairemos daqui e nossos líderes na Câmara e no Senado procurarão entendimentos com outros líderes da Oposição e vamos retomar aquele trabalho que fizemos, em conjunto, quando da apresentação no Congresso da Lei dos Estrangeiros”. Dessa maneira, sem anunciar um prazo para apresentação das sugestões do PP, declarou que as Oposições têm um pacto, estão trabalhando em comum e, por isso, é preciso reunir, todas as lideranças da Oposição e os parlamentares que estão engajados no exame da matéria, para que “possamos encontrar uma maneira de remover os impasses que estão criados pela aplicação da nova lei”.

Na observação de que o PP compareceu ao Ministério da Justiça, atendendo a convite de Abi-Ackel para ouvir o que o Governo pretende alterar no Estatuto, Tancredo afirmou ter ouvido do articulador político do Executivo “uma exposição realista e imbuída do mais alto sentimento patriótico, mostrando que a atual legislação está gerando graves problemas para o País”. Todavia, reiterou a argumentação de que “não vamos exagerar sobre o diálogo, mas não deixaremos de levar em consideração as sugestões apresentadas pelo Ministro. Vamos examinar todos esses problemas e esperamos corresponder a confiança do Ministro”.

Ao conceituar que a negociação do Estatuto dos Estrangeiros teria como canal natural o Congresso Nacional, observou o presidente do PP que no momento ela se justifica ficar entre Governo e Oposição, porque há um inequívoco propósito de diálogo. Daí, almejar que tudo isso leve a bons resultados,

e se chegue ao mais importante, que "é a revisão da legislação eleitoral". Segundo Tancredo, esta legislação ainda está adaptada ao bipartidarismo, de maneira que o grande debate do ano seria aquele que diz respeito à fixação das regras do jogo para a campanha eleitoral de 1982.

Sem admitir que o exame agora da legislação dos estrangeiros prenda a atenção total do Congresso o dirigente pepista, disse que o estudo comum da matéria não gera nenhum compromisso da Oposição e nem impede que continue na sua linha de reivindicação mais ampla. Nessa linha, lembrou que a Oposição já começou a cobrar do Governo um entendimento sobre a reforma eleitoral: "é continua insistindo, pois, eu tenho afirmado reiteradas vezes que o Governo tem obrigação moral de esgotar, neste ano de 81, todos os seus propósitos em relação às eleições de 1982. Devemos ingressar no próximo ano, sem que as Oposições estejam expostas a surpresas de qualquer natureza".

#### *Abi-Ackel*

Após o encontro com Tancredo Neves, o ministro Ibrahim Abi-Ackel, declarou que o momento é de aguardar sugestões, trocas de informações e, por isso, não convém fixar prazos, porque "começamos a dialogar sobre um dos temas que mais profundamente apaixonaram o parlamento no ano passado e nós não podemos, evidentemente, negociar um problema dessa importância com tempo prefixado".

Referindo-se à reforma eleitoral, admitiu que ela seja o próximo passo para o diálogo Governo e Oposição e declarou que "tenho sustentado repetidas vezes que durante esses últimos anos perdemos o hábito de diálogo, mas não perdemos a tradição histórica da transação política como instrumento de fundamental importância na superação de nossas crises".

#### **Alceu recusa convite e indica Brizola para falar por PDT**

O líder do PDT na Câmara, Alceu Collares, encaminhou telegrama ontem ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, recusando o convite para o diálogo em torno da reforma do Estatuto dos Estrangeiros, sob a alegação de que ele vinha-se processando a nível de partido, através dos presidentes do PMDB e do PP, e que assim oferece oportunidade para que o convite seja formulado ao presidente do seu partido, Leonel Brizola.

"Se o convite não for formulado ao presidente Leonel Brizola, e a Luiz Inácio da Silva, presidente do PT, que responde processo por crime contra a segurança nacional, a opinião pública brasileira poderia imaginar que estaria ocorrendo uma discriminação injusta no diálogo que se procura estabelecer entre o Governo e as Oposições". Justificou o Líder.

Aos jornalistas ele disse que "no caso de o Ministro ter excluído os partidos pequenos do diálogo, a discriminação estaria igualmente caracterizada e estou certo que esta não é a intenção do Ministro". Seu encontro com Abi-Ackel estava previsto para quinta-feira.

O Líder do PT, deputado Airton Soares, por sua vez, disse que não recebeu convite do Ministro e que já esteve em seu gabinete tratando de problemas concretos, como os processos da expulsão de dez palestinos do Brasil. Revelou também que, se convidado, terá que submeter a convite à deliberação do seu partido, porque entende, pessoalmente, que só deve manter conversações com representantes do Governo em torno de algo concreto.

#### *Exposição*

O presidente do PP, senador Tancredo Neves, reunirá a Comissão Executiva Nacional do partido, terça ou quarta-feira da próxima semana, para fazer uma exposição sobre a conversa que teve ontem com o Ministro da Justiça, a qual representa, na sua opinião, "uma manifestação do Governo de daqui por diante ouvir as Oposições sobre projetos importantes". Com essa mesma finalidade, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, reúne amanhã a Comissão Executiva nacional do partido.

Ontem mesmo, ao retornar do Ministério da Justiça, Tancredo Neves pediu ao deputado João Linhares para reativar as conversas em torno da reforma do Estatuto dos Estrangeiros com os deputados Marcello Cerqueira (PMDB), Sérgio Murilo, José Frejat e Lidovino Fanton (PT), os encarregados pelos líderes para estudar o assunto, a fim de que trabalhem em conjunto.

O Senador pepista revelou ainda que tem intenção de promover articulações no sentido de que seja reativada a Comissão interpartidária que estuda o assunto, para que as Oposições trabalhem em conjunto. Segundo ele, o ministro Abi-Ackel não apresentou proposta concreta em torno do novo Estatuto, nem estabeleceu data para apresentação do anteprojeto ao Congresso Nacional.

O presidente do PMDB, por sua vez, limitou-se ontem a informar que dará uma explicação pessoal ao deputado Tarcísio Delgado (PMDB — MG), que através de uma carta, a qual não permitiu que fosse divulgada, protestou com veemência contra o seu diálogo com o ministro Abi-Ackel. "A carta é firme como são as posições do Tarcísio Delgado", revelou o dirigente do

PMDB, "mas vou dizer a ele que fui procurado duas vezes pelo Ministro e que, como todos os dirigentes partidários estão indo a eles, não teria porque me isolar".

"Houve ministros da Revolução que condenei com veemência e houve outros que desejei contatos que não foram recusados, mas não se efetivaram por subterfúgios. Amanhã, posso me ver na contingência de pedir uma audiência e pedirei" — declarou Ulysses, lembrando a propósito que teve relacionamento cordial com o ex-ministro Petrônio Portella, o qual esteve por duas vezes na sua casa.

#### **Ulysses acha "grave" fala de Chaves e pede constituinte**

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, considerou ontem "muito grave o que revelou o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves", de que o Governo não ouve aqueles que constroem o País para tomar decisões, "dada a hierarquia de seu posto". E, a propósito, sugeriu que a melhor forma de ouvir o povo sobre os destinos do País é através de uma Assembléia Nacional Constituinte.

"Já é tempo de se alertar que a Assembléia Nacional Constituinte é instituto de direito público e não dogma religioso incidindo em pecado ou apostasia para reclamar um debate sério e responsável", declarou o presidente do PMDB, acrescentando que "o próprio Presidente Figueiredo, que tem proclamado a normalidade, está de acordo com seu Vice-Presidente, de que aqueles que constroem a Nação não são ouvidos".

Ulysses Guimarães observou, em alusão ao julgamento de dirigentes sindicais, que "quem ouve os trabalhadores é a Justiça Militar, quando se trata de greve" e advertiu que "é grave dano para as Forças Armadas quando um tribunal, que deve julgar crimes específicos, seja convocado para julgar trabalhadores, estudantes, jornalistas e intelectuais, para os quais, numa democracia, há a justiça comum".

Indagou como se pode julgar um governo que diz ouvir os agricultores, quando um trator custa um milhão de cruzeiros, portanto inacessível aos pequenos e médios lavradores. Frisou que, igualmente, o Governo não ouve os empresários, porque se ouvisse, na sua opinião, "teria evitado a calamidade dos juros de capital de giro ultrapassar a cifra dos 200%".

Ponderou ainda que "a lealdade de um homem público é lembrando que o ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter tinha dois terços na Câmara dos Representantes e muitos dos seus projetos que considerava importante foram rejeitados, graças à reação contrária do povo.

#### **Sarney mobiliza o PDS para eleições de 82**

O Senador José Sarney, presidente do PDS, anunciou ontem que apresentará na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Político um esboço da estratégia do Partido com vista a mobilização para as eleições de 82, e que desencadeará tão logo a agremiação obtenha o registro definitivo. Já o líder Nilo Coelho informou que irá apenas ouvir, pois é a primeira vez que irá participar desse tipo de encontro.

Quanto à maneira como pretende chegar ao fortalecimento do PDS, disse Sarney que tão logo termine a fase de constituição do partido, intensificará a ação partidária, pela unificação da linguagem e objetivos: "A proporção que formos ganhando essas etapas, mais o PDS se indentificará com o Governo" — comentou. Ele anunciou para a primeira quinzena de abril a reunião da Executiva do Partido. Essas reuniões serão quinzenais, segundo ele.

Bem-humorado, comentou ainda o Senador, a propósito da sua anunciada saída da presidência do PDS, que "o problema não é ser, nem estar, mas permanecer", parodiando a referência feita anteriormente pelo antigo Ministro da Educação, Eduardo Portella.

Sobre a Lei dos Estrangeiros, o Senador Sarney disse apenas que o assunto está sendo conduzido pelo Ministro da Justiça, sem deixar, contudo, de dizer que o gesto do deputado Ulysses Guimarães e do senador Tancredo Neves, indo ao gabinete de Ibrahim Abi-Ackel, demonstrar o elevado nível de educação política de nossos parlamentares. Asseverou que o assunto não é de interesse partidário, mas de toda a Nação.

Quanto às declarações do senador Tancredo Neves, para quem a hora da conciliação passou, disse o senador José Sarney que "ninguém mais do que ele, por sua longa experiência, sabe que jamais passará a hora de qualquer conciliação.

O presidente do PDS negou-se a comentar especulações feitas na imprensa ligando sua renúncia ao cargo à acusação de que tivesse se omitido na disputa pela presidência da Câmara. Além de dizer que não comenta especulações, afirmou que não pretende alimentar esse tipo de noticiário.

Depois, anunciou que, terminadas as viagens aos Estados, deixando de fora apenas o Pará, começa a preparar o Partido para disputar as eleições de 82, simultaneamente com a conclusão de alguns dos departamentos ainda por organizar ou estruturar. "Até aqui a organização da legenda exigiu a concen-

tração de esforços na parte legal, enquanto a nova etapa exigirá a aglutinação dos pedessistas”.

*Correio Braziliense* — 3-8-81

#### CETICISMO ENVOLVE PROÁLCOOL NA ONU

*Frota Neto*  
enviado especial

O Brasil pode estar comprometendo os seus esforços na execução do ambicioso programa energético que estruturou. Esse conceito pareceu bem sensível no primeiro dia de reunião na Conferência das Nações Unidas sobre fontes novas e renováveis de energia, instalada segunda-feira no Ministério das Relações Exteriores do México. Iniciada em sua parte técnica, se espera o mais importante para suas três últimas jornadas (de quinta a sábado) porque então será em nível político e ministerial.

Pelas preocupações já reveladas, há uma acentuada ênfase em que o Brasil está procurando desenvolver uma série de programas energéticos, mas sem atentar que é fundamental substituir em sua estrutura econômico-produtiva o que consome demasiado energéticos, especialmente o petróleo.

Ontem o especialista Alfredo Del Valle, da ONU, afirmou que os países latino-americanos não devem cair na armadilha de pensar que a solução do problema energético é uma forma de manter condições para continuar se desenvolvendo. Del Valle raciocina que a transformação energética imposta pela nova realidade mundial deve ser o ponto focal, em si mesmo, do desenvolvimento.

Aquele especialista das Nações Unidas acena que toda energia derivada do petróleo é cara e que a energia substituta é mais cara ainda. Daí por que parte para uma análise em linha, senão nova ou inovadora, pelo menos diferenciada, de que a América Latina precisa mudar o seu estilo de desenvolvimento. Isso por que, diz Del Valle, é uma utopia se pensar em seguir as mesmas pegadas de desenvolvimento do mundo hoje, desenvolvido, especialmente agora que a energia inviabiliza modelos ortodoxos e tradicionais de crescimento econômico.

O ponto de vista de Del Valle é de que até agora o mundo em desenvolvimento em que se inclui o Brasil só falou na oferta de energéticos. E que precisa, então, pensar e agir sobre a procura. Não basta conservar e poupar energia, salienta ele. A base substancial é saber o que e para que se está usando energia. Se o que é para que se produz é efetivamente importante para as diferentes sociedades econômicas em desenvolvimento. Ou não é.

A esse contraponto, porém, o ex-ministro de Costa Rica e dirigente de programas especiais da ONU, Danilo Jimenes, destacou o que ele próprio chama de a procura do equilíbrio entre variáveis interdependentes. Ou que pelo menos deveria assim ser. Segundo ele, a América Latina não pode pensar em desenvolvimento como uma posição isolada. A procura do desenvolvimento é parte de uma real melhoria na qualidade de vida de suas populações, de conservação e preservação do meio ambiente e de consumo moderado de energéticos (o que ele não explicitou como). Destacou Jimenes que o plano mundial de energia, a ser analisado em agosto próximo em Nairobi, leva em consideração esse espectro. E que está mais do que na hora da América Latina definir-se por sistemas de cooperação não apenas vertical mas também horizontal. Que vá além da garantia de suprimento de petróleo (a partir do acordo de S. José, da Olade). Portanto, que inclua também transferências de tecnologia e os necessários aportes financeiros para complexos, sofisticados e custosos programas de pesquisas de energéticos.

Especificamente no caso brasileiro, o que se admite é que o desenvolvimento de fontes energéticas (excluindo o petróleo) implica num compromisso social muito mais amplo. E tem conseqüências econômicas muito mais vastas. Assim, mesmo que o Brasil tenha sucesso em alguns dos seus programas setoriais (como é o caso do Proálcool), tem que pensar que isso não anula nem elimina sua dependência do petróleo. Porque substancialmente o petróleo continuará sendo durante muito tempo mais usado em larga escala e margem como energético, ao invés de sua utilização exclusivamente para fins mais nobres. O que significa, por extenso, dizer que o país reconverte sua estrutura de produção a outros padrões ou não estará concretamente realizando o seu processo de transição sobre um energético que (a continuar nos níveis atuais de consumo) poderá estar esgotado antes do ingresso na segunda década do ano dois mil.

Esse padrão de conversão energética implica numa decisão política que o país não pode tomar isoladamente do resto do mundo. Daí a necessidade de se intensificar a questão latino-americana em termos de cooperação com outros países pobres e não produtores de petróleo (o chamado diálogo Sul/Sul). Daí a importância de revisão da ordem econômica entre economias industrializadas e não industrializadas (diálogo Norte/Sul). Se isso não acontecer, esta a impressão recolhida nesse primeiro dia de trabalho técnico, o ajustamento estará ocorrendo apenas na periferia e não no centro e núcleo do problema.

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 25/03/1981 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Dir-se-ia que este projeto que apresentei ao Senado Federal, sob nº 70, de 1980, que dispõe sobre a coligação partidária e dá outras providências, seria desnecessário diante da legislação em vigor, que só proíbe a coligação para o voto proporcional.

Mas, Sr. Presidente, ative-me ao estudo da matéria, e cheguei à conclusão de que se não houvesse um projeto de lei ordinária estabelecendo que na coligação partidária os candidatos aos diversos postos eletivos poderão ser filiados a diferentes partidos, na prática, a coligação não se formaria em nenhum Estado, porque persistiria o problema da filiação partidária.

Este é o cerne deste projeto; é permitir que na coligação partidária, os candidatos aos diversos postos eletivos possam ser filiados a diferentes partidos. O que quer dizer que, em determinado Estado onde a oposição vai-se unir — tomo como exemplo apenas a oposição, mas poderia ser, no caso, o PDS como outro Partido — o candidato a governador, seria do PMDB e o candidato a vice-Governador, do PP. Seria uma chapa única apoiada pela coligação que se formasse, e os candidatos por ela apresentados poderiam ser filiados a diferentes partidos, ao PMDB e o PP. Ao passo que a legislação atual exige terminantemente a filiação a um só partido. Na hipótese, senão houvesse uma nova lei, não poderia ocorrer uma coligação em que a chapa de governador e vice-governador fosse constituída de candidatos de partidos diferentes.

Chamo a atenção do Senado para o estudo da matéria, Sr. Presidente, e é da maior importância a urgência para sua votação, porque seria a maneira de iniciarmos a definição das regras do jogo eleitoral de 1982. Todos sabemos que o ano 1982 será decisivo para os destinos políticos do País e para o próprio processo de abertura preconizado pelo Senhor Presidente da República. Então, não se pode admitir que o tempo vá passando e fiquemos sem definição. Como ainda há pouco dizia, em meu pronunciamento no Grande Expediente, hoje em dia, em todos os Estados, os políticos são, a toda hora, interrogados pelos seus adeptos, por pessoas do povo, de modo geral, sobre as mais variadas questões que estão por ser resolvidas. Por exemplo: será que pode haver coligação? Vai haver sublegenda para governador de Estado? Vai haver voto distrital, misto ou puro? Vai haver voto vinculado?

Então, Sr. Presidente, temos, nós que somos os representantes do povo, que aqui estamos para esclarecer a situação política, temos que pôr mãos à obra, e, de uma vez por todas, com coragem e com altivez, colocando as questões nos seus devidos termos, deliberemos sobre os assuntos pertinentes ao ano eleitoral de 1982.

Faço um apelo às Lideranças do Senado, sobretudo à Liderança da Maioria, para que acolham o requerimento de urgência, subscrito pelos nobres Senadores Mauro Benevides, pelo PMDB, e Gastão Müller, pelo PP, no sentido de que possamos, de uma vez por todas, deliberar sobre esse projeto, que é apenas uma sugestão, e ser modificada por emendas dos Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 25-3-81. E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nos últimos dias inúmeras manifestações, partidas de diversos setores, defenderam a modificação da vigente política salarial.

O ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, também opinou. Ao rever uma posição antiga, de considerar vantajosa a existência de uma fórmula de política salarial, por “substituir um infundável jogo de greves e pressões por um simples cálculo aritmético”, passou ao campo oposto, com a seguinte tese:

— para o combate mais rápido à inflação as taxas de juros deveriam ser livres e os salários reajustados livremente, sem tetos ou pisos.

As regras do jogo salarial, definidas nos meses finais de 1979, em parte modificadas um ano depois, quando poucos conheceram os motivos reais dessa alteração, estão novamente sob forte pressão.

Sr. Presidente, a confiança não pode prescindir da coerência. Esta existe na medida em que as ações sempre objetivem manter os propósitos e os compromissos assumidos.

Segundo a Exposição de Motivos nº 65, de 10 de setembro de 1979, assinada pelos Ministros do Trabalho, Murilo Macedo, e Planejamento, Delfim Netto, a política salarial então proposta tinha o propósito de "simplificar o mecanismo de compensação da perda do valor real dos salários, em decorrência do fenômeno inflacionário".

Quer dizer, a aceleração do processo inflacionário contra-indicava manter os reajustes salariais em intervalos de doze meses. Se a inflação tinha sido de 40,8% em 1978, um só mês de 1979, o de março, tinha revelado um índice de 5,8%, que causaram um impacto enorme, logo depois absorvido pelo costume.

Manter o poder de compra dos salários era um outro objetivo da medida. O Ministro Delfim Netto admitiu, na época, ser lógico ajustar o conjunto da política à abertura, dado que esta tornava difícil comprimir o padrão de vida dos assalariados. (*Isto É*, 30-10-79, pág. 16.)

Estrategicamente um outro propósito vinha encoberto na mudança na política salarial — o esvaziamento do movimento reivindicatório dos trabalhadores, que vinha num crescendo. Agora mesmo, o Ministério do Trabalho defendeu a política salarial junto ao Fundo Monetário Internacional com o argumento de que as greves tinham sido acima de 400 em 1979 e em torno de 100, em 1980. (A Mensagem ao Congresso Nacional de 1981 repete o argumento, à página 73, e apresenta, respectivamente, os seguintes valores: mais de 400 e 32.)

A política salarial, Sr. Presidente, tinha e tem objetivos claros para os seus elaboradores. Até mesmo onde apresenta flexibilidade, esta atende a motivações pensadas, de alcance definido.

Um exemplo disso pode ser dado pelo Art. 17 da própria Lei nº 6.708, que diz o seguinte:

"Art. 17. O Poder Executivo poderá estabelecer, a partir de 1º de janeiro de 1981, periodicidade diversa da prevista no artigo 1º desta Lei."

Isto é, periodicidade diferente da semestralidade, conforme esclarece melhor a Exposição de Motivos nº 65, de 1979, assinada pelos Ministros do Trabalho e Planejamento, à qual já nos referimos. Diz este documento:

"As alterações que possam rapidamente ocorrer no campo econômico e social, e especialmente no comportamento da inflação, poderiam alterar as razões da escolha do período de correção automática consagrado no Projeto.

Pareceu, então, conveniente outorgar ao Poder Executivo competência para, a partir de momento a ser fixado, estabelecer prazo de correção salarial diverso de seis meses, maior ou menor, em função do percentual de inflação."

Essa autorização incompreensível, que o Executivo assegurou para si, como um rescaldo do arbítrio, merece ser posta em discussão, especialmente no que se refere à providência que enseja.

Entre a entrada em vigor da Lei, a 1º de novembro de 1979, e 31 de dezembro de 1980, decorreria um período de experiência durante o qual, observada a variação inflacionária, seria fixado um novo prazo de correção dos salários, maior, se os preços decaíssem, e menor se a inflação não fosse contida.

Nesse intervalo de 14 meses a inflação atingiu a um percentual de 124,4%.

Varição aproximada, porém um pouco menor, de 121%, ocorreu no período de 22 meses imediatamente anterior à vigência da Lei 6708, ou seja, englobados os 10 meses de 1979 e todo o ano de 1978.

Houve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma aceleração do processo inflacionário de mais de 36%, o que estaria recomendando a adoção da periodicidade defendida pela Oposição durante os debates da lei salarial, isto é, a correção trimestral dos salários.

Com isso, não estamos propondo uma alteração das regras do jogo. Ao contrário, a posição ora defendida está de acordo com a orientação que fundamentou o art. 17 da Lei 6708, de 30 de outubro de 1979.

O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Ouço V. Exª com o maior prazer.

O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) — Nobre Senador Evelásio Vieira, no momento em que V. Exª se reporta à legislação salarial do País, eu desejava comunicar a V. Exª e à Casa que há, no meu Estado e acredito, que nas outras unidades federativas integrantes do Nordeste, uma expectativa quanto ao cumprimento do Art. 19 da Lei 6708, exatamente aquele decorrente de emenda de nossa autoria e que assegura a unificação do salário mínimo em todo País. Recordo, neste instante, e V. Exª é pleno conhecedor deste fato, que nos termos desse dispositivo, a partir de 1980, dar-se-ia, como efetiva-

mente já ocorreu, a redução das regiões em que se subdivide o território nacional, a fim de que seja alcançada a unificação salarial em todo o País. Veja V. Exª que em 1980 ocorreu a primeira redução das regiões. Eram quatro e, agora, são apenas três. Em 1981, nós esperamos que o Governo — dando cumprimento a essa norma indiscutivelmente salutar — passe para duas regiões. E em 1982, se chegue a esse estágio da maior importância sócio-econômica para o Norte-Nordeste brasileiros que é o estágio da unificação do salário mínimo em todo o País. Há realmente uma expectativa no Ceará, dominando todas as lideranças sindicais, as classes trabalhadoras e nós esperamos que o Governo, observando essa norma legal, permita que já neste ano, ocorra mais uma redução, ou seja, duas regiões e, em 1982, se atinja aquilo que tem sido postulado com tanto empenho, com tanto interesse pelas classes trabalhadoras, que é a unificação do salário mínimo em todo o País.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Senador Mauro Benevides, esta expectativa não se limita apenas ao Ceará, mas a todas as áreas que não foram contempladas, ainda, com o mesmo nível salarial que existe, hoje, já na maioria do Brasil. Há necessidade de nós continuarmos nesta luta para que se atenda esse pleito justo daqueles que ainda têm um salário mínimo inferior aos seus companheiros, aos seus colegas de trabalho de outras áreas.

Nós no Brasil temos necessidade urgente de acelerar a nossa produção e nos esquecemos sempre de investir no homem, no trabalhador, em ampliar as condições para que os nossos trabalhadores possam ter maior tranquilidade, maior motivação para um labor mais produtivo e que se reflita no aumento da produção, neste País.

Neste momento, em que vários setores, principalmente do Governo, setores empresariais, lutam no sentido de uma reformulação da política salarial, tendo como objetivo mór a eliminação da recomposição do salário semestralmente, há necessidade de uma posição firme na defesa dos trabalhadores.

Sr. Presidente,

Um erro, melhor diríamos, um enfoque de má-fé, persiste em atribuir equivalência aos termos aumento e reajuste.

Aumento ocorre quando um valor fixo recebe a adição de um outro qualquer. Uma casa de 100 metros quadrados de área total é aumentada quando uma dependência de 20 metros quadrados é a ela adicionada e a casa passa a ter uma área total de 120 metros quadrados.

Isto é diferente do que acontece com um salário nominal de Cr\$ 100,00, sujeito a uma perda gradativa de valor real por causa da inflação. Gradativamente desgastado pelos preços, este salário tem um poder de compra menor ao fim de algum tempo. Para chegar novamente aos Cr\$ 100,00 de valor nominal precisa ser reajustado na proporção da perda de poder aquisitivo sofrida.

Em novembro de 1980, o salário mínimo, no Rio de Janeiro foi reajustado, com o que alcançou Cr\$ 5.788,80.

No próprio mês do reajuste, o índice do custo de vida no Rio de Janeiro variou de 6%, quer dizer, o valor nominal do salário mínimo continuou a ser de Cr\$ 5.788,80, enquanto o seu valor real, o seu poder aquisitivo, passou para Cr\$ 5.441,47 (ou seja, 94% do valor nominal). Caiu o poder de compra do assalariado.

Num mês o salário mínimo, no Rio de Janeiro, foi subtraído de Cr\$ 347,33, e se alguém disser que o salário mínimo nesta cidade é de Cr\$ 5.788,80 não estará sendo inteiramente verídico.

Ao final de fevereiro, quer dizer, quatro meses depois de ter sido reajustado, este salário mínimo representa não mais do que Cr\$ 4.250,80, isto é, menos Cr\$ 1.538,00, quase um terço menor do seu valor nominal.

Como atribuir aos reajustes salariais coeficientes de realimentação inflacionária? O contrário seria bem mais correto, uma vez que os salários a cada dia passam a valer menos, têm o seu poder de compra reduzido, consumindo portanto quantidades menores de bens e serviços no mercado, dando folgas gradativas à oferta.

Senhor Presidente,

Comparar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor aos índices regionais de custo de vida, sem considerar essa perda de poder aquisitivo que atinge os salários, pode ser uma forma de se chegar a conclusões inexatas, formalmente corretas, mas sem atingir a essência do problema.

Ainda assim, no caso de Florianópolis, capital de Santa Catarina, a comparação dos seus índices de custo de vida ao INPC (dando a este um aumento de 10%) demonstra o seguinte:

1. Em 10 semestres o índice do custo de vida de Florianópolis superou o INPC ampliado;
2. Em 6 oportunidades o INPC foi maior.

Idêntica tendência obtivemos comparando ao INPC ampliando o Índice Geral de Preços (sob o critério de Disponibilidade interna) calculado no Rio

de Janeiro pela Fundação Getúlio Vargas, só que, aqui, com resultados maiores: 12 e 4, respectivamente.

Portanto, de qualquer ângulo que se observe o problema, são infundadas as alegações daqueles que objetivam alterar, contrariamente aos trabalhadores, a atual política salarial. Se oportuna fosse a modificação, esta deveria ser em direção contrária.

Ainda mais, propor a negociação direta sem o pleno restabelecimento das liberdades democráticas é armar um alçapão para enquadrar na Lei de Greve e na Lei de Segurança Nacional qualquer movimento de trabalhadores.

A sabedoria popular indica que dos males o menor. Portanto, não podemos concordar com as manifestações surgidas no sentido de ser alterada a legislação salarial, ainda mais quando sabemos que nem todos os trabalhadores brasileiros, de grupos específicos, são organizados em sindicatos. Estes seriam violentamente penalizados, por estarem desprotegidos, e, afinal de contas, eles não são os culpados da situação brasileira ter chegado ao ponto em que está.

Esta é a nossa opinião, a do Partido Popular que defende a justa remuneração do capital, e da mesma forma luta por salários justos aos trabalhadores brasileiros que, nos últimos anos, têm sido mais penalizados do que beneficiados com a política salarial vigente em nosso País.

*O SR. Agenor Maria (PMDB RN) — Permite V. Exª um aparte?*

*O SR. EVELÁSIO VIEIRA (PP — SC) — Ouço o nobre Senador Agenor Maria.*

*O Sr. Agenor Maria (PMDB — RN) — Nobre Senador Evelásio Vieira, quero congratular-me com V. Exª pelo discurso que ora está fazendo, no qual acredito ser de muita importância e oportuno. Primeiro, porque o Governo já fala em modificar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que substituiu a estabilidade do operário brasileiro. Segundo, porque o Ministro da Indústria e do Comércio continua a dizer pela grande imprensa que o salário é inflacionário. Senador Evelásio Vieira, a massa assalariada brasileira está passando fome. É uma situação extremamente delicada, e esse homem perde, a cada dia que se passa, o amor pelo trabalho. É preciso que as autoridades compreendam que o salário a ser reajustado agora, no próximo mês de maio, venha um reajustamento tendo por base o interesse desse homem a fim de que ele crie amor pelo trabalho. E a única maneira de ele ter apreço pelo labor é ganhar o suficiente para que possa viver com dignidade. E a dignidade do operário brasileiro é tão importante quanto a dignidade do Presidente da República. E se mede a força do operário brasileiro na sua casa pelas condições de numerário que ele possa ter para dar manutenção a sua família, dando aos seus entes mais queridos o direito de viver em paz pelo menos com a sua consciência. Portanto, aceite V. Exª minhas congratulações. Fique certo V. Exª de que está fazendo, na tarde de hoje, um pronunciamento em defesa daqueles que fazem, queiram ou não queiram, a grandeza deste País. Muito obrigado.*

*O SR. EVELÁSIO VEIRA (PP — SC) — Somos profundamente agradecidos pela manifestação de V. Exª e pela defesa que faz, a exemplo de nós, do assalariado, que é a classe mais desprotegida do País.*

*Sr. Presidente e Srs. Senadores, estamos aí com uma série de problemas enormes, no campo econômico e no campo social. Temos necessidade de ampliar nossa produção, e assim temos que adotar todas as medidas no sentido de possibilitar esse aumento. E é fundamental olharmos para o homem, para o trabalhador; é preciso proporcionarmos-lhe condições para que ele possa ter entusiasmo, motivações, condições de poder produzir cada vez mais.*

*Houve um avanço com o estabelecimento da recomposição de salários de seis em seis meses. A posição das Oposições, nesta Casa, é no sentido de uma correção trimestral, para sermos mais justos e não haver essa perda de poder de compra do trabalhador, e o Governo, que tem maioria nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, veio, pelo menos parcialmente, ao encontro do que os Partidos de Oposição defendem. Aprovou-se o projeto, ele se transformou em lei, dando-se então uma recomposição semestral do salário do trabalhador.*

*Agora, empresários, e exatamente aqueles empresários mais privilegiados neste País, principalmente aqueles que atuam na indústria automobilística, estão a pressionar o Governo e a encontrar receptividade em certos setores do Governo, para proceder uma reformulação na política salarial, abolindo-se a correção semestral.*

*O Partido Popular posiciona-se frontalmente contra essas tentativas, em defesa da preservação da atual política salarial voltando a dizer que se é para modificar, devemos modificar em favor do trabalhador, para que o trabalhador possa ter melhores condições de vida, para que ele possa produzir mais em favor do Brasil. (Muito bem!)*

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 16, DE 1981

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Edward Pinto da Silva para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 18 de março de 1981, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Henrique Santillo.

Senado Federal, 25 de março de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 17, DE 1980

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Elizabeth Bucker Veronese para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 24 de março de 1981, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hugo Ramos.

Senado Federal, 25 de março de 1981. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

#### ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 5, DE 1981

*Disciplina a tramitação do expediente administrativo, depende de decisão da Primeira Secretaria do Senado Federal, e dá outras providências.*

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições regimentais e com base nas disposições constantes dos incisos I a VI do artigo 4º do Ato nº 02, de 1981, da Comissão Diretora, e, ainda, desejando racionalizar, agilizar e desburocratizar a tramitação do expediente administrativo pendente de sua intermediação junto à Comissão Diretora, ou de sua decisão:

Resolve:

Art. 1º Adotar as normas constantes deste Ato para a tramitação do expediente administrativo relacionado com a Administração de Pessoal da Secretaria do Senado Federal.

Art. 2º Os expedientes de natureza administrativa, relativos à movimentação de pessoal, fixação e alteração de lotação, colocação à disposição de Gabinetes, requisições de servidores para prestação de serviços eventuais, temporários ou extraordinários, designação ou dispensa de servidores do exercício de Função Gratificada, e demais processos submetidos ao seu despacho, deverão ser protocolados e encaminhados à unidade organizacional competente para informar, conclusivamente, quanto aos aspectos da conveniência administrativa, das disposições regulamentares, normativas e legais.

Parágrafo único. Os expedientes emanados dos Senadores serão dirigidos diretamente ao 1º-Secretário para as providências constantes deste artigo.

Art. 3º Após o pronunciamento do órgão competente, o respectivo processo será encaminhado por despacho do Senhor Diretor-Geral, à Primeira Secretaria, já acompanhado da minuta do expediente que se tornar necessário expedir.

Art. 4º O servidor que for dispensado da lotação de Gabinete, terá o prazo de três dias úteis para vincular-se a outra unidade, assinando o ponto e as sessões extraordinárias, durante esse período, na Subsecretaria de Pessoal, onde cumprirá o horário de trabalho regulamentar.

Parágrafo único. Findo o prazo a que se refere este artigo, o servidor será lotado em outro setor, através da Diretoria-Geral, e na forma regulamentar.

Art. 5º Os servidores ocupantes de cargo de Assessor efetivo ou em Comissão, e os titulares de cargos ou empregos do Grupo Outras Atividades de Nível Superior não poderão ser desviados de suas atribuições específicas no órgão próprio de sua lotação, para o exercício de quaisquer atividades nos Gabinetes dos Senadores, salvo quando tiverem prévia e expressa aquiescência do respectivo Diretor, o qual, nesta hipótese, não poderá requisitar substitutos.

Art. 6º Os casos omissos serão decididos pelo Primeiro Secretário e sistematizados em disciplina complementar.

Gabinete da Primeira Secretaria, em 25 de março de 1981. — *Cunha Lima*, 1º-Secretário.

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

3ª Reunião, realizada em 10 de maio de 1979

Às dez horas do dia dez de maio de mil novecentos e setenta e nove, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Senhores Senadores Mendes Canale, Presidente, Raimundo Parente, Mauro Benevides, Cunha Lima, Tancredo Neves, Almir Pinto, Agenor Maria, José Richa, Vicente Vuolo, Evandro Carreira, Leite Chaves, Franco Montoro e Nilo Coelho e os Senhores Deputados Rubem Figueiró e Italo Conti e os Senhores Dr. Carlos Neves Galuff, Presidente do IBDF, Dr. José Goldenberg, Dr. Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, ex-Presidente da CESP, Dr. René de Pina, Superintendente da SUDECO, Dr. Alceu Sanches, Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Dr. Lúdio Coelho, Presidente da Associação Mato-Grossense de Reflorestamento, Dr. Léo Chueri, Sr. Bodo Rauchemberg, Sr. Raymundo Faure, Dr. Nelson Levi, Sr. Antônio Esteca e o Sr. Alcides Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador José Lins e a Senhora Senadora Eunice Michiles.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, o Sr. Presidente esclarece que o objetivo da reunião é para tratar sobre a política florestal dentro do programa do POLOCENTRO e convida o Dr. Carlos Neves Galuff para falar sobre o programa do IBDF.

Após a exposição do Presidente do IBDF, o Sr. Presidente concede a palavra ao Dr. José Goldenberg, para prestar esclarecimentos sobre a natureza dos problemas envolvidos no uso da biomassa e da madeira, em particular, para satisfazer às necessidades energéticas do Brasil.

Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente passa a palavra ao Dr. Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, para fazer uma exposição sobre o Projeto 2.000 — METANOL.

Franqueada a palavra para os debates, os Senhores Senadores Almir Pinto e Leite Chaves e o Deputado Italo Conti dirigem suas perguntas ao Dr. Carlos Neves Galuff.

Em seguida, usam da palavra para debaterem com o Dr. José Goldenberg, o Senador Almir Pinto, o Dr. Léo Chueri, o Sr. Bodo Rauchemberg, o Sr. Raymundo Faure e o Deputado Italo Conti.

Logo após, o Sr. Presidente concede a palavra aos convidados Dr. Nelson Levi, Sr. Antônio Esteca, Sr. Alcides Carvalho, Sr. Léo Chueri, Sr. Raymundo Faure, Sr. Lúdio Coelho e ao Sr. Bodo Rauchemberg, que interpelelam o Dr. Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, a respeito do Projeto 2.000.

Terminados os debates, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1979, REFERENTE À MESA-REDONDA SOBRE O TEMA "POLÍTICA FLORESTAL COMO FATOR PARA OCUPAÇÃO DOS CERRADOS, DENTRO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS — POLOCENTRO".**

**PRESIDENTE: SENADOR MENDES CANALE**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR AGENOR MARIA**

**INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO**

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — A Presidência declara abertos os nossos trabalhos, que têm como tema "A política florestal dentro do programa do POLOCENTRO".

Contaremos com a participação, para nós muito honrosa, do ilustre Presidente do IBDF, Dr. Carlos Neves Galuff; do ilustre Professor, Dr. José Goldenberg; e do ilustre ex-Presidente da CESP, Dr. Luiz Barcelos Moreira de Azevedo.

Queremos registrar, com muita satisfação, além das presenças dos Senhores Conferencistas, a do ilustre Superintendente da SUDECO, Dr. René de Pina; do Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Dr. Alceu Sanches; do ilustre Presidente da Associação Mato-Grossense de Reflorestamento, Dr. Lúdio Coelho, que prestou — colaboração inestimável para a realização desta nossa reunião.

Registrar, aqui, os nomes de todas as pessoas ilustres que nos honram com as suas presenças, seria tomar o tempo de um dos nossos conferencistas, razão pela qual deixo de fazê-lo, homenageando a todos, tendo em vista a premência de horário, porquanto o Dr. José Goldenberg tem outro compromisso a atender ainda hoje; queremos, assim, iniciar, concedendo a palavra ao Dr. Carlos Neves Galuff, que falará sobre o programa do IBDF.

Com a palavra, pois, o Dr. Carlos Neves Galuff.

O SR. CARLOS NEVES GALUFF — Excelentíssimo Sr. Senador Mendes Canale, a cujo convite estamos neste momento e, pela primeira vez em nossa vida, falando no Senado Federal; demais Congressistas, ilustres amigos, meus companheiros do setor florestal, minhas senhoras, meus senhores, meu filho:

Entendemos que esta nossa palestra está sendo realizada num momento bastante difícil que o Brasil está atravessando e entendemos mais, como vamos dizer logo em seguida e provar até, que estamos à beira de uma solução que se nos afigura tão próxima que não compreendemos porque não foi tomada antes.

O setor florestal engloba diferentes atividades, desde a rudimentar e predatória extração vegetal, a outras bem mais complexas, tais como: a produção manejada e sustentada de florestas tropicais naturais e temperadas, o reflorestamento, os complexos industriais, a comercialização interna e externa, e a preservação e conservação dos recursos da flora e da fauna. Estas últimas atividades, por sua importância e transcendência, condicionam e possibilitam todas as demais.

O Brasil está sentindo a enorme pressão que tem sido exercida sobre os recursos naturais, em todas as partes do mundo. A necessidade de novas terras para colonização e produção de mais alimentos para as populações carentes, a necessidade de recursos naturais para satisfazer a crescente demanda decorrente do progresso e desenvolvimento nacional, e, porque não assinalar, a falta de definições políticas sobre manejo e utilização destes recursos, estão entre as causas mais relevantes da diminuição e devastação desta riqueza.

Daí nosso apelo, feito na posse da Presidência do IBDF, para a comunidade científica brasileira, para o setor público ou privado diretamente envolvidos nas atividades florestais e faunísticas e para a comunidade nacional como um todo, de tal forma a enfrentarmos, em conjunto, o desafio de vencermos estas limitações de recursos, utilizando-os sem menosprezo de sua capacidade regenerativa, de forma racional, ordenada, metódica e com uma terminologia própria para o benefício econômico e social da Nação.

Desde então, não temos poupado esforços para materializar esta idéia, e, no que concerne ao IBDF, algumas linhas de ação imediata têm-se definido.

Dentre elas temos a destacar a potencialidade das terras destinadas ao reflorestamento, para que elas possam, também, produzir alimentos de forma a aumentar a oferta de produtos agrícolas, elevando, conseqüentemente, o nível de vida das populações rurais, fixando-as cada vez mais ao campo. Por outra parte, a redução dos limites dos projetos florestais a 200 ha, submetidos à apreciação das autoridades governamentais, permitirá incorporar, ao esforço nacional do reflorestamento, os pequenos e médios proprietários, solucionando assim as crescentes dificuldades surgidas em muitas regiões do País, para obter áreas para estes tipos de projetos.

A incorporação efetiva da Região Nordeste ao programa de reflorestamento, hoje mantida à margem desse processo, possibilitará amenizar os desequilíbrios regionais existentes, com os benefícios econômicos e sociais decorrentes para essas áreas e sua população.

Basta assinalar que até hoje os empregos gerados pelas atividades de reflorestamento, com uma média anual de 300.000 ha/ano, representaram 2,5% da população economicamente ativa em 1970 e 3,0% em 1975. Neste contexto esta atividade teve um papel relevante, tendo criado cerca de 500.000 empregos diretos de mão-de-obra não qualificada, entre 1967 e 1977.

O engajamento do setor florestal ao esforço nacional de geração de fontes energéticas alternativas, através do aproveitamento de biomassa para produzir combustíveis líquidos (etanol), exigirá numa primeira fase plantios de 1.000.000 de hectares/ano, significando portanto a geração de mais de 200.000 empregos diretos. Portanto, estaremos contribuindo diretamente para diminuir nossa dependência externa do petróleo dando uma solução precisa as crescentes necessidades de energia que o desenvolvimento nacional exige.

Neste sentido, estamos examinando com a máxima atenção e urgência as experiências brasileiras de desenvolvimento da tecnologia da extração do etanol, a partir do eucalipto e outras essências, com particular ênfase na experiência que por iniciativa da ELETROBRAS, estavam sendo conduzidas pela Universidade do Ceará. Assim como as experiências internacionais que se desenvolvem nesse campo.

Conforme é do conhecimento da maioria dos Senhores, mesmo porque estes dados recolhemos da imprensa local, ou mais precisamente do valoroso *Jornal de Brasília*, o gasto anual que temos com petróleo importado, é da ordem de 7 bilhões de dólares. Naquela oportunidade, na CESP, tínhamos um cálculo de cinco e meio, mas depois veio a crise do Irã. Talvez um Xequê quisesse comprar um castelo novo na Inglaterra e o petróleo tem sempre essas coisas. Assim, se forem mantidos os atuais preços e acordos da OPEP — e sabemos que nunca serão mantidos — que fixou o aumento anual em 15%, e adicionarmos o crescimento anual do consumo brasileiro que é de 9%, e, fizemos uma projeção para os próximos seis anos, com esta composição, o aumento anual será de 24%, que é teórico — está sempre sujeito à vontade dos cartéis petrolíferos — chegaremos fatalmente, a um resultado desalentador, de que o Brasil gastará no período de 1979 a 1985, a assustadora cifra de 64 bilhões de dólares. Tal valor, adicionado a nossa atual dívida externa, parece que nos levará a uma situação bastante difícil.

Vejo no etanol como também no metanol, derivado da madeira, uma resposta válida e não posso fugir aos cálculos que multiplicam até o limite de novas necessidades, a produção deste combustível.

Em uma tonelada de madeira, temos 160 litros de etanol, 80 quilos de coque siderúrgico, 160 quilos de ração animal e ainda 112 quilos de CO<sub>2</sub> para indústria química.

Assim, admitindo que possamos ser um pouco otimistas, deixamos bem claro que o nosso otimismo é resultante da fé inabalável na força e na capacidade de que os brasileiros haverão de encontrar uma solução nacional para o nosso problema. Queremos declarar que corremos o risco de estarmos nos afogando a apenas duas braçadas da praia, pois as imensas áreas de que dispomos e que são a inveja de tantos outros povos, estão em condições de produzir, através da formação de grandes florestas homogêneas, a biomassa que, transformada em álcool etílico, poderá, a curto prazo, levar a nossa querida Pátria à auto-suficiência que todos nós, independentemente de credo, cor, ou filiação partidária, tanto almejamos.

Com 10 milhões de hectares plantados e um corte de 2 milhões ha/ano teremos 160 bilhões de litros de etanol, vale dizer, 87% do consumo do combustível do ano de 1978, e mais de 80 milhões de toneladas de coque para a indústria siderúrgica. Em repetidas ocasiões, referimo-nos a este assunto e, hoje, temos a satisfação de constatar que alguns passos têm sido dados para este objetivo. Este é o caso do aproveitamento imediato do povoamento com eucaliptos no Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais, que fornecerá a matéria-prima para produção de álcool etílico, em uma miniusina, a ser instalada naquela região, e cujo investimento representará um montante da ordem de Cr\$ 23 milhões de cruzeiros, ou seja, US\$ 1 milhão, representando, aproximadamente, 90 minutos da atual despesa que o nosso País tem com petróleo importado.

Convém salientar que, segundo o Dr. Aníbal Teixeira, empresário florestal aqui presente, este valor é estimado para a primeira miniusina, porque a partir da primeira unidade industrial este custo terá uma sensível redução no custo de pesquisa, passando a custar apenas 15 milhões de cruzeiros.

Imaginem os Senhores o que poderá representar, num País de dimensões continentais, com imensos espaços vazios, a instalação em regiões pobres, de centenas destas miniusinas que levariam aos nossos Municípios uma melhor distribuição de riquezas, novos empregos, fixação do homem ao campo, novas escolas, menor analfabetismo, a importante inversão da corrente migratória para os grandes centros, que como os Senhores sabem tantos problemas nos trazem, e o que é ainda mais importante a grande solução do combustível tão indispensável à movimentação do nosso progresso.

Tudo isto não presume que outros programas devam receber menor dedicação. Reiteramos a necessidade da participação cada vez maior da matéria-prima florestal, proveniente de florestas plantadas na fabricação de papel e celulose e do carvão vegetal para as nossas siderúrgicas.

Esta relevância que o governo presta à política do reflorestamento permitirá aliviar a pressão sobre as florestas nativas, na procura de matérias-primas com fins industriais e podemos afirmar que ela se reveste como um dos grandes objetivos do IBDF, qual seja o de preservação e conservação dos recursos naturais renováveis.

Neste sentido, pretendemos incrementar as áreas destinadas à preservação permanente, como parques nacionais, reservas equivalentes e outras para atingir, se possível, a meta de 10% mínima da área nacional para salvaguardar nossa flora e fauna e assegurar o equilíbrio ecológico.

Os programas de pesquisa de flora e fauna serão vigorosamente alentados, com o apoio das instituições científicas nacionais e internacionais, para adquirir o conhecimento necessário para manejar racionalmente estes recursos, assegurando sua perpetuação.

Com respeito à Região Amazônica, temos reiterado nossa decisão de promover um amplo debate sobre a melhor utilização dos recursos florestais ali disponíveis, envolvendo todos os segmentos da sociedade, e visando estabelecer um máximo de consenso acerca do papel que deverá desempenhar a nossa maior reserva florestal. Todavia, algumas medidas se impõem no sentido de aproveitar todo o potencial de áreas da região, a serem necessariamente desmatadas. Referimo-nos à construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel, as quais implicarão a inundação de grandes áreas florestais.

Com este objetivo, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, participará de um grande projeto de transporte, estocagem, classificação e comercialização da madeira dali extraída, permitindo, assim, uma exploração adequada dos recursos florestais ali existentes e disciplinar os mercados interno e externo da madeira, e, ainda, indiretamente, impedir a devastação indiscriminada deste mesmo patrimônio da Nação que é a floresta amazônica.

Reiteradamente, temos dito — e gostaríamos de repetir mais uma vez para que não haja ninguém com a menor sombra de dúvida da nossa posição — que a orientação do governo é contrária a qualquer exame dos chamados contratos de risco para a Amazônia e reafirmamos aqui a nossa posição pessoal, firme e inabalável, da qual não recuaremos, em nenhuma hipótese, de conservar a Amazônia como um bem inalienável de todos os brasileiros. Muito obrigado, meus Senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — A Presidência, a fim de orientar os debates, consulta, inicialmente, se os Senhores Parlamentares, aqui presentes, desejam dirigir perguntas ao ilustre Presidente do IBDF. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente e Srs. Senadores, Dr. Galuff: ouvi com muita atenção a exposição de V. Sª sobre a questão do reflorestamento do Território Nacional, terminando, justamente, num desfecho muito feliz sobre a Amazônia.

Em um certo tempo, tive a oportunidade de ler, na revista *O Cruzeiro*, uma entrevista, um estudo, aliás, de um sertanista nacio-

nal, que falava sobre a preservação da floresta amazônica, já que a floresta atlântica tinha toda ela sido devastada. Justamente naquele instante em que baixávamos para a Transamazônica, e depois para a Perimetral Norte, ele mostrava o grande perigo e fazia o cálculo linear de dois mil e tantos quilômetros — não sei bem quanto têm de extensão a Transamazônica e a Perimetral — e dava uma soma elevadíssima do desmatamento dessa floresta. Dizia ele que a floresta era o pulmão do mundo, sendo o oxigênio orientado pelas correntes aéreas.

Lí, não sei bem se numa entrevista, uma declaração do atual Ministro do Interior, Sr. Andreazza, e depois confirmada pelo Ministro dos Transportes, que iria desativar um pouco a Transamazônica face a este problema.

Ainda há pouco, conversava eu com um antigo funcionário do IBDF, porque eu fui muito ligado ao IBDF, desde o tempo do Dr. Azambuja — cheguei até a receber uma medalha, porque consegui, para o meu Estado, dois campos florestais — e dizia a ele que daí para cá nunca mais tive notícias de um novo campo florestal no Ceará, e que o desmatamento naquela região continuava.

Eu propriamente sou filho de uma cidade do interior, Lavra de Mangabeira, quase na porta do Cariri, e quando me formei, fui diretamente para Maranguape, Serra de Maranguape. Quando lá cheguei, nos idos de 1937, a serra era verdejante, era bonita, quase se encontrando com o céu, mas hoje o desmatamento para o plantio da banana, principalmente — se se plantasse a laranja ou o que fosse o mal seria menor — provoca aquilo que nós chamamos de derretidos, que há seis anos atrás era uma coisa muito séria, morrendo 11 pessoas com os derretidos. A parte ecológica do Município modificou muito, o próprio rio Pirapora, o conhecido Balneário Pirapora, quando chega uma certa fase do ano, transforma-se num fio d'água, por falta do resguardo do florestamento. Mas, em Maranguapes, nós temos um campo florestal, um campo de experimentação, outro em Itatira.

Então eu dizia ao funcionário que nunca mais tivera notícias de reflorestamento no Ceará, não sabia o que havia acontecido naquela região, considerada problema. Agora estou vendo, aqui, que a recomendação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República aos seus Ministros é no sentido de dar prioridade ao Nordeste, nos diferentes setores da sua economia. Leio aqui: "conferir prioridade à Região Nordeste, na aprovação de novas áreas prioritárias para o reflorestamento compatíveis com os seus recursos naturais."

Ora, nós estivemos mais ou menos à beira de uma seca e estamos ainda enfrentando, de qualquer maneira, esse problema que nos trouxe um susto muito grande, mas, se a providência nos auxiliar, poderemos ter uma melhoria muito grande na questão, principalmente na parte da pecuária que está praticamente salva. E continua chovendo. Hoje, de manhã, telefonei para Fortaleza e estava chovendo lá. A política agora adotada — participei como representante da Comissão na reunião da SUDENE, como observador — é inteiramente diferente daquela que se fazia anteriormente, que era humilhante para com o nordestino; deslocava o pobre homem de sua casa no sábado, pela madrugada, para chegar à frente do serviço distante 40 quilômetros ou mais, para trabalhar segunda, terça, quarta, quinta; ele gastava com a barraqueira, e trazia uma ninharia de alimentos para casa, porque a maior parte ficava com o dono do fornecimento. Essa é a grande verdade. Hoje, as coisas estão diferentes.

Agora eu perguntaria a V. S<sup>a</sup>, já que não tive tempo de ler todo o seu relatório: Quais são os projetos para a Zona do Nordeste, principalmente para o Ceará? Qual a programação para o Nordeste, e principalmente para o Ceará? Tenho que puxar brasa para a minha sardinha, para o Ceará, porque o Senador Nilo Coelho depois puxará para Pernambuco.

O DR. GALUFF — Embora no final V. Ex<sup>a</sup> tenha feito essa pergunta, gostaria de esclarecer um pequeno ponto, e o Senhor me perdoe, pelo amor de Deus, não me tome a mal, porque esse é o nosso ponto de vista. V. Ex<sup>a</sup> falou em Amazonas, pulmão do mundo?

O SR. ALMIR PINTO — Repeti o que havia lido.

O DR. GALUFF — Não estou discordando de V. Ex<sup>a</sup>, pelo amor de Deus. Nós temos dito, reiteradas vezes, inclusive muito recentemente a uma revista holandesa, de que nós não temos muita preocupação se a Amazônia é pulmão do mundo; temos muita preocupação porque a Amazônia é pulmão brasileiro, e como brasileiro ela deve permanecer.

Com referência à pergunta de V. Ex<sup>a</sup> sobre os projetos para o Nordeste, temos aqui de esclarecer que muito embora oriundo do Sul do Brasil — sou catarinense — nós temos vinte anos de Nordeste, e sentimos muito de perto a humilhação do Nordeste. Nordestino não pode ser humilhado. O Nordeste, que tem gente, gente com letra maiúscula, durante muito tempo foi abandonado, particularmente na área do reflorestamento. Contra esta injustiça, nós resolvemos tomar uma posição com o apoio total, incondicional, do Ministro Delfim Netto que, aliás, nos orientou muito, neste sentido. Então, fizemos, logo que tomamos posse, um *telex*, um expediente a todos os Governadores solicitando a criação de distritos florestais, para que se possa destinar maiores recursos.

Temos hoje, daqui a duas horas, uma entrevista com o nosso querido Governador de Pernambuco, porque estamos trazendo já aprovado o distrito florestal de Pernambuco. Com a aprovação desses distritos florestais, veja bem, nobre Senador Almir Pinto, nós não criamos distritos florestais, nós homologamos os distritos florestais que o Governo Estadual nos encaminha, porque entendemos que são os Governos locais que podem indicar as melhores áreas, as áreas de maior interesse estadual. O IBDF apenas homologa e passa a destinar recursos para os projetos a serem implantados nesses distritos florestais.

Sentimos também que todos os empresários florestais do Sul do Brasil estão interessados nessa nova mentalidade que é de dar apoio, de levar para o Nordeste o *know-how* que eles já adquiriram, colaborando assim nesse esforço nacional de geração de melhores empregos, de fixação do homem na terra, de uma melhor distribuição de riqueza.

Nós temos a consciência muito tranquila, neste particular, e temos orgulho em repetir um dado, embora ele não tenha sido até hoje muito divulgado; um homem-emprego custa, na área do reflorestamento, em torno de 35 mil cruzeiros; na área industrial, custa 436 mil cruzeiros. V. S<sup>a</sup> pode ver, por aí, o quanto, através do reflorestamento, se pode distribuir melhor a riqueza nacional. O reflorestamento não é como a indústria. Pelo amor de Deus, não vão os industriais pensar que eu estou querendo fechar alguma indústria. O reflorestamento fixa o homem na terra, cria o emprego lá na terra, dá uma continuidade de trabalho para a sua família, evitando que ele tenha de se deslocar com a família para a cidade, para os grandes centros, onde, fatalmente, acontece o que vi muito no Sul, e vi também no Nordeste; o homem abandona o campo, porque não tem trabalho, e juntamente com a mulher e filhos vem para a cidade, no desespero. Vem para a cidade e vai ser pedreiro, vai procurar um emprego modesto; a mulher vai ser lavadeira, cozinheira; o filho acaba se encontrado com outros rapazes da mesma idade, nem sempre com a mesma formação boa, e de repente acaba sendo pivete, assaltante; a filha muitas vezes cai na prostituição. Esse é o drama, um drama social que nós, modestamente, com nossa modesta colaboração, estamos procurando corrigir. Nós acreditamos que evidentemente não estamos trazendo uma solução nova; estamos trazendo uma parcela de contribuição que entendemos valiosa e achamos que, se todos nós brasileiros nos unirmos nesse mesmo objetivo, poderemos encontrar a solução.

Quanto ao ponto sobre o qual conversávamos, o das miniusinas, vou aproveitar esta oportunidade para dizer que nós discordamos um pouco das grandes usinas, dos "monstros". As miniusinas, pelos dados que possuímos, poderiam ser construídas em número de mil, talvez, em municípios pobres, onde tivéssemos maciços florestais. Isso evitaria, sensivelmente, a despesa com transporte do combustível; geraria emprego, geraria um novo pólo de riqueza naqueles municípios pobres, porque todos os produtos que essa biomassa

pode gerar são produtos que devem ser aproveitados. Essas minúsculas também, em nosso entender, fixariam mais o homem na sua terra pela geração de empregos, mormente agora que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal adotou a Portaria do Grão. Cabe aqui um esclarecimento: essa Portaria do Grão, assim chamada, não é uma Portaria coercitiva, ela nasceu de um consenso entre IBDF e os empresários florestais que desejam demonstrar, claramente ao Brasil, que são sensíveis aos problemas brasileiros e que estão dispostos a mostrar o seu valor na contribuição do aumento da produção de grãos, do aumento da produção de alimentos, porque eles acreditam, como nós todos, que somente o aumento da produção nos poderá levar, se não à redução do custo da alimentação, pelo menos à sua estabilização.

Não adianta, como sempre digo ao nosso amigo da SUNAB, Glauco, querer baixar uma portaria dizendo que o feijão vai custar Cr\$ 2,00 o quilo se não há feijão. Temos que produzir, e o setor florestal, evidentemente, não vai trazer uma solução total, mas uma colaboração, se tivermos recurso — isso é muito importante — porque se não tivermos iremos morrer afogados...

O SR. ALMIR PINTO — Fiquei muito satisfeito, como todos os brasileiros, mormente o nordestino, com a notícia no *Jornal Nacional*, de que S. Ex<sup>a</sup>, o Presidente da República, havia liberado uma verba de 100 bilhões de cruzeiros para o Ministério da Agricultura.

Isso mostra que, na verdade, o Presidente está querendo proteger a indústria primária. V. S<sup>a</sup> está falando na questão da mini-indústria, a indústria da transformação; sabemos que a importante é a primária, a transformação, além da troca, o comércio. E temos que nos preparar, porque para não importarmos a primária, teremos que produzir.

Estive acompanhando a última reunião da SUDENE, e senti como deverá ser orientada esta assistência ao Nordeste; ao invés dessas frentes de serviços — e existem as frentes de serviço, mas daquela população flutuante, aquela gente sem domicílio certo — o que está sendo feito é exatamente isto: até 20 hectares, terá 100% de financiamento a fundo perdido; de 20 a 100 hectares, 80% a fundo perdido, e 20% por conta própria; de 100 a 500 hectares, 70% a fundo perdido e 30% em financiamento; de 500 hectares para frente, 50% a fundo perdido. Isso é uma grande coisa porque fixa, na verdade, o homem que vai preparar aquele sítio, aquela fazenda, com uma estrutura para os anos seguintes. Acho muito acertada a política do Governo nesse ponto. A verba é boa, para começo de governo, no amparo da agricultura e do reflorestamento.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Com a palavra o Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — Gostaria de fazer três perguntas a V. S<sup>a</sup> Primeiro: o percentual de produção energética advinentes ora da madeira, ora da cana-de-açúcar; segundo, o grau de poluição dos produtos originários dessas duas fontes; terceiro, qual tem sido o comportamento do IBDF em relação a citricultura no Sul do País?

Desde 1959, existe na fronteira do Paraná com São Paulo, uma guarda permanente para impedimento da ultrapassagem da laranja, sob a alegação de que a do Paraná está contaminada de cancro cítrico. De 1959 para cá, a despeito desse conceito, não tem havido esse combate, e duvida-se da existência desse cancro cítrico. O Estado do Paraná, hoje, está convencido de que essa política tende apenas a uma proteção dos plantadores cítricos de alguns Municípios de São Paulo.

São essas três perguntas, e gostaria que V. S<sup>a</sup> respondesse a partir da última pergunta formulada.

O DR. GALUFF — A última pergunta refere-se à citricultura que nós estamos, como V. Ex<sup>a</sup> poderá ver pelas nossas diretrizes, dando maior apoio. Segundo, V. Ex<sup>a</sup> pergunta sobre impedimentos do movimento dessas frutas de um Estado para outro...

O SR. LEITE CHAVES — Sob a alegação da existência de cancro cítrico no Estado do Paraná.

O DR. GALUFF — Essa pergunta é de resposta difícil, Senador, porque esse impedimento não é do IBDF, nem poderia sê-lo; esse impedimento deve ser, talvez, da Secretaria local do outro Estado. V. Ex<sup>a</sup> pode ter certeza, pelo menos até onde eu sei — V. Ex<sup>a</sup> me perdoe se cometer algum engano, porque temos, praticamente, apenas um mês de administração à frente do IBDF — não é do nosso conhecimento que a administração anterior tivesse feito qualquer Portaria nesse sentido, proibindo o tráfego de um Estado para o outro. Aliás, concordamos plenamente com os Senhores; a existência desse impedimento, seria um absurdo, afinal de contas tudo é Brasil. Também não temos conhecimento de uma doença tão grave na fruta que possa causar esse problema.

O SR. LEITE CHAVES — Sugeriríamos a V. S<sup>a</sup> o seguinte — somente agora estou sabendo que V. S<sup>a</sup> está com um mês apenas no exercício dessa função — que no futuro haja uma definição do IBDF no setor da fruticultura nacional.

O DR. GALUFF — Exato.

O SR. LEITE CHAVES — Parece-me que temos, no País, uma vocação extraordinária para a plantação de frutas nos mais variados setores, e que se deu ênfase, nesse sentido, de Norte a Sul. Quanto ao problema da laranja, gostaria que V. S<sup>a</sup> tivesse suas vistas voltadas para isto, porque me parece ser mais específico do seu setor, embora seja, talvez, do Ministério da Agricultura esta proibição. Gostaria de receber de V. S<sup>a</sup> uma coisa decidida acerca do assunto.

O DR. GALUFF — Com muito prazer, traremos.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou, também, sobre a poluição do metanol ou do etanol. Se V. Ex<sup>a</sup> não ficar zangado comigo, ontem respondi a uma pergunta de uma repórter no gabinete do Ministro, indagando a ela: se você queimar o álcool, qual é a poluição que vai dar? Talvez apenas um cheirinho, até agradável.

Pelos estudos técnicos que temos, não há poluição, inclusive porque há um aproveitamento total de todos os resíduos dentro desse processo. Veja V. Ex<sup>a</sup> que dentro desses processos — há aqui um empresário que está montando uma indústria e poderia dar uma explicação técnica melhor, pois não sou técnico, se V. Ex<sup>a</sup> assim o desejar — os subprodutos do metanol, gerados dentro desse processo, são a ração para gado, o coque siderúrgico e o CO<sub>2</sub>, que é encaminhado para a indústria química. Não há poluente, e este é, justamente, um dos pontos pelo qual estamos bastante tranquilos e dando muita ênfase, defendendo muito esse produto.

V. Ex<sup>a</sup> poderia repetir a primeira pergunta?

O SR. LEITE CHAVES — A tonelagem de álcool adviniente da cana e a tonelagem de metanol adviniente da madeira. Quais seriam os percentuais de aproveitamento, para sabermos o que melhor poderia se desenvolver no País?

O DR. GALUFF — Eu poderia responder a V. Ex<sup>a</sup> de outra maneira e chegar, talvez, no mesmo objetivo. Defendemos a biomassa e o álcool etílico da madeira, ou metanol da madeira, porque, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, a cana-de-açúcar exige terras ricas, caras, terras próprias para a cana. No momento, a produção do álcool de cana-de-açúcar é viável porque o preço do açúcar no mercado internacional está muito baixo mas, segundo dados que são fornecidos através do Departamento de Comercialização, a tendência do açúcar nos próximos doze meses é de alta. Se essa alta realmente vier a ocorrer, evidentemente, os plantadores de cana, os grandes usineiros, vão se desinteressar pela produção de álcool e vão procurar evidentemente um lucro maior no açúcar. Além disso, a cana-de-açúcar tem uma produção sazonal, o que nos obriga a armazenar, a ter um capital de giro muito grande, e grandes estoques, grandes tanques e grandes depósitos para enfrentarmos o período da entressafra. Já na produção desse mesmo produto através da áfria, através do eucalipto que nos parece até agora a árvore mais indicada, V. Ex<sup>a</sup> tem a produção durante o ano inteiro, e produz até de acordo com a necessidade; pode reduzir um pouco a produção se houver excesso de oferta, sem que isso traga prejuízo algum, sem que haja um perigo de deterioração. Neste aspecto, há maior vantagem.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup>, publicamente, que não poderia dizer qual é o percentual da cana.

Quanto na base da madeira, podem gerar poluição de duas maneiras, principalmente o vinhoto que é até hoje uma dificuldade muito grande tanto para a produção de cana quanto para a produção de etanol. Mas o processo de concentração do vinhoto, transformando-o ou em adubo ou em ração, nós optamos por ração, ele elimina esse problema. A grande dificuldade é exatamente o balanço técnico, porque o vinhoto apresenta uma quantidade muito grande de água, e eliminar essa água tem um custo econômico significativo, tanto que os esquemas para a sua distribuição como adubo sempre falharam por causa da pouca expressão que eles teriam em relação ao resultado do seu transporte para distribuição na área canavieira, ou no caso, na área do plantio de eucalipto. Mas eu tenho ao meu lado o Dr. Bodo que é, realmente, uma grande autoridade em concentração de vinhoto; ele tem inclusive um *know-how* próprio desenvolvido para esse fim e já está sendo testado em vários lugares, e essa concentração permitirá exatamente a eliminação total da poluição do etanol como também da cana — a cana, tendo essa concentração, eliminaria a poluição. Na madeira nós temos ainda um outro agente poluidor, a limina, mas no caso do etanol a limina é coqueificada, ela é transformada em carvão para uso siderúrgico. Então, desaparece também qualquer problema de poluição. Nós vamos produzir um combustível que não polui as grandes cidades e que também não vai poluir as áreas de sua localização. Quanto ao problema da tonelagem, foi dito, 70 litros por tonelada, dependendo, naturalmente dos sistemas de destilação e do coeficiente de açúcar da cana. E a cana produz muito mais por hectare do que o eucalipto, mas também exige maiores cuidados e melhores terras, então, em termos de hectares a cana ganha, em termos de tonelada ela perde, ela produz apenas setenta litros por tonelada, enquanto a madeira produziria 160 litros e além disso alguns subprodutos.

O SR. ANÍBAL TEIXEIRA — Sr. Presidente, pela ordem, eu proporia que os debates fossem postergados para após a palavra do Professor Goldenberg que tem hora marcada para voar. Eu pergunto se seria regimental debatermos depois da palestra do Dr. Carlos Galuff e do Professor Goldenberg.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — O Conferencista, Dr. Galuff, também tem compromissos a cumprir e, ainda há pouco, falávamos a esse respeito, quando consultado acerca dessa inversão dos debates. Mas como também nós — e isto reflete pensamento geral, não podemos deixar de ouvir o Professor José Goldenberg, vamos atender o Deputado Ítalo Conti que está inscrito, para, logo após, passarmos a palavra ao Professor Goldenberg.

Concedo a palavra ao Deputado Ítalo Conti.

O SR. ÍTALO CONTI — Inicialmente, Dr. Galuff, quero cumprimentá-lo pela palestra, e dizer que, apesar do pouco tempo que V. Ex<sup>a</sup> está à frente desse importante Instituto, nos dá certeza e tranquilidade de que esse órgão está em boas mãos.

A minha primeira pergunta, para ser bem objetivo e rápido, refere-se ao problema dos grãos. V. Ex<sup>a</sup> mencionou alguma coisa, mas eu queria um melhor esclarecimento. Em primeiro lugar, vai ser obrigatório ou não a produção de grãos por parte dos reflorestadores?

O DR. GALUFF — Veja bem, Deputado, nós entendemos que ele não é obrigatório, porque admitimos que em certas áreas, por maior que seja a boa vontade das empresas florestais, as áreas não se prestam de maneira alguma para um plantio agrícola, e seria investimento que poderia nascer fadado ao fracasso. É o apelo que fazemos, e, evidentemente, ao conceder os financiamentos, a orientação que temos do Sr. Ministro é de dar sempre prioridade àqueles que se mostrarem mais sensíveis à solicitação do Governo. O programa não é obrigatório nem compulsório, mas tenho a impressão que é mais um problema de conscientização do empresário, e nós tivemos oportunidade de sentir, em recente Congresso de Reflorestamento, em Canela, que o pensamento até unânime de todos os empresários é de colaborar com o Governo, e no sentido de demons-

trar que o empresário florestal está coeso na idéia de colaborar efetivamente para a diminuição do custo de vida.

O SR. ÍTALO CONTI — A preocupação que existe entre alguns reflorestadores é a de que, não tendo condições de produzir grãos de acordo com a política adotada e com que todos estão de acordo, possam eles ser sancionados pelo IBDF no caso de seus projetos.

O DR. GALUFF — Não serão. Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, apenas para esclarecer; antes mesmo de tomarmos posse, somos oriundos do setor florestal, fomos empresários, da iniciativa privada, temos uma longa experiência, e viemos com a decisão de combater uma mentalidade que antigamente existiu no órgão. V. Ex<sup>a</sup> vai me perdoar a dureza da frase, mas dissemos sempre que precisamos acabar com a mentalidade de que empresário de reflorestamento é bandido e que o IBDF é polícia; nós somos aliados nessa grande batalha, estamos irmanados e por isso acreditamos que vamos vencer.

O SR. ÍTALO CONTI — A segunda pergunta é acerca dos mecanismos; não na sua administração, mas nas administrações anteriores, nós encontrávamos uma distorção: o reflorestador fazia a sua carta-consulta, essa carta-consulta era aprovada e ele se preparava naturalmente fazendo despesas, adquirindo terra, contratando gente e elaborava o projeto de acordo com as instruções do IBDF. Acontece que esse projeto retornava ao IBDF e não era aprovado de acordo com a quantidade mencionada na consulta; conseqüentemente, havia um prejuízo muito grande para esse reflorestador que considerava a carta-consulta como quase que um compromisso do IBDF com ele. Na realidade não era. Isso reconheço. Mas de qualquer maneira era tomado como um compromisso. Perguntaria a V. S<sup>a</sup> se concorda com o que estou dizendo e se concorda se estaria em pensamento alguma providência para evitar que acontecesse isso?

O DR. GALUFF — Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em gênero, número e grau, inclusive como empresário que fui, sentimos também na carne. Vou até dar um exemplo muito concreto a V. Ex<sup>a</sup>. E aqui está o Secretário de Agricultura do DF à qual a nossa empresa, a PROFLORA, é vinculada. Nós implantamos, em 1978, 7.500 hectares. Todo o programa está implantado. Estamos hoje em maio de 1979 e um dinheiro que o IBDF deveria ter liberado até dezembro ou, digamos, com um pouco de boa vontade ou má vontade, enfim, até janeiro de 1979, ainda não recebemos. Não recebemos em parte não porque o Presidente do IBDF tenha má vontade com a PROFLORA, não é isso — conheço a situação financeira dessa empresa, ela está muito bem, temos o orgulho de dizê-lo, transferimos a PROFLORA e estamos à vontade para dizer que ela está numa boa situação — mas não tivemos pressa à frente do IBDF para liberar os recursos da PROFLORA. Existem outras empresas no setor florestal que estão naquela situação de “não balança muito a água que eu morro afogado”. Houve, realmente, uma política contra a qual nos insurgimos. Entendemos que o empresário florestal poderá responder a esta Portaria do Grão, na medida em que os recursos sejam justos e liberados na hora certa, porque não se pode esconder que no Brasil nós, os empresários florestais, recebemos do IBDF uma carta-consulta no mês de janeiro, acreditamos naquele documento, embora sabendo que ele não gera direitos, mas acreditamos nele até por causa da assinatura que ele traz, e depois entramos com o nosso projeto que enfrenta aquelas calendas gregas para ser aprovado, e quando aprovado o recurso não é liberado. Finalmente, o saldo desse recurso só vem no ano que vem, e ficamos pagando — algumas empresas chegam a pagar 62% de juros ao ano. Então se colocarmos esses juros em cima dos custos não há quem agüente.

Nós tínhamos o privilégio de ter como sócios o Banco Regional de Brasília e a CEF e o Banco do Brasil, e uns banquinhos pequenos e tal. Isso nos criou uma certa facilidade e uns juros mais camaradas. Mas as outras empresas estão realmente em grande dificuldade. Então, chegamos ao IBDF e encontramos aquela situação dramática: o IBDF devendo a empresas brasileiras, a empresas do setor florestal, a soma de 4 bilhões e 515 milhões de cruzeiros que, com correção monetária, atinge alguma coisa superior a 4 bilhões e 800 milhões de cruzeiros. O CDE aprovou para o IBDF, no programa

de 1979, 6 bilhões de cruzeiros. Se V. Ex<sup>a</sup> tirar desses 6 bilhões esse cheque sem fundos de 4 bilhões e 800 milhões, V. Ex<sup>a</sup> verá que nos sobram Cr\$ 1.200.000,00. Diante desse drama que encontramos, de ter que pagar uma dívida que não é nossa, mas que não podemos deixar de pagar porque senão muitas empresas florestais vão até desaparecer, levamos ao Ministro o problema e solicitamos dele uma instrução que foi aquela de cancelar todas as cartas-consulta e pedir a apresentação de novas, porque ao apreciar essas novas cartas-consulta teremos pelo menos uma possibilidade de conseguir novos recursos, mais recursos para pagar as cartas-consulta que vamos liberar, aprovar dentro de um critério. É muito importante que o Senhor possa me perguntar, ou perguntar ao Diretor de Reflorestamento do IBDF, porque que eu pedi 10.000 hectares e recebi apenas 1.000, e a empresa do leste, a Jari, pediu 1.000 e recebeu 10.000. Tenho que ter um critério para responder ao Senhor. Tenho que dizer que foi dado 1.000 para essa empresa porque o critério adotado foi esse, não só para o Senhor mas para todos. Entendemos que as empresas florestais, todas, são idôneas e todas têm um direito de ter um tratamento igual.

O SR. ÍTALO CONTI — A segunda pergunta é um pouco relacionada com o assunto que o Senhor falou mas de qualquer maneira a faço. É relacionada com uma certa insegurança em relação à quantidade liberada. Há empresas que têm uma grande área; num ano recebem por exemplo 8 milhões de hectares e no ano seguinte recebem 1; esses oito obrigaram a despesas, contratação de gente, compra de máquinas para o cumprimento do projeto aprovado, no ano seguinte recebem mil. Então já têm que dispensar gente, vender máquinas. Há uma certa insegurança nesse setor da política do IBDF, pelo menos até agora — estou falando sempre para trás — porque acredito que V. S<sup>a</sup> possa corrigir isso. Pergunto se também este aspecto será levado em conta na sua política de reflorestamento.

O DR. GALUFF — Com bastante prioridade, tanto que atrás dessa política de grãos — os empresários florestais sabem disso porque debatemos anteriormente esse assunto — esconde-se uma garantia para o empresário; a política de grão, ou seja, o plantio na área paralela, significa que vamos dar ao empresário uma garantia para o projeto do ano seguinte, porque a vistoria que era válida por apenas um ano, passa a valer por dois. Então se aprovamos esta vistoria, se concedemos esta vistoria prévia por dois anos, é evidente que o empresário sabe que no ano seguinte ele já tem garantido pelo menos aquela área na qual ele vai plantar o grão. Então não corre o risco de ser surpreendido com um corte. Nós, os empresários florestais vivemos o drama do Natal; o Natal, para o empresário florestal, é uma desgraça, porque sempre surge aquela notícia de que vai acabar o incentivo fiscal, e fica-se naquela expectativa de acaba, não acaba. Além disso uma empresa florestal não pode ser desativada, aliás, nenhuma empresa pode ser desativada num estalar de dedos. Então, através dessa portaria, dessa medida, dessa sensibilidade, garantimos pelo menos mais um ano de atividade. Mas acreditamos mais, que a união de todos os empresários florestais pode mostrar o valor do setor florestal, para que esta Nação toda entenda o valor que esse setor tem, como ele pode gerar empregos, como ele pode trazer soluções nacionais, e acreditamos que o dinheiro do reflorestamento não será suprimido de uma hora para outra; ao contrário, se houver uma conscientização, estamos certos de que esse dinheiro será maciçamente aumentado e contamos com o apoio de V. Ex<sup>a</sup> para isso.

O SR. ÍTALO CONTI — Sr. Presidente, a minha última pergunta. Sou do Estado do Paraná, o Estado pioneiro no reflorestamento neste País, nunca tive empresa florestal mas, como político, defendo as causas do meu Estado. Tenho ouvido muitos comentários a respeito da captação de incentivos; que os intermediários estariam levando a parte do leão, tal a dificuldade, a forma como está sendo conduzida essa política, tal a necessidade que o reflorestador tem de obter esse recurso a qualquer preço. Então, pelo que sei, não posso provar nem posso escrever isso, estaria havendo um benefício maior para o captador de incentivos, de 100 ele fica com 30 e dá 70 para o reflorestador. Seria possível evitar essa situação?

O DR. GALUFF — Estou de pleno acordo com o Senhor. Aliás, tenho dito sempre e foi muito oportuna essa pergunta: não há neces-

sidade desse captador nem a necessidade dessa busca de recursos através dessas opções. Elas seriam válidas se realmente essas opções fossem efetivamente destinadas ao reflorestamento. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> sabe, mas no ano passado tivemos, e isso é informação da Receita Federal, não nossa — o IBDF não tem esses dados, mas é a Receita quem os informa — tivemos 11 bilhões de opções para o setor florestal, para o reflorestamento no Brasil, e a destinação foi de apenas cinco bilhões. Esse ano, os dados, as estimativas, evidentemente que há um certo otimismo nisso, mas temos estimativa de que teremos uma destinação entre 16 a 18 bilhões, mas a fatia que coube ao reflorestamento é de apenas seis bilhões. No início da reunião do CDE constava como uma destinação para o reflorestamento de oito bilhões, mas não se sabe porque, o fato é que houve um corte, reduzindo para seis. Então, entendemos que essa opção, que essa luta do pagamento do corretor, com aquela fantasia toda, tomando a parte do leão, como V. Ex<sup>a</sup> sabe e bem classificou, não vale a pena, porque na realidade o CDE fixa um determinado valor, e é com fundamento nesse valor que vamos fazer a distribuição e aprovação dos projetos e das cartas-consulta. Frequentemente ouvimos aquelas reclamações do empresário que alega que ele tinha um projeto fechado, que tinha tanto de investimento etc., que quer o dinheiro dele. A realidade não é esta, porque temos um bolo, recebemos um determinado quinhão que é abaixo do valor das opções destinadas ao setor.

O SR. ÍTALO CONTI — Obrigado. Mais uma vez agradeço a V. S<sup>a</sup>, acreditando na sua administração e colocando os meus fracos préstimos aqui na Câmara, para poder colaborar no que for possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Com o consentimento do Conferencista, a Presidência suspende os debates, para passarmos a ouvir o nosso Professor, Dr. José Goldenberg. Prosseguiremos, posteriormente, os debates, caso ainda haja tempo, pois — como dissemos — o Dr. Galuff tem compromisso também a atender.

Assim, passamos a palavra ao Dr. Goldenberg.

O SR. JOSÉ GOLDENBERG — Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Agradeço o convite para vir a esta reunião, a fim de dar alguns esclarecimentos sobre a natureza dos problemas envolvidos no uso da biomassa e da madeira, em particular, para satisfazer às necessidades energéticas do Brasil.

As observações que eu farei aqui são necessariamente limitadas a este aspecto. Pelo que entendi de conversa com os reflorestadores, esse é um tema de extraordinária importância, porque ele abre um novo mercado para a madeira produzida no Brasil. Por essa razão, a atividade do IBDF, do Ministério da Agricultura e dos reflorestadores ganhou uma importância muito grande diante da crise de energia que o Brasil atravessa.

As observações que desejo fazer são poucas: situar o problema da madeira no contexto energético brasileiro. O que há com o problema energético brasileiro é que ele muitas vezes é distorcido pelo calor dos debates que se travam em torno de alguns dos seus aspectos. O problema de energia no Brasil não é um problema de energia elétrica. Essa é uma das distorções que aparece frequentemente na imprensa e nos debates que se travam no País. Energia elétrica, no mundo todo e em particular no Brasil, representa apenas 25% da energia que se utiliza no País. Isso corresponde à experiência de todos os países. O estado atual da tecnologia depois de duzentos anos de revolução industrial é tal que ele não permite que uma economia funcione com mais de 25 ou 30% de energia elétrica; o resto todo são carburantes, líquidos ou sólidos.

Então, este é o problema: dois terços da energia consumida no Brasil provém de carburantes líquidos ou sólidos. O problema de energia elétrica pode ser resolvido e está sendo resolvido de outras maneiras; sobretudo usando os recursos renováveis que o Brasil possui, na forma de energia hidrelétrica, com uma complementação pequena de energia nuclear.

O perfil de consumo de energia de carburantes líquidos ou sólidos no Brasil é muito ruim, contudo, porque estes carburantes

são derivados do petróleo 80% do qual é importado, com perspectivas de melhora que são duvidosas. Isso é que coloca a biomassa na ordem do dia.

De que maneira um técnico olha para este problema? A civilização em que vivemos, a partir da revolução industrial, está vivendo com recursos energéticos não-renováveis, isto é, herdamos da atividade geológica e da energia solar que incidiram sobre a Terra, nos últimos seiscentos milhões de anos, uma enorme quantidade de petróleo e de carvão que estão enterrados. Esses dois tipos de combustíveis são, no fundo, uma forma de energia solar. Eles se originaram da biomassa, como a que temos hoje mas que foi soterrada e sofreu uma série de modificações na sua estrutura que a transformou em carvão e petróleo. A nossa civilização se organizou para depredar de uma maneira eficiente esses recursos não-renováveis. Biomassa não deixou de ser produzida por causa disso. Ela continua a ser produzida na forma de árvores e de produtos agrícolas que têm a grande virtude de serem renováveis.

Se olharmos para uma boa mina de carvão temos, no mínimo, uma espessura de cem metros de carvão. Por outro lado, a madeira das árvores, se cortada cientificamente, produz aproximadamente um metro de espessura de combustível que, em unidades físicas, é comparável ao carvão. Isso pode não parecer muito, mas ocorre anualmente, isto é, tem a grande virtude de ser renovável.

Muitas vezes pessoas interessadas perguntam a que espessura corresponde o babaçu, que é um produto importante em certos Estados do Norte. A resposta é que nele há uma reserva de alguns milímetros de espessura. Para utilizar o babaçu é preciso recolhê-lo de grandes áreas, isto é, de baixa densidade, para utilizar a madeira é necessário áreas menores e para usar o carvão é necessário áreas ainda menores. Mas o carvão está enterrado. A biomassa de madeira, então, se coloca numa situação extraordinariamente favorável, porque ela é superficial e renovável. É a forma mais prática que temos, até o presente, de utilizar energia solar.

O fato de termos uma determinada reserva de energia não significa, porém, que ela possa ser colocada a nosso serviço, sem uma tecnologia adequada. E os grandes problemas que existem, é definir como transformar madeira nas formas que desejamos e a um preço que seja competitivo, com preços que o mercado possa aceitar.

O Brasil deu um exemplo de extraordinária vitalidade e imaginação, ao implantar o Programa do Etanol, a partir da cana-de-açúcar. Esse é um programa único no mundo, ainda não é adotado nas nações industriais, porque elas não dispõem de situação geográfica favorável como a nossa; além disso, a estrutura de preços dos derivados do petróleo é tal que não permite que o álcool derivado da cana-de-açúcar entre em competição com os derivados do petróleo em muitos países. Esta fase está porém chegando rapidamente. Posso avaliar isso por minha experiência pessoal, bem como outras pessoas aqui presentes; é enorme o número de consultas que recebo todos os meses de empresas americanas e européias que desejam aprender sobre a experiência tecnológica do Brasil em utilizar o etanol como substituto da gasolina, está estabelecido no Brasil, tanto do ponto de vista tecnológico como do ponto de vista econômico. Isso não significa, entretanto, que ele seja o único nem o melhor. Há aqui, naturalmente, certos cuidados que devemos ter, na avaliação de toda a gama de possibilidades que estão ao nosso dispor.

O que ocorre com a produção de álcool etílico (etanol) a partir da cana-de-açúcar é que ela está associada na mente das pessoas a um desenvolvimento cuja concepção e tecnologia são nacionais.

O que se verificou nos últimos anos, graças a esforços de nossas universidades e de algumas organizações governamentais é a conscientização de que a cana-de-açúcar não é a única fonte atraente de biomassa.

O Doutor Galuff, que me precedeu, chamou a atenção sobre os problemas da perecibilidade que a cana-de-açúcar oferece e o fato de que sua colheita e uso exige um tipo de operação extraordinariamente bem coordenada.

A conscientização que foi se formando aos poucos e que a madeira é uma fonte importante de energia que pode ser usada

como insumo energético para complementar o álcool etílico, produzido pela fermentação do suco de cana. A CESP — Companhia Energética de São Paulo, foi a empresa estatal que dinamizou as investigações em torno desse assunto. O Doutor Luiz Marcelo Moreira Azevedo fará, logo a seguir, uma exposição sobre esse assunto.

O ponto sobre o qual gostaria de chamar a atenção, porque, se enquadrar na área mais restrita de minha competência, é o seguinte: existe uma gama de tecnologias que podem ser utilizadas para transformar a cana-de-açúcar, sorgo, a mandioca, ou madeira, em combustíveis líquidos. Essas tecnologias necessitam de uma avaliação cuidadosa por parte das autoridades responsáveis. Temos tentado contribuir nessa avaliação, e gostaria de dar duas informações que emergem desse trabalho de avaliação tecnológica. A primeira é que a utilização da madeira — qualquer que seja a madeira, o eucalipto, o pinus a biomassa cultivada, isto é, basicamente os produtos do reflorestamento — é de três a cinco vezes mais eficiente do que qualquer outra cultura agrícola considerada. Nosso estudo inclui cana-de-açúcar, sorgo e outras variedades.

A razão básica para isso é a seguinte: a floresta cultivada exige muito poucos insumos energéticos para seu cultivo, ao passo que qualquer outra cultura agrícola, como a cana-de-açúcar ou sorgo, exige um investimento apreciável de produtos que, no fundo, são derivados de petróleo, tais como fertilizantes.

Introduzimos, há cerca de dois ou três anos, na discussão que se trava, aqui, no Brasil, o conceito de balanço energético; é claro, que esse não é o único tipo de balanço que se deve fazer, porque há também o balanço econômico. Mas, acredito que foi muito salutar para os economistas verificar que o balanço econômico não é o único que deve ser levado em conta.

É claro que há certos produtos que nós queremos, pelos quais pagamos qualquer preço. Por exemplo, o tomate é um produto de custo muito alto do ponto de vista energético, mas continuamos a comprá-lo assim mesmo. O que gastamos em tomate, na nossa dieta usual, representa uma pequena fração do que gastamos em alimentação; se contudo o tomate representasse 80% da nossa alimentação, tenho certeza de que o balanço energético seria levado em consideração.

Estamos falando aqui de combustíveis que são extraordinariamente importantes para manter a nossa frota de automóveis e caminhões circulando. Por conseguinte, não teria sentido produzirmos um combustível em que se investisse mais derivados do petróleo do que se obtém dele. Isso é que tornou respeitável a idéia do balanço energético, ao lado do balanço econômico que deve ser feito em todos os casos.

O que lhes posso assegurar, do ponto de vista energético, é que a utilização da madeira é de três a cinco vezes mais eficiente do que qualquer outra cultura considerada, o que por si estabelece a madeira como um candidato muito importante para o tipo de solução que se vai adotar.

Uma vez estabelecida a importância da madeira, é preciso entrar mais em detalhes — aí, a discussão técnica começa a se complicar, porque surge, então, uma polêmica — para saber qual o melhor, combustível: o etanol ou o metanol. Essa polêmica é artificial, porque o etanol e o metanol não têm as mesmas finalidades necessariamente. Os derivados de petróleo, no Brasil, são usados basicamente em terços iguais; um terço é gasolina, um terço é óleo combustível e um terço é óleo diesel. Esses três produtos não são intercambiáveis. Isto quer dizer, que um caminhão que funciona com óleo diesel — e a nossa frota de caminhões se converteu em uma frota de óleo diesel — não pode funcionar com gasolina, nem com óleo combustível.

Atacar o problema de energia, no Brasil, significa atacar em três frentes. Não é possível simplesmente atacar apenas numa frente, sob o perigo de substituir a gasolina, e ficar com excessos de gasolina que acabam sendo exportados, porque não podem ser armazenados por períodos muito longos.

Não há uma competição entre o etanol e o metanol, porque o etanol é um substituto ideal para a gasolina, ao passo que o

metanol tem características que o tornam atraentes para substituir o óleo combustível e óleo diesel.

Classifico essa polêmica como uma pseudopolêmica. Além disso, o metanol, por razões que não chego a entender inteiramente, é associado, de modo geral, com tecnologia estrangeira. Esta é uma observação incorreta, porque, se bem que seja verdade que tenhamos mais experiências com o etanol do que com o metanol, essa experiência, acredito, pode ser conversível, porque os bens de capital envolvidos, ou seja, as fábricas, não são estruturalmente diferentes num caso e num outro, a não ser em alguns itens especiais.

A madeira pode ser processada de modo a produzir tanto etanol como metanol.

Já estão sendo feitos dois projetos de plantas-piloto para a produção de etanol a partir da madeira pelo processo hidrolítico: um, na Universidade do Ceará, onde estão sendo feitas experiências de laboratórios e já foi elaborado um projeto para implantação de uma unidade-piloto; o outro, que o Instituto Nacional de Tecnologia está instalando em Lorena. Acredito que essa é a direção correta.

Estou seguro de que o Dr. Marcelo Azevedo descreverá as experiências que a CESP fez nesse sentido, e que não invalidam esse tipo de sugestão que estou fazendo agora; há possibilidade, como ele descreverá, de queimar etapas, e essa é uma discussão que, naturalmente, surgirá no decorrer desses debates.

Antes de concluir, gostaria de elaborar um pouco sobre nossos estudos de balanço energético: do ponto de vista energético a utilização da biomassa é, no fundo, uma forma de amplificar energias — para usar uma expressão que, apela muito às pessoas com formação de engenheiros. O que realmente se faz com o uso da biomassa é amplificar energia investida na sua produção. Toda a energia que nós usamos, necessita de algum investimento, não só de dinheiro, de equipamento, como investimento em espécie, em unidades físicas, porque a biomassa não é produzida na forma que queremos utilizar em nossos equipamentos. Talvez fosse uma idéia boa mudarmos o tipo de equipamento que estamos usando. Essa idéia é citada, freqüentemente. Durante a Guerra, nós usamos gásogênio à base de madeira mas agora, naturalmente, não queremos abrir mão da gasolina, porque aprendemos a usar combustíveis líquidos que, aparentemente, são mais favoráveis. Cabe aqui, dar uma palavra de ponderação; o que achamos favorável, no fundo, é aquilo que nós podemos nos dar ao luxo de obter. Podemos perguntar, se daqui a vinte ou trinta anos, o petróleo se esgotar — e essa é uma hipótese razoável — o que acontecerá com os automóveis? Suponhamos que a humanidade evolua numa direção tal que não possa mais usar combustíveis líquidos em automóveis; por exemplo, por razões que se pode imaginar, é possível que a população sobre a Terra cresça tanto que finalmente a sociedade decida que é mais importante alimentar as pessoas que os automóveis. Nessa ocasião, então, provavelmente, serão desenvolvidos automóveis elétricos. Esses automóveis, em geral, funcionam bem, mas com velocidade máxima de 60 km e não têm arranque rápido e nem permitem manobras muito rápidas. Isso provoca, em todos nós, usuários do automóvel, uma reação imediata de desgosto. Bem. Acredito que acabaremos por nos acostumar a isso. Aliás, qualquer pessoa que vive em São Paulo simplesmente olha o velocímetro do seu automóvel, e o considera mal desenhado, porque ele pode marcar a velocidade de até 120 km, e não lembro de uma só vez na vida — nem na Avenida 13 de Maio que lembra as avenidas aqui de Brasília — ter conseguido dirigir a mais do que 40 ou 60 km na zona urbana de São Paulo.

De modo que realmente há aqui um componente que eu diria é pura e exclusivamente cultural. Quer dizer, estamos acostumados, por educação e por mimetismo cultural, a acreditar que automóveis têm que ser, no fundo, uma imitação pálida do que faz o nosso Fittipaldi, o que é absolutamente falso. É impossível usar as possibilidades todas que os atuais automóveis nos fornecem.

O caminho está aberto portanto para a mudança dos padrões de consumo e passa a utilizar a biomassa ou outras formas simples de combustíveis, como por exemplo, o gás. Esta possibilidade não deve ser desprezada porque não há absolutamente nada de atrasado

ou de subdesenvolvido na utilização de gases para a locomoção. O próprio desenvolvimento da tecnologia do hidrogênio, mencionada como uma das tecnologias do futuro, levará ao uso de turbinas funcionando a gás, o que pode parecer um progresso muito grande em relação ao gásogênio, mas realmente não é um progresso tão extraordinário assim.

Concluindo, quero aqui citar alguns números que apresentam as coisas de uma forma muito favorável à madeira. Uma das maneiras de medir a eficiência de um processo de conversão de biomassa em combustíveis líquidos (em álcoois), é dar a energia total que se obtém, dividida pela energia externa necessária para sua produção. Essa energia externa em geral é petróleo ou algum derivado do petróleo. Esses números são muito interessantes, porque dão uma figura extremamente favorável para os sistemas que utilizam madeira. Os números que tenho aqui, são os seguintes: no caso da cana, a razão da energia no álcool para a energia externa é aproximadamente 6; no caso da mandioca, ela é aproximadamente 4; no caso do sorgo — que está sendo investigado em alguns locais pela EMBRAPA — ela varia entre 4 e 5, dependendo do sistema.

No caso do eucalipto, o sistema que produz etanol de eucalipto tem um rendimento de 22 e metanol da madeira, 33. O sistema que produz etanol da madeira também produz coque metálico, e isso valoriza o processo para outros fins, caso o coque possa ser utilizado. Finalmente, o pinho é um pouco mais favorável ainda, mas os números são aproximadamente os mesmos.

Isso é o tipo de contribuição que acredito que eu possa trazer a uma mesa-redonda desse tipo aqui. Naturalmente, não queria deixar passar a oportunidade para expressar a minha satisfação em ver o IBDF e o Ministério da Agricultura engajados num programa de produção de energia, porque a impressão que se tinha no passado, é que a função do Ministério da Agricultura era a de produzir alimentos basicamente, o que é uma visão muito estreita do problema, porque energia é um ingrediente absolutamente essencial para produzir alimentos em outras comodidades que são indispensáveis para o tipo de civilização que nós desejamos manter. Muito obrigado. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — A Presidência consulta ao Dr. Goldenberg se ele dispõe de tempo, e qual esse tempo, para um debate, já que o nosso ilustre Dr. Galuff tem de se retirar, não podendo, infelizmente, permanecer mais tempo conosco, a fim de que possamos reabrir os debates primeiro com o nosso Presidente do IBDF. Como ele não dispõe de maior tempo para permanecer conosco, eu consulto, novamente, ao Dr. Goldenberg, qual o tempo que ele dispõe, para debater a matéria exposta. (*Pausa.*)

O nosso orador dispõe de 20 minutos para os debates. Mas, antes, o Dr. Galuff gostaria de dirigir umas palavras aos presentes, porque ele vai ter que se retirar.

Com a palavra o Dr. Galuff.

O SR. GALUFF — Inicialmente, tenho um agradecimento muito grande a fazer ao Senador Mendes Canale que nos proporcionou esta oportunidade de vir a esta Casa, para trazer a nossa posição, a posição do setor florestal diante do problema energético.

Gostaria de lembrar aos empresários florestais, repetir aqui as palavras que dissemos no Congresso Florestal lá no Sul, de que nós somos um grupo em torno de 900 empresas trabalhando nesse setor. Somos, conseqüentemente, mais de 2.000 empresários e temos a obrigação de conhecer todos os Senadores, todos os Deputados federais, todos os Deputados estaduais, todos os Vereadores, todos os Governadores.

Temos, portanto, obrigação de ter um contato muito vivo e estreito com as forças vivas desta Nação, que deverão formar essa grande conscientização de que nós temos uma solução brasileira para um problema brasileiro. Acreditamos que se fizermos esse trabalho bem feito, nascerá, desta Casa — a Casa do povo — a grande bandeira que poderá levar o Brasil à independência econômica desse petróleo cada dia mais caro e mais raro. Muito obrigado, meus senhores, pela paciência que tiveram em nos ouvir.

O IBDF está às ordens, e estaremos sempre dispostos a qualquer esclarecimento, qualquer orientação, qualquer colaboração. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — A Presidência deseja dizer ao Dr. Carlos Neves Galuff que os agradecimentos são nossos, pela sua aquiescência ao convite que lhe fizemos para estar aqui conosco, nesta primeira reunião, neste primeiro contato — como com muita propriedade ele se referiu na Casa do povo. É um entrosamento que nós sentimos necessário e que será prosseguido, porque outras reuniões nós haveremos de proporcionar, a fim de que possamos ouvir, com maior largueza de tempo, exposições brilhantes como a que acaba S. S<sup>a</sup> de fazer, por certo, ainda teremos o prazer de ouvir V. S<sup>a</sup> por outras vezes.

Da mesma forma, quero agradecer ao nosso Vice-Presidente do Senado, Senador Nilo Coelho, pela honra que nos conferiu em estando conosco, nesta reunião, e que também, por motivos imperiosos terá que deixar, neste momento, este recinto. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Estão reabertos os debates; nosso orador conferencista, Professor José Goldenberg, está à disposição dos Srs. para responder às perguntas que lhe foram feitas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer ao Dr. Goldenberg que serei rápido porque sei que há premência de tempo. Mas, só tenho duas perguntas porque houve como que entre nós dois, um processo de — digamos assim — metapsicose, porque quando V. S<sup>a</sup> falava em gasogênio eu mostrava aqui que durante a grande guerra os carros foram na sua grande maioria movidos a gasogênio. Então, a minha primeira pergunta é a seguinte: como o carvão é um combustível sólido eu pergunto se não poderia haver um processo de aperfeiçoamento naquela maquinaria para uma adaptação? Porque estamos quase que numa terceira grande guerra, porque a luta é econômica, muito forte. Essa a minha primeira pergunta. O senhor passou também de raspão na questão do babaçu. Sabemos que além do óleo do babaçu nós temos o carvão do babaçu. Qual a potencialidade mais ou menos, a contribuição que o babaçu através do carvão que viesse a produzir poderia dar ao problema — digamos — de combustível para o País?

O SR. JOSÉ GOLDENBERG — A questão do gasogênio — como eu disse — a versão moderna do gasogênio é o uso das turbinas movimentadas a hidrogênio. Há também uma questão de modismo. O gasogênio era sujo, um pouco complicado, um pouco volumoso e, naturalmente, esses 25 anos de petróleo barato e abundante que nós tivemos, acabaram por deslocar essas outras tecnologias. Devido à natureza física do processo do gasogênio, o uso de um combustível sólido que é um pouco complicado de transportar eu acredito que não se possa miniaturizar o gasogênio, porque seria atraente fazê-lo menor, quer dizer, é um problema de tamanho. Onde podemos ganhar é nas turbinas. É por isso que uma das tecnologias do futuro é o uso de hidrogênio que virá comprimido em tambores e que fará girar, então, turbinas modernas do tipo de avião, e que poderia ser usado na locomoção. Acredito que o gasogênio como tal ele acaba não voltando a menos que nós estejamos muito mal mesmo e, se voltar, naturalmente serão versões mais modernas.

Quanto ao babaçu, nunca vi um balanço econômico. Sabemos que ele é um material excelente. Isso é a visão do técnico que processa o babaçu. O grande problema é coletar esse babaçu. É sempre dito que a área do Maranhão que é muito grande, e, bastaria para abastecer um terço das necessidades energéticas do Brasil. Acontece que o Maranhão é provavelmente maior que a França, e os problemas econômicos de coletar esse babaçu não podem ser ignorados. A minha impressão é a de que, apesar de todas as qualidades positivas do babaçu, ele não é economicamente viável, devido à baixíssima densidade com que ele ocorre. E, aí, seria preciso, então, pesquisa do tipo agrícola, que tentasse criar babaçu de uma maneira não nativa, isto é, concentrando-o, como fazem os reflorestadores, no fundo. Eles plantam as árvores de uma maneira mais regular e

mais perto umas das outras do que as que se encontram na floresta. Acho que os problemas a serem investigados não são essencialmente técnicos mas são de outro tipo. Acredito que alguns dos organismos governamentais existentes deveria fazer esse tipo de investigação.

O SR. ALMIR PINTO — Muito obrigado a V. S<sup>a</sup>

O SR. DR. LEO CHUGRI — Professor, o Senhor mencionou o balanço energético e que foram os técnicos que introduziram no debate a questão do balanço energético. Parece-me que nas suas menções o balanço energético só leva a débito à energia procedente de petróleo, e existe, paralelamente a este, um balanço energético global. A mim me parece às vezes irrelevante o balanço energético global, considerando que temos calorías de baixo custo e até de custo zero. Então, perguntaria ao Senhor da relevância do balanço energético global, ou se deveríamos nos conter no balanço energético em que o débito fosse de calorías nobres. Ainda sobre o balanço, eu perguntaria mais o seguinte: ao mencionar o rendimento das diversas alternativas de biomassa para a produção de carburantes, surgiu o cotejo da moda do etanol e metanol. Pergunto se foi debitado no cotejo do etanol o potencial energético necessário, no caso, imprescindível, para desidratar o restilo para que se minimizassem os problemas ambientais que uma grande atividade produtora de carburantes iria gerar.

O DR. JOSÉ GOLDENBERG — Quanto à primeira pergunta, acho que fiz uma afirmação que não foi bem entendida. Levamos em conta, e as outras pessoas que fazem balanço energético levam em conta também, todas as energias que entram, não só a dos derivados do petróleo. A única energia que não é levada em conta é uma componente considerada filosófica e não física: é o trabalho do homem. Esse trabalho do homem é muito pequeno em termos de energia porque o homem é uma máquina espantosamente eficiente, e como os Senhores sabem, a máquina humana consome, em termos de energia, dois décimos de litro de petróleo por dia. Tudo que nós produzimos e consumimos, num dia desde uma sinfonia até um programa de computação, em termos de energia, corresponde à duzentos centímetros cúbicos de petróleo. De modo que o problema de considerar o trabalho do homem ou não, é mais uma questão filosófica do que técnica. A razão pela qual ela não é considerada é que se o homem não estiver trabalhando, cortando cana, ele de qualquer forma vai dispendir energia em outras atividades. Todas as outras foram levadas em conta não só as de petróleo. Quando o Senhor olha a discriminação, completa, é evidente, porém, que as contribuições importantes são energias provindas do petróleo.

O SR. DR. LEO CHUGRI — Mas nos casos de destilação poderíamos ter energia de baixo custo, de lenha, de mato natural, etc. Pergunto se devemos considerar essa energia, se devemos valorizá-la no processo?

O SR. JOSÉ GOLDENBERG — Devemos e consideramos. Elas foram consideradas, isto é, uma parte da plantação de madeira, como uma parte do bagaço, no caso do etanol, é usada na própria refinaria. Isso é considerado, e o balanço energético total final que vemos inclui esses créditos, porque são, no fundo, créditos, porque o Senhor está colhendo aquilo não de graça mas está ali mesmo. De modo que isso foi incluído.

Agora a observação que eu queria fazer, quanto à segunda pergunta, é uma questão mais séria: se é considerado, no caso do vinhoto, a energia necessária para evaporar o resíduo? A resposta é não.

O SR. DR. LEO CHUGRI — Quer dizer, o Senhor não considerou esta energia?

O SR. JOSÉ GOLDENBERG — Não.

O SR. DR. LEO CHUGRI — E haveria possibilidade, rapidamente, de se poder avaliar essa necessidade energética?

O SR. JOSÉ GOLDENBERG — Sim, é possível. Ela vai tornar menos favorável a produção de etanol a partir do bagaço de cana, porque a quantidade de energia necessária para evaporar a água é muito grande. Gostaria que o Dr. Boddo desse um esclarecimento porque uma das nossas preocupações aliás, é uma preocupação an-

tiga, é a de como aproveitar o vinhoto (que, realmente, representa um consumo muito grande de energia. Apreciaria que o Dr. Boddo desse uma palavra sobre esse assunto, se permitir o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Pois não. Com a palavra o Dr. Boddo.

O SR. BODDO RAUCHENBERG — ... (inaudível)...

Vou responder um pouco a todos esses dados. A concentração de vinhoto, no Brasil, pouca gente conhece, pouca gente fez. Agora existe, por exemplo, na Tailândia, uma empresa que produz dez mil litros por dia, mas não podendo dar exatamente quanto custa de vapor, por exemplo, para concentrar vinhoto. Por exemplo, para 100 litros de álcool precisamos de 150 a 160 quilos de vapor. Representa mais ou menos 46% do vapor que é consumido normalmente para a produção de energia. Isso para a produção normal do álcool sem concentração de vinhoto. De fato, é uma boa solução concentrar o vinhoto para a produção de energia, porque nós podemos utilizá-lo para a produção de energia. Isto se faz normalmente, em umas quinze ou vinte instalações existentes no mundo; o vinhoto transforma-se em metano, este é queimado e representa 40% da energia necessária para produção de álcool. O resultado final do balanço energético, foi aprovado inclusive nos Estados Unidos, onde conseguimos vender a nossa tecnologia — é também uma tecnologia européia com muita pesquisa na França — com produto brasileiro, que nós aperfeiçoamos, e vendemos esta tecnologia à Argentina, aos Estados Unidos, mas não conseguimos vender ao Brasil. Mas este é outro problema, porque estamos sendo pressionados pelas principais empresas que fornecem equipamentos brasileiros e cada vez que entramos, somos liquidados. Nos Estados Unidos o nosso processo é perfeitamente aprovado e conseguimos o rendimento energético seguinte: no Brasil, para produzir um galão de álcool desidratado gasta-se, concentrando o vinhoto para poder se utilizar como alimento e adubo, 80 mil BTUs; dentro do nosso processo, recuperando a energia do vinhoto gasta-se 20 mil BTUs. Podemos provar, estou às ordens em São Paulo, onde estou como professor e temos americanos no Brasil que podem estudar isso. Há uma vantagem muito grande também, com relação ao problema de poluição. Mesmo concentrando o vinhoto para fazer adubo ou alimento animal, o líquido que sai da concentração ainda é poluente: o DBO é da ordem de 10 a 12 mil. Isso está comprovado, isso não é teoria. Dentro da transformação em metano, o DBO cai para 4 mil, quer dizer é quase água potável. São estes os esclarecimentos que queria dar. Há umas 10 ou 15 fábricas na Colômbia, há também nos países do México, da República Dominicana, da Itália, na Tailândia e em outros países da África do Sul.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Concedo a palavra ao nobre engenheiro Raymundo Faure da Indústria e Representação de Diadema.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Gostaria de dar uma resposta àquela pergunta sobre a inclusão da concentração da vinhaça do álcool no balanço energético, no caso da fabricação do etanol. Para isso tenho uma informação: a nossa empresa está instalando vários evaporadores para vinhaça, que usa a própria energia de condensação dos vapores alcoólicos das colunas de destilação como fonte de energia para chegar a concentrar até 70% da matéria seca, a vinhaça. Isso significa que a vinhaça se concentra hoje sem gasto de energia. Ao contrário, essa vinhaça concentrada tem por quilograma um valor energético em torno de 2 mil a 2.200 quilos de calorías. Pode ser usado também sem problema com queimadores especiais como fonte de energia. Hoje, na indústria de papel e celulose, é um exemplo a aplicação do líquido preto concentrado também para produção de energia. No Brasil há várias fábricas grandes, isso não é novidade e a aplicação no setor alcoólico desse processo é nova não só no Brasil mas no mundo. Esse é um processo com tecnologia brasileira, como tem que ser, pois o Brasil é o país que mais produz, álcool no mundo. É natural que o processo fosse criado no Brasil. Esses evaporadores podem ser agregados a qualquer destilaria existente ou planejada no futuro. Dentre em pouco tempo, será usado este processo na destilaria em Cocáia, da ELETROBRAS, também em setembro deverá funcionar um equipamento no Grupo Voto-

rantim, em Pernambuco. Esse equipamento de Pernambuco terá uma produção de água em torno de 70 a 80 mil quilos por hora. Outros equipamentos estão em fabricação. Esses equipamentos têm a chance de solucionar completamente o problema da vinhaça, no programa do PROÁLCOOL, que é um fator ameaçador para o Brasil, conhecido que a vinhaça é um problema tão grave, que pode até desvalorizar todo o PROÁLCOOL. Esse processo da concentração da vinhaça, sem gastar energia, dá uma outra conotação ao programa. Inclusive por ser feita uma secagem, tirando os últimos 4% de água em comparação à vinhaça original, e usar como adubo ou como ração. Toda a questão energética ainda não ilumina totalmente a parte comercial. Se pensarmos em ração, por exemplo, partindo da vinhaça, economizamos mais dólares ou mais divisas para o País, do que todo o PROÁLCOOL até hoje pôde lucrar com o álcool. Lamentavelmente, o Brasil hoje está importando, para fazer rações balanceadas, milho de baixa qualidade e outros componentes. Gastou, por exemplo, no ano passado, 300 milhões de dólares com milho de baixa qualidade que tem menos de 6% de proteínas, ao mesmo tempo jogou fora 600 milhões de dólares de vinhaça sem ser aproveitada. Com esse processo, melhorando um subproduto que se obtém podemos valorizar todo o PROÁLCOOL com respeito à parte comercial, a real economia de divisas.

Também na concentração do álcool obtido pela fermentação se esquecem — lembrei-me pela palestra do Prof. Goldenberg — da questão da disponibilidade de energia, de certos componentes ou de matéria-prima que podem decidir sobre a viabilidade de um processo mais do que o cálculo econômico isoladamente feito. Fazendo-se a fermentação, cada litro de álcool etanol dá ao mesmo tempo 0,7 quilogramas de CO<sub>2</sub>, gás carbônico. Isso no Brasil tem-se jogado fora. Significa que, considerando os primeiros 5 bilhões de litros de etanol, planejado para se obter através do PROÁLCOOL, joga-se fora acima de 3,5 bilhões de quilos de CO<sub>2</sub>, quando, mediante um processo barato e simples poderia ser transformado em combustível líquido. Mediante energia elétrica que pode ser obtida de forma barata, fazendo-se eletrólise da água com CO<sub>2</sub>, pode-se, de forma confortável, obter o metanol, partindo de CO<sub>2</sub>, que se obtém através da fermentação, em forma perfeitamente purificada. Pode-se fazer também reatores e os catalisadores completamente nacionais no Brasil, e, em lugar de só se obter 5 bilhões de litros de etanol, obtém-se aproximadamente também 3 bilhões de litros de metanol.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ítalo Conti.

O SR. DEPUTADO ÍTALO CONTI — Professor, apesar do assunto ser combustível de floresta, V. Ex<sup>a</sup> abriu precedente falando em cana-de-açúcar e no sorgo. Considerando que a própria PETROBRAS já tem uma usina de álcool de mandioca, e temos conhecimento de um grande empreendimento em Mato Grosso, a SINOPA Agroquímica, que pretende produzir 100 mil litros de álcool de mandioca, eu gostaria que V. S<sup>a</sup> nos desse a sua opinião a respeito do álcool de mandioca.

O SR. JOSÉ GOLDENBERG — A avaliação do programa do álcool da mandioca ainda é um pouco prematura para poder ser feita, porque ele partiu do zero, ao passo que o programa da fabricação do álcool de cana-de-açúcar partiu de uma longa experiência acumulada. O que ocorreu é que a destilaria de Curvelo, Minas Gerais, da PETROBRAS, foi projetada aqui no Brasil por um grupo que há alguns anos atrás, tinha intenções de planejar um reator nuclear. A destilaria foi desenhada e apresentou, naturalmente, as dificuldades usuais de qualquer equipamento novo que entra em funcionamento.

Mas a dificuldade principal, segundo informação que obtive, foi na fase agrícola, porque apesar do Brasil ser o maior produtor do mundo de mandioca, ela é produzida nos quintais das pequenas propriedades; e não havia experiência na produção de mandioca em grandes quantidades. A EMBRAPA começou a fazer isso, mas houve sérias dificuldades, porque produzir mandioca em grandes quantidades de maneira centralizada não é a mesma coisa do que produzir grandes quantidades de mandioca de uma maneira descentralizada.

As informações de pessoas que estão envolvidas no projeto dão conta de que a fase industrial deu os problemas normais de uma destilaria que entra em operação, sem serem particularmente graves, mas a fase agrícola é que foi mais grave.

A mandioca, pelos números que eu mencionei antes, é o mais desfavorável do ponto de vista energético. Isto é justificado em termos sociais; o uso da mandioca criaria mais emprego que o uso da cana, mas trata-se de uma justificativa de caráter social que vale também para a madeira.

Esse é um tipo de avaliação que tem que ser feito em parâmetros diferentes, dos que fiz aqui. Ele envolve uma decisão basicamente política.

Do ponto de vista técnico, as coisas não foram bem como se esperava, mas também não foram tão mal a ponto de invalidar a experiência.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Queremos agradecer ao Dr. José Goldenberg pela sua aquiescência ao convite que lhe fizemos. Lamentamos, profundamente, o curto espaço de tempo do nosso conferencista, porque a palestra do ilustre Professor encantou a todos nós, pela sua importância, pelo que representa no presente e para o futuro do País. Infelizmente, sei que para ele, como para nós, o tempo e compromissos outros a cumprir impedem S. S<sup>as</sup> de continuar aqui conosco.

Os nossos trabalhos terão prosseguimento às 14 horas e 30 minutos, ao invés de 15 horas, como marcamos anteriormente para que possamos assim ampliar os nossos debates.

Queremos também agradecer, já que no início não nos foi dado fazê-lo, a presença do Dr. Geraldo Alencar, Coordenador do POLOCENTRO, que entregou à nossa Comissão, um importante trabalho que nós já conhecíamos, "O POLOCENTRO e o Desenvolvimento do Centro Oeste", a presença do Dr. Lourival Martins Fagundes, que representa o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Secretário-adjunto que é da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado; o Dr. Nelson Luiz Ferreira Levi, Presidente da Associação Brasileira de Reflorestamento e o nosso Deputado Osmar Dutra, que representa a Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso.

Está suspensa a reunião e terá prosseguimento às 14 horas e 30 minutos.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

### Debates sobre reflorestamento realizados dia

10 de maio de 1979, às 14 horas e 50 minutos.

O SR. MENDES CANALE (*Presidente*) — Declarando reabertos os nossos trabalhos, queremos dar conhecimento do telegrama recebido do Ministro Delfim Netto:

"Na impossibilidade de estar presente mesa-redonda sobre tema Política Florestal como Fator para Ocupação dos Cerrados dentro do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, agradeço fineza convite enviado desejando expressar Vossência e demais participantes que esse debate alcance pleno êxito. Saudações. Ministro Antônio Delfim Netto."

Do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul:

"Muito agradeço convite do Senador e prezado amigo participar mesa-redonda sobre Política Florestal como Fator para Ocupação dos Cerrados dentro do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, a ser realizado nesta Capital em virtude de compromisso impede ausentar-me comunico Vossências estarão presentes Srs. Lourival Martins Fagundes, Secretário-Adjunto do Desenvolvimento Econômico e Natanael Miranda, Coordenador Setorial do Planejamento da mesma Secretaria do Estado. Ao mesmo tempo expreso votos profícuos resultados encontro de grande significação em interesse do desenvolvimento do nosso Estado. Atenciosas saudações. Harry

Amorim Costa, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul."

Pedindo excusas aos ilustres participantes pelo atraso na abertura dos trabalhos, quero justificar: o almoço no Itamarati foi além do previsto.

Vamos assistir agora à projeção de slides — "O Desafio" elaborado pela Associação Mato-grossense de Reflorestadores.

(*Passa-se o slide.*)

Podemos dizer que o que assistimos é um grande desafio, que poderíamos designar melhor de: os primeiros resultados de um desafio. Quando lançado o programa POLOCENTRO, que era de fato um desafio, ele encontrou, do outro lado, os batalhadores. O Governo demarcou a área e não faltou quem viesse para campo de luta. Lutaram, mas ninguém caiu. Pelo contrário, o que estamos assistindo é o surgimento de uma nova era para uma grande área mato-grossense, porque não dizer, para outras áreas e também para o Brasil.

Assim, cumprimento a Associação Mato-grossense de Reflorestadores pelo que acabamos de assistir.

É com satisfação que pedimos a presença aqui do nosso ilustre Dr. Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, ex-Presidente da CESP, que vai nos falar sobre o Projeto 2000 — METANOL.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente Senador Mendes Canale, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Associação Mato-grossense de Reflorestadores, Srs. Parlamentares, Srs. Empresários:

Ainda há pouco dizia V. Ex<sup>ã</sup>, depois da exibição deste audiovisual, que não estamos apenas diante do grande desafio, mas já, diante dos resultados deste desafio. Eu me permitiria completar o pensamento de V. Ex<sup>ã</sup>, Sr. Presidente, acrescentando que estamos diante de grandes resultados deste desafio, porque acredito eu, estou plenamente convencido de que esse esforço, esse reflorestamento realizado em Mato Grosso do Sul supera completamente a expectativa dos Senhores que foram os seus iniciadores; vai mesmo além daquilo que os Senhores talvez pretendessem quando iniciaram esse trabalho.

Tive a oportunidade de projetar alguns desses slides em alguns países como nos Estados Unidos da América do Norte, numa das mais importantes instituições que lá existe e que é o Instituto de Análises de Energia, na célebre Universidade de Oack Ridge e também no Palácio das Convenções de Paris, quando, por duas vezes, tive oportunidade, no estrangeiro, abordei o problema, e falei da solução brasileira para a crise energética através da biomassa.

Quando projetei essas fotografias, esses oceanos imensos de árvores que se confundem com o horizonte, tanto num país como no outro, ficaram todos embasbacados, porque não faziam idéia do que se realizava neste Brasil, no campo da biomassa. Vi e ouvi de eminentes empresários e técnicos franceses palavras de inveja, porque não tinham a mesma possibilidade de, em suas terras, plantar florestas energéticas, como essas que aí estão.

Creio que para deixar o assunto bem claro, seria conveniente assentar aqui algumas considerações preliminares à guisa de premissa, que já são de pleno conhecimento dos Senhores, mas que, infelizmente, o grande público brasileiro — e até me atrevo a dizer não apenas o grande público brasileiro mas também de outros lugares — não tem consciência ainda de toda a gravidade do problema que a crise provocada pela OPEP, em 1973, desencadeou no mundo.

Ainda há pouco vimos essas belas fotografias, num empreendimento dos senhores do Mato Grosso do Sul. Não sei se notaram que os senhores também são dependentes do petróleo. Não sei se notaram a quantidade de tratores, de caminhões, de motobombas, de grupos geradores que os senhores possuem e que pagam um pesado tributo aos árabes, porque têm de importar energia para pôr em funcionamento todas essas máquinas, dentro de um verdadeiro paradoxo: essa energia que os senhores importam e da qual dependem, é utilizada num centro energético por excelência,

é utilizada num fabuloso armazém de energia solar. E embora tendo ao seu lado desse armazém de energia, vão buscar lá, no longínquo Oriente, a mesma energia solar que a natureza, durante centenas de milhares de anos, acumulou debaixo da terra para poder mover aquelas nossas máquinas. Talvez isso nos leve à consideração da necessidade da revisão de todo o perfil energético da nossa terra, como lembrava muito bem hoje de manhã cedo o Prof. José Goldenberg. Ele falava no problema que nós, um pouco menos jovens do que a maioria que está aqui, ainda assistimos a cena dos gasogênios no tempo da guerra, o que nada mais são do que fruto de uma tecnologia para o aproveitamento do gás como combustível em motores.

Evidentemente, com petróleo, abundante e barato, essa tecnologia ficou de lado. Eu pergunto, então, se não é o caso de voltarmos novamente a empregar essa tecnologia, que talvez não seja tão longínqua como pode à primeira vista parecer.

Infelizmente, o nosso programa não me permitiu intervir no debate, porque eu queria dizer ao Prof. Goldenberg que já existem meios tecnológicos avançados à nossa disposição, nos dias de hoje, e que não dependem, portanto, de desenvolvimento tecnológico para utilizar a energia do gás da madeira em diferentes tipos de motores. É algo que está à nossa disposição e acho que é algo que o Brasil não pode deixar de lado, deixar de utilizar.

Gostariamos de, em rápidas pinceladas, pintar esta crise provocada pelo petróleo abundante e barato, com que nos acostumamos. A crise provocada, depois de 1973, fez com que nos capacitássemos de que o petróleo não era aquela fonte maravilhosa que estava à nossa disposição, fornecendo energia abundante e barata. A elevação dos preços levou os homens das diferentes Universidades e instituições, dos meios políticos também, a repensarem o petróleo, e se chegou a esta terrível constatação de que ele é uma fonte exaurível de energia — uma fonte exaurível que tende a se tornar, portanto, a cada dia, mais escassa, e, à medida que a escassez se faz presente, os preços também, inexoravelmente, se levantam, crescem, tornam-se maiores.

Isto é de uma seriedade muito grande, porque um pouco mais de 50% de toda a energia consumida no mundo — mais da metade da energia consumida no mundo — provém do petróleo, provém de uma fonte exaurível. Um estudo conceituado, como o que foi realizado pelo MIT — Massachusetts Institute of Technology, nos Estados Unidos, reuniu 36 pesquisadores, cientistas, técnicos de diferentes países para, durante dois anos, fazerem uma grande mesa-redonda e chegarem a uma visão prospectiva do problema energético no mundo, entre 1985 e o ano 2000. Deste estudo, aqui, se extraiu este gráfico em que nos mostra, de um lado, a curva escura, a curva do consumo de petróleo no mundo, mantidos os níveis atuais. Como se vê, ela está sempre crescendo. Do outro lado, a curva em vermelho é a produção possível do petróleo no mundo. E, o MIT, ou WAES — como ficou mais conhecido esse estudo — leva em consideração, como produção possível do petróleo, todo o petróleo de todos os poços do mundo, conhecidos, mais todas as jazidas inferidas do mundo que sejam capazes de produzir. Inclui-se, para acerto mais prático, por exemplo, todas as reservas de Garoupa, Anchova e os diferentes campos da plataforma continental brasileira. Então, o MIT considerou tudo isto produzindo petróleo, e chegou a esta estarrecedora conclusão de que já, em torno de 1987, o petróleo será insuficiente para atender à demanda mundial, provocando esse *deficit* que aqui está, e que se torna cada vez maior.

É evidente que tal constatação constitui um grande abalo, um trauma profundo para o mundo. Examinando este mesmo problema sob um outro ângulo, seria interessante olharmos para este dado que o eminente professor espanhol, o Sr. Juan Temboury nos fornece. Ele mostra que, em janeiro de 1977, as reservas mundiais de petróleo se situavam em torno de 82 mil-milhões de toneladas. Mantidos os níveis de consumo atuais no mundo, chegaríamos ao ano 2000 com a necessidade de 210 mil-milhões ou bilhões de toneladas de petróleo, o que nos mostra a necessidade de se encontrar, até o ano 2000, jazidas que nos forneçam 128 bilhões de toneladas de petróleo — 128 bilhões! Isto, traduzido em miúdos, cor-

responde a descobrir de 7 a 9 “Arábias Sauditas”, isto é, descobrir uma nova “Arábia Saudita” a cada 3 ou 4 anos, ou descobrir, anualmente, uma jazida do porte daquela do Mar do Norte. Este milagre de 7 “Arábias Sauditas” dificilmente vai ocorrer, por maior otimismo que se queira imprimir às nossas esperanças.

Tais dados tornam evidente a necessidade de se realizar ou de se buscar, o mais rapidamente possível, fontes alternativas de energia. Mas, como colocar em prática essas fontes alternativas? Não é um problema acadêmico, não é um problema que deve ser levado à base das discussões teóricas e infundáveis. Lá em Oak Ridge, nos Estados Unidos, nos disseram que, somente depois de 1973, naquela Nação, se gastou, se não me falha a memória, acima de 15 bilhões de dólares em estudos de fontes alternativas. Vi que chegou o momento em que não há mais o que se estudar: é preciso partir para a prática. Diante do problema colocado no mundo, parece-me importante a frase do Professor Karl Wilson, do MIT, que coordenou o Relatório WAES quando diz: “O mundo livre deve minorar, drasticamente, o aumento de consumo de energia, e passar do petróleo para outros combustíveis, com a urgência de tempos de guerra” — e aqui vou insistir: com a urgência dos tempos de guerra e não com a lentidão das discussões acadêmicas. Porque, em tempos de guerra, não se pode perder tempo com infundáveis discussões, é preciso fazer as coisas, praticamente. E neste caso, se não enfrentarmos o problema com a urgência dos tempos de guerra, caminharemos para uma possível catástrofe.

Se deixássemos ou quiséssemos ver a extensão deste problema, poderíamos olhar para este gráfico, que é a participação do petróleo, no consumo de energia, em alguns países do mundo. Eu convidaria V. Ex.<sup>as</sup> a somente se fixarem na coluna do meio. Não é preciso nem olhar para o nome desses países: Estados Unidos, Canadá, Japão, Inglaterra. Não existe nenhum desses países em que o consumo de petróleo, no setor de transportes, seja inferior a 90%. Vejam aqui: 94, 99 e 97%, e, no caso brasileiro, nos transportes, dependemos desta fonte exaurível chamada petróleo em 95%. Parece-me que este quadro de fundo, que eu quis aqui pintar, a título de premissa para o nosso problema, é suficientemente esclarecedor. Passemos, então, para o caso brasileiro, também sobejamente conhecido pelos Srs. parlamentares. Nesta tabela, tirada do balanço energético do Ministério das Minas e Energia, na sua última edição, vemos que, em 1977, o Brasil importava 84% do petróleo que consumia. E, pelas projeções conservadoras do Ministério, vamos chegar em 1987 importando 88% do nosso petróleo.

Se olharmos esse quadro sob o enfoque da urgência de tempos de guerra, estes dados são de tirar o sono dos brasileiros responsáveis. É um assunto de uma gravidade tremenda. E eu me permito, Sr. Presidente, nesta Casa do povo, onde as mais altas decisões são tomadas, neste Senado Federal, onde se discutem as teses mais relevantes para o nosso povo, eu me permito levantar aqui um aspecto, sem dúvida político, mas que não pode, de forma alguma, passar despercebido: um país que depende em sua energia, e que é obrigado a importar 88% do sangue que corre nas veias da economia nacional, esse país está com a sua soberania colocada em jogo, porque ele não é livre de tomar decisões. E nós assistimos, ainda há bem pouco tempo, a um exemplo frisante, quando se previa uma determinada velocidade para o crescimento dos preços do petróleo. Organizou-se o nosso País com base nas previsões dessa velocidade. De repente, surge uma revolução no Irã, aparece a grotesca figura de um Ayatollah Khomeini, que faz uma revolução na terra dele e provoca reações importantíssimas com repercussões que nos custaram uma elevação não prevista e bastante grande na nossa balança de pagamento. Isso mostra o aspecto político do problema e que afeta a soberania nacional. Porque, no momento em que a nossa segurança depende das atitudes de um Aytollah Khomeini, é claro que nós não estamos sendo livres pois, digamos assim, temos uma corda colocada em nosso pescoço.

Fizemos aqui um desenvolvimento extraordinário. Ainda agora se ouvia no audiovisual, e logo no começo se fala, que estava se realizando um irreversível desenvolvimento — guardei a expressão — irreversível desenvolvimento. Eu me perguntei se esse desenvol-

vimento seria tão irreversível assim, quando depende de 88% da importação do petróleo e de fatores que se passam em outros países e que podem abalar a nossa situação. Será que o nosso desenvolvimento vai ser irreversível, tendo-se em vista tudo isso? Eu acredito que o problema é sério, é grave, e exige, por isso mesmo, atitudes muito mais consentâneas com um esforço de guerra do que intermináveis discussões, como as que assistimos presentemente — desculpem a minha franqueza — aqui em nossa terra. Vejam a estimativa do custo da dependência externa do Brasil: números já superados. Devo dizer que a primeira vez que me utilizei desse quadro, os números eram diferentes e, passados poucos meses, tive de mandar fazer um novo quadro porque o preço do petróleo já havia mudado. E devo confessar hoje que mesmo este quadro já está desatualizado. Vejam aí os Srs. que, daqui a sete anos, de 1979 a 1986, baseado nesses preços de petróleo, já superados, vamos despendar sessenta e oito bilhões de dólares com a sua importação. Na verdade, mais do que isto. E se levarmos em consideração que a nossa dívida externa hoje é de quarenta e três bilhões de dólares, é fácil perceber qual o impacto dessa importação de petróleo em sete anos apenas. Não estamos falando aqui em século: isto é para o amanhã. Sete anos, em termos de uma nação, é o amanhã.

Vamos despendar sessenta e oito bilhões, ou mais, na importação de petróleo. Isso exige que se procure, com urgência, uma energia capaz de substituir o petróleo, e essa energia deve conter determinadas características: o produto deve ser semelhante ao petróleo e deve ser líquido. Porque se passarmos — o Professor Goldenberg hoje lembrava isto — para um tipo de combustível sólido, por exemplo, o que vai ser feito da indústria automobilística no mundo? O que vai ser feito de todos os nossos carros, equipamentos, motores, assim por diante? Será um trauma de uma violência terrível em nossa civilização. É preciso um preço competitivo, um preço, como dizia o Professor Goldenberg, hoje, compatível com as nossas possibilidades econômicas, compatível com a nossa economia. Depois, é preciso, no caso brasileiro, a *fortiori*, mais do que nunca, encontrar um tipo de energia com tecnologia disponível. Quem está fazendo esforço de guerra não pode se dar ao luxo de ficar procurando novas tecnologias, é preciso lançar mão das tecnologias disponíveis, aquelas que aí estão, e que nos vão permitir encontrar uma solução para um problema que abala a Nação, e não cair nas altas especulações e pesquisas de novas tecnologias, por mais mirabolantes que elas se apresentem e fadadas ao sucesso mais estrondoso possível. É preciso ter um mínimo de bom senso para verificar que desenvolvimento de tecnologia supõe alguns anos e que não é possível prever quanto tempo levaremos para termos essa tecnologia ao nosso alcance. Portanto, é preciso criarmos uma energia baseada em tecnologia disponível, que vá aproveitar o mesmo sistema de distribuição, com custo reduzido de adaptação às condições atuais, que não provoque, portanto, um trauma na economia, ou que exija modificação de tal ordem, que torne necessário investimentos brutais na adaptação e, por último, a que apresente um baixo índice de poluição, que é um outro problema sério que temos. É evidente que esse produto tem de provir de uma fonte nacional, de fontes que estejam sob o nosso controle, de fontes sob a nossa responsabilidade, sob o nosso comando. E, é claro que têm de ser fontes renováveis, para que não se caia na mesma armadilha que o petróleo nos armou.

O mundo, da Revolução Industrial até a década de 20, teve a sua economia baseada no carvão mineral. Depois da descoberta do Coronel Drake na Califórnia, o petróleo foi oferecido a baixos preços, subvertendo toda a ordem, fazendo com que toda a economia, toda a nossa civilização, basicamente estribada no carvão, substituisse esse combustível pelo petróleo. E isto hoje estamos vendo que é uma verdadeira armadilha em que metemos o pé, porque hoje padecemos do problema da escassez do petróleo.

A fonte, evidentemente, tem de ser de baixo custo, e exige a produção em massa, para poder atender às nossas necessidades, e essas fontes devem estar baseadas numa tecnologia disponível, porque se for também necessário desenvolver toda uma tecnologia para saber como se vai encontrar a fonte, evidentemente o problema não pode ser resolvido no dia de amanhã. E os mais conceituados estu-

dos feitos hoje demonstram que a energia de transição deverá provir da biomassa. Na CESP, nós tivemos a oportunidade de montar todo um sistema de leitura dos livros e revistas que se publicam no mundo a propósito do problema energético. Essas revistas todas eram fichadas, resumidas e circulavam entre o pessoal da empresa, para que cada um pudesse, de alguma maneira, acompanhar o que se passa no mundo e se interessar, de modo especial, pelo problema, com a possibilidade de pedir uma cópia, uma xerox do artigo ou pedir o livro. Com efeito, acompanhando essa literatura, vê-se que a solução da energia de transição provém da biomassa.

Em matéria de biomassa, é evidente que o Brasil ocupa uma posição especialíssima, porque possui uma possibilidade fantástica na produção de biomassa. É muito importante analisarmos as notícias dadas nos jornais de hoje. Um dos jornais, aqui de Brasília, estampa, na primeira página, em manchete: "Até que enfim entramos na era do álcool" ou "Vamos com álcool", alguma coisa assim. O Governo do Presidente Figueiredo determinou que toda a frota de carros federais seja adaptada para mover-se a álcool. A solução é excelente. Temos de persistir, temos de incrementar, cada vez mais, o programa do PROÁLCOOL. Temos de produzir, cada vez mais, álcool a partir da cana-de-açúcar. Se a mandioca puder dar álcool ótimo. E qualquer outro produto, como o sorgo-sacarino — não sei mais o quê — teremos de utilizá-los todos. Hoje de manhã eu conversava com o nosso Presidente sobre o temor de se criar na opinião pública outro tipo de armadilha. Vejam bem: para o povo em geral, petróleo é sinônimo de gasolina. Todo o mundo esquece que petróleo, aquele óleo negro extraído da terra, tem de passar por um processo de destilação, tem de passar por uma refinaria e, no momento em que ele entra numa refinaria, deixa dezesseis produtos diferentes, mas deixa, sobretudo, três derivados principais. No caso brasileiro, as nossas refinarias estão adaptadas para dividir o petróleo em três partes mais ou menos proporcionais: o primeiro terço são os chamados pesados, o óleo combustível, ou o *fuel-oil*, que corresponde a 30% do petróleo ou do óleo cru. Outra terça parte, cerca de 30%, são os médios, basicamente o óleo diesel; e, finalmente, o leve, que é a gasolina, parte preponderante.

Assim, a discussão sobre se o metanol é melhor do que o etanol, ou se o etanol é melhor do que o metanol não procede. Isso é cair num outro tipo de armadilha, é criar um falso problema que na realidade não existe. Porque o que é preciso é substituir as três frações principais do petróleo. O meu temor é que, com todo este tonitroar da substituição do álcool, estejamos nos esquecendo de um problema que já vivemos; não estou falando de teoria, estou falando de uma realidade que já vivemos. Começou-se a adicionar, louvavelmente, álcool à gasolina consumida na região da Grande São Paulo; chegou a 20% o percentual de mistura à gasolina consumida em toda a região da Grande São Paulo, portanto, na maior região do País. O que aconteceu? Começamos a ter excedentes de gasolina e, no momento em que se teve excedente de gasolina, foi preciso exportá-la. Então, está visto e comprovado que substituir, simplesmente, a gasolina, não resolve o problema nacional, porque é preciso substituir o óleo combustível também. Além do mais, entre a gasolina e o óleo combustível, indiscutivelmente, o óleo combustível é muito mais importante, porque, afinal de contas, a gente pode andar a cavalo, de charrete, de ônibus, de bonde, de carro elétrico, mas as nossas indústrias são movidas a óleo combustível, e se não conseguirmos encontrar um sucedâneo para ele, vamos continuar importando petróleo. É o que está acontecendo. Os Srs. devem ter acompanhado pelos jornais: do ano passado para este ano cresceu a nossa importação de petróleo, apesar de estarmos substituindo uma parte da gasolina por álcool. Cresceu por quê? Porque a nossa indústria continua a exigir doses crescentes de óleo combustível. Daí, então, o programa que, em nosso tempo, foi concebido na CESP para exatamente substituir o óleo combustível, os derivados pesados de petróleo e deixar que o PROÁLCOOL — o álcool de cana-de-açúcar ou de qualquer outra coisa que embora mais caro e de rendimento menor — substitua as frações leves dos derivados de petróleo, mais precisamente, a gasolina, tal como se está fazendo e se deve continuar a fazer.

Mas é preciso substituir imediatamente, tomar providências para substituição imediata do óleo combustível; se não, caímos outra vez

dentro de uma terrível armadilha e continuamos em nossa dependência para com o petróleo.

Quero apresentar, aqui, um quadro — talvez os Srs. o conheçam — onde estão as características dos álcoois como substitutos do petróleo. Equivalência, acho que temos, só quero salientar alguns aspectos. Evidentemente, nosso País está em condições de produzir tanto o etanol como o metanol, porque possui grandes extensões de terra e temos um alto grau de solaridade e, portanto, podemos armazenar a energia solar. Matéria-prima, sem dependência externa, ambas são fontes renováveis. A cana-de-açúcar tem o problema da sazonalidade, mas acredito que o mais importante, que gostaria de destacar, é o aspecto do mercado. Quando estivemos em Oack Ridge, recebemos várias publicações e tivemos a oportunidade de ver um estudo, e eles mostram o seguinte: em 1990, o mercado mundial de energia, ou de petróleo, vai estar na casa de 1 trilhão de dólares, dos quais 800 bilhões de dólares correspondem ao petróleo e 200 bilhões correspondem a outros produtos. Destes 50%, portanto, 100 bilhões de dólares do mercado de combustíveis líquidos em 1990, no mundo, serão representados pelo metanol. Está nos estudos da Oack Ridge e não apenas em Oack Ridge, pois há outros estudos que dizem a mesma coisa. O metanol é produzido a partir do gás natural, ou a partir do carvão, ou a partir da biomassa.

Os Srs. leram nos jornais de hoje que o Estado da Califórnia impôs ontem um racionamento de gasolina. Parece que nós estamos exportando tecnologia, porque mandamos fechar os postos, às 9 horas da noite, e dizem que vamos fechá-los aos sábados e domingos. Parece que o Governador da Califórnia, Sr. Presidente, deve ter lido algum jornal brasileiro e nele se inspirou para as medidas de racionamento ou racionalização dos combustíveis.

Vamos parar um pouco, vamos pensar: passou pela cabeça dos Srs. a possibilidade de haver racionamento de gasolina nos Estados Unidos, na Califórnia? Quem conhece a civilização americana, para quem passou por aquelas estradas e viu a quantidade fabulosa de carros, a gente chega à conclusão de que os Estados Unidos é a civilização do carro. Agora, impor racionamento de gasolina?!

No fim do ano passado estivemos lá e tivemos conhecimento de que, no Estado da Califórnia, existem projetos em desenvolvimento para construção de fábricas de metanol que, somadas, chegarão à produção de 200 mil toneladas/dia! São processos em curso na Califórnia. Basicamente, esse metanol é produzido, tendo como matéria-prima o gás natural e o carvão mineral, que, como todos sabem, é abundante. Depois que eu li — era isso que eu queria dizer — esse trabalho de Oack Ridge, pus a mão na cabeça e fiquei com um medo terrível de que, a partir de 1990, o Brasil possa estar importando metanol dos outros países para botar dentro de nossas caldeiras; corremos esse sério risco, os dados estão aí, os senhores já leram.

Acho que é muito importante responder a algumas indagações que os senhores possam formular. Aí está, em resumo, o metanol como substituto do óleo combustível. Os senhores sabem que nossa idéia foi sempre de proceder à substituição do óleo combustível. Aí estão as principais características químicas do metanol e aqui está um gráfico que mostra qual é o processo de obtenção do metanol. Acho que isso é importante, porque a tecnologia para a produção do metanol é arquiconhecida, é tecnologia de prateleira que não tem novidade alguma, está ao alcance de qualquer pessoa que possa pagar, evidentemente, os honorários de um competente escritório de engenharia.

No Brasil não existe nenhum, porque no Brasil as três fábricas de metanol foram construídas pela PETROBRAS e o foram baseadas em projetos vindos do estrangeiro, comprados no estrangeiro. Só uma fábrica existente no Brasil foi feita com projeto nacional: é a fábrica da CESP, em Rio Claro, feita inteiramente com projeto nacional. É uma fábrica-piloto, é uma fabriquinha que produz 1.200 litros de metanol por dia e que foi feita para comprovar, a exequibilidade do metanol proveniente do eucalipto. Ao invés de nos enlamearmos pelos jornais ou pelas estações de televisão, dizendo:

e possível metanol de eucalipto? Nós resolvemos fazer a demonstração. Então construiu-se essa unidade-piloto apenas para demonstrar que, usando carvão de eucalipto, chega-se ao metanol, porque o processo é muito simples.

Uma fábrica de metanol divide-se em três partes: uma primeira parte é do gaseificador, onde se produz o gás necessário a partir do gás natural ou do carvão mineral ou da nafta, ou da madeira, seja lá do que for; a necessidade de se fazer o gás, basicamente, é para obter o hidrogênio, o gás carbônico e o monóxido de carbono. Então a única novidade no processo de Rio Claro é a tecnologia nacional do forno, do gaseificador. Portanto, a única novidade introduzida foi a construção desse gaseificador que utiliza carvão vegetal. E a novidade consiste numa coisa muito simples, não tem o menor rasgo de genialidade, como faz questão de ressaltar o próprio inventor, que é o Professor Eduardo Sabino de Oliveira. Nós chegamos a esse tipo de gaseificador, e os americanos, russos, alemães ou finlandeses não conseguiram chegar ao mesmo resultado por uma única razão: nenhum deles trabalha com carvão vegetal. Assim, é lógico que não passasse pela cabeça deles fazer alguma coisa baseada num produto que não usam. Como nós o usamos, chegamos a esse tipo de gaseificador que utiliza o carvão vegetal, porque o carvão vegetal aquecido a partir de 400 graus, torna-se excelente condutor de eletricidade. Esse forno, onde se coloca o carvão, contém dois eletrodos elétricos. O carvão é previamente aquecido e quando chega a 400 graus é ligado nos eletrodos e a eletricidade passa pelo carvão e, através da energia elétrica, eleva-se a temperatura do carvão a 757 graus. Aí injeta-se água ou vapor d'água e nesta temperatura a água se dissocia em hidrogênio e oxigênio. Assim se obtém o hidrogênio, além do CO e CO<sub>2</sub>, proveniente da combustão do carvão.

A segunda parte da fábrica de metanol é a produção do gás de síntese, que não é outra coisa senão a mistura de duas partes de hidrogênio e uma de monóxido de carbono. Aliás a primeira parte também o é estou me referindo ao projeto de Rio Claro. É claro que antes de fazermos o forno da fábrica de Rio Claro, tínhamos que verificar entre firmas e pessoas abalizadas, se isso seria bom ou não, o que foi muito difícil. Estávamos convencidos de que isso era um verdadeiro "ovo de Colombo", e se chegássemos a qualquer consultor estrangeiro e apresentássemos o problema, ele, pura e simplesmente, correria a patentear o projeto. Então tivemos de viajar, fazer uma série de perguntas para obter as respostas que desejávamos, sem que os outros pudessem perceber o que queríamos. Foi preciso até fazer perguntas cretinas para desmortejar aqueles a quem estávamos inquirindo. A primeira coisa que fizemos foi requerer a patente desse projeto em nome do Professor Sabino. Com a patente requerida, foi possível consultar firmas estrangeiras detentoras de um maior conhecimento do problema de gaseificação. E, ainda em nossa administração na CESP, recebemos um pedido da mais importante firma americana de engenharia, que trabalha com gases, e que nos pedia licença para reproduzir o forno de Rio Claro, em Huston, no Texas. Evidentemente, com todas as ressalvas dos nossos direitos, demos a permissão e eles reproduziram, fizeram o forno, puseram-no a funcionar. Aliás, tivemos de exportar carvão para lá e o resultado foi extraordinário: ficaram embasbacados. O mesmo pedido foi feito por uma firma da Alemanha, mas não sei se já fizeram o forno e a que resultados chegaram, pois saí da CESP e não venho mais acompanhando o caso.

Voltando ao que dizíamos anteriormente, a única novidade introduzida é este gaseificador que utiliza o carvão vegetal, mas todo o processo é absolutamente convencional; o gás produzido, entrando nos vasos, em determinadas condições de pressão e temperatura, isto é, a 350 graus e a 55 atmosferas, produz o chamado gás de síntese, que é uma mistura de monóxido de carbono com hidrogênio. Esse gás de síntese, após passar por um processo de purificação, porque existem traços de enxofre, ele entra na unidade de síntese, isto é, na presença de um determinado catalizador, a determinadas condições de temperatura e pressão, a mistura se combina no gás metanol, cuja fórmula química é bastante simples e aproximada, inclusive, d'água, daí ser o metanol chamado de água combustível. E aí ter-

mina o processo, porque basta resfriar o gás para obter-se o líquido chamado metanol.

Como os Srs. estão vendo, a tecnologia para a produção do metanol é absolutamente conhecida e tão conhecida como na tecnologia necessária para se fazer uma caixa de fósforos ou outra coisa qualquer. Não tem novidade, não é preciso desenvolver pesquisa de espécie alguma.

Ouvi estarrecido, outro dia, na semana passada, em Brasília, em meios governamentais, onde circulei, que a CESP estava montando todo um processo, uma fábrica para produção de metanol, importando tecnologia dos americanos. E dizia uma alta autoridade da República: "O pior é que nós vamos pagar 200 milhões de dólares para os americanos, por uma tecnologia, para se produzir metanol. Vão aprender como se trabalha com o carvão vegetal e, depois, nos vender suas patentes para utilização do carvão vegetal".

Ora, estão fazendo uma total e absoluta confusão. O que existe é que a CESP quando cogitou desta fábrica de 2 mil toneladas-dia, em Jupia, para aproveitar as reservas florestais, teve de contratar o projeto para construção da fábrica. Ela fez a mesma coisa que fazem todas as firmas que trabalham na petroquímica: contratou um escritório de engenharia capacitado. Não podia contratar um escritório de engenharia nacional, pois um escritório dessa natureza deveria antes aprender como se faz um projeto, errando às nossas custas. Seria uma insanidade. Então, é claro, contratamos uma firma de porte, americana, que é responsável por 60% dos projetos de engenharia das fábricas de metanol do mundo. Até os russos contrataram essa firma. Eu vi em Moscou, onde os russos estão fazendo duas fábricas de 5 mil toneladas-dia de metanol, que o projeto é da mesma empresa que nós contratamos. Agora disseram aqui que nós estamos gastando 200 milhões de dólares. É uma confusão, porque 200 milhões de dólares é uma cifra muito grande, e o custo do investimento da fábrica da CESP não é em dólares, mas é em cruzeiros, pois tem um índice de nacionalização acima de 85%. Ela pode ser quase que inteiramente produzida aqui, no Brasil, com exceção dos compressores de alta pressão, que ainda não são fabricados no Brasil, porque não existe mercado e nem aço especial, o que passará a existir depois da fábrica. Os instrumentos de controle, todo mundo sabe, até os americanos os compram dos japoneses. Então é isto: o resto todo é fabricado no Brasil e, a prova é que a usina-piloto de Rio Claro, não só foi inteirinha fabricada aqui, mas uma boa parte dela foi fabricada nas oficinas da CESP, em Ilha Solteira, aproveitando chapas de sucata. Isto é para se ver que o metanol, ainda que o seu nome seja novo no vocabulário brasileiro, não é nenhum mistério, nenhuma coisa do outro mundo, mas algo bastante conhecido. Isto aqui é o esquema do que é uma fábrica de metanol. Querida trazer aqui um exemplo, para o caso brasileiro, da substituição do nosso óleo combustível. Os Srs. têm aqui, de acordo com o balanço energético do Ministério das Minas e Energia, que em 1984 vamos consumir 160 milhões de barris que a este preço já superado, vão custar praticamente 26 bilhões de dólares. Mantida esta relação entre o metanol e o óleo combustível, quer dizer, metade do poder calorífico. Nós vamos ter necessidade, em 1984, de 65 fábricas de 2 mil toneladas-dia. Como o investimento é desta ordem, vamos ter de investir 12 ou 13 bilhões contra os 26, o que ainda nos dá um saldo favorável de 13 bilhões. Estes números que estão aqui nos mostram, à saciedade, a viabilidade econômica de um projeto desse tipo. Para a construção de 65 fábricas substituam todo o óleo combustível, vejam bem, todo o óleo combustível a ser queimado neste País até 1984, isto é, para diminuir ao extremo, ao máximo, a dependência externa deste País, em relação à importação de petróleo. Parece que não é nenhum programa miraculoso ou alguma coisa impossível de ser atingida.

Estas fábricas têm os principais dados — os dados estão de outra forma — 45 milhões de toneladas de metanol, guardada a relação que cada 2,4 quilos de eucalipto produz 1 quilo de metanol, nós vamos ter a necessidade de 109 milhões de toneladas de madeira a partir de 1984, para substituir todo o óleo combustível, levando em consideração a produtividade de 20 toneladas por hectare, por ano, mé-

dio. Acho que não exagero. Os Srs. devem entender muito mais do que eu. Os Srs. verifiquem que, se plantarmos 0,64% da área do nosso território, ou, se quiserem, 2,3% da área do cerrado, conseguiríamos a tão almejada auto-suficiência em matéria de energia líquida. Não estou apresentando nada de irrealizável. Se eu estiver sonhando ao propor o plantio de 2,3% da área do cerrado, os Srs. me corrijam porque estaria incidindo num erro gravíssimo.

O projeto da CESP — esta fábrica de 2 mil toneladas/dia equivale a um poço de petróleo de 7 mil e 300 barris por dia. Estou dando a equivalência em petróleo.

Os Srs. devem ter visto nos jornais de ontem que o campo de Anchova terá uma produção de 4 mil barris/dia. Esta fábrica, que está ali com uma tecnologia disponível a ser feita pela indústria nacional na sua quase totalidade, nos dá um poço de petróleo de 7 mil e 800 barris por dia.

Aqui, os Srs. têm a estrutura de custo do metanol e os componentes. Essa estrutura de custo foi largamente checada e eu tenho lido nos jornais afirmações de que os custos da CESP não são fidedignos, que a CESP inventou os custos. Se há coisa neste projeto de metanol que nós tivemos o cuidado de mandar examinar, foi exatamente este problema de custo. Ontem vi a declaração de uma personalidade, que trabalha em Companhia de energia, que me parece ser a maior do País, dizer que é impossível fazer uma comparação entre os preços do petróleo, do etanol e do metanol. Então, nestas alturas, já não entendo mais nada. Se não é possível fazer a comparação, não sei como se pode fazer as coisas. A estrutura de custos está aí, está comprovada. Inclusive essa estrutura foi feita com base na consultoria de uma firma alemã, onde ao preço de janeiro deste ano — vejam bem, janeiro deste ano — temos o custo de 2 cruzeiros e 53 centavos por litro de metanol.

Como os Srs. vêem, é um preço extremamente barato e exatamente por isso que o metanol foi concebido como substituto do óleo combustível, que dos derivados todos do petróleo é o mais barato. Era preciso encontrar algum que fosse também barato para alimentar os nossos fornos, algo com preço compatível.

É claro que hoje o preço já não é esse mais, deve estar em torno de 3 cruzeiros. Porque esse é o preço de janeiro deste ano e, como os Srs. vêem, a matéria-prima que é dos Srs. contribui com 26% na estrutura de custo.

Querida lembrar que uma fábrica de metanol de mil toneladas-dia apresenta também um aspecto social importantíssimo, que foi ressaltado já hoje, pela manhã. Cada mil toneladas-dia cria 4 mil empregos diretos, sendo 3.000 na área florestal e 500 outros na atividade de extração e transporte, e 500 na fábrica.

Aqui temos a comparação dos preços do metanol: primeiro, nos Estados Unidos e na Europa, por tonelagem — aqui está em cruzeiros, é mais fácil — os Srs. vêem que o preço oscila de 2 cruzeiros e 46 centavos a 2 cruzeiros e 64 centavos, para o metanol produzido nos Estados Unidos, a partir de gás natural ou de carvão.

Os Srs. sabem que, para os Estados Unidos, a solução do problema energético é pacífica, pois os Estados Unidos possuem as maiores jazidas de carvão do mundo, 36% do carvão mineral do mundo está nos Estados Unidos, e esse carvão pode ser transformado — e é o que eles fazem — em metanol.

Aqui estão os preços vigentes na Europa: são preços do metanol produzido para fins químicos, metanol puro, porque o metanol destinado não para finalidades combustíveis mas para finalidades químicas, o metanol nosso, o que nos interessa para fins combustíveis, é o metanol impuro, pois as impurezas aumentam o poder calorífico e, ao mesmo tempo, simplifica o processo, porque elimina então uma série de vasos de purificação do produto.

Aqui temos o preço do metanol brasileiro, comprado na . . . . METANOR: Cr\$ 6,15. Foi o preço que pagamos na Bahia, na METANOR, para as pesquisas que fizemos. Uma outra coisa que realizamos na CESP: ao invés de ficarmos discutindo se o metanol

substituí o óleo combustível ou não, e enchendo laudas e laudas de papel com essa discussão, achamos que seria muito mais fácil, muito mais expressivo e significativo, dar um exemplo concreto. Então, pegamos uma usina térmica, localizada na cidade de Americana, uma usina de 30 mil kw, que consumia óleo combustível e fizemos a adaptação das suas fornalhas para consumirem apenas metanol puro. Essa substituição, essa adaptação, exige tanta tecnologia, é uma coisa tão extraordinária, que foi feita em um mês, pelo pessoal da CESP, exclusivamente, porque a adaptação consiste na troca dos queimadores, e é claro também de uma tubulação apropriada para conduzir metanol que, evidentemente, é diferente do óleo combustível, que é mais grosso. Os tanques utilizados foram tanques de óleo combustível, que foram, evidentemente, limpos, pintados, e receberam o metanol que compramos na Bahia. Essa usina está funcionando há meses, gerando energia elétrica jogada na rede, funcionando com o metanol. Se os Srs. quiserem ver — eu graças a Deus, não posso mais dar licença para ninguém, porque deixei de ser presidente da CESP — visitar essa usina, peçam licença à CESP. Os Srs. verão que a usina de Americana, está funcionando com metanol há meses. Aliás a revista *Manchete* de uns dois meses atrás, publicou uma reportagem, com fotografias, dessa usina em funcionamento.

Temos agora a comparação de custos entre o metanol e o etanol de cana-de-açúcar, que é do conhecimento dos Srs. Acho que podemos passar para o seguinte.

Quereria terminar ressaltando o que já foi dito aqui no audiovisual: o grande desafio para a ocupação da área do cerrado. Desde meninos, ouvimos falar no problema da auto-suficiência brasileira em combustível líquido; assim, o grande desafio desta Nação, o grande desafio nosso, a grande responsabilidade nossa, como dizíamos hoje, na hora do almoço, para com nossos filhos e nossos netos, é que temos tudo para sermos os grandes produtores de energia do mundo, não só para chegar à auto-suficiência, com 65 fábricas de metanol substituindo todo o óleo combustível, mas para nos tornarmos os grandes abastecedores de energia do mundo, pois não existe país algum que tenha a possibilidade que temos para a produção de biomassa, que supõe grandes extensões territoriais e um alto índice de solaridade.

Se compararmos o território brasileiro com o de outras nações também possuidoras de grandes extensões territoriais como o Canadá, os Estados Unidos, a Rússia e a China, veremos que esses países perdem imediatamente no problema da solaridade, porque passam uma boa parte do ano cobertos de neve. Se plantarmos 40% da área do cerrado com eucaliptos, transformando-os em metanol, vamos chegar à produção equivalente de 8 milhões de barris-dia.

Os Srs. se lembram de quanto o Irã produz? Nos áureos tempos, antes de Khomeini, produzia 6 milhões de barris-dia; plantando 40% da área do cerrado, conseguiríamos produzir 8 milhões de barris-dia. Acho que este, na realidade, é o grande desafio cuja resposta as gerações futuras esperam de todos nós.

Sr. Presidente, o meu agradecimento pela oportunidade de poder dizer estas coisas aqui, no Senado Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Embora não tenhamos relacionado os nomes daqueles que gostariam de debater a matéria, os Srs. participantes, que desejarem fazer perguntas ao nosso conferencista, queiram, por obséquio, levantar-se, identificar-se e dirigir a pergunta ao ilustre Dr. Luiz Marcelo Moreira de Azevedo, que acaba de nos brindar com esta magnífica conferência, voltada não somente para demonstração de conhecimentos e dados técnicos, mas também para a grande possibilidade nacional no setor do metanol. Falando com esse espírito bem brasileiro, fez essa declaração tão incisiva, de que devemos pensar “como se estivéssemos em uma guerra”. Temos de nos conscientizar disso, especialmente o Governo, na hora em que todos os brasileiros estão com as vistas voltadas para esse problema.

Está aberto o debate.

O DR. NELSON LEVI (*Presidente da ARBRA*) — Gostaria de saber, quanto ao catalizador, se existiria, no caso, catalizador na-

cional ou seríamos dependentes de importação ou alguma coisa desse tipo.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Na realidade, precisa-se de três catalizadores, existentes no comércio; são os mesmos que a PETROBRAS usa no processo de refinação de petróleo ou na petroquímica. Tivemos o mesmo temor que o Sr. está tendo, e depois fomos desarmados, porque existem cinco ou seis fabricantes desses catalizadores, portanto existe uma guerra muito grande entre eles. Lá em Rio Claro, chegamos inclusive a trocar de catalizadores exatamente para comprovar isto. Mas a sua pergunta é realmente pertinente.

O SR. ANTÔNIO ESTECA — Meu nome é Antônio Esteca, sou reflorestador em Mato Grosso.

Eu ouvia o Senhor falar sempre de eucalipto, plantio de eucalipto, e 40% do nosso cerrado com eucalipto seria suficiente para abastecer o Brasil de combustível. Há pouco ouvia do conferencista que o precedeu de que o pinus deveria produzir, por área plantada, mais metanol do que o eucalipto. Realmente é preocupação nossa começar da melhor maneira possível... (*Fora do microfone.*)

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — O desenvolvimento do eucalipto é mais rápido do que o do pinus. Assim, ele oferece a possibilidade de, num prazo menor, armazenar, a um preço mais baixo, a energia solar, que vai se transformar no metanol. Confesso que os técnicos da CESP sempre apontaram o eucalipto como o mais adequado. Não sei se é porque as reservas são preponderantemente de eucaliptos. Mas eu pediria informações mais detalhadas ao Dr. Carvalho, que trabalhou comigo durante todo tempo nesse processo e que está mais a par desses pormenores do que eu.

O SR. ALCIDES CARVALHO — O eucalipto e o pinus teriam de ser confrontados em termos de tonelagem, por hectare e por ano médio. Na base do hectare-sol, o pinus ganha, mas quando se introduz o fator tempo, então, o eucalipto leva vantagem. É isso que nos leva a fazer hoje a recomendação do eucalipto. É evidente que se, no curso de pesquisas posteriores, o pinus vier a se acelerar no seu crescimento, não há inconveniente algum em passar de um para o outro, porque o que interessa é a matéria-prima chamada madeira.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — No tempo em que estávamos na CESP, fizemos vários contratos a propósito desses temas. E eu creio que um dos mais importantes foi feito em Piracicaba com o Instituto Brasileiro de Pesquisas Florestais. Aliás, acho que o Dr. Léo estava lá no dia da assinatura do convênio, que foi exatamente para fazer esse tipo de pesquisas e, inclusive, faz as pesquisas genéticas para o desenvolvimento de espécies de crescimento mais rápido e de maior absorção da energia solar.

O SR. LÉO CHUERI — Eu gostaria, antes de fazer a minha indagação, de fazer um esclarecimento, para completar a tentativa que estamos todos fazendo para esclarecer a dúvida levantada pelo companheiro Antônio Esteca.

Parece que o Professor Goldenberg não teria afirmado que o pinus seria mais produtivo do que o eucalipto para produzir metanol ou etanol. Apenas nas nossas anotações, a impressão que tivemos é que ele disse: “a mesma coisa ou um pouquinho melhor”. Mas, o Professor Goldenberg, naquele instante, não estava falando de produtividade por área, estava falando em capacidade de potencialização de aproveitamento de energias inseridas no processo. Então, só por exemplo, o Professor não está aqui e só ele que poderia esclarecer, se considerássemos que a floresta de pinus não levou adubação, porque adubo é energia em forma de matéria colocada no processo, se considerássemos isso, teríamos então um débito menor da floresta de pinus, e se o resultado de produção fosse igual então uma conversão melhor.

Agora, abandonando a pergunta, eu diria o seguinte: ficou bem claro que se faz metanol, e as experiências mais conhecidas no mundo, e a da CESP, lá de Corumbataí, é a partir de carvão. Então cada unidade de massa de carvão, em função do seu teor de carbono fixo, proceda esse carvão de pinus, de eucalipto ou de lenha de cerrado, a produtividade é a mesma.

Tenho a impressão que a dúvida do Dr. Antônio Esteca é bem pertinente, mas se chega à conclusão que uma floresta de eucaliptos, como é capaz de produzir mais madeira por hectare-ano, é uma floresta mais produtiva em termos de metanol.

Agora, passarei à minha indagação: Dr. Luiz Marcelo, hoje foi muito falado aqui o gasogênio, e eu estou entre aqueles que podem dizer que têm saudades do gasogênio. E eu pergunto, se para as instalações estacionárias — não para as automotivas, por que talvez para estas houvesse muita inconveniência — estaria na hora daquelas empresas que têm atividades tão inferiorizadas passarem a utilizar o gasogênio para os seus motores estacionários, núcleos geradores, motobombas etc? Eu gostaria de um comentário nesse sentido relacionado com o Projeto 500 da CESP.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Os Srs. tiveram notícias de que começamos as nossas experiências na área de fontes não convencionais com o chamado Projeto 500, também lá em Rio Claro. No Projeto 500 utilizamos um gasogênio num gaseificador de madeira para fazer mover um grupo diesel skoda de 750 cavalos, que a CESP possuía e que foi utilizado na construção da Usina de Xavante. E essa experiência já foi feita há vários meses, em condições reais. Os que lá estiveram, e o Dr. Léo foi um deles, podem comprovar que a usina funciona normalmente: ela injeta a energia produzida na rede de Rio Claro; portanto, funciona em condições absolutamente normais. Essa usina foi amplamente instrumentada, exatamente para se poder ter maior número possível de dados acerca do comportamento do gás de madeira. A análise desses dados é que nos permitiu avançar neste tema. Posso declarar que é perfeitamente possível e existem hoje equipamentos já fabricados para a utilização de gás de madeira. O audiovisual, que aliás eu já conhecia, foi altamente ilustrativo, porque me deu uma vontade terrível de calcular a quantidade de motobombas que devem estar consumindo óleo diesel, quando podíamos consumir a própria energia que produzimos. É perfeitamente possível e a tecnologia está aí à nossa disposição.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Eu queria perguntar o seguinte: dentro da biomassa, temos 80% de madeira e 20% de galho, folha etc, dentro do processo da CESP de transformar metanol, se transforma somente a madeira, ou entram no processo os galhos, folhas, etc?

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Nesse processo, estudamos durante muito tempo se convinha fazer o gaseificador a partir diretamente da madeira ou a partir do carvão. E depois de muitos estudos, chegamos à conclusão de que, no caso da experiência de Rio Claro, era conveniente queimar uma etapa, e então fizemos o forno para utilizar diretamente o carvão. Agora, acreditamos, pelos nossos estudos, que as duas coisas no futuro deverão coexistir, porque um fator importante é o transporte, e o transporte do carvão é mais econômico a grandes distâncias do que o transporte da madeira. Agora, localizada a fábrica de metanol junto das fazendas florestais, é de conveniência que seja aproveitada a madeira diretamente na produção. Nesse caso, a CESP não tem experiência. Não posso lhe responder se utilizaria o galho, a folha etc. Galho, eu acho que não há a menor dúvida; agora, a folha, na minha ignorância, perdoem-me acho que é conveniente deixar no chão.

O SR. RAYMUNDO FAURE — A experiência é de que as folhas devem ficar no chão. Mas, estou fazendo essa pergunta porque existem processos, não somos os detentores da licença no Brasil, a tecnologia virou brasileira no fim; onde produzimos carvão vegetal e do pirolenhoso fazemos o fuel-madeira, e com um revestimento muito pequeno atrás do forno de carvão, produzimos um fuel-madeira que tem um poder calorífico 10% superior ao metanol. Não é uma substituição do metanol, mas é uma complementação no caso, fazemos um fuel que tem exatamente a característica física do fuel-oil número 2 do petróleo. De maneira que não é preciso nem trocar o maçarico, nem as bombas, nem a tancagem, nada; só a experiência que foi feita na França, numa empresa que é minha coirmã, que os senhores devem conhecer de nome, alguns engenheiros foram lá, pois fui eu quem avisou meus amigos, nessa época já se fazia o teste na França, mas não foi mostrado porque, como os senhores têm

seus segredos, temos os nossos também. Hoje essa indústria funciona perfeitamente em escala industrial. Os testes foram feitos em colaboração com essa firma, com ajuda de um coronel francês a Escola de Minas de Paris. Deu um perfeito resultado positivo, esse fuel existe, e não vou muito longe porque fazemos fuel, por exemplo, com a borra do trigo e montamos uma instalação sobre o caminhão, em cada fazenda da França se produz o fuel, que vão queimar no inverno, em lugar de comprar o óleo combustível, que também na França começa a ser difícil.

Fomos mais longe numa segunda etapa, aperfeiçoando o processo, que a etapa intermediária, entre fuel-madeira e o processo, a usina química derivada de madeira. Fizemos um carburante químico, carburante líquido que não é nem metanol, é um acétato de metanol misturado, mas um pouco — vamos dizer — empurrado que tem um índice de octana que foi provado, inclusive, em um motor a gasolina e em um motor diesel também, com pleno resultado. Não podemos ir mais longe porque meus amigos na França precisavam de financiamento do Governo francês para montar a segunda fase da usina semi-industrial e as companhias de petróleo agiram mais depressa do que nós e proibiram o financiamento. Em conclusão, parou na escala de laboratório, mas o erro de meus amigos, lá na França, foi de mandar fazer o teste no Instituto Nacional do Petróleo da França, porque isso contribuiu mais depressa para que as companhias de petróleo brecassem o financiamento.

Mas, esse produto é de tal ordem competitivo que, feito o teste aqui no Brasil, inclusive, misturando com gasolina nossa, que tem 70, 75 de octanas com 30% de mistura, o índice de octanas passa a 105, como a gasolina do carro de corrida. Bem, esse resultado existe. Na parte de fuel-madeira pode-se mostrar, hoje, uma instalação industrial.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Muito obrigado pelos esclarecimentos. Como sei que o Sr. mora em São Paulo, gostaria de conversar consigo sobre essas experiências e essas empresas que não conheço.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Estou à disposição.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Acho que todas essas experiências são altamente válidas e necessárias. É claro que a uma certa altura temos de tomar uma decisão. Depois de ter estudado, tomamos a decisão de seguir esse caminho.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Acho que é muito válido porque essas experiências, a nível que vocês fazem, somente podem ser feitas por entidade de Governo, que tem fundo suficiente para fazê-lo, pois há uma despesa muito grande. Não sei quanto custa, sou de uma pequena empresa e, no ano passado, quase "deixei minha camisa".

O SR. LÚDIO COELHO — Sou Presidente da Associação dos Reflorestadores. Se a produção de gasolina e óleo combustível e óleo diesel é em torno de 1/3 cada uma, produzindo o metanol e o etanol, não se precisaria fazer uma reprogramação de produção para que não houvesse um desequilíbrio?

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Sim, é lógico que teria de haver uma política do Governo que, lamentavelmente...

O SR. LÚDIO COELHO — Temos sobra de gasolina, não é?

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Tem que haver uma política do Governo para traçar normas — as regras do jogo. Na minha opinião, o metanol seria destinado a substituir o óleo combustível, enquanto o etanol ficaria para substituição da gasolina. É uma combinação metanol e etanol substituiria o óleo diesel, porque o metanol exerce as mesmas funções que o etanol. Na CESP fizemos essa experiência. Nunca foi o intuito da CESP substituir a gasolina. Mas, quando se adquirir maior conhecimento, temos alguns carros que funcionam a metanol, inclusive eu mesmo fiz questão, no dia em que passei a Presidência da CESP, de me retirar num carro da companhia movido a metanol, e metanol já produzido pela CESP. Foi neste carro que saí e fui até minha casa.

Como existe lá também — o Léo teve oportunidade de ver — caminhões que funcionam exclusivamente a metanol. Essa experiência foi feita para que se adquirisse um conhecimento maior. Essas experiências foram levadas a efeito junto com IPT e junto com General Motors na parte de caminhões diesel. Foi divulgada pela imprensa. Infelizmente, não foi tão divulgada, mas também fizemos uma experiência junto com a FEPASA, em São Paulo, substituindo o óleo diesel em duas locomotivas: uma delas foi aparelhada para funcionar com metade de metanol e metade de óleo diesel, e a outra locomotiva foi adaptada para utilizar exclusivamente metanol. As duas estão funcionando, trabalham no pátio de Campinas e trafegam normalmente.

Acho que o metanol substitui a gasolina e a combinação do metanol com o etanol pode substituir o óleo diesel. O metanol completa o etanol, e com o etanol há todo um problema sazonal: ele depende de safras, se não chove em quantidade suficiente, baixa o teor de sacarose, os canaviais estão sujeitos a pragas, enfim, está sujeito a uma série de imponderáveis que o eucalipto não está, o senhor sabe melhor do que eu. Então, é possível dosar a produção de metanol em função da produção possível de etanol. Nos anos em que, por hipótese, se tiver uma produção menor de etanol, manda-se aumentar a produção de metanol para substituir aquilo que não foi produzido pelos canaviais.

O SR. LÚDIO COELHO — Eu já estava pensando em produzir a gasolina do etanol do eucalipto. Aí complicava tudo, não é? O senhor não falou que do etanol do eucalipto produz a gasolina?

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Do metanol se chega à gasolina sintética. Não falei sobre isso, mas essa tecnologia hoje é inteiramente disponível, só que é uma patente da Mobil, nos Estados Unidos. A transformação do metanol em gasolina sintética, que é gasolina de um poder calorífero superior ao da gasolina conhecida — se não me falha a memória, 11 mil calorias por quilo — se faz através de um processo simples, mas que não sei descrever porque não sou técnico. O senhor declarou, ainda há pouco, que eu era engenheiro. É uma grande honra, chegaram a dar-me o título de engenheiro honorário, mas continuo sendo bacharel em Direito. De maneira que essas coisas técnicas, para mim, são um pouco difícil, mas o pessoal lá na CESP...

O SR. LÚDIO COELHO — Não parece.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Obrigado.

Mas o pessoal da CESP, nossos técnicos, sobretudo o Dr. Sabino, esteve nos Estados Unidos para acompanhar de perto e ver na Mobil esse processo — a transformação do metanol. Em termos de custo nos EUA, do metanol para o etanol é coisa de 4 cents por litro, 10% do valor do metanol. Com 10% do valor do metanol, nos Estados Unidos, a Mobil transforma esse metanol em gasolina sintética. Aliás, é preciso esclarecer que a Alemanha fez a guerra utilizando, em grande parte, o metanol em seus veículos. Metanol não é novidade nenhuma. Começou-se a falar aqui no Brasil, hoje, mas é coisa antiga.

O SR. LEO CHUERI — Quanto à questão levantada pelo companheiro Lúdio Coelho, tenho notícias de que há possibilidade de se misturar qualquer dos dois álcoois com óleo vegetais, como de mamona, para substituir o óleo diesel. Além disso, o metanol — não sei se exclusivamente o metanol — pode ser também aproveitado no motor diesel convencional, na admissão de ar; o motor funciona parcialmente com óleo diesel injetado normalmente e com a admissão de ar complementando o seu consumo. Além disso, experimentamos, no Brasil, uma exagerada dieselização da frota de transportes e isso poderia ser revertido parcialmente, se fosse necessário, e com economia, porque os motores à gasolina são de custo menor do que os de motores diesel.

Então, é um problema, porém de fácil solução, parece-me.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Existe uma grande fábrica de motores, instalada aqui no Brasil, que tem

um dos mais importantes estudos já feitos sobre o sucedâneo do petróleo. É um estudo enorme (nós o possuímos lá na CESP), e conclui que o sucedâneo do petróleo será o metanol, produzido a partir do carvão, do gás natural, da biomassa. Essa fábrica já projetou seus motores diesel para utilizar diretamente o metanol. Aquele caminhão que você viu, não tem adaptação alguma o caminhão saiu da linha de fabricação, colocou-se no seu tanque metanol e fez-se a ajustagem necessária no motor, nada mais do que isso. Porque o motor já foi concebido para utilizar o metanol. Ele tem uma taxa de compressão muito superior à dos outros motores diesel que nós conhecemos.

O SR. LEO CHUERI — Na Associação Mato-Grossense de Reflorestadores, o Senhor apresentou um quadro comparativo entre metanol e o etanol, a partir da cana. Então, eu gostaria de saber se o Senhor tem alguns dados a respeito, uma comparação, entre metanol e etanol a partir da madeira.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Não, não tenho. Esses dados não temos, porque nunca fizemos a comparação. No começo, foi aventado, pelo nosso pessoal, quando se fez o levantamento — vamos dizer — do estado da arte, lá nos começos, soubemos da existência desse processo de hidrólise, e o Dr. Sabino chegou, inclusive, a visitar uma fábrica existente na Suíça. A conclusão a que ele chegou foi a de que nós deveríamos descartar esta possibilidade. Certos ou errados, não sei, o fato é que chegamos à convicção de que o processo é de rendimento inferior ao do metanol. Foi por isso que optamos, diretamente, por essa linha que aí está.

O SR. LEO CHUERI — E é, também, de tecnologia conhecida?

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Como.

O SR. LEO CHUERI — A tecnologia é conhecida, o processo etanol, para madeira, temos essa tecnologia?

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Pelo que ouvi, hoje, aqui — já tinha ouvido também em outras ocasiões — essa tecnologia está sendo desenvolvida pelo INT. Eu ouvi uma exposição, há algum tempo, quando passamos um dia inteirinho ventilando esses problemas, no Estado Maior do Exército. Inclusive, apresentaram esta solução, o que fiquei sabendo através do próprio pessoal do INT. São eles que estão desenvolvendo as pesquisas necessárias nesta unidade-piloto, em Lorena, para descobrir da tecnologia aplicável à hidrólise, a produção de etanol a partir da madeira. Mas eu não a conheço, de forma que não posso esclarecer.

O SR. LEO CHUERI — Estou satisfeito com o nível das suas explicações, que vêm de um engenheiro honorário, aliás, com muita justiça.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Eu me lembro de que trabalhei numa companhia onde havia mais de 800 engenheiros. Num gesto de amabilidade, resolveram me dar o título de Engenheiro Honorário. Mas sou engenheiro somente na CESP.

O SR. LEO CHUERI — Parece que a primeira questão já foi levantada. Houve uma deformação do consumo de óleo diesel, motivado por estímulo governamental. Um desestímulo à gasolina e um estímulo ao óleo combustível. Nós mesmos no nosso reflorestamento tínhamos 18 caminhões à gasolina parados e substituímo-los por caminhões a óleo diesel. Então, isso poderia ser corrigido facilmente, e me parece que o Governo já está preocupado em consertar essa defasagem entre o preço da gasolina e do óleo diesel.

Mas, o que eu gostaria, realmente, era de mostrar uma comparação que nós temos, entre os coeficientes técnicos para o etanol, partindo da hidrólise, e o metanol, que é o processo adotado pela CESP, aliás, de maneira corajosa, pioneira, e de grande valor para o Brasil.

O SR. BODO RAUCHEMBERG — Primeiro eu gostaria de cumprimentar o ex-Presidente da CESP pela excelente palestra.

Gostaria, aqui, de fazer uma observação complementar ao processo de metanol, uma espécie de processo muito interessante para o Brasil, com possibilidades de criação das biomassas.

Assim, outro processo de etanol a partir da madeira está novamente considerado de maneira mais profunda do que antes, especialmente para aplicação no Brasil.

Para isso, gostaria de oferecer algumas cifras sobre o nível da tecnologia de hoje. Aqui também há uma tabela em que figuram os dados de 10 fábricas de metanol de madeira, com o consumo específico de madeira para cada tonelada de metanol. Calcula-se em média 3 toneladas de madeira seca, ou seja, equivalente a 6 toneladas de madeira fresca, por tonelada de metanol.

Essas cifras valem para firmas como Intergrup e outras firmas americanas.

Hoje calculamos que 6 toneladas de madeira fresca nos dão mil quilos de metanol, ou o equivalente a mais ou menos 1.200 litros de metanol. Outro processo de obtenção, com a mesma quantidade de 6 toneladas para madeira fresca, obtemos 600 litros de etanol, que seria 50%, 600 quilos de ração que hoje é também importada, 450 quilogramas de coque de primeira qualidade para a siderurgia também importados. E ademais, partindo do CO<sub>2</sub> do gás em fermentação que se obtém como gás puro, como já foi mencionado, se pode obter, aproximadamente mais 400 litros de metanol, o que significa, fazendo a soma que fica o metanol bastante atrás.

O investimento específico, no caso de etanol, também, fica também menor que no caso de metanol o que para o Brasil, também, é muito importante, não há a necessidade de tecnologias. Quando não se pode pagar o investimento, tem que pedir a ajuda do exterior, há uma outra dependência. Quando se fala, aqui, em espírito de guerra, uma coisa é clara, se o Brasil não consegue, em tempo bem curto, fazer-se econômica, política e militarmente uma nação forte, vai ter de convidar todo o pessoal que hoje não tem nada para comer, para amanhã, tomar posse do Brasil.

Então, acho que o Brasil tem de ter a pressa que aqui se mencionou, para libertar-se de qualquer tipo de dependência, e o caminho do etanol daria ao Brasil, comercialmente, e imediatamente uma libertação de alguns 20 ou 30%, da saída de divisas. Porque, na verdade — só posso confirmar isso, que o PROÁLCOOL até hoje logrou, quanto ao problema de importação, foi muito pouco: 200 milhões de dólares.

Fazendo, como já foi anunciado, rações animais que podem chegar a 3 vezes esta soma, com a combinação química, que transforma a madeira em etanol, coque, rações, etc., daria a mesma produção de etanol, não 200 milhões de dólares, mas, 2 bilhões de dólares, em economia de divisas.

Então, uma coisa é certa, pode-se fazer tanto o etanol como o metanol. Não se pode negar que o metanol é hoje um processo válido e usado no mundo, e tem uma boa chance no futuro, especialmente para o uso do carvão, e gás natural. A maioria das usinas, hoje, de metanol, se referem a essa matéria-prima; mas aqui para o Brasil, por exemplo, uma fábrica de etanol, de rações, de carvão, e de metanol, partindo de CO<sub>2</sub>, onde não há problemas, comparado com a limpeza dos gases, quando se faz uma coisa conhecida, o problema da síntese do metanol, partindo de carvão ou de madeira, o custo da limpeza do gás, aqui, tem a possibilidade de arrancar com 100% de tecnologia nacional, imediatamente, a um custo de investimento bem menor, na independência do Brasil. Não sou brasileiro, sou alemão; eu deixei a Alemanha para ficar aqui, sou de nascimento, prussiano, e fomos alertados pela História para o problema de independência nacional.

Lembro que a Alemanha ficou durante 400 anos dividida em 300, 400 estados pequenos e que só há 250 anos atrás, a Prússia se levantou na Europa, na qual quase não havia lugar para a Alemanha. Sinto aqui o problema não como prussiano-alemão, mas, como uma pessoa que tem aqui os filhos que são educados como brasileiros e cuja intenção é ficar aqui.

Fugi da Alemanha Comunista e tenho a preocupação de que se o Brasil não envidar todos os esforços para libertar-se dentro de uns 5 ou 10 anos de qualquer tipo de dependência energética, vai ficar vítima da dependência de outras nações exportadoras não tendo chance de chegar a ser uma grande potência.

Então, nesse sentido, acho muito bom o debate, porque se discute a possibilidade de fazer uso da madeira tanto para metanol como para o etanol. Como técnico analiso a tecnologia e a dependência do País da importação tecnológica ou de componentes de um processo ou maquinaria; na parte econômica, pessoalmente, opino para a versão de etanol, sem querer excluir a viabilidade do metanol.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Estou de pleno acordo. Acho uma estultície alguém pretender tomar uma decisão hoje, baseado em conhecimentos teóricos e se inclinar radicalmente por um único caminho.

Acho que essas experiências devem ser feitas. Deve-se fazer fábrica de etanol a partir de madeira, como fábrica de metanol a partir da madeira, bem como deve ser analisado o processo francês do nosso amigo. Acho que se deve deixar o tempo decidir, como juiz, aquilo que é melhor, porque aquilo que for melhor, podem estar certos, nisso os empresários vão apostar, sem perigo de ninguém querer fazer Fla-Flu para perder dinheiro.

Acho que um problema desses é melhor deixar entregue às condições do tempo, às leis naturais, que vão decidir o que é melhor. Porque é possível, inclusive, que as diversas soluções coexistam, pois, em determinados casos ou situações, uma pode ser melhor do que a outra.

O SR. LEO CHUERI — O Sr. é realmente um homem de espírito público muito grande e tocou agora num ponto interessante. Nós nos inclinamos pelo etanol por causa do corte, porque em Minas esse é um problema grave. Nós temos um grande reflorestamento, mas, temos uma dependência: 50% do aço brasileiro é feito ainda com carvão vegetal. Então, se nós optássemos pelo metanol, que é um método destrutivo, nós teríamos ainda a oposição das siderurgias.

Então, a solução ideal para Mato Grosso talvez venha a ser o metanol; a solução de Minas, o etanol e, dentro desse conjunto, nós não escolhemos a cana, não escolhemos a mandioca e temos que aceitar esse desafio que o Senhor lançou.

Queria parabenizar-me com o Senhor porque também sou advogado, e o Senhor realmente deu uma conotação de grandeza de conhecimentos técnicos, de patriotismo, que honra a todos nós que participamos dessa reunião.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Muito obrigado. Só queria esclarecer o seguinte: é que estou pensando seriamente em fazer uma fábrica de metanol em Minas Gerais. (Risos.)

Mas isso não exclui que os Senhores a façam, porque Minas Gerais é tão grande, que tem uma vocação para as duas coisas: para a siderurgia e para o campo de energia.

O SR. LEO CHUERI — Minas Gerais o receberá de braços abertos, colocando à disposição tudo o que pudermos oferecer, porque realmente um homem de seu gabarito, em Minas Gerais, é uma honra para o Estado.

O SR. LUIZ MARCELO MOREIRA DE AZEVEDO — Já estou lá. Acho que, inclusive, se o Sr. Senador me permite, eu adicionaria um outro aspecto que me parece relevante, em termos brasileiros. Todos nós sabemos que o País tem um problema sócio-político grave, que é o problema das disparidades regionais. Acredito que um programa como esse, de utilização da madeira, é um instrumento concreto, efetivo, de se diminuir essas disparidades regionais. Acho que ficou bastante claro da minha exposição — e os reflorestadores estão todos aí para comprovar — que São Paulo não tem possibilidades de plantar florestas energéticas, não há esta possibilidade. Vai se abrir perspectivas de se enviar riquezas em outras

regiões do Brasil, que ainda não são ricas, porque, de agora em diante, podem se transformar em grandes celeiros, em grandes fontes produtoras de energia que, necessariamente, terão que ser exportadas para os grandes centros consumidores. Vejam mais este aspecto favorável na utilização da biomassa para fins de energia.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Continuam os debates.

Antes de passar a palavra a um outro conferencista, quero dar conhecimento de um telegrama que recebemos do Sr. Mário Andrezza, Ministro do Interior:

“Recebemos honroso convite de V. Ex<sup>a</sup> para participar reunião Assuntos Regionais do Senado Federal agradecendo honroso convite Vossência indico representar-me referida reunião Dr. René Pina Superintendente da SUDECO.”

O Dr. René Pina já esteve conosco pela manhã.

Também do Chefe do Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento, recebemos o seguinte telegrama:

“O Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, impossibilitado de comparecer, incumbiu-me de agradecer à atenção do convite e transmitir os votos de pleno êxito e sucesso aos trabalhos da Mesa-Redonda da Política Florestal no Cerrado. Cordiais Saudações. Carlos Alberto de Almeida Neto, Chefe do Gabinete do Ministro.”

Nós havíamos, dentre os conferencistas que nos brindaram com as suas magníficas palestras, convidado o Dr. Raymundo Faure para também estar conosco.

Inicialmente, fomos informados da impossibilidade dele aqui estar, mas para satisfação nossa hoje, pela manhã, tivemos o prazer de recebê-lo e, dentro da oportunidade que se nos oferece o tempo, gostaríamos de ouvi-lo, pelo que pedimos sua presença à Mesa, a fim de que nos fale a respeito do *etanol*.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Sr. Presidente, meus caros colegas:

De fato eu deveria estar na Argentina hoje, mas adiei minha viagem, por 24 horas, para poder participar do convite que me foi feito pelo meu amigo Oswaldo Dutra, Deputado pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

O assunto pelo qual fui convidado é quase particular nosso, porque fui encarregado por uma empresa de Mato Grosso do Sul que é um agrupamento de outras 4 empresas, para fazer um estudo de viabilização dos recursos florestais da companhia.

Essa companhia terá, daqui a uns 5 anos, mais ou menos, 150 mil hectares de floresta plantada.

Claro que a minha palestra será um pouco alterada, porque não está dentro do meu plano definir a melhor utilização do eucalipto para fins energéticos; faz parte, mas não é o único motivo; porque acho que a madeira tem outros usos que o fim energético, mesmo tratando-se do eucalipto ou de pinus. Deve-se procurar o uso lucrativo para a empresa, e nosso objetivo, como somos empresários, foi justamente procurar a melhor solução, para dar melhor lucratividade ao processo de utilização da floresta.

É claro, existindo o problema energético, deve se utilizar, se possível, um processo que faça com que o complexo industrial, que seria montado, seja completamente independente do ponto de vista energético.

Não é difícil, depois das palestras de meus predecessores inclusive da última palestra que foi muito interessante sobre o metanol, dizer que a partir de uma floresta, poderíamos montar, com relativa facilidade, um projeto industrial autônomo em energia. Além dessa, a nossa preocupação foi fazer que todo o desenvolvimento do processo industrial seja revertido para o bem-estar do Estado de Mato

Grosso do Sul. Utilizar em Mato Grosso do Sul todos os recursos que o Estado novo tem e que não são poucos. Todos sabem que tem, hoje, a maior jazida de ferro do Brasil, e a maior jazida de manganês do mundo, ou quase; é preciso conhecer bem os recursos minerais do Estado. Tivemos oportunidade de participar de outros estudos e de saber quantos recursos minerais tinha este Estado.

Baseados nisso fizemos todo o planejamento industrial para chegar a uma rentabilidade máxima. De fato, acho que conseguimos chegar a isso. Seria muito demorado, explorar toda a matéria, porque são três volumes destes que tenho que comentar, para chegar até o fim.

Mas, quero dizer que há outra fonte de energia possível que é o metanol-etanol, quando falamos, por exemplo, em fazer etanol, em produzir lignina para depois produzir coque, esse processo é sutil, está plenamente realizado, onde destruímos totalmente a madeira para convertê-la em carvão. Acho que esse processo é muito oneroso, acho melhor sair para o processo conhecido já há cem anos que é de produzir um carvão vegetal de qualidade, como sabemos fazer, que é utilizado por exemplo, na Austrália e no mundo inteiro, e com os subprodutos que são normalmente jogados na natureza, deve-se reutilizar esse subproduto da melhor maneira possível.

Quanto ao carvão não há problemas. Conseguimos com o nosso processo, obter um rendimento de carvão 20% superior ao processo atual de carbonização. Isto quer dizer que, hoje, no processo de queima dentro do forno de tijolo, é no melhor processo utilizado pela Belgo Mineira ou Acesita, se perde 20% do carbono fizo, mais ou menos. Não são dados meus, são dados da Belgo Mineira e da Acesita, experiência que fizemos juntos com eles.

Conclusão: podemos conseguir um processo ideal de carbonização, podemos obter o pirolenhoso — aí é que está a inovação — que pode ser transformado em produto químico. É algo muito caro. Por exemplo, hoje, na França, há uma usina que conhece bem, e são praticamente os únicos que produzem o elemento para dar gosto na margarina, por exemplo, utilizado na França porque os outros produtos que vinham do petróleo estão proibidos porque são cancerígenos.

Esse processo químico é muito caro, o investimento é, praticamente, uma vez e meia, o processo de carbonização.

Minha preocupação, quando os amigos me falaram justamente que eu podia estudar com eles na França, minha idéia foi trazer para cá a destilação a seco. Porque cheguei no Brasil com vinte e quatro anos, há vinte e cinco anos atrás, fui gerente da Barbará em Barra Mansa, e aí começou a minha idéia; por que jogar tanto dinheiro fora? Durante vinte e quatro anos não desanimei nas pesquisas.

Mas, o pirolenhoso é transformado em produtos químicos como falei, com custo caro. Quando os meus amigos, há dois anos, num simpósio da SBS chegaram para fazer uma palestra, perguntei ao meu colega de escola, mais velho, com 74 anos, 50 anos de química da madeira: qual era a sua idéia para fazer um processo mais simples de utilização da madeira, para transformar o pirolenhoso em produto químico. Então ele me disse que podíamos fazer combustível, e que era bom pesquisar um pouco mais, para chegar a um combustível simples, barato. Ele voltou para a França, falou com o Presidente da Companhia Lambiotte para montar todo um esquema de pesquisas, como a Escola de Engenharia de Minas, de Paris, e chegaram ao resultado do fuel-madeira.

Expliquei rapidamente e repito que ele tem a mesma característica física que o fuel número 2 de petróleo. Exatamente. Tem a mesma viscosidade, quase a mesma densidade e utiliza a mesma bomba, o mesmo injetor, só que tem 50% do seu poder calorífico; é o seu único inconveniente. E vai haver um problema de custo, de quilômetro caloria, aí cria-se um pouco do problema que vamos ter também com o metanol; ele vai custar caro. Mas se pudermos transformá-lo e utilizá-lo no próprio local como é a nossa idéia,

seria uma grande vantagem porque teremos uma caloria bastante barata e muito fácil de ser utilizada.

V. Ex<sup>a</sup> veja a filosofia que nos orientou conjuntamente com o Presidente da CIMASUL aqui presente, na montagem do projeto. Foram 5 meses de estudos bastante pesados e chegamos a montar esse plano diretor de utilização das florestas. São idéias de industrialização da madeira: vai desde a serraria, fabricação de postes, até a usina siderúrgica.

No fim de tudo, balanceando bem uma unidade com as outras, chegamos ao equilíbrio perfeito. Inclusive não pensávamos que iríamos chegar ao equilíbrio, porque pensávamos que teríamos necessidade de importar energia elétrica. Quando produzimos carvão e fuel, produzimos também energia elétrica. Vou dar algumas idéias de produção. Por 4 toneladas de madeira seca, mais ou menos, produzimos uma tonelada de carvão. Produzimos 600 quilowatts/hora e produzimos 1,5 tonelada de fuel madeira. Esse fuel madeira não é só o pirolenhoso, entendam bem, porque num processo separado, pegamos todo o resto da biomassa, à exceção das folhas, e transformamos tudo em fuel; porque se fizéssemos carvão, sairia muito fino e que não poderia ser utilizado no alto-forno. Inclusive, o pó do carvão que vem do processo é transformado em fuel.

Temos o aproveitamento total da biomassa e o investimento é de mais ou menos 50% do investimento do metanol. O Engenheiro Perrone que é o responsável pela obtenção do processo de hidrólise, que fez a planta que está sendo montada em Lorena, é muito meu amigo, e tivemos muitas discussões conjuntas e bastante conversa sobre o processo. A produção de coque a partir da lignina foi feita com a nossa ajuda. Conhecemos bem o problema. O Dr. Perrone conhece-o bem, estou bem a par dos assuntos, já estive com ele há dois meses, quando se começou a fazer terraplanagem em Lorena, até hoje não tem uma idéia exata do custo e da rentabilidade da hidrólise. De fato existem muitas fábricas de hidrólise no mundo. Existem 42 fábricas na Rússia. Mas na Rússia ninguém tem a preocupação de ter rentabilidade ou não. Inclusive a lignina é jogada fora. E tenho a certeza absoluta que uma usina de hidrólise só pode ser rentável com o aproveitamento da lignina.

Quanto ao problema do alimento, de fato se produz alimento. Mas tem que se ver o custo também desse alimento. Acho que no Brasil temos fontes de alimentos mais fáceis que esta. Por exemplo as fontes de cana-de-açúcar, que jogamos, sistematicamente, fora. Podem ser recuperadas no corte, para poder utilizar-se como alimento. No caso da mandioca a folha tem 18% de proteínas e pode ser também transformada em alimento. É um desperdício. No dia em que deixarmos de ser os reis do desperdício, aí o Brasil vai ser, seguramente, a maior potência mundial.

Não vamos nos estender muito mais porque teremos de tomar o avião daqui a pouco; como temos uma certa especialização no problema de destilação seca, do fuel-madeira e também da produção do álcool, a partir da cana-de-açúcar e de mandioca, e do milho nos Estados Unidos, estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Está aberto o debate.

O SR. LEO CHUERI — Gostaria de entender com mais perfeição, o que é um fuel-madeira. Já percebi que é um acetato de alguma coisa, metano, etanol, etc... E o senhor disse que usava a biomassa daquela parte da madeira que hoje ainda se despreza, para reaproveitá-la e fazer o fuel-madeira. E essa biomassa é previamente transformada em alguma coisa? Isso é que gostaria de ser esclarecido.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Automaticamente essa biomassa fica a mais fina possível, porque o senhor imagina que para ter um fuel, se temos matéria em suspensão dentro do líquido, essa matéria em suspensão deve ser bastante fina. Bom, temos um problema de moer a biomassa; e fazemos a destilação seca da biomassa moída. É uma destilação seca. Só que é um processo bastante diferente, pelo fato que vamos destilar uma biomassa em pó; e já conseguimos destilar essa biomassa em pó.

fica a mais fina possível, porque o senhor imagina que para ter um fuel, se temos matéria em suspensão dentro do líquido, essa

O SR. LEO CHUERI — Não fui entendido. Gostaria de saber o que é um fuel-madeira. É um acetato de etano?

O SR. RAYMUNDO FAURE — É o pirolenhoso, misturado com o pó de carvão. Depois recebe tratamento para o pó de carvão ficar em suspensão permanente dentro dele.

O SR. LEO CHUERI — Então, é uma suspensão de carvão finamente moído, suspensão homogeneizada em ácido pirolenhoso?

O SR. RAYMUNDO FAURE — Sim.

O SR. LEO CHUERI — Acho que seria altamente esclarecedor se fosse, com mais dados, confirmada a afirmação que fez o conferencista no sentido de que nas fábricas russas de etanol, por hidrólise, a lignina é descartada. Isso parece ser um dado muito importante.

Gostaria que fosse confirmado.

O SR. RAYMUNDO FAURE — Não, é muito fácil. Na Rússia as unidades de produção de etanol por hidrólise estão nos Urais, muito longe, e de fato, para a Rússia fica difícil transportar carburantes. Conclusão: como eles têm florestas bastantes grandes, com um rendimento por metro cúbico de energia por hectare muito elevado, eles montaram essas fábricas de hidrólise para fazer etanol. E esse etanol é utilizado como carburante. Então o etanol, como carburante não é privilégio de hoje. Utilizam como carburante, utilizam para se aquecer, para cozinhar, para uma porção de coisas. Mas o fato mesmo é que a lignina não é utilizada. Mas não há preocupação nenhuma de custo. E os estudos que foram feitos pelo Dr. Perrone, à primeira vista, ele não pode garantir esses dados, mas literaturas sobre o assunto dizem que dificilmente o etanol será rentável sem a utilização da lignina. Esse o motivo. Posso estar errado.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Mais alguém deseja fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Srs. Conferencistas, não queremos fazer, propriamente, uma pergunta, mas uma pequena observação a respeito do que sentimos nessa reunião, e praticamente parabenizar a presidência dos trabalhos e os organizadores desse encontro, nessa Casa importante da República, a respeito dos destinos do País e especialmente dos destinos de Mato Grosso do Sul.

Teria duas ou três colocações a fazer, e essas colocações estão relacionadas diretamente com as nossas preocupações em termos de Governo.

A primeira delas é exatamente com a absoluta necessidade de fazermos mais estudos alternativos sobre o uso da madeira.

Gostei muito da colocação do Senhor, como também gostei das demais, especialmente do nosso ex-Presidente, porque é exatamente através desse elenco de alternativas que devem surgir os elementos necessários às tomadas de decisões.

Mas gostaria de solicitar aos senhores que pensassem, se já não estão pensando, realmente na montagem de algo integrado, alguma programação integrada de uso alternativo para que o mais racionalmente possível, a iniciativa privada possa, com o Governo, encontrar um ponto de uso máximo de alternativa economicamente mais viável, em termos global, para o uso dos nossos recursos, especialmente, os nossos recursos florestais.

Mato Grosso do Sul é um dos Estados brasileiros que hoje, seguramente, têm gozado das mais fortes alternativas nesse campo, inclusive do ponto de vista de zoneamento. Mato Grosso do Sul, tem, como de resto o País, especialmente o Centro-Sul, alternativa de colaborar efetivamente, praticamente, e objetivamente na solução desse problema que V. S<sup>a</sup> mencionou; a extrema dependência que o Brasil tem com relação ao problema energético; dependência essa que praticamente lhe tolhe a saída para se desenvolver através

seguramente, tem gozado das mais fortes alternativas nesse campo, inclusive do ponto de vista de zoneamento. Mato Grosso do Sul,

do desenvolvimento da agricultura, porque praticamente é inviável pensar-se em desenvolver a agricultura brasileira, fazendo com que a agricultura participe do desenvolvimento nacional, de forma equilibrada, e inclusive rompa, com inteligência, esse descompasso que ela hoje tem, se permanecermos nesse esquema de petróleo, inclusive, com essa atual tendência de elevação de preços.

Então, hoje, estamos diante de um problema muito sério, que é exatamente como sair dessa dependência e como desenvolver a agricultura. Especialmente no nosso caso, pois no momento, vivemos até mesmo, e os senhores sabem disso, o problema de termos a nossa colheita, de certa forma, paralisada pela relativa limitação do consumo de óleo combustível, especialmente de óleo diesel. Então são coisas dessa natureza que nos preocupam e são colocações dessa natureza que gostaríamos que os senhores nos ajudassem a pensar, o mais rápido possível, para que possamos, no caso de Mato Grosso do Sul, encaminhar ao Governo Federal, com respaldo das lideranças políticas do País, traçadas as saídas mais interessantes para que Mato Grosso do Sul, de resto, participe do esforço nacional, por um desenvolvimento pleno e naturalmente dirigido para o total aproveitamento dos nossos recursos naturais, tão inaproveitados até o momento.

Então, termino, em nome da nossa equipe, e especialmente em nome da nossa Secretaria, por agradecer a oportunidade que tive de aprender muito nesse encontro, agradecer o Excmo. Senador por Mato Grosso do Sul, Mendes Canale, Presidente da nossa Associação, o Sr. Lúdio Coelho e os demais conferencistas pela oportunidade que me deram, e ao nosso colega, de aprendermos bastante a respeito dessa importante alternativa para o nosso desenvolvimento.

**O SR. RAYMUNDO FAURE** — Não quis entrar em detalhes porque estava limitado pelo tempo e precisava de um período maior. Mas só para dar uma idéia aos Senhores, dentro dos 150 mil hectares, inclusive, planejamos um crescimento até 1987; esse crescimento, até 1987, daria um complexo industrial que se chegaria mais ou menos a um investimento da ordem de 220 milhões de dólares, com um faturamento de 203 milhões de dólares por ano. E com um lucro de 46 milhões de dólares totalmente integrado e os estudos de viabilidade feitos, de uma maneira sucinta. Temos que produzir energia, mas também temos que nos preocupar com outros produtos, porque temos que viver e vamos ter que comercializar, também, com o resto do mundo.

Em conclusão, o Brasil com o potencial de florestas que tem, possui outros atrativos para ganhar dinheiro, que podemos gastar de uma outra maneira. Então, devemos procurar produzir produtos que, dentro dos próximos anos, serão comercializados no mundo, que têm garantia no mercado interno e também no externo. E utilizando processos que, muitas vezes são relativamente novos. Outros são processos que existem, mas que não são aplicados sistematicamente. Discuti, um dia, com o Dr. Leo, o seguinte, a respeito do papel, da celulose. Com a celulose, por exemplo, montamos no Brasil — desculpe se pessoas do Governo não concordam comigo — montamos um "elefante branco" tal como a CENIBRA e ARACRUZ, eu os reputo "elefante branco", porque montamos esse projeto baseado num processo químico em que 80-70% do equipamento é importado do Japão; os japoneses ganharam muito dinheiro e custou 400 mil dólares por tonelada de celulose/dia. Pode ser produzido, com um processo químico-termomecânico, por 160 mil dólares de investimento por tonelada/dia, isso daria quase 1/3 de investimento. E esse processo que precisa de uma pequena adaptação, no caso do eucalipto, o Brasil tem todos os equipamentos comprados pelo IPT, de São Paulo, e parados num canto porque não tem mais dinheiro para acabar de montar a fábrica. Em seis meses, montaria a fábrica e em mais um ano o processo estaria perfeitamente adaptado às condições brasileiras. A conclusão é que tem que se planejar. Inclusive, esse processo permite que tenhamos uma usina rentável de pequena produção, por exemplo 100, 200 toneladas/dia. A tal ponto minhas observações são válidas, porque são baseadas numa observação do que se fez nos últimos 5 anos no mundo; das últimas 67 fábricas nos Estados Unidos e na Europa, 4 são químicas e 63 são termomecânicas. E algumas, com utilização, na Austrália em particular, de eucaliptos.

Como conclusão, temos que tomar cuidado com o planejamento das coisas. Automaticamente há um pequeno problema no qual o Dr. Leo ia me pegar já, já, que é o problema do consumo de energia. De fato, o termomecânico consome mais energia que o processo químico. Mas, se temos a nosso favor uma floresta, uma biomassa abundante, não há problema, é só equilibrar as coisas. E atualmente aqui chegamos ao equilíbrio. Eu dei esse exemplo, principalmente, para mostrar que terei que analisar projeto por projeto que pensamos em fazer e nesse momento aqui se teria uma idéia de todo o trabalho que foi feito. Mas foi muito interessante para nós, inclusive, não pensamos no início que, o plano diretor ia ser desse tamanho, nós nos entusiasmos e aí fomos, e acho que é benéfico para nós e também para o nosso cliente.

Agora, por exemplo, Mato Grosso do Sul vai ter que fazer um pouco de sacrifício — inclusive recomendamos aqui ao Sr. Senador que motive o pessoal do Governo — porque vai ter que se colocar uma infra-estrutura à disposição dos industriais, vão ter que fazer estradas, estrada de ferro, porque a estrada de ferro entre Três Lagoas e Campo Grande tem seiscentas e poucas curvas; então tem que se endireitar a estrada de ferro.

Estudamos a alternativa melhor para poder chegar ao resultado que chegamos. Mas esse resultado de lucratividade a que chegamos, que é muito bom, se analisarmos com mais detalhes, (essa é uma observação que gostaríamos de deixar para o fim), prova-se o seguinte, que a maior lucratividade vem da produção de energia, porque, como fizemos para calcular o custo de energia para esse processo? Pegamos nada mais que o preço do quilo/caloria posto no local, que vamos implantar no setor industrial. Então, o combustível, por exemplo, vamos transportar de São Paulo até lá. A energia elétrica é perto; vamos transportar de Urubupungá, que conheço, porque ajudei a construir, numa época, mais jovem, e assim por diante. Então, nos beneficiamos de tudo isso. E aí chegamos a uma rentabilidade do processo de energia, da parte de produção de carvão e subprodutos, que é muito vantajosa.

É uma coisa que eu desejava fazer há muito tempo e a CIMASUL me proporcionou, me motivou, para chegar a esse estudo de viabilidade. E para ter uma idéia, vamos produzir 350 t de carvão/dia, só para dar uma idéia, depois temos o rateio final, 350 t carvão/dia com um investimento global de 24 milhões de dólares. O faturamento não é tão elevado assim, é 28 milhões de dólares, mas o lucro global líquido, impostos pagos, é de 10 milhões de dólares.

Chegamos à conclusão que produzir energia hoje, em qualquer modalidade que seja, etanol, metanol, ou fuel madeira e carvão, vai ser um bom negócio, porque temos um índice de rentabilidade, de praticamente 30% sobre o capital investido, isto a partir do 6º ano. Um dado que quero deixar para vocês: os fornos contínuos são de dois tipos, um de 35 t/dia e o maior de 50 t/dia. Estamos atualmente estudando um forno de 70 t/dia.

Inclusive, estes fornos foram adaptados à condição brasileira.

Fizemos um estudo com a ACESITA. Em particular, na Europa, por exemplo, o forno que os engenheiros da CESP visitaram, eles encontraram lá, um secador. No Brasil não há necessidade de secador; o secador custa uma vez e meia o preço do forno de carbonização. Assim diminuímos praticamente a metade de investimento em carbonização. Inclusive, no caso da CESP vamos nos candidatar a fornecer o forno, para eles. Estou fazendo minha promoção. (Risos.)

Nesse caso, é o seguinte: chegamos a este fato, mas aqui providenciamos uma solução brasileira, porque não podíamos chegar ao custo da Europa. Tanto que na primeira vez em que apresentáramos o custo de um forno de carbonização com secador, eu caí de costas. E os meus amigos da Belgo Mineira, ainda pior, ficaram doentes. Então estudamos e diminuímos ainda mais nos custos de investimentos, simplificamos até chegar a uma solução técnica razoável, menos complicada, menos sofisticada e que corresponde muito melhor à tecnologia, à necessidade nossa.

São estes, os esclarecimentos que eu queria prestar.

O SR. PRESIDENTE (*Mendes Canale*) — Estamos chegando ao final de nossa “Mesa-Redonda” e, já pela manhã, agradecemos ao Dr. Carlos Neves Galuff que nos honrou com a sua presença e com a sua palavra, fazendo uma exposição do Programa do IBDF, oferecendo-nos, em ligeiras passadas, uma visão do que constitui o programa do órgão que preside, com os objetivos todos voltados para o maior interesse nacional.

Após os debates que se prosseguiram, os quais tivemos a satisfação imensa de ouvir e já tivemos oportunidade de endereçar os agradecimentos, queremos, de modo especial, lembrar o Professor José Goldenberg, que também brindou a todos nós com a sua magnífica palestra.

São todos dados que, para a nossa Comissão, constituem um fator importantíssimo, quer para as consultas, quer para estudos, que a Comissão de Assuntos Regionais terá de proceder em relação a essa matéria de magnitude interesse para a economia nacional.

Procuraremos, depois de um debate como este, levar o assunto para o Plenário do Senado, motivando a Nação e, conscientizando o Governo o que, com muita propriedade, nos alertou o Dr. Luiz Marcelo: “devemos agir como se estivéssemos numa verdadeira guerra”.

A par desses agradecimentos, queremos, agora, endereçar ao Dr. Luiz Marcelo um agradecimento muito especial pela sua participação neste encontro, pelo que ele trouxe para nós do Senado, e para estes homens empresários brasileiros, os quais estão com as vistas voltadas para o futuro do Brasil, que fazem dos seus negócios, sem dúvida alguma, objetivo maior e mais alto, dentro do atual quadro que a economia nacional se apresenta.

Quero referir-me, por último, a esta gente que foi para o nosso Mato Grosso do Sul. Saíamos, um pouco do campo geral, para dizer o que nos toca de perto como representantes do Estado que está surgindo, obrigando brasileiros vindos de outras regiões que, ao nosso lado, constroem a grandeza daquela nova Unidade federativa que formará, em pouco tempo, ao lado dos mais desenvolvidos Estados do nosso Brasil.

Agradecemos muito a este misto de advogado e engenheiro, mas acima de tudo, um homem que fala bem alto do seu sentimento de amor ao Brasil. Somos muito gratos pela sua presença nesta mesa-redonda, o Dr. Luiz Marcelo.

Da mesma forma, queremos agradecer ao Dr. Raymundo Faure, pela oportunidade que nos ofereceu de ouvi-lo a respeito do projeto que está em estudo, e que se desenvolve com as vistas voltadas para o nosso Mato Grosso do Sul. Lá, no novo Estado surge uma nova era e todas as nossas ações devem estar voltadas para essas perspectivas de desenvolvimento, dentre as quais esta nova política florestal, que tem o sentido de aproveitamento do cerrado, dentro do programa lançado, e que se volta, agora, para uma nova destinação dessa grande biomassa, visando a sua transformação em carburante líquido.

Sobre esse assunto há, entre nós, um estudioso da matéria, que esteve ausente dos debates e por vezes pensei provocá-lo para participar — o Dr. Geraldo de Alencar — um dos responsáveis e estudioso do POLOCENTRO, através do qual sensibilizou o Governo para que, dentre outros programas lançados no Mato Grosso, olhasse para o aproveitamento do cerrado, não só no Estado de Mato Grosso, mas também de outras áreas. Agradecemos, assim, a presença, para nós muito honrosa, do Dr. Geraldo de Alencar.

Da mesma forma, agradecemos a presença do ilustre representante do Governo de Mato Grosso, o Dr. Lourival Baptista Gomes, agradecimentos estes extensivos ao ilustre Representante da Assembléia do nosso Estado de Mato Grosso, do Deputado Osmar Dutra. E, de forma muito especial, queremos agradecer ao ilustre Presidente da Associação Mato-Grossense de Reflorestadores, Sr. Lúdio Coelho e ao Sr. Manoel Rezende, porque foi através de uma conversa nossa, desse entusiasmo que nós, mato-grossenses, brasileiros, temos por aquele Estado e pelo nosso País, que surgiu a idéia desta “mesa-redonda”.

Agradecemos, finalmente, aos Srs. Reflorestadores, Empresários, que têm as suas atividades quer no Mato Grosso, quer em outras áreas do País.

Abrimos, com esta nossa “mesa-redonda” os debates para as alternativas de um problema, sobre o qual nós devemos nos debruçar para buscarmos, no menor prazo de tempo possível, uma solução. Agradecendo, assim, a presença de todos estes ilustres homens de negócios, empresários que aqui se encontram, encerramos a nossa reunião repetindo, mais uma vez, o que ela representa para a nossa Comissão, interessada sempre nos estudos de todos os problemas nacionais.

Estas conferências ficarão — como disse — registradas e servirão sempre de subsídios, para que possamos, através dos estudos que fizermos da matéria, levar o assunto ao plenário do Senado, motivando cada vez mais o Governo, para atingirmos o que representa o pensamento de todos — a solução desse grande problema, que é o problema energético, o qual está convocando todos os brasileiros para essa grande batalha.

Está encerrada a reunião.

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 9ª Reunião, realizada em 31 de maio de 1979

Às dez horas do dia trinta e um de maio de mil novecentos e setenta e nove, na Sala “Clóvis Beviláqua”, comparecem os Senhores Senadores Tancredo Neves, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Pedro Simon, Afonso Camargo, Amaral Peixoto e Lomanto Júnior, convocados para a reunião da Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, Arnon de Mello, Vicente Vuolo, Alberto Silva, Amaral Furlan, Jorge Kalume, Jutahy Magalhães, Mendes Canale, Cunha Lima, Roberto Saturnino, Mauro Benevides e Teotônio Vilela.

A seguir, o Senhor Presidente comunica que não havendo número regimental, fica transferida para a próxima reunião, as seguintes matérias constantes da pauta: PRS nº 29/79, PLC nº 74/77, PLS nº 51/76, PLC nº 125/77, PLC nº 110/78, PLS nº 247/77, PLC nº 40/77, PLC nº 24/79, PDL nº 07/79, PLC nº 37/78 e PLC nº 39/77.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Antônio Carlos de Nogueira, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 10ª reunião, realizada em 07 de junho de 1979

Às dez horas do dia sete de junho de mil novecentos e setenta e nove, na Sala “Clóvis Beviláqua”, presentes os Senhores Senadores Cunha Lima, Presidente, Pedro Simon, Tancredo Neves, Raimundo Parente, Amaral Furlan, Amaral Peixoto, José Lins, Mauro Benevides, Vicente Vuolo, Lomanto Júnior e Jorge Kalume, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Mello, Afonso Camargo, Alberto Silva, Jutahy Magalhães, Mendes Canale, Roberto Saturnino e Teotônio Vilela.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de Resolução nº 29/79 — Regulamenta a aplicação, na administração do Senado Federal, dos Sistemas de Ascensão e Progressão Funcionais e do Aumento por Mérito.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 74/77 — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, para o fim de tornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras os pagamentos de férias e 13º salários devido ao trabalhador; e Projeto de Lei do Senado nº 51/76 — que “manda incluir no pagamento das férias as horas extraordinárias habitualmente prestadas pelo empregado”.

Relator: Senador Pedro Simon

Parecer: Favorável ao PLC 74/77 e pela prejudicialidade do PLS 51/76.

Conclusão: Aprovação do parecer do relator e pela rejeição do voto em separado, contrário, do Senador Afonso Camargo.

Projeto de Lei da Câmara nº 110/78 — Dispõe sobre os depósitos judiciais e dá outras providências.

Relator: Senador Tancredo Neves

Parecer: Contrário

Conclusão: Aprovação do parecer

Projeto de Lei da Câmara nº 37/78 — Dispõe sobre proteção contra incêndios.

Relator: Senador Amaral Peixoto

Parecer: Favorável ao projeto, com emenda substitutiva

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 39/77 — Dá nova redação ao § 2º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho que trata do empregado eleito para o cargo de administração-sindical ou representação profissional.

Relator: Senador Pedro Simon

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 03/79 — Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências.

Relator: Senador Mauro Benevides

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 60/76 — Dá nova redação ao art. 450, do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Relator: Senador Amaral Peixoto

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

São retirados de pauta as seguintes proposições: PLC nº 125/77, PLC nº 40/77, PLC nº 24/79 e PDL nº 07/79.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Antônio Carlos de Nogueira, Assistente da Comissão, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 1ª Reunião (instalação), realizada em 19 de março de 1981

Às onze horas e trinta minutos do dia dezanove do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e um, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Adalberto Sena, João Calmon, Murilo Badaró, Saldanha Derzi e Mendes Canale, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Helvídio Nunes.

De acordo com o que preceitua o Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador João Calmon, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente comunica que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente designa o Senhor Senador Mendes Canale para escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

*Para Presidente:*

Senador Adalberto Sena ..... 4 votos

Senador Saldanha Derzi ..... 1 voto

*Para Vice-Presidente:*

Senador Murilo Badaró ..... 4 votos

Senador João Calmon ..... 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Adalberto Sena e Murilo Badaró.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Adalberto Sena agradece a escolha de seu nome para exercer o cargo, e comunica que as reuniões da Comissão de Redação serão realizadas nas quinta-feiras, às 14:00 (quatorze) horas, na Sala de Redação.

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos, lavrando eu, Fátima Abrahão de Araújo, Assistente, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — *Adalberto Sena — Mauro benevides - Mendes Canale — João Calmon — Saldanha Derzi.*

#### COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS (CT)

##### 1ª Reunião (de instalação), realizada em 19 de março de 1981

Às dez horas e trinta minutos do dia dezanove de março de mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Aloysio Chaves,

Milton Cabral, Lomanto Júnior e Amaral Peixoto, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Evandro Carreira, Lázaro Barboza e Alberto Silva.

De acordo com o que preceitua o § 3º do art. 93 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Amaral Peixoto, que declara instalada a Comissão.

Em seguida o Senhor Presidente anuncia que vai proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 1981/1982. Distribuídas as cédulas para votação, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Senhor Senador Lomanto Júnior.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

*Para Presidente:*

Senador Vicente Vuolo ..... 4 votos

Senador Benedito Ferreira ..... 1 voto

*Para Vice-Presidente:*

Senador Benedito Ferreira ..... 4 votos

Senador Alberto Silva ..... 1 voto

São proclamados eleitos, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Vicente Vuolo e Benedito Ferreira.

Prosseguindo, o senhor Senador Vicente Vuolo assume a Presidência e agradece a seus pares a distinção com que foi honrado para exercer tão importante cargo, e propõe que as reuniões ordinárias sejam realizadas às quintas-feiras às onze horas. Não há restrições e a proposta é aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — *Vicente Vuolo — Aloysio Chaves — Milton Cabral — Lomanto Júnior — Amaral Peixoto.*

#### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

##### 1ª Reunião (de instalação), realizada em 19 de março de 1981

Às dez horas do dia dezanove de março do ano de mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Lázaro Barboza, Lourival Baptista, Mauro Benevides, Bernardino Viana, Adalberto Sena, Martins Filho, Hugo Ramos e Luiz Fernando Freire, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo Justificado, os Senhores Senadores Moacir Dalla, Benedito Ferreira, Murilo Badaró e Saldanha Derzi.

De acordo com o que preceitua o Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Senador Adalberto Sena, que declara abertos os trabalhos, anunciando, em seguida, que a mesma se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1981/1982.

Distribuídas as cédulas, o Sr. Presidente designa para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Martins Filho.

Procedida a eleição, constata-se o seguinte resultado:

*Para Presidente:*

Senador Lourival Baptista ..... 7 votos

Senador Martins Filho ..... 1 voto

*Para Vice-Presidente:*

Senador Mauro Benevides ..... 7 votos

Senador Adalberto Sena ..... 1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senadores Lourival Baptista e Mauro Benevides e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Empossado, o Senhor Senador Lourival Baptista manifesta seus agradecimentos através das palavras constantes do pronunciamento anexo a esta Ata, no que é aparteadado pelo Senhor Senador Mauro Benevides, eleito Vice-Presidente, que, ao agradecer aos seus pares a sua eleição, expressa o seu propósito de aprofundar-se no exame dos problemas do Distrito Federal, de defender a tese de sua autonomia política e de participar com os seus conterrâneos da colônia cearense, radicada em Brasília, nesta luta.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Leda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

**INTEGRA DO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, SENADOR LOURIVAL BAPTISTA QUE SE PUBLICA ANEXO À ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DESTE ÓRGÃO TÉCNICO, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1981, CONFORME SUA AUTORIZAÇÃO.**

Desejo, preliminarmente, acentuar com os mais sinceros agradecimentos, o meu profundo reconhecimento aos nobres Senadores que se dignaram eleger-me Presidente da Comissão do Distrito Federal.

Escolhido para o desempenho dessa relevante investidura, agradeço, sobretudo, ao eminente Líder, Senador Nilo Coelho, a iniciativa dessa indicação sumamente honrosa, para exercer as árduas funções de presidir uma das mais importantes e complexas Comissões desta Casa do Poder Legislativo, em face da singularidade, especificidade e densidade técnica, características das suas atribuições regimentais.

A honra que me é conferida pela escolha de Vossa Excelência, recebo-a com humildade. Como mais uma desafiadora missão no decorrer da minha já longa trajetória política.

Habitado a enfrentar com êxito os desafios que pontilham essa trajetória, tenho a certeza de que, mais uma vez, com a ajuda de Deus, — e graças ao apoio e à indispensável colaboração que espero receber dos eminentes Senadores integrantes da Comissão, que me honram com a sua inestimável amizade e perene cooperação — lograrei obter um desempenho satisfatório, que corresponda às expectativas da confiança em mim depositada.

Seria temeridade de minha parte — uma flagrante ingenuidade, incompatível com a experiência dos homens públicos acostumados às rudes pelejas da política e da administração — apresentar, neste instante, um programa preestabelecido.

Nem a ocasião é oportuna, nem o tempo me permitiria definir diretrizes, indicar objetivos, estabelecer prioridades, ou enunciar uma estratégia de atuação como Presidente da Comissão do Distrito Federal.

Envidarei, contudo, conjuntamente com todos os eminentes e dignos Senadores, integrados nesta Comissão, os maiores esforços no sentido de levar a bom termo as responsabilidades inerentes aos encargos e problemas que tere-mos, solidariamente, de enfrentar e resolver, dentro das coordenadas e parâmetros legais, que disciplinam a nossa atuação individual e coletiva.

Atenta aos imperativos do desenvolvimento sócio-econômico, do perene aprimoramento administrativo e cultural do Distrito Federal, e, sobretudo, à prioridade essencial do bem-estar de sua população, a comissão do Distrito Federal, terá como norma fundamental, em seu cotidiano funcionamento, a manutenção do mais estreito e fecundo relacionamento com Sua Excelência, o eminente Governador Aymé Lamaison e sua equipe de administração.

Esta é, aliás, uma das melhores tradições deste órgão técnico do Senado da República, desde suas origens, até o presente, isto é, a permanente e recíproca articulação, num contexto de rigorosa obediência aos imperativos da legalidade, e do respeito mútuo.

Com essa mentalidade arejada e fecunda, a Comissão do Distrito Federal dá início às suas atividades, ao se iniciar a presente Sessão Legislativa, tendo em vista proporcionar ao Governo do Distrito Federal, a máxima colaboração possível no contexto das suas atribuições regimentais, considerando precipuamente, a estratégia global delineada pelo Presidente João Baptista de Figueiredo, em sua Mensagem ao Congresso Nacional, a 13 de setembro de 1979, quando encaminhou o III PND 1980/1985:

“Dever-se-á, ao mesmo tempo, disciplinar o desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, visando ao fortalecimento de sua já densamente habitada periferia, tanto pela qualidade de vida das respectivas populações, como para proteger e preservar as características da Capital Federal.”

Encerrando estas breves considerações, Senhores Senadores, cumpre reafirmar que Brasília, esta esplêndida realidade, evidencia a capacidade empreendedora do povo brasileiro; é uma obsessão de todos nós, que nela vivemos, que a amamos como um dos símbolos maiores da integração nacional, cujo destino é o nosso próprio destino.

Ela é, de fato, e sê-lo-á ao longo da nossa História, como afirmou, emocionado, ao visitá-la, o grande Ministro da Cultura de De Gaulle, o escritor André Malraux — “Uma expressão de audácia, energia e da fé, — a “Capital da Esperança”.

A criação de Brasília — completou o insigne historiador Arnold Toynbee — é um ato de auto-afirmação humana, que é, ao mesmo tempo, um acontecimento na história de toda a humanidade; e as mãos que construíram Brasília, são mãos de Brasileiros.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**1ª Reunião (de instalação), realizada em 19 de março de 1981**

Às onze horas do dia dezenove de março de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores Milton Cabral, Gabriel Hermes, José Lins e Almir Pinto, reúne-se a Comissão de Minas e Energia, destinada a eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Henrique Santillo, Teotônio Vilela e Affonso Camargo.

Na forma do § 3º do art. 93 do Regimento Interno, assume a presidência o Senhor Senador Almir Pinto que declara instalada a Comissão. Em seguida anuncia que vai proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1981/82.

Distribuída as cédulas, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Senhor Senador José Lins. Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

*Para Presidente:*

Senador Milton Cabral ..... 4 votos; e

*Para Vice-Presidente:*

Senador Teotônio Vilela ..... 4 votos.

São proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Milton Cabral e Teotônio Vilela.

Prosseguindo, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Presidente eleito, Senador Milton Cabral, para assumir a presidência e dar continuidade aos trabalhos. Com a palavra, o Senhor Presidente agradece a honra da escolha do seu nome para executar tão importante missão e espera poder oferecer a melhor de sua contribuição, a fim de tornar a Comissão de Minas e Energia um órgão dinâmico e empreendedor. Em seguida, pede a palavra o Senhor Senador José Lins, que se congratula com o Senhor Presidente, pela sua ascensão à presidência da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Senador José Lins enaltece as qualidades do Senhor Senador Milton Cabral e ressalta ser ele um profundo conhecedor da problemática energética do País, tais como, petróleo e as fontes alternativas, como o álcool, o carvão e a energia nuclear.

A seguir, o Senhor Presidente agradece as palavras proferidas pelo Senhor Senador José Lins e anuncia que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às quartas feiras às onze horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — Milton Cabral — Gabriel Hermes — José Lins — Almir Pinto.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**1ª Reunião (de instalação), realizada em 25 de março de 1981.**

Às dez horas do dia vinte e cinco de março do ano de mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Jaison Barreto, Lourival Baptista, Henrique Santillo, Saldanha Derzi, Adalberto Sena, João Calmon, Lomanto Júnior e Almir Pinto, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador José Guimard.

De acordo com o que preceitua o Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Senador Adalberto Sena, que declara abertos os trabalhos, anunciando, em seguida, que a mesma se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1981/1982.

Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente designa para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Saldanha Derzi.

Procedida a eleição, constata-se o seguinte resultado:

*Para Presidente*

Senador Jaison Barreto ..... 7 votos

Em branco ..... 1 voto

*Para Vice-Presidente*

Senador Almir Pinto ..... 7 votos

Senador Lourival Baptista ..... 1 voto

O Senhor Presidente eventual proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Jaison Barreto e Almir Pinto e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Uma vez empossado, o Senhor Senador Jaison Barreto manifesta os seus agradecimentos pelo sufrágio de seu nome para o exercício de tão honroso cargo e esboça, em linhas gerais, o seu programa de trabalho a frente da Comissão de Saúde, durante o período de 1981 a 1982, destacando a realização

de um Simpósio sobre Assistência Médico-Previdenciária, destinado ao exame global dos problemas de saúde do povo brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marca os dias e horas das reuniões deste órgão técnico para as quintas-feiras, às 10:00 horas, encer-

ra a reunião, lavrando eu, Lêda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. *Jaison Barreto — Lourival Baptista — Henrique Santillo — Saldanha Derzi — Adalberto Sena — João Calmon — Lomanto Júnior — Almir Pinto.*

**MESA**

**Presidente**  
Jarbas Passarinho

**1º-Vice-Presidente**  
Passos Pôrto

**2º-Vice-Presidente**  
Gilvan Rocha

**1º-Secretário**  
Cunha Lima

**2º-Secretário**  
Jorge Kalume

**3º-Secretário**  
Itamar Franco

**4º-Secretário**  
Jutahy Magalhães

**Suplentes de Secretários**  
Almir Pinto  
Lenoir Vargas  
Agenor Maria  
Gastão Müller

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO PARTIDO DO  
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

**PMDB**

**Líder**  
Marcos Freire

**Vice-Líderes**  
Roberto Saturnino  
Mauro Benevides  
Humberto Lucena  
Pedro Simon  
Orestes Quêrcia  
Henrique Santillo  
Lázaro Barboza  
Evandro Carreira

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO  
PARTIDO POPULAR — PP**

**Líder**  
Evelásio Vieira

**Vice-Líderes**

Affonso Camargo  
José Fragelli  
Gastão Müller  
Mendes Canale  
Saldanha Derzi

**LIDERANÇA DO BLOCO  
PARLAMENTAR DO PARTIDO  
DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS**

**Líder**

Nilo Coelho

**Vice-Líderes**

Aderbal Jurema  
Aloysio Chaves  
Bernardino Viana  
Gabriel Hermes  
José Lins  
Lomanto Júnior  
Moacyr Dalla  
Murilo Badaró